

JULHO de 2012

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>	
1.1	Executivo em “ Sprint” final	1
1.2	Inflação em Luanda varia 2,03 por cento durante o primeiro trimestre deste ano	2
1.3	Venda de garrafas versus nova maneira de sustentar a família	4
1.4	Programa de crédito ao micronegócio atinge níveis elevados desempenho	5
1.5	Desempregados na linha de frente	6
1.6	Executivo cria emprego para combater a pobreza	7
1.7	A Justiça a nível é para os ricos e a criminal para os pobres	8
1.8	Os Preços nas lojas aumentaram mais do que os preços nos armezéns	9
1.9	Angolanos com pouca produtividade	10
1.10	País sai dos menos desenvolvidos	11
1.11	Retrato de um dos bairros históricos de Luanda	12
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>14</b>	
2.1	Crédito de campanha aumenta a produção. Apoio está enquadrado no programa do Executivo de combate à pobreza	14
2.2	Executivo cria emprego para combater a pobreza	14
2.3	Camponeses beneficiam de crédito	16
2.4	Jovens criam negócios com recurso ao micro crédito	16
2.5	Camponeses sobrevivem graças ao crédito de campanha	18
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>19</b>	
3.1	Centro regional de fiscalização tem meios para travar pesca ilegal	19
3.2	Só mão-de-ferro do Executivo	19
3.3	Executivo quer acabar venda ambulante	21
3.4	O exemplo do ex-mercado do Roque Santeiro	21
3.5	A nova praça	22
3.6	Eleições travam mudanças do mercado da Caponte	23
3.7	Faive fecha as portas	23
3.8	Activistas singulares	24
3.9	Lucro à vista	24
3.10	Vidas entregues à recolha de garrafas	25
3.11	O quotidiano dos lotaiores de Luanda	26
3.12	Livro sobre o candongueiro é posto à venda em Luanda	27
3.13	Apreendidos medicamentos nos mercados informais	27
3.14	Moradores clamam por segurança	27
3.15	Vendedoras de N'Dalatando satisfeitas com abertura do novo mercado municipal	28
3.16	Morreu estilhaçado	29
<b>4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>30</b>	
4.1	Programa de Investimentos Públicos termina no final do ano	30
4.2	Nível de eficiência da política orçamental requer maior controlo	30
4.3	Projectos financiados	31
4.4	Maior orçamento menos partidos políticos	32
4.5	Três empresas executarão obras	34

4.6	"O trabalhador não tem como controlar o destino do IRT"	34
4.7	Uma nova 'chinolândia' em Angola	36

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 38

5.1	Maianga escolhida para experiência piloto	38
5.2	Descentralização debatida em encontro internacional Artigo	39
5.3	Descentralização é debatida em seminário internacional	39
5.4	Instituto Nacional de Estatística faz actualização das cartografias	40
5.5	Eleições para autarquias locais já começaram a ser preparadas	41
5.6	Actualização cartográfica marca o início do registo	41
5.7	Descentralização de verbas acelera desenvolvimento	41
5.8	Eleições autárquicas só em 2015	43
5.9	Seminário sobre a descentralização serve como uma fonte de inspiração	43
5.10	Seminário discutiu ontem a participação de órgãos estatais no censo populacional	45

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 46

6.1	Imobiliária elabora estudo sobre o sector	46
6.2	Programa do Executivo garante casas condignas no Huambo.	47
6.3	Construção de habitações combate desemprego	47
6.4	A valorização do imóvel e a actualização do Imposto Predial Urbano	48
6.5	65% do valor contra os 100% exigidos	49
6.6	O pesadelo da casa própria	49
6.7	Projectos noutras área	50
6.8	Cidade do Kilamba tem tudo menos pessoas	50
6.9	As minhas elucubrações.. (I)	51
6.10	Obras sociais nas comunas do Lubango estão a estimular a fixação de quadros	52
6.11	Programa de fomento habitacional constrói milhares de fogos na Huíla	53
6.12	Pagou 400 mil dólares e não recebeu a casa pronta	54
6.13	Quero o dinheiro de volta	55
6.14	Ambiciosa publicidade	56
6.15	Crise do imobiliário a vista?	56
6.16	Registadas mais de mil casas	56
6.17	Afritrack Angola vai construir 400 fogos habitacionais	56
6.18	China reforça posição	57
6.19	Sopromil e empresas de construção civil de costas viradas no Zango	57
6.20	Nova cidade Dos Santos homenageia Presidente	58
6.21	Filho de Dos Santos recebe apartamento de USD 4 milhões	59
6.22	Construção de casas sociais está a decorrer à bom ritmo	59
6.23	Águas residuais do condomínio Ginga Cristina tiram sono aos moradores do bairro Jacinto Tchipa	59
6.24	Construtora investe 50 milhões de dólares em condomínio	60
6.25	Executivo arranca com as centralidades	61
6.26	Condomínios de luxo no Zango	61
6.27	Um Zango diferente	62
6.28	Construção de habitações em bom ritmo no Cacolo	62
6.29	Começou a construção de moradias	63
6.30	Cambulo recebe os moradores em Setembro	64
6.31	Dezenas de casas construídas até Agosto	64
6.32	Desde a conquista da paz em Angola Executivo dá prioridade à habitação	65
6.33	Cambulo recebe os moradores em Setembro	65
6.34	Quero a minha casa!	66
6.35	A experiência habitacional	67
6.36	Habitação para Jovens e ex-militares	68
6.37	Primeiras habitações são entregues em Setembro	69

6.38	Habitação digna para a juventude no Kwanza-Sul	69
6.39	Primeiro lote de casas entregue em Agosto	69
6.40	Petrolíferas pagam "preço de ouro" pelo imobiliário	70
6.41	A refundação de uma política habitacional	71
6.42	PR define regime de acesso às casas do Kilamba	71
6.43	Fomento á habitação	72
6.44	Primeiras casas evolutivas são concluídas	73

## 7. TERRA 74

7.1	Espaços reservados para lazer são vendidos e as administrações municipais olham para o lado	74
7.2	Uma cidade de prata	75
7.3	Administrador da Samba autoriza construção anárquica no Kifica	75
7.4	Governo provincial alerta as populações para burlões que vendem lotes de terreno	76
7.5	Isaac Dos Anjos	76
7.6	Duas mil famílias queixam-se de fome, água e luz	76
7.7	Jejum e oração pelas vítimas de demolições	77

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 79

8.1	Milhões de pessoas no meio rural foram contempladas pelo projecto	79
8.2	Atraso de obras em Cafunga inquieta Governo	79
8.3	Epal efetua ligações domiciliarias de água potável	80
8.4	Água canalizada chega às zonas rurais	80
8.5	Milhares de famílias com mais água potável.	82
8.6	População utiliza água imprópria para consumo no Sumbe	82
8.7	Sobas revoltados com saída de empresa de limpeza	83
8.8	Programa Água para Todos chegou à comuna do Luvo	83
8.9	Projecto água para todos chega a mais localidades	84
8.10	Distribuição de água é aposta fundamental	84
8.11	População clama por água potável	85
8.12	Abastecimento de água repostos no Bolongongo	85
8.13	Venda de garrafas versus nova maneira de sustentar a família	85
8.14	Roturas de Água	87
8.15	A importacia da varredura	87
8.16	Melhorado o fornecimento de água à população do município do Bocoio	88
8.17	Recolha de resíduos melhorou em N'Dalatando	89
8.18	Abastecimento de água chega às aldeias isoladas	90
8.19	Ondjiva com água potável	90
8.20	Recolha de lixo no Sumbe regista melhorias	90
8.21	Edel vai instalar contadores pré-pagos	91
8.22	Autoridades põem fim à destruição da conduta de água no bairro Golfe	92
8.23	EPAL	92
8.24	Água potável em Ambaca	92
8.25	Aumenta na comuna do Biópio a distribuição de água potável	93

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 94

9.1	Desencorajar a violência	94
9.2	Conferência sobre a mulher debate a violência	95
9.3	Implementação da unidade anti- crime	95
9.4	Polícia recolheu centenas de armas que se encontravam nas mãos dos civis	96
9.5	Um problema de saúde pública	97
9.6	Brigada anti-crime já em actuação	98
9.7	Violência doméstica e poligamia desestruturam família	98

9.8	Os desafios do Executivo para combater a violência doméstica	99
9.9	Mulheres debatem violência doméstica	99
9.10	População faz entrega voluntária	100
9.11	Criminalidade traumatiza munícipes de Cacucaco	100
9.12	Polícia ou Bandido?	101
9.13	Mulheres são incentivadas a legalizar os seus negócios	101
9.14	O combate à delinquência	102
9.15	Marginais semeiam luto no kalawend	103
9.16	Polícia atira a matar	103
9.17	Polícia intensifica operações de combate à criminalidade	104
9.18	Detidos suspeitos de crimes	104
9.19	Operação sambizanga tranquilo devolveu segurança às populações	104
9.20	Gado roubado é restituído aos donos	105
9.21	Raúl Tati admite violência pós-eleitoral	105
9.22	Resolução de conflito na tradição bantu	106
9.23	O dia seguinte do criminoso	108
9.24	A economia cresce e a delinquência se desenvolve	109
9.25	Desencorajar tendências criminais	110
9.26	Por detrás do crime	110
9.27	Falta de oportunidades produz delinquentes	111
9.28	Sambizanga tranquilo com 283 detidos	112
9.29	Kikolo é tido como "bastião" dos marginais	112
9.30	Unidade Especial Anti-crime decreta recolher obrigatório aos marginais	113
9.31	Sambizanga tranquilo com com saldo negativo para a polícia	114
9.32	Lei da amnistia aprovada em 2002 pela assembleia nacional	116
9.33	Extinção do procedimento criminal	116
9.34	Amnistia apaga os crimes nela previstos, mas não a anulação da condenação	117
9.35	Indulto e comatação de de penas	117
9.36	Autoridades recolhem armas em Luanda	118

## 10. AMBIENTE

119

10.1	Instituto de Desenvolvimento florestal está preocupado com o abate a árvores	119
10.2	Formação em gestão ambiental	119
10.3	Plano estratégico sobre a floresta do maiombe será implementado	119
10.4	Floresta de Cambambe com apenas dois fiscais	120
10.5	Autoridades preocupadas com devastação de florestas	121
10.6	Desordem na exploração de inertes	121
10.7	Proteção Civil preparada para apoiar os sinistrados	122
10.8	Descoberta nova floresta de montanha em Angola	123

# 1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 Executivo em “ Sprint” final

*Agora*

*07 de Julho de 2012*

Segundo os dados, a construção, reabilitação e manutenção de estradas e pontes consumiu mais de 30% do montante, sendo de 12,1% a dos sectores da habitação e urbanismo. Quanto ao resto, saúde e educação (10,6%), energia (8,3%), transportes (5,8%), telecomunicações (3,8%), água e saneamento (3,6%) e outros (25,1%).

Há quatro anos, o programa de governação apresentado incluía, ainda entre outras realizações, a resolução de questões sociais, fundamentalmente a oferta de habitação, criação de empregos, aprimoramento dos serviços de saúde e alargamento da rede escolar com suporte financeiro das receitas petrolíferas, mas grande parte deste propósito ficou por fazer nesta legislatura.

A grande agenda, alicerçada em três objectivos principais, nomeadamente a construção e reabilitação de infra-estruturas, saúde e educação, visava o relançamento do país rumo ao desenvolvimento sustentado pelo crescimento financeiro dos diversos sectores da vida económica do país assumida pelo Presidente da República.

As expectativas indicam, porém, que o projecto da construção de 1 milhão de casas e a oferta de mais de 1 milhão de empregos desmoronou-se e a estratégia actual passa pela continuidade do projecto não concluído em função da crise no mercado internacional e falta de capacidade governativa.

"Na área social, nós esperávamos que fosse feito um balanço profundo sobre as promessas de 2008. A sociedade tem esse direito, visto que acompanhamos o desenrolar dos acontecimentos. Os indicadores apresentados nos últimos tempos não correspondem às expectativas dos angolanos", disse Edson Saley, activista cívico e gestor de conflitos familiares

Fracasso. Embora tenham sido registadas algumas realizações, o 'fracasso' da empreitada é a tônica dominante entre os angolanos, aliada à falta de rigor na fiscalização de certos programas de investimentos

públicos, minando as relações entre o Executivo e os governados ao fim de quatro anos de governação confusa em que se assistiu à imposição de vários princípios normativos que feriram a sensibilidade de muitos, porque desajustados à nossa realidade.

O professor universitário lembrou que o Programa de Investimentos Públicos (Pip), em execução desde 2003 e que deverá vigorar até final do ano, tem um orçamento de cerca de 43 mil milhões de dólares, mas a preocupação reside em saber como estão a ser gastos estes recursos, "dos quais um terço (30,8%) diz respeito à construção, reabilitação e manutenção de estradas e pontes".

Não é menos importante lembrar que, entre o êxito programado e o falhanço do programa governativo, a imagem do Chefe do Executivo saiu redondamente mal na fotografia do país real, por não ter conseguido chegar, nem mesmo à metade da empreitada que assumiu publicamente, há quatro anos, no sentido de mudar a vida de muitas famílias angolanas.

O alvo da campanha de 2008 (infra-estruturas, saúde e educação) ficou longe de ser alcançado, embora no discurso sobre o estado da Nação, em Outubro de 2011, o Chefe do Executivo tenha admitido que a política governativa manteria a aposta de continuidade com o Orçamento Geral de Estado (Oge) de 2012, antevendo já a sua vitória no pleito de Agosto próximo.

Valências. O sociólogo Joaquim Cavita (J.C.), sublinha a necessidade de se alinhar a política económica do Governo (agora Executivo) ao desenvolvimento social sem esquecer as capacidades dos gestores dos fundos públicos. "Este exercício do poder poderá ser outra tarefa espinhosa, num país em que o fosso entre ricos e pobres é muito grande, mesmo que tenham sido adopta dos projectos dissimulados de combate à pobreza, ofuscados por falta de valências e a primazia do oportunismo que grassa na elite governamental", sublinhou.

Além dos prognósticos macroeconómicos e de finanças públicas seguramente obscuros, o Estado procura a criação de melhores condições para a segurança alimentar e nutricional da população, um desafio que se apresenta difícil em função das políticas adoptadas para o sector social.

"O grande problema consiste na não divulgação das contas nas empreitadas do Executivo e mais ainda, a intervenção dos vários actores para a execução de programas sociais também dificulta a percepção real do nível de pobreza e os reais males a combater nas comunidades", garantiu, ressaltando, por outro lado, que o Tesouro Nacional tem a obrigação de publicar

mensalmente os montantes atribuídos a cada região e os fins para os quais são alocados.

Pobreza. É uma problemática que afecta as zonas rurais de forma exponencial, apesar dos esforços, visto não existirem dados estatísticos credíveis. "Não se resolve o problema da fome e pobreza com a construção de 100 casas em cada município. Temos de aprender com a história. A centralidade do Kilamba é o exemplo deste tipo de maus investimentos. É um fiasco total. Obrigaram as pessoas a sacrificar tudo e hoje os apartamentos estão a ser arrendados. Alguém tem de explicar as razões de tanto desprezo aos angolanos", lamentou J.C.

"A secretária do PR para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira, insiste em apregoar os números da campanha de combate à pobreza com supostos indicadores positivos de que

70% da população tem acesso à educação e saúde, esquecendo-se que no Km 44, aqui em Luanda, a população não tem água potável, para não falar da energia eléctrica", lembrou.

Esqueceu-se ainda que os apoios prometidos para a agricultura familiar e produção de alimentos, e o aumento da abrangência do ensino primário para combater o analfabetismo também estão longe de satisfazer o universo da população alvo.

Emprego. Os números são bastante confusos, mas a Direcção Nacional de Emprego do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, revelou há dois meses que o Executivo criou em vários sectores da economia, nos últimos três anos, 740.030 (setecentos e quarenta mil e trinta) postos de trabalho, contrastando com os indicadores contidos no relatório económico do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

Os números do mercado de trabalho desta unidade de ensino superior apontam que em 2009, apenas 386 mil novas vagas foram preenchidas, com uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto de 2,4% e o desemprego foi estimado em 24%.

Por fim, os sectores da agricultura, pescas, comércio, urbanismo e construção foram os que mais empregos geraram ao longo deste período.

"O sector do comércio tem absorvido muitas pessoas que antes se dedicavam à actividade no mercado informal", referiu, reconhecendo que nos últimos anos se tem verificado uma tendência crescente de outros sectores, em função do clima favorável que o país oferece. O sector de hotelaria e turismo é o que

mais desponta nas estatísticas, aumentando o serviço e a oferta de geração de emprego.

Petróleo. Ainda não se pode falar do desenvolvimento do país e investimentos em projectos sociais sem envolver, incondicionalmente este recurso não renovável. O Executivo aproveitou, nos últimos anos, as receitas crescentes do sector e não só para

continuar a recuperar e reabilitar as infra-estruturas, mas também, para engrossar a lista de afortunados.

As estimativas das autoridades, para este ano, são o regresso às taxas de crescimento da economia a níveis pré-crise e o país duplicará o ritmo de crescimento assente na expansão do sector petrolífero e não-petrolífero, que em 2011 cresceu 11,2%.

"Sectores como as pescas, indústria transformadora e a construção estão em franca expansão, sustentando uma crescente diversificação da economia pelo menos em termos de prognósticos. Estes três sectores representaram cerca de 27% da economia no ano passado, contra 15% em 2010", rematou ..

A economia não pode estar dissociada do sector petrolífero, que ainda é a sua principal fonte de receitas, representando 42% do Produto Interno Bruto .

## 1.2 Inflação em Luanda varia 2,03 por cento durante o primeiro trimestre deste ano

*Jornal de Economia e Finanças*  
10 de Julho de 2012

No I trimestre de 2012, a taxa de inflação situou-se em 2,03 por cento, isto é, 1,41 pontos percentuais abaixo do verificado no trimestre precedente (3,44 por cento). As classes que mais variaram foram mobiliário, equipamento doméstico e manutenção (3,31 por cento); bebidas alcoólicas e tabaco (2,68 por cento); bens e serviços diversos (2,51).

De uma forma geral, observa-se que as pressões inflacionistas foram menores no I trimestre de 2012 relativamente ao trimestre anterior. A inflação acumulada até Março de 2012 foi de cerca de 2,03, contra 2,27 verificado no período homólogo, valores coincidentes com os da inflação trimestral.

### IPC

O Índice de Preços no Consumidor em Luanda variou 2,03 por cento no I trimestre de 2012, contra 3,44 por cento verificado no IV trimestre de 2011,



devido ao efeito sazonal da quadra natalícia. As variações mensais do trimestre foram de 0,73 por cento, 0,69 por cento e 0,60 por cento, para Janeiro, Fevereiro e Março, respectivamente.

A variação trimestral dos preços no consumidor esteve associada, principalmente, a classe mobiliário, equipamento doméstico e manutenção (3,31 por cento), das classes bebidas alcoólicas e tabaco (2,68 por cento) e da classe bens e serviços diversos (2,51 por cento).

No entanto, no período em análise, as subclasses que mais variaram foram os serviços de conservação e reparação (10,11 por cento), materiais para manutenção e reparação (8,19 por cento) e produtos têxteis (6,91 por cento).

No que respeita às contribuições, no primeiro trimestre de 2012, as mais significativas verificaram-se na classe alimentação e bebidas não alcoólicas (1,06 pontos percentual), na classe mobiliário, equipamento doméstico e manutenção (0,20 p.p.) e na classe vestuário e calçado (0,16 p.p.).

De realçar que a contribuição da classe alimentação e bebidas não alcoólicas foi menor relativamente ao trimestre anterior, em cerca de 0,92 pontos percentuais. Dentro da classe alimentação e bebidas não alcoólicas, as subclasses que mais contribuíram foram legumes e tubérculos, com 0,23 pontos percentuais, a pão e cereais, com 0,22 pontos percentuais, peixes e mariscos, com 0,20 pontos percentuais.

Na classe mobiliário, equipamento doméstico e manutenção, as subclasses que mais se destacaram foram os produtos têxteis (0,08 p.p.), móveis e acessórios (0,04 p.p.) e serviço doméstico (0,04 p.p.). Na classe vestuário e calçado, as subclasses que mais variaram foram a vestuário com 0,11 pontos percentuais, e de calçados com 0,06 pontos percentuais.

#### Produtos

Em termos de produtos, os que mais contribuíram para a inflação durante os primeiros três meses de 2012 foram o pão casete, o carapau fresco e o óleo de soja, registando um contributo acumulado trimestral de 0,12 pontos percentuais, 0,11 pontos percentuais e 0,09 pontos percentuais, respectivamente.

Assim, analisando a variação e a contribuição trimestral das classes desde o início do ano de 2010, verifica-se que a de mobiliário, equipamento doméstico e manutenção teve maior variação no II

trimestre de 2011 e no trimestre em análise, cerca de 3,32 por cento e 3,31 por cento, respectivamente.

A classe bebidas alcoólicas e tabaco, por sua vez, registou a sua maior variação no IV trimestre de 2011 (3,59 por cento), tendo no trimestre em análise registado uma variação dentro da média habitual.

Com relação à classe bens e serviços diversos, as variações mais altas foram registadas no II trimestre de 2010 e no IV trimestre de 2011, com cerca de 5,27 por cento para ambos os períodos, tendo registado uma melhoria no trimestre em análise (2,51 por cento).

No que concerne às classes que mais contribuíram, no período de 2010 até a presente data, a de alimentação e bebidas não alcoólicas tem, como sempre, registado a maior contribuição para a inflação dos preços e um comportamento não padronizado.

#### IPG Acumulado

O Índice de Preços Grossista (IPG) acumulado de Janeiro a Março de 2012 foi de 2,20 por cento, tendo a variação acumulada dos produtos nacionais sido de 2,18 por cento ao passo que os produtos importados variaram 2,20 por cento. Comparativamente ao primeiro trimestre de 2012, as variações foram menores, sendo 2,95 por cento para o IPG global, 2,69 por cento para o IPG dos produtos nacionais e 3,02 por cento para o IPG dos produtos importados.

Durante o I trimestre de 2012, os produtos nacionais registaram variações de 1,85 por cento na secção agrícola, produção animal, caça e silvicultura, 2,59 por cento na secção pesca e 2,40 por cento na secção indústrias transformadora. Relativamente aos produtos importados, observaram-se variações de 1,36 por cento na secção agrícola, produtos animais, caça e silvicultura e de 2,24 por cento nos produtos industriais.

A variação homóloga do IPG denota uma trajectória descendente, tendo-se situado em 9,27 por cento, no acumulado do ano, cerca de 3,74 pontos percentuais abaixo do valor alcançado no ano anterior (13,01 por cento). Assim, as taxas de inflação homólogas registaram reduções de 4,56 pontos percentuais nos produtos nacionais (14,22 por cento) e de 3,52 pontos percentuais nos produtos importados (12,69 por cento).

### 1.3 Venda de garrafas versus nova maneira de sustentar a família

*Angolense*

*13 de julho de 2012*

Os vasilhames são vendidos em alguns armazéns especializados e até mesmo em empresas produtoras de bebidas e outros. A tarefa é exercida por mulheres e que dadas exclusividades do serviço foram apelidadas de "captadoras de garrafas" e muitas delas são rejeitadas pela sociedade.

Paulina Pedro é um dos casos de "cantadoras" de garrafas. Encontramo-la em sua residência rodeada pelos seus netinhos e de um aglomerado de garrafas que havia recolhido naquele mesmo dia. Acabava de chegar à casa quando a nossa equipa de reportagem pediu para ter uma conversa com ela. Segundo disse, a sua preferência recai nas garrafas de 25 a 33 centilitros, principalmente as de cerveja Cristal, Super Bock. Segundo explicou, vende o vasilhame a fábrica Vidrul. A única exigência da fábrica, referiu, é levar as garrafas já limpas. As dificuldades que encontramos têm a ver com o transporte das garrafas até a Vidrul. A fábrica tem transporte mas cobra 500 kwanzas por cada saco".

A maior parte das vezes o transporte fica por conta destas mesmas senhoras.

Por cada palheta como é chamada pelas catadores de garrafas, vendem-na a 10.000 (dez mil kwanzas) à fábrica.

As que conseguem vender 40 palhetas, por exemplo, de acordo as suas palavras podem arrecadar perto de 200.000 mil Kwanzas ou mais.

Segundo fez saber, antes o negócio era ignorado pela sociedade, mas hoje está difícil encontrar garrafas nas ruas.

"Hoje, este negócio não é feito apenas em Luanda, mas nas demais províncias, principalmente do Uíge e Zaire.

Vera Maria disse à nossa reportagem que exerce esta atividade de garrafas e recipientes de plásticos há já algum tempo.

Na zona do bairro do Golfe 11 há muita gente a "catar" garrafas nas pequenas e grandes lixeiras. Normalmente actuam de noite, depois do comércio informal "fechar as portas". A recolha de garrafas de vidro ou plástico não tem limites.

Tanto poder ser feita na Baixa corno nos bairros periféricos de Luanda e os recipientes custam 50 Kwanzas.

Manuel Roque, de 54 anos, disse que agora já não tem idade nem forcas para trabalhar.

"Vi neste ofício um meio de subsistência", garantiu.

Muitas mulheres vão à Funda comprar o vinho de palmeira (maruvo) para revender. Estas também compram o vasilhame. A comerciante Paulina Freitas, de 26 anos revela o circuito comercial: "nós compramos maruvo na Funda. Lá as pessoas já reservam o recipiente que trazemos cheio".

Questionada se as garrafas estão em condições de higiene, Paulina Freitas respondeu: "nós temos o cuidado de lavar bem as garrafas. Só depois é que engarrafamos o maruvo. E ainda não tivemos reclamações de pessoas que tenham ficado doentes por causa das garrafas".

As mulheres que procuram garrafas de vidro ou de plástico nas lixeiras estão familiarizadas com o "ambiente". Elas giram a montanha de lixo e cada uma ocupa uma área para procurar o seu "tesouro".

Ana Domingos cortou um dos dedos ao puxar um garrafão que tinha o gargalo partido. Estava difícil puxar para cima a proteção em plástico do garrafão e tirar o vidro. "Isto não é nada. Já vivemos coisas piores. Precisamos de trabalhar para dar de comer às nossas crianças", disse Ana.

Para além do combustível que revende, Ana Domingos também vende garrafas a outros vendedores de bebidas. "Recolho centenas de garrafas, lavo-as bem em casa e depois as revendo aos meus clientes. Desse trabalho consigo tirar o dinheiro para uma refeição por dia para a família".

As mulheres "apanhadoras" de garrafas e outros recipientes não têm jornadas definidas de trabalho. Elas labutam até que consigam recolher um determinado número de garrafas que permite vender o mínimo necessário para sustentar a família. Elas trabalham com o lixo mas nunca interferem com o trabalho das equipas de limpeza urbana.

A nossa equipa de reportagem interpelou um dos carros de limpeza de Luanda que trabalhava na zona da Lixeira, no bairro do Golfe II para saber se as "apanhadoras" têm provocado algum incómodo e a resposta foi clara: são nossas mães e não podemos impedir que façam o seu trabalho. Muitas vezes temos até ajudado a separar os recipientes para elas. Mas outras vezes somos obrigados a impedi-las de aceder ao lixo porque Podem contrair doenças". O que para uns dá nojo, para outros é visto como trabalho.

Apesar do cheiro nauseabundo há muita gente a recolher o que para muitos já não tem valor. A venda

de recipientes de plástico ou vidro permite a essas pessoas sobreviver.

Nas lixeiras as "apanhadoras" encontram garrafas de cerveja, de água, de suma de vinho e outros líquidos. Ana Domingos reconheceu que as "apanhadoras" e, sobretudo, as crianças correm o risco de contrair doenças porque se expõem ao lixo. "Muitas de nós já apanharam infeções neste trabalho. Uma das nossas colegas até morreu. Sabemos que ao trazer as garrafas para casa, os nossos filhos também colocamos em perigo a vida deles, por isso o meu filho só carrega os sacos e eu como pai devo entrar ao lixo e fazer a recolha, para depois vender e sustentar a família", explicou, acrescentando que, "temos muitos filhos em idade escolar, nós como pais temos a obrigação de sustentar os nossos filhos para não caírem no álcool na juventude", contou. Apanhar garrafas de plástico ou de vidro é uma actividade que muitas mulheres adotaram para sustentar as famílias.

Nos locais onde existem lixeiras, lá andam elas à procura de plástico ou vidro que depois vendem em armazéns especializados ou revenderem o vasilhame recuperado do lixo.

Andam de lixeira em lixeira a "catar" os resíduos. Vera Maria, por exemplo, explicou que anda no referido negócio há seis anos: "recolho os bidões de água mineral para vender bebidas alcoólicas caseiras e as garrafas de vidro para vender petróleo".

Na zona do bairro do Golfe 11 há muita gente a "catar" garrafas nas pequenas e grandes lixeiras. Normalmente actuam de noite, depois do comércio informal "fechar as portas". A recolha de garrafas e garrafões de vidro ou plástico não tem limites. Tanto poder ser feita na Baixa como nos bairros periféricos de Luanda e as grandes a 50 kwanzas.

Segundo o nosso entrevistado, Manuel Roque de 54 anos disse que agora já não tenho idade nem força para trabalhar, Vi neste ofício um meio de subsistência.

Muitas mulheres vão à Funda comprar o maruvo para revender. Estas também compram o vasilhame. A comerciante Paulina Freitas, de 26 anos revela o circuito comercial: "nós compramos maruvo na Funda. Lá as pessoas já reservam o recipiente que trazemos cheio". Questionada se as garrafas estão em condições de higiene para receber bebidas, Paulina Freitas respondeu: "nós temos o cuidado de lavar bem as garrafas. Só depois é que engarrafamos o maruvo. E ainda não tivemos reclamações de pessoas que tenham ficado doentes por causa das garrafas.

As mulheres que "procuram" garrafas, garrafões e bidões de vidro ou de plástico nas lixeiras estão familiarizadas com o "ambiente". Elas giram a montanha de lixo e cada uma ocupa uma área para procurar o seu "tesouro".

Ana Domingos cortou um dedo ao puxar um garrafão de vidro que tinha o gargalo partido. Estava difícil puxar para cima a proteção em plástico do garrafão e tirar o vidro. "Isto não é nada. Já vivemos coisas piores.

Normalmente actuam de noite, depois do comércio informal "fechar as portas". A recolha de garrafas e garrafões de vidro ou plástico não tem limites.

Precisamos de trabalhar para poder dar de comer às nossas crianças", disse Ana Domingos. Para além do combustível que revende, Ana Domingos também vende garrafas a outros vendedores de bebidas. "Recolho centenas de garrafas, lavo-as bem em casa e depois as revendo aos meus' clientes. Desse trabalho consigo tirar o dinheiro para uma refeição por dia para a família".

"Temos muitos filhos em idades escolar, nós como pais temos a obrigação de sustentar os nossos filhos para não caírem no álcool na juventude", contou.

#### 1.4 Programa de crédito ao micronegócio atinge níveis elevados desempenho

*Jornal de Angola*  
13 de Julho de 2012

O Programa afirma que iniciou, na semana passada, a entrega dos primeiros financiamentos directos de kits de apoio à actividade económica, tratando-se de instrumentos destinados ao desempenho dos ofícios de canalizador, electricista, lavagem de carros, mecânico-auto, pedreiro, serralheiro, além de meios de transporte de pessoas e mercadorias.

A curto prazo, vão ser entregues mais kits, para as profissões de cabeleireiro, engraxador, recauchutagem de pneus, corte, costura e pintura, pastelaria e cozinha.

O programa realça que as condições bancárias associadas ao processo são "especiais". Os micro-empresários podem obter uma taxa de juro fixa de dois por cento, para um montante máximo de 679 mil kwanzas, com reembolso previsto a cinco anos e com um período de carência até 12 meses.

## Papel do BUE

Na província do Huambo, onde foi inaugurado o primeiro (BUE), mais duas mil firmas em nome individual de microempreendedores foram constituídas num período inferior a dois meses.

O coordenador do BUE no Huambo, Pedro Filipe, assegurou que o Banco de Comércio e Indústria (BCI) disponibilizou, para o financiamento dessas firmas, mais de 400 milhões de kwanzas, em acções que visam incentivar o empreendedorismo entre a juventude.

O BUE atende todos os dias mais de 80 pessoas que procuram criar as suas empresas. Neste momento regista-se uma elevada procura dos serviços do balcão único, principalmente por parte da juventude que quer contribuir para o desenvolvimento social e económico na província. "Mais de 30 processos de sociedades comerciais estão concluídos pela unidade técnica municipal, aguardando apenas pelo financiamento do banco", adiantou.

Espera-se, para breve, a inauguração de BUE nos municípios da Ucuma, Caála, Bailundo e Mungo.

Em Luanda, já operam sete BUE, nos municípios do Cazenga, Belas, Cacuaco, Viana, Quissama, Icolo e Bengo e Viana (quilómetro 30), onde os primeiros financiamentos com base em facturas pró-forma começaram a ser concedidos a candidatos habilitados ao crédito. O programa do PROAPEN visa fomentar o auto-emprego, combater a pobreza, aumentar o recurso à banca e formalizar a economia.

O crédito intermediado pelo programa está disponível em dois formatos: o financiamento directo pela disponibilização de kits de apoio à actividade económica e o financiamento para a aquisição de bens e serviços.

## 1.5 Desempregados na linha de frente

*Folha 8*

*14 de Julho de 2012*

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) deu abertura ao concurso público para candidatas a brigadistas leitoral e o final do acta está marcado para amanhã, 15.07. Folha8 visitou seis dos vários postos de inscrição e constatou a adesão, inúmeras pessoas pretendem fazer parte dos que garantirão, na base, a execução das eleições.

Trata-se de uma tarefa que, a prior, deveria orgulhar e interessar grande parte dos cidadãos, pois ao participarem no acta, não apenas como eleitor,

estariam a colocar as respectivas pedras para a construção do País, no caso, da democracia.

No entanto, este sentimento que deveria nortear os candidatos está a ser ofuscado pela necessidade financeira dos mesmos, a maioria é desempregada e vive inúmeras dificuldades. Desta feita, assume concorrer sobretudo por necessidade financeira.

Tal realidade, Folha8 constatou numa ronda que efectuou em seis dos vários pontos de inscrições. Foram os casos da escola 4005 nos combatentes, escola 5002 no distrito do Rangel, complexo escolar do Cazenga, na identificação do Cazenga, escola 7053 e no Marco Histórico do Cazenga.

"Dizem que será quarenta ou cinquenta mil kwanzas, mas seja o que for será sempre bem-vindo porque é melhor que nada", explicou uma das candidatas interpelada na escola 4005 onde chegou pouco depois das 5 horas. Aliás esta é a hora em grande parte dos fazem-se aos locais. "É verdade que também devíamos estar a pensar nisso (contributo no sucesso das eleições) mas, como dizem, a necessidade é maior que a moral. Não oi o dinheiro que mais me comoveu a candidatar-me", revelou, por sua vez, Maria da Silva, desempregada de 37 anos e mãe de dois filhos.

Recordou que também trabalhou nas eleições passadas e comprou uma geleira com os 30 mil kwanzas que recebeu. Quanto ao que perspectiva fazer com dinheiro que receber, caso consiga trabalhar, adiantou que reiniciará o negócio de venda de cerveja que foi a Falência há alguns meses.

"Eu não tenho nenhum partido no coração, nem pretendia votar porque estou cansada com o País por continuar desempregada apesar de participar em tantos concursos públicos, mas vou pôr esta decisão de parte por causa deste emprego porque os 30 ou 40 mil kwanzas me dariam um bom jeito", revelou por sua vez Laura Simão que há 11 anos terminou o curso médio de Educação, mas nunca conseguiu dar aulas.

Tal como muitos dos que falara à reportagem também trabalhou nas eleições passada e apela no sentido das autoridades criarem condições para evitar o atraso que se verificou no pagamento do subsídio das eleições de 2008.

"Aquele atraso comprometeu os planos que eu tinha feito e, na altura, prometi para mim mesma não mais participar em coisas do género mas a necessidade está a falar alto, dizem que vão dar 50 ou 45 mil kwanzas que me dariam uma grande ajuda", calculou Catiana de Jesus, estudante universitária de 24 anos de idade.

No entanto, também são muitos os empregados que pretendem trabalhar como brigadistas e é no meio destes que se encontram alguns que dividem, ao meio, o interesse financeiro e o orgulho de trabalhar nas eleições. Tal é o caso de Walter Cristóvão de 41, pai de 5 filhos e professor. Apesar de reconhecer que algumas pessoas precisam mais do que ele, pois estão desempregadas, argumenta que o que ganha enquanto professor do ensino secundário é insuficiente para atender as necessidades pelo que também corre atrás dos recursos financeiros.

"Mas independentemente disso também é um orgulho poder participar de uma outra forma senão apenas como eleitor". Enquanto isso, vozes correm dando conta que os brigadistas não serão pagos.

Como nota conclusiva, os desempregados destacam-se entre os candidatos e a necessidade financeira levam-nos a esquecer os outros valores de fazer partidos dos que trabalharão. Entre os empregados também há quem também só está a pensar no dinheiro, mas é neste seio onde encontram-se os que encaram a possibilidade de trabalhar também por orgulho.

Inúmeros são os apelos, sobretudo dos que trabalharam nas eleições passadas para criarem-se as condições no sentido de pagar-se logo após os trabalhos. Outra noite do Folha8 é que alguns que trabalharam em 2008 ficaram sem o dinheiro como resultado do atraso e conseqüente desorganização.

## 1.6 Executivo cria emprego para combater a pobreza

*Jornal de Angola*  
15 de Julho 2012

Os municípios do Tômbwa já têm acesso aos novos serviços municipais da Segurança Social e têm à sua disposição o programa de empreendedorismo na comunidade.

João Ricardo, 36 anos, comerciante, foi um dos 230 jovens que beneficiaram do microcrédito "Sol Amigo", do Banco Sol, parceiro do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social no programa que visa apoiar o empreendedorismo em todo o país.

Casado e pai de seis filhos, João Ricardo é proprietário de uma cantina. Com o dinheiro recebido está a investir na abertura de uma nova loja e pode empregar mais duas pessoas.

Celestina Maumbo, de 34 anos, também faz parte do primeiro grupo que recebeu apoio para relançar o seu negócio de venda de produtos numa cantina.

Mãe de dois filhos, ela frequentou um seminário de formação no Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional do Tômbwa, com o objectivo de aprender a fazer o melhor uso do dinheiro que recebeu.

"Aprendemos que devemos fazer tudo para guardar as nossas receitas financeiras no banco, fazer poupanças e outras formas de multiplicar os nossos lucros", disse.

O vice-ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Sebastião Luquinda, recordou que o projecto surgiu de uma orientação do Chefe do Executivo e vai permitir empregar milhões de pessoas em todo o país, dando resposta ao programa de combate à pobreza.

"A pobreza combate-se com o emprego. O emprego permite que as pessoas obtenham rendimentos para si e para as suas famílias, e paguem impostos ao Estado, para que este possa também investir em novas infra-estruturas", disse o vice-ministro.

Em visita de dois dias ao Namibe, vice-ministro realçou o facto do Tômbwa ser o quarto município do país a beneficiar dos novos serviços municipais da segurança social, apelando à população para preservar o edifício construído de raiz e os equipamentos nele disponíveis.

"O país tem muitos municípios, mas a inauguração do quarto balcão dos novos serviços da segurança social aqui, representa a importância que o Tômbwa tem para nós", referiu o vice-ministro. O programa de empreendedorismo na comunidade foi lançado pelo MAPESS em Agosto de 2008, no município do Cazenga, em Luanda, para criar oportunidades a quem pretenda começar o seu próprio negócio ou que já tenha o seu negócio e tem necessidade de ampliá-lo.

De acordo com o director da Incubadora de Empresas, do MAPESS, Jacinto Ferreira, o Executivo tem feito um esforço no sentido de criar estruturas de formação profissional em todo o país, mas por várias razões os jovens formados nem sempre conseguem enquadramento no mercado de emprego.

"Por isso criámos este programa que visa sobretudo dar os empreendedores cursos de gestão de pequenos negócios e garantir-lhes o crédito "Sol Amigo", disse. Jacinto Ferreira deu a conhecer que o programa de empreendedorismo na comunidade está implantado em 17 províncias, faltando apenas o Cunene, onde vai ser lançado ainda no decorrer deste mês. Desde

2008, o programa já beneficiou 8.264 empreendedores, na sua maioria jovens.

Cândida Celeste

A governadora do Namibe, Cândida Celeste, referiu que os dois projectos dão resposta às necessidades que o município do Tômbwa sentia no campo da proteção social e do empreendedorismo.

"A criação de condições que permitam levar o desenvolvimento económico às comunidades tem sido preocupação do Governo Provincial e tudo temos feito para que os programas ganhem corpo", disse a governadora provincial.

"Estes serviços, integrados com os serviços da banca e do emprego, representam uma mais-valia para a província e para o município do Tômbwa", salientou.

Cândida Celeste destacou que os novos serviços de segurança social no Tômbwa vão permitir que os trabalhadores do município deixem de se deslocar à sede provincial e que o programa de empreendedorismo na comunidade dá a oportunidade aos jovens de lançarem os seus próprios negócios e verem resolvidos os seus problemas.

"Vamos ter mais empregos e suprir as dificuldades e carências que muitas famílias ainda vivem neste município", disse Cândida Celeste. O programa vai possibilitar o enquadramento dos jovens desempregados e permitir a estabilidade económica.

"Com todas estas realizações, estamos cientes de que a população do Tômbwa acredita que estamos no caminho certo e que é preciso ter esperança no futuro do nosso país", disse, apelando à população local para que exerça com civismo o seu direito de voto nas eleições gerais de 31 de Agosto.

O município do Tômbwa vai ter em breve o segundo Balcão Único do Empreendedor (BUE) do Namibe, anunciou a governadora. No Tômbwa, onde o programa foi lançado oficialmente sexta-feira, 230 pessoas já receberam os seus créditos, ao passo que no município sede, Namibe, foram formados 93 empreendedores que vão também beneficiar do crédito "Sol Arnigo".

## 1.7 A Justiça a nível é para os ricos e a criminal para os pobres

*O País*

*20 de Julho de 2012*

O juiz Graça Tchipepe propõe a reforma completa do Código das Custas Judiciais, por achar que "constitui um dos campos de eleição do flagelo da morosidade da tramitação processual em juízo, dada a extensão da sua estrutura e a forma complexa como regula os actos de tributação forense, sendo reconhecida a sua difícil acessibilidade à generalidade dos cidadãos, bem como a grande maioria dos operadores da administração da justiça, com evidentes prejuízos para todos os interessados", escreve na contra-capta do seu livro sobre as "Custas Judiciais e o seu regime jurídico em Angola".

Em declarações a O PAÍS, Tchipepe explica que o Código vigente das Custas Judiciais além de ser estrutura complexa é do tempo colonial, o que significa estar desactualizado para o nosso contexto.

"A lei sobre a Actualização das Custas Judiciais e da Alçada dos Tribunais não resolveu o problema, porque é necessário e urgente fazer-se uma revolução legislativa de todo o sistema processual angolano - Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código de Processo Administrativo, Código de Processo Laboral e Código de Processo Tributário de fio a pavo, adequando-o às necessidades e exigências do tempo actual e perspectivas futuras.

Tchipepe sugere, por outro lado, que as Custas Judiciais nos futuros diplomas sejam estabelecidas segundo os ordenados dos angolanos. De outro modo a justiça nunca irá servir o cidadão comum. "As custas judiciais hoje são muitos caras para os cidadãos. Tenho dito, em face dos presentes diplomas, que os crimes cíveis são para os ricos e os criminais para os pobres".

Para ilustrar a situação, o juiz narra no seu livro histórias de cidadãos que viram os seus bens penhorados por incapacidade de pagamento das custas judiciais. "As Custas Judiciais ou Taxa de Justiça é o valor utilizado como critério correspondente ao pagamento dos serviços prestados pelo Estado, enquanto detentor do poder soberano de julgar e que deve ser suportado por quem recorre ao tribunal para litigar. É, em princípio, pré-estabelecido para evitar que sejam aleatórios".

Graça Tchipepe lecciona as disciplinas de Custas Judiciais e Assistência Judiciária e da Prática dos Actos Judiciais, no Instituto Nacional de Estudos

Judiciários de Angola e no Centro de Formação da Ordem dos Advogados de Angola.

Em entrevista recente a O PAÍS, Solange Machado, da Associação das Mulheres Juristas, reconheceu que "as custas judiciais são bastante elevadas. Muitas vezes, até para nós, que pretendemos ajudar, é difícil. O elevado valor das custas judiciais é uma barreira para o acesso à justiça", (ver edição de O PAÍS de 21 de Março de 2012).

Segundo o bastonário da Ordem dos Advogados De Angola, Hermenegildo Cachimbombo, há em média cinquenta pedidos de patrocínios judiciais por mês, a maioria dos quais proveniente de Luanda.

## 1.8 Os Preços nas lojas aumentaram mais do que os preços nos armazéns

*Expansão*

*27 de Julho de 2012*

Os preços em Angola estão a aumentar mais rapidamente na venda a retalho do que na venda a grosso, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) que revelam que, em Junho passado, o índice de preços no consumidor (IPC) subiu 10,11% face ao mesmo mês do ano anterior, enquanto no índice de preços por grosso (IPG) a subida foi de apenas 8,15%.

Questionado sobre se o actual cenário significará a existência de alguma especulação de preços no retalhista, o economista Carlos Pedro, que também é membro do INE, descarta a hipótese.

"O relatório do INE quer dizer que o preço da caixa está a subir menos que o preço da unidade", explica Carlos Pedro. Isso pode ter que ver com a cadeia de distribuição. "Não se deve perder de vista, por exemplo, que o comércio informal ainda é muito elevado na economia angolana", salienta.

E natural que "os preços a nível do grossista sejam mais baixos que no retalhista". Os produtos adquiridos nos grossistas, designadamente nos armazéns, têm custos adicionais, por exemplo de transporte, até chegarem aos locais de venda a retalho.

Segundo Carlos Pedro, estes custos adicionais acabam por se reflectir no consumidor final. "Daí termos actualmente uma inflação no grossista de 8,15% e uma inflação no retalhista ou ao consumidor final de 10,11%, uma diferença de cerca de 2 pontos percentuais", sublinha.

"A inflação no grossista já está em um dígito, em linha com as metas do Executivo, ao passo que a inflação no retalhista permanece em dois dígitos", constata.

Indagado a esclarecer as diferenças dos dois índices de inflação divulgados pelo INE, Carlos Pedro esclarece que o IPC capta a informação de preços a nível do consumidor final, nos pontos de venda a retalho. Em relação ao IPG, o técnico salienta que este item capta os preços nos locais que vendem a grosso.

Seja a grosso, seja a retalho, os dados divulgados pelo INE revelam uma desaceleração do ritmo de crescimento dos preços nos últimos meses. "Já houve períodos em que a taxa de inflação no grossista estava acima dos dois dígitos, puxando o IPC no retalhista alguns pontos percentuais para cima, à volta de 3%." Ao que tudo indica, a meta do Executivo, que persegue uma taxa de variação do IPC abaixo de dois dígitos, deverá ser cumprida este ano. Este indicador económico constituiu no passado uma das principais dores de cabeça do Governo.

Foi em função deste quadro que o Presidente da República, num dos seus discursos, em 2010, se referiu à necessidade de se efectuar um estudo para se apurar as principais razões que estão na subida constante dos preços.

De lá para cá, foram tomadas medidas, nomeadamente aduaneiras, como a contratação de uma empresa inglesa para modernizar os processos da alfândega. Objectivo: atacar problemas administrativos que penalizavam os preços de venda. Na última semana, o ministro dos Transportes inaugurou a Bolsa Nacional de Frete, um instrumento que prevê combater ainda mais o efeito do factor transporte sobre o preço final do produto.

Os transportes sempre foram considerados um factor crítico a nível da formação dos preços, este factor é considerado pelos consumidores como um dos que mais encarecem o preço dos produtos.

Os fantasmas por combater Por outro lado, há ainda dois fantasmas por combater, entre eles está o facto de os portos nacionais ainda serem considerados de risco. Daí, o custo de transporte de um contentor da Itália para Hong-Hong, por exemplo, ser menos elevado que o custo de transporte da mesma mercadoria da Itália para Angola. Um factor que, na opinião dos importadores, deve ser levado em conta pelas autoridades para que nos próximos anos se possa atingir o nível de inflação perto de 1%.

Outra medida apontada como necessária, por parte do Executivo, é a garantia de que a produção nacional seja mais barata ou mesmo tenha preços competitivos relativamente às importações, referiu José Severino, presidente da AIA, em recentes declarações ao Expansão.

Relativamente a alguns instrumentos que Executivo tem estado a utilizar para impulsionar a produção nacional, a reactivação dos Nosso Super, instituição criada para garantir que a produção nacional chegue mais barata ao consumidor final, é observada como um bom indicador.

Entretanto, os especialistas recordam que, a nível da agricultura, a estiagem está a prejudicar as metas de produção local, resultando, como consequência, que os preços da produção nacional estejam mais altos que os preços das importações, apesar de algumas medidas já adoptadas pelo Executivo para reverter o quadro, e alertou o FMI na sua última revisão sobre crescimento da economia angolana.

Segundo o FMI, as perspectivas permanecem favoráveis à redução da inflação, sendo que a instituição de Bretton Woods está mais optimista em relação ao desempenho do Executivo, prevendo a queda da taxa de inflação para 9%, este ano, e 8% em 2013.

Caso o Executivo continue a efectuar as reformas a que se propôs, não será novidade se nos próximos 10 anos a taxa de inflação vier a estar próxima de 1 %, conforme se verifica na Europa e em alguns países africanos, nomeadamente a África do Sul.

## 1.9 Angolanos com pouca produtividade

*A Capital*

*28 de Julho de 2012*

Estudo apresenta Angola como uma economia onde a taxa de produtividade por trabalhador é, ainda, significativamente baixa, quando comparada com a realidade de muitos outros países da SADC.

Dados constantes do mais recente relatório economia do CEIC são elucidativos quanto a matéria em questão.

Dizem que o valor da produtividade por trabalhador empregado no mercado angolano, em 2011, foi de 13500 dólares. Em relação ao ano de 2009, as contas do Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola referem ter havido uma recuperação desse indicador em cerca de 4300 dólares.

Tal recuperação, porém, é, aos olhos dos responsáveis pelo estudo, similar a gota de água no oceano, quando comparada com aquilo que são os níveis de produtividade em países como a África do Sul e, até mesmo do resultado do desempenho do trabalhador nas Maurícias e no Botswana.

De acordo com aquela instituição de investigação científica, o valor da produtividade do trabalhador empregado no mercado sul-africano, em 2011, rondou os 55 mil dólares norte americanos, enquanto no mesmo período a média brutal aparente avizinhou-se dos 42 mil nas Maurícias e no Botswana.

Tais indicadores mostram como a produtividade em Angola apresenta, ainda, índices muito baixos, a julgar pela avaliação dos analistas do CEIC, sobretudo quando, estes, inserem o país em contextos internacionais.

Seja como for, o relatório não deixa de realçar o facto do valor desse indicador ter, como referido acima, registado uma forte recuperação, em 2011, face a 2009. E tal sucedeu por conta de uma taxa de crescimento do PIE acima de 3 por cento e uma menor intensidade do incremento do emprego, a par de uma melhor organização das empresas. A isso se associam esforços como uma maior formação dos quadros e trabalhadores que concorreram para tal.

Entretanto, sublinha o estudo, "não se pode perder de vista a circunstância de ser a produção de petróleo onde este indicador atingiu valores verdadeiramente galácticos, influenciando, assim, a média nacional".

As disparidades inter-sectoriais são, segundo se lê no relatório, muito elevadas, perdendo significativamente, por exemplo, a comparação entre a produtividade bruta aparente do sector do petróleo e da agricultura.

"São dois mundos diferentes e situados nas antípodas um do outro", sublinha o estudo cuja realização teve a coordenação do economista angolano Alves da Rocha.

Na verdade, as diferenças sectoriais de produtividade do trabalho confirmam os desequilíbrios estruturais da economia angolana. Isso mesmo lê-se no relatório económico de Angola 2011, onde se constata que mesmo dentro da economia não petrolífera, "os desequilíbrios são enormes", aparecendo o sector primário como o mais definhado.

Nesse aspecto, a situação em 2009 foi a mais dramática desde 2002, registando-se perdas significativas na eficiência da economia, o que, segundo o estudo, "pesa negativamente sobre a competitividade do país".



Tal situação tem outras implicações, uma das quais, o facto de inviabilizar a introdução de ajustamentos salariais positivos, com o propósito de emendar a subida de preços e "melhorar a qualidade de vida das famílias dos trabalhadores".

Indicadores que desfazem dúvidas

o facto de os níveis de produtividade atribuídos ao país serem ainda insignificantes na sua paridade com os de outros Estados membros da região austral reforça a posição dos que, como o professor Maurício Ndombele, consideram utópico acreditar na possibilidade de Angola vir, até 2016, a ultrapassar a primeira economia do continente, como prevê o Economist Intelligence Unit (EIU), no seu mais recente relatório.

Em tal relatório, a EIU reporta que Angola deverá ultrapassar o porte económico da África do Sul, dentro de quatro anos, previsão que, aos olhos daquele especialista, aparenta ser um sonho que, na realidade, "não passa disso mesmo", pelo menos, nos timing em que é admitida tal probabilidade.

Ele baseia essa sua apreciação em indicadores que reflectem o peso do gigante africano, no contexto do continente, onde o país mais ao sul de África aparece no topo da hierarquia. Ou seja, é maior economia do também considerado continente negro, por conta do seu Produto Interno Bruto (PIB), que, nas contas desse especialista, é "cinco vezes maior que o PIB angolano".

E, como disse Maurício Ndombele, por mais que a economia de Angola cresça a uma taxa em torno dos 10 por cento como é previsto por várias organizações internacionais, e a da África do Sul registre crescimento nulo, "não seria em 2016 que a última seria suplantada por Angola".

Os números referentes das duas economias permitem concluir que a distância entre si é abismal, com a Angola a estar em posição muito inconfortável, a começar pelo facto do país lusófono não dispor de uma indústria que lhe permite disputar com o gigante africano.

Só para lembrar, a África do Sul, ela sozinha, representa cerca de 25 por cento do produto interno bruto do continente, por conta do seu PIB contabilizado em 524 mil milhões de dólares em 2010, enquanto que o valor de todos os bens e serviços finais produzidos pelos diferentes sectores da atividade económica em Angola situou-se, nesse mesmo anos em 107 mil milhões de dólares, cinco vezes abaixo do valor da riqueza gerada pela sul africana.

O mesmo sucede em relação a taxa de produtividade por trabalhador, em que a dos angolanos é quatro vezes inferior ao valor da produtividade empregado na economia sul-africana.

Em nome da produtividade

Não é por mero acaso que o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) insiste no apelo aos trabalhadores para uma maior observância de aspectos como a pontualidade e assiduidade no emprego.

É um pouco também a pensar no aumento da produtividade nas empresas, segundo justificação daquele organismo, cujos responsáveis se têm desdobrado em iniciativas que visam sensibilizar os trabalhadores nesse sentido.

Consideram que os constantes atrasos e ausências nos locais de trabalho têm sido causas da quebra de produtividade, o que, segundo aquela instituição, tem influência negativa sobre a taxa de crescimento da economia nacional.

Conscientes disso, os trabalhadores, na maioria dos casos, justificam os atrasos com os engarrafamentos que se fazem sentir, sobretudo, em Luanda, onde muita gente fica horas a fio presa no trânsito.

A Associação Industrial de Angola (AIA), por exemplo, olha para este fenómeno como sendo um factor estrangulador da economia angolana, Segundo aquele organismo, anualmente, o país consente, na sequência disso, prejuízos na ordem dos 4 biliões de dólares.

## 1.10 País sai dos menos desenvolvidos

*Agora*

*28 de Julho de 2012*

A conferência das Nações Unidas sobre Comercio e Desenvolvimento (Unctad) diantou, num comunicado que, em concertação com outras agências da ONU, será dado todo o apoio no sentido de rever e melhorar as medidas que conduzirão à retirada do país da lista dos países menos desenvolvidos.

A secretária de Estado para a Cooperação, Exalgina Gamboa, deverá apresentar o relatório do Executivo na próxima sessão regular do departamento de Comercio e Desenvolvimento da Unctad, a ter lugar em Genebra de 17 a 28 de Setembro.

Na sua 14ª sessão, realizada em Março passado, a Comissão das Nações Unidas para a Política de

Desenvolvimento concluiu que Angola dispõe de pré-condições para ser retirada da lista dos países menos desenvolvidos, atendendo a que já dispõe de um rendimento nacional bruto "per capita" que é o dobro do mínimo exigido.

A categoria dos países menos desenvolvidos foi apresentada pela Unctad nos finais da década de 1960 do século passado, a fim de chamar a atenção internacional e criar mecanismos no sentido de inverter a deterioração das condições nos países mais vulneráveis da comunidade internacional.

Quarenta e oito países encontram-se actualmente na lista dos menos desenvolvidos, 33 dos quais em África, 14 na Ásia e Pacífico e 1 nas Caraíbas, tendo até à data apenas três países, Botswana em 1994, Cabo Verde em 2007 e Maldivas em 2011, saído da lista.

Por sua vez, o economista Antonino Kativa, reconheceu os esforços do governo, mas adverte que não podemos colocar a 'carroça à frente dos bois'.

"Seria desastroso o país registar novamente baixas nas reservas internacionais. Os indicadores actuais são animadores e é fundamental que a distribuição da riqueza seja mais equitativa, olhando para o rendimento das famílias", disse.

Assiste-se a um crescimento galopante de infra-estruturas, mas o nível de vida permanece muito alto e a falta de transparência nas contas públicas também penaliza a gestão do erário público. "São poucos os dados que se têm sobre as despesas públicas e quando são divulgados, alguns deles não conferem" referiu ..

"Os programas de combate à pobreza devem ser inclusivos, partindo das necessidades de cada região, e não uma gestão central com construção de casas que a maioria dos angolanos não terá possibilidade de adquirir", defendeu o nosso interlocutor.

Essas iniciativas podem melhorar a imagem do país na arena internacional; no entanto, é fundamental que os angolanos beneficiem ainda mais das riquezas do país através de melhores serviços sociais.

"Não temos um indicador do desenvolvimento humano no país e não sabemos a realidade dos angolanos de Cabinda ao Cunene. Por isso, é melhor passar das palavras às práticas", concluiu.

## 1.11 Retrato de um dos bairros históricos de Luanda

*Angolense*

*29 de julho de 2012*

Fundado no início do século XXI, mais propriamente em 1963 pelo trabalhador dos caminho-de-ferro, António Viana, o município dista a pouco mais de 20 quilómetros da capital. Um ano depois, isto é, em 1964 foi fundado o bairro da Sanzala. De acordo com a história, a Sanzala é composta por povos oriundos do Musseque Camama, Musseque Baía, Grafanil e Quilómetro 30.

Estes povos foram erguendo as suas cubatas dentro dos princípios urbanísticos arcaicos, as casas eram feitas de capim, pau-a-pique e outros objectos, com uma distância de cem metros uma da outra.

Segundo o ancião Adão Mateus, a população sempre teve como fonte de sustento a agricultura e outros derivados, potencial idade que foi se tornando cada vez mais rentável, quando algumas famílias começaram a produzir farinha de mandioca e a vendiam aos pescadores na Samba e Ilha de Luanda.

"Apesar disso, o bairro sempre chamou-se Sanzala porque as casas eram de capim, pau-a-pique e papelão; o serviço administrativo estava sob responsabilidade de um regedor", contou o ancião.

De acordo com o ancião, na zona leste do bairro, o império português ergueu 26 residências que veio a chamar de Regedoria e tinha como sobas os mais velhos Joaquim Cambidi e Diogo Parente.

Em função disso, o nome de Sanzala permaneceu porque os nativos não aceitavam a mudança e consideravam que se tratava apenas de uma imposição a cultura.

"Os mais velhos daquela época não aceitavam este nome de Regedoria, mas na câmara municipal reconheciam o nosso bairro de Regedoria, e isso persiste até hoje", contou Adão Mateus.

Em 1971, segundo Adão Mateus, no município de Viana, surgiu um projecto de longo prazo ligado ao sector da agricultura e água. Trata-se do Centro de Captação de Água do Kikuxi; o projecto era da responsabilidade da Sociedade de Fomento do Kikuxi, cujo objectivo era criar condições para às populações na área agrícola e não só. Segundo contou, o projecto veio a revolucionar a vida na comunidade, uma vez que a única actividade era a actividade no campo, sendo que a empresa responsável pela execução do Centro de Captação do

Kikuxi sob batuta de cidadãos Juguslavos viu-se obrigado a oferecer emprego aos cidadãos nativos que viviam na Sanzala/Regedoria.

"Mesmo assim, poucas pessoas aceitaram trabalhar neste projecto, alguns preferiram continuar a trabalhar nas suas lavras, dizendo que jamais deixariam as suas lavras para servir o Trabalho de escravo nas mãos de brancos e estrangeiros", contou com nostalgia o ancião Adão Mateus.

Ainda sobre o nome do bairro Sanzala, Adão Mateus disse que este tem muito a ver com o modo de vida das pessoas que aí habitam, pois que apesar dos tempos remotos a população ainda vive de muito atraso no que concerne a actual dinâmica social.

Adão Mateus, para além dos trabalhos no campo, sempre dedicou-se ao serviço de marceneiro (carpinteiro tóxico), profissão que herdou desde os seus 16 anos de idade. "Os meus pais não deixaram ir a escola, com ajuda de um vizinho aprendi a ler e a escrever, e os meus pais tinham medo que um dia fosse levado para servir os interesses. Políticos daquela época, porque o colono quando sabia que alguém fosse muito inteligente, mandava o matar para não despertar os demais", contou.

Os problemas candentes na Sanzala O recipiente de 25 litros de água é comercializado no preço de Noventa Kwanzas, enquanto a banheira de 50 litros importa 150 kwanzas.

Segundo os habitantes daquela circunscrição da capital, quando se regista falta de água na capital, os preços sobem e muitas das vezes são obrigados a percorrer longas distâncias para adquirirem a água potável. Entretanto, alguns moradores mostram-se esperançados com a pré-campanha eleitoral, já que nesse período, o partido no poder prometeu estender as suas políticas naquele bairro.

Já outra moradora, deolinda Carlos, diz não conseguir entender a situação, a julgar pela posição geográfica em que se encontra o município, com fonte de tratamento de água.

De acordo ainda com aquela moradora, quando se regista a falta de água na cidade capital, a vida naquele musseque torna-se um inferno, pois que para tomar banho e cozinhar recorrem a água mineral, o que é dispendioso. "As vezes somos obrigadas a comprar água mineral para cuidar da higiene pessoal", contou.

Face às dificuldades enfrentadas para obter qualquer estrutura de serviços básicos, numa maneira de chamar atenção as autoridades, os moradores pensaram baptizar o bairro de "Deolinda Rodrigues".

Quatrocentos dólares para energia eléctrica O bairro são alimentados por um Posto de Transformação (PT) suportado um número considerável de casas.

Para se conseguir a energia o interessado tem de desembolsar 400 dólares para o contrato, acrescido de um pagamento mensal de mil e quinhentos Kwanzas.

A energia é proveniente do bairro da SONEF e enquanto os cortes são constantes, nalgumas zonas a corrente é de muito baixa qualidade, levando à quem não suportam as oscilações. "Por falta de energia eléctrica já não conseguimos ler ou ver o telejornal. Com este clima, a solução é recorrer a rádios de pilhas ou dormir cedo. E de manhã vamos ao serviço com a roupa amarrotada, por falta de corrente eléctrica".

Apesar da pouca qualidade da energia, os anexos que vão surgindo dentro dos quintais acabam por electrificados, são de energia do bairro, uma situação que de certo modo tem contribuído para a má qualidade da mesma.

O nível de desordem começa pela comissão de energia, uma vez que os cabos usados para a distribuição estão fora do padrão, como por exemplo, postos eléctricos encontram-se degradados e os cabos ficam arriados a meia haste, colocando em risco a vida dos moradores.

Consumidores excede a capacidade do PT. "Olhando para as lâmpadas a impressão que uma pessoa pode ter é de que existe uma fita vermelha na lampada", lamentou Carlos Manuel, um dos moradores. Recentemente, o bairro registou um curto-circuito de maior proporção que deixou o bairro da Regedoria e arredores às escuras, sem qualquer explicação plausível da comissão de energia do bairro.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Crédito de campanha aumenta a produção. Apoio está enquadrado no programa do Executivo de combate à pobreza

*Jornal de Angola*  
04 de Julho de 2012

O município de Xá Muteba, na província da Lunda-Norte, tem vindo a registar progressos consideráveis no domínio da agricultura, com a concessão de Crédito Agrícola de Campanha aos camponeses organizados em cooperativas e associações.

A administradora municipal de Xá Muteba, Angélica Curita, disse ontem que, no âmbito do programa, 2.718 camponeses beneficiaram, até ao ano passado, de financiamento do Banco de Poupança e Crédito (BPC). Cada um dos associados recebeu 500 mil kwanzas, convertidos em meios agrícolas, como tractores, charruas, moto-bombas, motorizadas, semeadoras, pulverizadoras, enxadas, catanas, sementes e fertilizantes, com vista ao aumento dos níveis de produção. No ano em curso, frisou a administradora, mais de 120 processos de camponeses deram entrada ao BPC e aguardam o financiamento. Angélica Curita afirmou que os responsáveis do BPC garantiram à Administração Municipal, que antes do final do ano todos os camponeses que têm os processos organizados vão ser atendidos.

A administradora assegurou que programa do Executivo, que visa apoiar os pequenos e médios agricultores, está a contribuir para o aumento da produção. Os camponeses deixaram de praticar a agricultura rudimentar para uma actividade mais moderna, tendo em conta os meios colocados à sua disposição. Só no primeiro trimestre da presente época agrícola foram colhidas 400 toneladas de hortícolas, além de 44 de mandioca, cuja produção é comercializada, em grandes quantidades, nos mercados de Malange e Luanda. Actualmente, as autoridades municipais de Xá Muteba têm registado 81 associações e 14 cooperativas.

#### Repovoamento de gado

A administradora municipal, Angélica Curita, anunciou que se encontra em curso, em Xá Muteba, um programa de repovoamento do gado bovino. O programa de repovoamento visa o incentivo à criação de gado e a redução de importação de animais. Angélica Curita revelou que já foram distribuídas 182

cabeças de gado para criadores de várias partes do município.

#### Qualidade de vida

Abel Mulei Ngombo, responsável da Cooperativa Agrícola Yeza, no município de Xá Muteba, que já recebeu o crédito, considerou que esta acção do Executivo está a permitir lançar as bases para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. O agricultor salientou que o crédito está ainda a contribuir para as acções tendentes à redução dos níveis de pobreza no seio das comunidades. O financiamento, destacou, está igualmente a incentivar e a ajudar o aumento da produção na cooperativa, o rendimento dos trabalhadores e a sua qualidade de vida. A cooperativa de Abel Ngombo, que possui 150 hectares de extensão, dedica-se à produção de hortícolas, colhendo trimestralmente dez toneladas. Aposta também no cultivo de mandioca em grande escala.

#### Dinamizar o comércio

Abel Mulei Ngombo disse que o próximo passo da cooperativa é encontrar mecanismos eficazes para a dinamização da rede de comercialização de produtos. Realçou que a Cooperativa Agrícola Yeza está empenhada no relançamento da actividade agropecuária, daí a necessidade do Crédito Agrícola.

A fazenda emprega 20 trabalhadores, que recebem 1.000 kwanzas mensais. Os trabalhadores querem um aumento, fruto da carga laboral a que estão sujeitos. "Não é possível, de momento, satisfazer as actuais exigências dos funcionários, uma vez que aguardamos pela disponibilização do crédito agrícola de investimento", disse.

O reforço da capacidade financeira da cooperativa, disse Abel Ngombo, é importante, tendo em vista a mecanização agrícola, através da aquisição de novos meios de trabalho e transporte para o escoamento de produtos do campo para as potenciais zonas de comercialização.

### 2.2 Executivo cria emprego para combater a pobreza

*Jornal de Angola*  
15 de Julho 2012 Fonte

Os municípios do Tômbwa já têm acesso aos novos serviços municipais da Segurança Social e têm à sua disposição o programa de empreendedorismo na comunidade.

João Ricardo, 36 anos, comerciante, foi um dos 230 jovens que beneficiaram do microcrédito "Sol Amigo", do Banco Sol, parceiro do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social no programa que visa apoiar o empreendedorismo em todo o país.

Casado e pai de seis filhos, João Ricardo é proprietário de uma cantina. Com o dinheiro recebido está a investir na abertura de uma nova loja e pode empregar mais duas pessoas.

Celestina Maumbo, de 34 anos, também faz parte do primeiro grupo que recebeu apoio para relançar o seu negócio de venda de produtos numa cantina. Mãe de dois filhos, ela frequentou um seminário de formação no Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional do Tômbwa, com o objectivo de aprender a fazer o melhor uso do dinheiro que recebeu.

"Aprendemos que devemos fazer tudo para guardar as nossas receitas financeiras no banco, fazer poupanças e outras formas de multiplicar os nossos lucros", disse.

O vice-ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Sebastião Luquinda, recordou que o projecto surgiu de uma orientação do Chefe do Executivo e vai permitir empregar milhões de pessoas em todo o país, dando resposta ao programa de combate à pobreza.

"A pobreza combate-se com o emprego. O emprego permite que as pessoas obtenham rendimentos para si e para as suas famílias, e paguem impostos ao Estado, para que este possa também investir em novas infra-estruturas", disse o vice-ministro.

Em visita de dois dias ao Namibe, vice-ministro realçou o facto do Tômbwa ser o quarto município do país a beneficiar dos novos serviços municipais da segurança social, apelando à população para preservar o edifício construído de raiz e os equipamentos nele disponíveis.

"O país tem muitos municípios, mas a inauguração do quarto balcão dos novos serviços da segurança social aqui, representa a importância que o Tômbwa tem para nós", referiu o vice-ministro. O programa de empreendedorismo na comunidade foi lançado pelo MAPESS em Agosto de 2008, no município do Cazenga, em Luanda, para criar oportunidades a quem pretenda começar o seu próprio negócio ou que já tenha o seu negócio e tem necessidade de ampliá-lo.

De acordo com o diretor da Incubadora de Empresas, do MAPESS, Jacinto Ferreira, o

Executivo tem feito um esforço no sentido de criar estruturas de formação profissional em todo o país, mas por várias razões os jovens formados nem sempre conseguem enquadramento no mercado de emprego.

"Por isso criámos este programa que visa sobretudo dar os empreendedores cursos de gestão de pequenos negócios e garantir-lhes o crédito "Sol Amigo", disse. Jacinto Ferreira deu a conhecer que o programa de empreendedorismo na comunidade está implantado em 17 províncias, faltando apenas o Cunene, onde vai ser lançado ainda no decorrer deste mês. Desde 2008, o programa já beneficiou 8.264 empreendedores, na sua maioria jovens.

Cândida Celeste

A governadora do Namibe, Cândida Celeste, referiu que os dois projectos dão resposta às necessidades que o município do Tômbwa sentia no campo da proteção social e do empreendedorismo.

"A criação de condições que permitam levar o desenvolvimento económico às comunidades tem sido preocupação do Governo Provincial e tudo temos feito para que os programas ganhem corpo", disse a governadora provincial.

"Estes serviços, integrados com os serviços da banca e do emprego, representam uma mais-valia para a província e para o município do Tômbwa", salientou.

Cândida Celeste destacou que os novos serviços de segurança social no Tômbwa vão permitir que os trabalhadores do município deixem de se deslocar à sede provincial e que o programa de empreendedorismo na comunidade dá a oportunidade aos jovens de lançarem os seus próprios negócios e verem resolvidos os seus problemas.

"Vamos ter mais empregos e suprir as dificuldades e carências que muitas famílias ainda vivem neste município", disse Cândida Celeste. O programa vai possibilitar o enquadramento dos jovens desempregados e permitir a estabilidade económica.

"Com todas estas realizações, estamos cientes de que a população do Tômbwa acredita que estamos no caminho certo e que é preciso ter esperança no futuro do nosso país", disse, apelando à população local para que exerça com civismo o seu direito de voto nas eleições gerais de 31 de Agosto.

O município do Tômbwa vai ter em breve o segundo Balcão Único do Empreendedor (BUE) do Namibe, anunciou a governadora. No Tômbwa, onde o programa foi lançado oficialmente sexta-feira, 230

peças já receberam os seus créditos, ao passo que no município sede, Namibe, foram formados 93 empreendedores que vão também beneficiar do crédito "Sol Arnigo".

## 2.3 Camponeses beneficiam de crédito

*Jornal de Angola*  
24 e julho de 2012

Mais de 30 mil agricultores da Damba, província do Uíge, receberam empréstimos de instituições bancárias, disse ao Jornal de Angola a administradora municipal, Maria Cavungo.

Os agricultores são membros de 71 associações de camponeses e oito cooperativas agrícolas que produzem mandioca, ginguba, feijão, milho, batata-doce e rana, banana, cana-de-açúcar, inhame e abóbora.

Maria Cavungo lembrou que, este ano, nove organizações agrícolas, entre associações e cooperativas, receberam tractores, charruas, alfaías, sementes, fertilizantes e outros meios de produção, no âmbito do programa "Crédito de Campanha", e acrescentou que esses bens e equipamentos estão a contribuir para o aumento da actividade económica na Damba.

"Beneficiaram do crédito nove associações, mas o processo ainda está em curso. Esperamos que logo depois de os bancos reativarem o programa, possamos também atender as demais associações que aguardam ansiosamente pela sua vez", disse a administradora, notando que, ano passado, foram cultivados 5.587 hectares de terra.

## 2.4 Jovens criam negócios com recurso ao micro crédito

*Jornal de Angola*  
11 de Julho de 2012

Através do Programa do Executivo "Empreendedorismo na Comunidade", 220 jovens do município da Matala receberam microcrédito com o qual vão agora montar os seus negócios. Para que tudo decorra sem percalços contam com a ajuda e orientação da Incubadora de Empresas.

Victor Baptista, jovem empreendedor, que beneficiou de kits profissionais, disse que o empréstimo é uma mais-valia para os jovens da Matala.

O jovem acrescentou que o Executivo efetuou um bom trabalho em privilegiar a população da Matala com os serviços municipais de Segurança Social, que incluem o serviço de empreendedorismo e espera que mais serviços possam ser instalados no município.

O beneficiado afirmou que com dinheiro do empréstimo vai ampliar a sua pequena cantina e adquirir mais mercadoria para aumentar o volume do negócio.

Com a inserção do serviço de empreendedorismo muitos jovens com microcrédito vão poder melhorar os seus negócios e criar postos de trabalho.

Manuel Jamba, outro jovem que beneficiou de microcrédito, disse que "agora estou em condições de criar o meu pequeno negócio na área de mecânica".

Orlanda Alzira acha que a iniciativa do Executivo foi a mais acertada, visto que exi tem muitos jovens com projectos que não conseguem resolver por falta de meios.

Alzira disse que foi escolhida para frequentar o curso de empreendedorismo e com o crédito vai construir a sua própria cantina.

"Exerço actividade comercial num estabelecimento arrendado. Com este dinheiro vou construir a minha própria loja", disse Orlanda Alzira, que apelou ao Executivo para realizar mais eventos dessa natureza. Bruno Madureira afirmou que o programa do Executivo vai ajudar a combater o índice de desemprego e de pobreza, ajudando a relançar a actividade comercial. "O município carece de empresas para absorver a juventude que se encontra desempregada", concluiu Bruno Madureira.

Incubadora de Empresas Jacinto Ferreira, director da Incubadora de Empresas, garantiu que o centro vai proporcionar todas as informações essenciais sobre a procurarem empregadores e trabalhadores, assim como vai desenvolver trabalhos de informação e orientação para os cidadãos que pretendam frequentar cursos de formação, aperfeiçoamento ou reconversão profissional.

"Este centro vai promover, de igual modo, serviço de assessoria jurídica e contabilística propiciando a estruturação de micro e pequenas empresas sustentáveis", revelou Jacinto Ferreira, acrescentando que o Programa de Empreendedorismo foi lançado em Julho de 2008 no município do Cazenga, em Luanda, e já atingiu um universo de 3.485 beneficiários directos e nove mil beneficiários indirectos e conta com a parceria do Banco Sol, no quadro da sua actividade de responsabilidade social,

para o qual foi elaborado um pacote de crédito, denominado "Microcrédito Amigo".

O serviço de empreendedorismo e emprego é um programa do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e tem como responsabilidade a inserção de jovens na vida activa, com o fomento do auto-emprego. O centro actua ainda na formação empresarial, em parcerias de incentivo à formação profissional, concessão de kits de ferramentas, microcrédito para os jovens empreendedores e apoio na formalização de actividades geradoras de rendimento.

#### Encorajamento

O vice-ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Sebastião Lukinda, encorajou os futuros empreendedores do município da Matala a desenvolver acções com projectos devidamente elaborados pelos órgãos competentes através do programa de combate à pobreza e redução do desemprego.

"Aos nossos empreendedores, tanto aqueles que têm os projectos aprovados como os que venham a Candidatar-se proporcionamos aqui facilidades para que não precisem de se deslocar a longas distâncias", disse o vice-ministro, que felicitou a população do município da Matala pelas infra-estruturas que o Executivo colocou à disposição.

"É evidente que da parte dos municípios deve haver resposta positiva no sentido de contribuírem para a sua conservação", disse Sebastião Lukinda, que desejou boa sorte nos negócios que vierem a desenvolver e recordou ser necessário que se cumpram as obrigações para com as instituições que estão a prestar essa ajuda. Sebastião Lukinda lembrou que as obrigações são indispensáveis na altura de procederem à devolução dos valores.

"Isto vai permitir que outras pessoas possam beneficiar também de microcrédito", afirmou o vice-ministro. O vice-governador provincial da Huíla para Area Técnica, Cunha Velho, regozijou-se com o lançamento do programa de empreendedorismo e a inauguração dos serviços municipais de Segurança Social no município da Matala, que vão permitir relançar a actividade comercial e ajudar os reformados a poupar 400 quilómetros de distância na deslocação ao Lubango para resolver problemas relacionados com a segurança social.

"O município da Matala está de parabéns e os municípios vão saber cuidar dessa infra-estrutura", disse Cunha Velho, que disse que esses projectos fazem parte dos ganhos da paz e das políticas do

#### Executivo

de aproximar cada vez mais estes serviços junto da população. "Hoje trouxemos à Matala o serviço municipal de segurança social, que inclui o centro de empreendedorismo e o balcão do Banco de Poupança e Crédito", disse o vice-governador da Huíla, que recordou que se trata de um projecto de âmbito nacional em que o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social tem a responsabilidade de implementar em todas as províncias.

Manuel Moreira, coordenador do Plano de Qualidade e Sustentabilidade do Instituto Nacional de Segurança Social, disse ao Jornal de Angola que a municipalização da Segurança Social tem como objectivo aproximar os serviços aos membros das comunidades.

"Estamos a dar continuidade ao esforço do Executivo em fazer chegar os serviços aos utentes da Segurança Social", disse Manuel Moreira, acrescentando que os serviços municipais de segurança social da Matala têm as mesmas características de funcionamento dos demais a nível do país.

Quer serviço que os pensionistas, empresas ou segurados necessitem, afirmou, podem encontrar na segurança social da Matala, com a vantagem de não terem de se deslocar. O Executivo, através do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), está empenhado em levar os serviços básicos mais próximo dos cidadãos. Inserido no projecto do Executivo, o programa "Empreendedorismo na Comunidade" beneficiou 220 jovens do município da Matala, província da Huíla, com microcrédito.

## 2.5 Camponeses sobrevivem graças ao crédito de campanha

*Jornal de Angola*

*30 de Julho de 2012*

O representante da União dos Camponeses de Angola (UNACA) no Bié, Mariano Sassoma, disse na quinta-feira, na localidade do Cuito, que a concessão de microcrédito de campanha tem podido assegurar a rentabilidade da produção dos agricultores.

O responsável da UNACA lembrou que, a nível do Bié, o Cuito, Andulo, Camacupa e Catabola são os municípios onde os agricultores já beneficiam da concessão do microcrédito de campanha, que na sua óptica ajuda a combater a pobreza.

Mariano Sassoma afirmou que, graças à concessão do crédito de campanha e de investimento, já existem muitas famílias de camponeses a viver das suas culturas e conseguem comercializar a maior parte dos produtos, não obstante ser necessário um trabalho de rendimento a longo prazo para consolidar este processo.

O responsável da UNACA mostrou-se também preocupado com as dificuldades que existem, em muitos casos, para o escoamento dos produtos do campo para a cidade. Nesse particular, Mariano Sassoma apontou como exemplo o município do Chinguar, que é o maior produtor de batata-rena do Bié, onde muitas vezes o produto se tem deteriorado. A província do Bié produz principalmente arroz, feijão, milho, sisal, banana, batata rena e café.

a província do Bié, os níveis de concessão de crédito observam uma tendência crescente, o que também acontece em relação às taxas de reembolso.



## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Centro regional de fiscalização tem meios para travar pesca ilegal

*Jornal de Angola*  
6 de Julho de 2012

A pesca ilegal nas províncias de Benguela, Bié, Huambo e Moxico, tem os dias contados com a criação do centro regional de Fiscalização Pesqueira e Aquacultura, inaugurado na cidade das acácias rubras, que vai proteger as espécies marinhas.

O director das Pescas em Benguela, Carlos Martinó, disse que o sector é importante para o progresso e desenvolvimento económico.

O Executivo criou o Centro Regional de Fiscalização Pesqueira e Aquacultura de Benguela, que vai actuar também nas províncias do Huambo, Bié e Moxico, onde se verificam abusos na pesca de água doce.

Carlos Martinó lembrou que a lei estabelece a proibição de pescar nos períodos em que há escassez. Por isso, esclareceu, nesta fase os fiscais devem exercer uma vigilância mais apertada, para evitar que pescadores clandestinos desenvolvam acções que ponham em causa a sobrevivência das espécies.

"Não se pode pescar na fase de reprodução, Se conseguirmos evitar a pesca ilegal, vamos ter no futuro mais quantidade de pescado", disse Carlos Martinó.

O estabelecimento de programas de inspecção, monitorização e vigilância do mar e dos rios, frisou, é indispensável para evitar a redução e extinção de espécies marinhas. A adopção de medidas de protecção ao pescado, disse Carlos Martinó, vai aumentar a quantidade e a qualidade das espécies marinhas.

"Quando os pescadores forem para o mar, rios e a lagoas, vão ter pescado suficiente", sublinhou.

Defesa da zona marítima

O inspector do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e Aquacultura, José Alberto, considera que o Centro Regional de Fiscalização Pesqueira e Aquacultura de Benguela demonstra que o futuro económico e bem-estar social dos angolanos também está ligado aos oceanos, mares, rios e lagoas.

Fiscalização, disse, desempenha um importante papel na defesa da zona marítima exclusiva e evita a apropriação, por terceiros, das imensas riquezas marinhas angolanas.

José Alberto diz que os meios postos à disposição do Centro Regional de Fiscalização Pesqueira e Aquacultura devem ser utilizados de forma criteriosa.

"O Centro vai actuar a favor da protecção dos recursos marinhos e na repressão de actos ilícitos" disse José Alberto, acrescentando que para proteger os recursos marinhos é preciso responsabilizar quem pratica a pesca ilegal. O inspector-geral do Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e Aquacultura frisou que o centro vai igualmente prevenir a exploração dos recursos por frotas estrangeiras e desempenhar um papel fundamental na compreensão do estado do ambiente subaquático para a gestão sustentável dos recursos marinhos.

Motivo de orgulho

Agnelo Vasconcelos, 61 anos de idade, 35 dos quais dedicados ao serviço de fiscalização da actividade pesqueira, disse que a modernização e extensão da fiscalização para o interior, vai defender o pescado no mar, rios e lagoas.

"Com 35 anos de serviço já assisti a muitos casos de pesca ilegal nas nossas águas. Por isso, é com muito orgulho que vejo surgir uma estrutura que vai impulsionar a fiscalização pesqueira nas províncias do interior", disse Agnelo Vasconcelos. O centro está equipado com embarcações que vão patrulhar costa, realizar tarefas de busca salvamento marítimo e combater poluição do mar e dos rios.

"Com a pesca desenfreada e se regras vamos ter problemas gravem todo o ecossistema marinho dentro de muito pouco tempo. Felizmente, as autoridades têm adoptado políticas sérias de fiscalização", frisou Agnelo Vasconcelos.

O centro tem equipamentos modernos para fazer cumprir as regras das pescas dentro das águas territoriais em que a vigilância é permanente. "O mar é uma fonte de recursos e a sua exploração exige disciplina e fiscalização.

### 3.2 Só mão-de-ferro do Executivo

*Semanário Factual*  
De 07 à 14 de Julho de 2012

A cidade de Luanda está, a cada dia que passa, a tornar-se "numa selva" onde as pessoas perderam a

noção do respeito, da ordem e da disciplina, partindo para uma anarquia sem precedentes.

Vem este artigo a propósito da má condução automóvel, do aumento da delinquência, do uso indiscriminado de armas pelos meliantes e da comercialização de produtos pelas ruas da capital, numa fase em que tudo parece propositado.

Dada a quase nula intervenção da fiscalização do Governo Provincial de Luanda, os intervenientes sociais pouco fazem das directivas das autoridades, contribuindo, assim, para a desordem lactente na capital.

Veja-se o caso do lixo espalhado, propositadamente, pelas diversas ruas e sem recolha atempada pelas empresas de limpeza e saneamento. É inadmissível que montes de lixo se acumulam sem que as autoridades tenham palavra por dizer, esperando a população paciente, de mãos cruzadas.

Ademais, que se olhe para o lixo junto de carris dos comboios dos Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL), ao longo da sua extensão e mesmo na estação de Viana, onde, diariamente, toneladas de lixo dos moradores são aí atiradas.

Não fosse a intervenção de empresas de limpeza, os comboios dos CFL viriam o seu trajecto interrompido por dejectos de toda a espécie.

Mas, o mais preocupante é a forma como os vendedores se vêm espalhando pela cidade, comercializando todo o tipo de mercadoria, sem que a fiscalização reme contra, permitindo que o lixo resultante da venda permaneça no mesmo local dias e dias, sem remoção.

Para alguém que se dirija aos Congolenses, a sensação encontrada na via que vai para a estrada de Catete é insólita: centenas de vendedores ocuparam a via principal, interrompendo a circulação automóvel e de peões, durante o dia e uma parte da noite, com o acórdão das autoridades, pois nem a Polícia tem moral de intervir, pela mole de gente a vender.

Teme-se mesmo que os vendedores se estendam pela estrada do Jumbo, pois já há indícios neste sentido, ou seja, a via é óptima para instalar um local onde assentar e vender artigos.

Como se vê, a desordem tomou conta da capital, onde os taxistas (vulgo candongueiros) fazem trinta por uma linha, ao transporem a sinalização terrestre, mesmo aos olhos dos agentes do trânsito que não se preocupam em fazer estacionar o taxista.

Nem exigem a documentação pessoal e do veículo, pondo atenção apenas na "gasosa", que já é um acto quotidiano! Os próprios taxistas dizem-se que já estão prontos para entregar valores aos agentes reguladores, apesar de algumas viaturas interpeladas terem a documentação em dia.

Parece que a palavra de ordem é: salve-se quem puder, enquanto é tempo, numa altura em que faltam dois meses para a realização das eleições de 31 de Agosto.

Talvez seja este o motivo para que toda a gente entre em desordem, havendo momentos em que os candongueiros sobem o preço da corrida e, alto e bom som, gritam: A corrida é duzentos ou 300 Kwanzas, de local para local, quando o definido é cem Kwanzas.

É uma anarquia notável quando a energia eléctrica é retirada, simplesmente, sem uma explicação, quando a água deixa de correr nas torneiras sem prévio aviso. Sofre a população dos vários bairros da capital, mas os responsáveis dessas áreas continuam incólumes.

A nível das estradas, aí então e que se nota que a disciplina deixou os dicionários dos empreiteiros, pois interrompem obras sem informações aos cidadãos interessados. Essas obras ficam paradas meses e meses, sem que se vejam passos para sua continuidade. O argumento peca por defeito: falta de financiamento. Mas, em tal, acontecendo, as obras têm duração efémera, pois, meses depois, estão novamente esburacadas, sem que os empreiteiros prestem contas e sem que as autoridades exijam mais qualidade e punição.

A menos que a mão-de-ferro do Executivo se faça sentir, os cidadãos continuarão a ver os males de Luanda a ganharem corpo, com tamanha anarquia a ser notada.

Quando as forças da ordem devem ser respeitadas mas não o são, quando por mais dias de escuridão ninguém reclama e quando as notícias sobre assaltos e violações já não atiçam a curiosidade, a anarquia sobressai e se torna normal, numa sociedade que precisa de ordem e de disciplina para repor os valores perdidos durante o conflito armado e que desvirtuou o sentido da vida ...

### 3.3 Executivo quer acabar venda ambulante

*Agora*

*07 de Julho de 2012*

O director dos Serviços de Fiscalização de Luanda, apelou os vendedores ambulantes que circulam nas ruas da cidade a dirigirem-se aos mercados para ali conseguirem um lugar e praticarem a venda .

Sebastião Augusto referiu que o governo provincial tem estado a envidar esforços para acabar com a venda nas ruas.

“Não é justo que as pessoas continuem a vender nas vias públicas, correndo todos os risco de vida, a semelhança do que acontece actualmente no S. Paulo”.

Ao falar a comunicação social o fiscal da GPL no distrito urbano da Ingombotas, disse que os cidadãos devem pautar por uma atitude exemplar no ordenamento, limpeza e embelezamento da cidade capital, na qualidade de espelho do país.

“Tião’ como também é conhecido, lamentou a atitude dos ambulantes com tendência de enfrentar os agentes da fiscalização, no exercício da sua actividade na via pública.

“Nós apelamos que os vendedores ambulantes circulem com os seus produtos sim, sem com tudo fazerem praças ilegais”, sublinhou, acrescentando que apesar da existência dos vendedores de rua, a actuação dos fiscais continuará a ser pedagógica.

De salientar que nos últimos meses intensificou-se a venda de produtos diversos, incluindo o confeccionado, em diversas ruas e avenidas da baixa de Luanda, que abrange distrito urbano da Ingombota.

Comenta-se que mais de dois milhões de pessoas circulam diariamente pela zona baixa da cidade, por seR uma área onde está localizada boa parte dos serviços administrativos do país .

### 3.4 O exemplo do ex-mercado do Roque Santeiro

*O Independente*

*07 de Julho de 2012*

A guerra terminada há dez anos cercou Luanda com um “anel” de novos bairros desordenados e caóticos, cujos os moradores são maioritariamente

provinientes das províncias do Uíge, Malange, Benguela ou Huambo.

O desordenamento urbano tinha no mercado Roque Santeiro, já extinto, como sua máxima expressão, onde era o maior posto de emprego do país, ou mesmo do continente, cada um vendia e levava qualquer coisa para casa .

As autoridades conseguiram eliminar esse cancro que ameaçava inviabilizar a velha cidade centenária e invadi-la até o caos se transformar em regra.

O mercado Roque Santeiro era um exemplo flagrante da falta de autoridade do Estado. Há quem não acredite, mas naquela amálgama de lixo e barracas existiam escolas de condução ou agências funerárias, falsificação de documentos até área para prostituição.

Os clientes podiam comprar no mercado desde agulhas até armas ou camiões. Hoje o mercado foi transferido para o Mercado do Panguila onde praticam o comércio em condições higiénicas e de segurança. Ganharam os vendedores, os clientes mas sobretudo ganhou a secular cidade de Luanda.

Trânsito caótico

Mas criou-se outro cancro, em quase todas ruas da cidade capital hoje encontramos vendedores de alimentos confencionados ou bebidas em sacos, com a água do gelo a escorrer pelo asfalto.

O caos urbanístico chegou nas principais ruas da zona urbana da urbe que abrange os distritos da Ingombota, Maianga, Rangel ou Sambizanga.

Alguém já imaginou, que as autoridades estão a espera da realização das eleições, previsto para 31 de Agosto, para as autoridades , para começarem a pôr a ordem contra este fenómeno, que está a dar uma má imagem à capital angolana.

A verdade é que enquanto esperamos da actuação do executivo de Bento Francisco Sebastião Bento as coisas pioram, no que concerne às vendas de produtos diversos nas ruas.

Para além, dos vendedores fixos da venda de comida, ainda temos as zungueiras, em todas as esquinas de Luanda. Ao contrário do que muitos pensam, elas não são fruto da guerra.

As quitandeiras fazem parte da paisagem humana de Luanda e sem elas, a cidade perde identidade. O seu comportamento é que mudou ao longo dos séculos. No século XIX elas eram exemplo de limpeza e cuidado com os produtos que vendiam.

Hoje as zungueiras, herdeiras das quitadeiras de Luanda, perderam o sentido da limpeza e da higiene. Algumas cometem autênticos atentados à saúde pública. Os consumidores aceitam essas situações.

Mas os agentes da fiscalização reprimem essas situações e com toda a razão. Não pode haver contemplos com quem atenta contra a saúde pública, por muito que custe reprimir quem tem uma vida tão precária.

O ministro do Interior, Sebastião Martins, num encontro com jornalistas dos órgãos de informação pediu ponderação, em determinadas situações, aos efectivos da Polícia Nacional, no combate ao comércio ilegal, dito informal. É uma atitude louvável. Mas a tolerância tem de dar lugar à intolerância quando está em jogo a saúde e a vida dos "fregueses".

As peixeiras continuam a "anunciar" os seus produtos com os seus pregões típicos. Luanda sem esta actividade é outra cidade, menos humana, mais fria, muito mais desumana. "É espada grooossa! É caraparaaaauu! É madiongááá! É sardinhááá!" .

Houve tempo que estas mulheres começavam os seus pregões "manhã, manhãzinha" e desapareciam das ruas da cidade quando o sol começava a aquecer.

Hoje elas andam pelas ruas de manhã à noite e o peixe que vendem é pista de aterragem de nuvens de moscas, principalmente no tempo de calor.

O problema é sempre o mesmo: saúde pública. Vender peixe sem o mínimo cuidado de higiene, com a "mercadoria" sob o sol impiedoso do fim da manhã e do princípio da tarde, pode provocar muitos problemas de saúde aos compradores ou mesmo pôr as suas vidas em risco.

Nenhum pregão típico vale uma vida humana. As autoridades sanitárias também neste aspecto têm uma palavra a dizer na defesa dos consumidores.

Por outro lado, Luanda hoje tem uma auto-estrada que envolve a cidade, mas pouco adiantou essa importante infra-estrutura. Há cada vez mais carros a circular e a esmagadora maioria dos automobilistas não respeita as regras básicas do Código de Estrada.

Os próprios agentes da polícia convivem bem com a falta de respeito pelas regras de trânsito.

Muitas vias secundárias e os arruamentos de bairros suburbanos estão intransitáveis. O governador da província, Bento Bento, tem feito visitas aos municípios e já conhece a situação. Mas não há uma solução imediata para os problemas da cidade e as

intervenções exigem uma conjugação de esforços de todas as instituições que têm a responsabilidade de gerir Luanda.

Os luandenses aguardam, pacientemente, pela reparação das vias, principalmente no interior dos bairros. Mas mesmo com as melhores estradas do mundo, nada se resolve enquanto o civismo não se sentar ao volante e a mão pesada da lei não puser na ordem os automobilistas que infringem as regras de trânsito.

### 3.5 A nova praça

#### *A Capital*

*14 á 21 de Julbo de 2012*

O que podemos constatar, a ocupação está a ser feita de forma anárquica. Basta possuir chapas, madeira, blocos, ou ferros para a construção de uma barraca, estão as condições reunidas para a adesão.

Enquanto realizávamos a reportagem um grupo de jovens pertencentes ao grupo comercial Braço & filhos, trajando camisolas com os dizeres: Braço & filhos, projecto de belas; Braço & filhos, projecto comunitário, orientava o alinhamento das bichas e distribuía fichas.

Quando dessem conta de alguém sem espaço, mas com dinheiro, eles o facilitavam, a conseguir logo um espaço, ainda que de quem já havia ocupado e não tivesse dado nenhuma "gasosa". Alguns vendedores apercebendo-se desta situação, começaram a fazer a venda dos produtos na parte de fora da praça, cuja Administração funciona em dois contentores, com cinco a seis pessoas a receberem as centenas de comerciantes que buscam informações ou querem legalizar a sua condição.

Para melhor entendermos o que realmente está a acontecer, a nossa equipa de reportagem dirigiu-se à Administração do mercado. Uma fonte que preferiu falar na condição de anonimato explicou que, o terreno foi comprado aos camponeses que ali tinham as suas lavras, visto que de um tempo a esta parte, apareciam vários empresários tentando burlar os camponeses.

"Compramos este terreno aos camponeses, e antes de abriremos a praça, entramos em colaboração com a Administração municipal, para podermos albergar aqueles que fazem a venda ao longo das estradas e dos passeios, bem como aqueles que fazem a venda dos seus produtos frente ao cemitério do Carnama", explicou a fonte, acrescentando entretanto que, como a notícia foi divulgada pela comunicação social, provocou uma adesão descontrolada. "Então, já não

sabemos quem é do município e quem não. Estamos a receber todos. Os que chegarem primeiro, fazem a ocupação", esclareceu, ao reforçar, a delinquência está acautelada e que "Os contentores de lixo irão aparecer, a medida que a praça vai-se construindo", sustentou a mesma fonte ao informar, por outro lado, que a praça está capacitada para receber mais de cinco mil vendedores que pagarão uma taxa que poderá variar, desde os 100 Kwanzas aos 200 kwanzas.

### 3.6 Eleições travam mudanças do mercado da Caponte

*Semanário Angolense*  
14 de Julho de 2012

O Passado mês Junho era apontado, segundo fonte do *Semanário Angolense* junto da Administração Municipal de Benguela, como previsto para a transferência do maior mercado informal da província de Benguela, para um novo, que foi ergido no Bairro da Pecuária, Zona D, do município sede, que terá a capacidade de apenas mil e quinhentos (1.050) vendedores, contra os actuais mais de 10 mil vendedores da Caponte.

Em entrevista concedida no ano passado à revista governamental «Benguela Municípios», o ex-administrador municipal, José Manuel Lucombo, afirmou «que o mercado da Caponte será transferido para um local que terá a capacidade para receber mil e cinquenta (1.050) vendedores, para além de outras infraestruturas, com todos os requisitos e padrões internacionais».

De acordo com um dos técnicos que fiscaliza a obra, qualquer cidadão de bom senso poderia até concordar com aquele ex-dirigente do governo do MPLA, mas, rigorosamente, ninguém poderá aceitar que se construa um mercado com capacidade de apenas mil e cinquenta (1.050), quando a praça a ser transferida acolhe mais de 10 mil vendedores.

Para medir a pulsação dos vendedores da Caponte, o S.A deslocou-se ao referido mercado para saber a opinião daqueles sobre a mudança daquele mercado informal. Apesar de já terem ouvido falar, «por alto», os vendedores entrevistados, quer os ambulantes quer os que possuem bancada, concordam, em parte, com a mudança para um local mais cómodo, desde que todos os vendedores venham ter um lugar no novo mercado.

De resto, tal como nos adiantou uma fonte oficial que, preferiu o anonimato, a transferência do mercado estava mesmo prevista para o

princípio deste ano, mas, por força das eleições que se avizinham e, sobretudo, para evitar um resultado eleitoral catastrófico para o MPLA na província, a mudança da Caponte teve de ser adiada para depois das eleições gerais de 31 de Agosto.

Até lá, tal como questionou um dos nossos interlocutores, cabe-nos, somente, aguardar para posteriormente vir observar, como, e de que forma, às autoridades governamentais da província de Benguela, poderão transferir os mais de 10 mil vendedores da Caponte para um local que terá a capacidade de receber apenas mil e cinquenta (1.050) vendedores.

A afirmação é de uma vendedora «Se mudarem a Caponte vou ser prostituta».

Na maior parte das vendedoras entrevistadas por este jornal, o sentimento é de indignação contra a posterior mudança da Caponte, já que é neste mercado onde muitas delas podem encontrar o seu emprego. Alice Figueiredo, vendedora de chinelos, afirma que ter um emprego, em Angola, é muito difícil, e acrescenta, nos termos mais enérgicos: «se nos tirarem daqui, mais vale ser prostituta» Já o ancião Orlando Tchiternulo, 61 anos, que trabalha há 18 como alfaiate no maior mercado informal da província, aproveitando a nossa reportagem, questionou às autoridades governamentais como poderão transferir os mais de 10 mil vendedores para um local que terá capacidade para apenas mil e cinquenta (1.050) lugares? «É aqui (na Caponte) onde tiro o meu pão, com a idade que tenho, nenhuma empresa me vai aceitar para trabalhar», expressou.

Quem também discorda da mudança do mercado é o coordenador da secção dos vendedores de portas da Caponte, José Americano, que, na sua óptica, a transferência do maior mercado informal da província poderá trazer muitos problemas à população.

O vendedor teme ainda que na mudança da Caponte se venha a registar o mesmo cenário da transferência do «Roque Santeiro», no Sambizanga, aonde, segundo ele, pessoas que nunca trabalharam no mercado ou nunca antes tiveram bancadas, foram as que receberam um lugar no novo mercado do Panguila, agora província do Bengo.

### 3.7 Faive fecha as portas

*O País*  
20 de Julho de 2012

Ao passar pelas proximidades do acesso da fábrica Faive, em Viana, a reportagem deparou-se com um

cenário desolador que era, aparentemente, denunciado na expressão do rosto de indivíduos, que, à porta da fábrica, esperavam pela habitual chamada dos funcionários.

"Até às 15 horas de Terça-feira, 17, o processo que, segundo os circunstâncias, tem ocorrido antes das oito, ainda não tinha começado, com o agravante de não ter havido nenhuma garantia de acontecer momentos depois.

"Como vêem, estamos aqui todos com as cargas em terra, a ver se nos chamam", atirou consternada uma senhora que se encontrava a lavar os vasilhames com seus colaboradores.

No local estavam abandonadas as conhecidas garrafas de mini-sagres, algumas já quebradas, fruto da frustração obtida pelos seus proprietários, ao saberem que aquela referência não dava entrada na Faive.

Aliás, este jornal apurou de alguns funcionários da indústria de vinho que já não estão a receber nenhum tipo de vasilhames, devido a um suposto contrato que a Faive terá rubricado com a VIDRUL para lhes fornecer recipientes nos quais passará a engarrafar o seu produto.

Apesar de já terem passado essa informação a todos os seus fornecedores, eles insistem em amontoar seus sacos defronte a fábrica, esperando por uma oportunidade de ouro.

### 3.8 Activistas singulares

*O País*

*20 de Julho de 2012*

Apesar de não terem aceitado mencionar o seu nome nesta reportagem, duas senhoras, uma proveniente da Lunda Sul e outra do Moxico atribuíram-se a categoria de pioneiras e únicas a transportarem garrafas dessas paragens de Angola para Luanda.

A primeira alegou que as mulheres de Saurimo interessadas nessa prática não aceitam gastar dinheiro para alugar um camião para o carregamento.

"Por isso vendem-me os sacos e eu alugo o transporte e trago para cá", vangloriou-se, minimizando que não faz isso por possuir muito dinheiro, mas, sim, por estar habituada a negócios de longas distâncias.

Antes de se envolver na entrega de garrafas, à senhora da Lunda Sul comprava roupa e calçados em Luanda para vender na sua terra.

Na ocasião da entrevista, ela chamou o motorista para abrir os contentores, onde foi possível a ver a enorme quantidade de sacos contendo vasilhas.

"Os agentes da recolha me dão o produto de três em três meses", esclareceu, referindo que se trata da segunda entrega que vai proceder neste ano.

Já a cliente da Faive e Faliango por parte da província do Moxico não precisa de se deslocar ao Luena para receber a mercadoria.

"Os meus trabalhadores recolhem e trazem tudo para aqui, o meu trabalho é só lhes pagar, porque o carro da transportação é nosso", disse a operadora, tendo revelado que já é bastante conhecida nas fábricas de bebida de Viana e Cacuo.

### 3.9 Lucro à vista

*O País*

*20 de Julho de 2012*

Enquanto Maria Amélia vê as contas complicadas por não ter trazido as garrafas limpas, o que ditou a não recepção com o valor de 250 por cada quite de 24 unidades, ao ser abordada, a sua conterrânea MVemba Madalena, vulgo Madó, chamou a atenção da equipa desta reportagem para o elevado número de camiões estacionados à frente da fábrica, tendo sentenciado que "se o negócio não fosse rentável não estaria aqui muita gente". Na verdade, a parte de fora da fábrica Faliango estava repleta de carrinhas e camiões cujos motoristas e proprietários da mercadoria esperavam pela sua vez, para fazer a descarga dentro da firma. Motorizadas de carga e outro tipo de transporte, como carroças puxadas pela força humana, juntavam-se nas contas da enchente.

Responsável por mais de cinco entregas na Faliango, Madó disse que mesmo comprando cada saco de garrafas de 500 a 700 Kwanzas no Soyo, quando conclui com uma operação em Luanda volta para casa com um valor que, certas vezes, ultrapassa os cem mil.

Desta vez, a veterana fretou um camião a 30 mil kwanzas, tendo carregado neste meio de transporte mais de 60 sacos.

Contrariamente a outras senhoras que têm um elenco para a recolha dos recipientes, Madó prefere efectuar essa operação sozinha, para não ter de dividir muito os lucros, mas confessa que se vale do grande conhecimento que tem dos proprietários de restaurantes e promotores de eventos, o que lhe facilita ter já as fontes definidas. Habituada às empreitadas do género, a moradora do bairro Qui-

também, no Soyo, disse ter já influenciado muitas mulheres da sua terra a entrar nesta vida, para sacudirem o peso do desemprego.

"E hoje ninguém se queixa mais de dificuldades financeiras", gabou-se, sem conseguir esconder o ar de empregadora.

Como outras senhoras, Madó viaja sempre com irmãs mais novas, para eventuais necessidades.

Entretanto, questionado sobre os transtornos durante a viagem Soyo Luanda e vice-versa, o seu motorista, Mavó DYessi adiantou que, quando o cliente paga bem, os condutores não têm objeções.

"A estrada está mal, mas se há dinheiro, nós levamos a carga", assegurou, tendo sublinhado que a maior parte dos seus colegas aproveita as circunstâncias em que têm de voltar sem carga para apoiar as senhoras das garrafas.

Quanto ao tempo a que, às vezes, são obrigados a ficar fora da fábrica, devido a burocracia que se regista no plano de entrega, o motorista revelou que, quando o mesmo excede uma hora, cada 30 minutos custam mais 500 Kwanzas.

"O desacordo sobre esta condição tem forçado os condutores a abandonarem as proprietárias da carga no local", explicou, tendo ironizado que assim os gastos tornam-se maiores, havendo a necessidade de alugar outro carro, já que a empresa do Cacuo não admite carregamento à mão.

### 3.10 Vidas entregues à recolha de garrafas

*O País*

*20 de Julho de 2012*

Através de uma ronda realizada Terça-feira, 17, nas proximidades das fábricas de bebida Faliango Faive, respectivamente localizadas nos municípios de Cacuo e Viana, província de Luanda, O PAÍS constatou o aumento do número de pessoas envolvidas na entrega de garrafas vazias às referidas indústrias a troco de dinheiro, ao ponto de o negócio ter suscitado a vinda de indivíduos de províncias longínquas de Angola, como são os casos de Cabinda, Zaire, Moxico e lundas Norte e Sul, que muitas vezes pernoitam nos espaços das fábricas.

A actividade é exercida maioritariamente por mulheres, numa faixa etária compreendida entre os 40 e os 70 anos de idade, podendo-se arriscar a participação masculina numa estimativa de um homem para cada 10 senhoras. Entretanto não faltam

crianças que, diga-se, contra a sua vontade, são obrigadas a ajudar os seus encarregados.

Os vasilhames recomendados pelas fábricas referenciadas são os das marcas de cerveja portuguesa Cristal, Super Bock e Sagres, nos quais, depois de preparados industrialmente, são depositados aguardente e outros tipos de bebidas que se afirmam com os títulos de Caipirinha, Gim, Bananal e Limonada, para além de Lafayette, Casa Velha e Samarino, bastante procurados e consumidos nos arredores da Faliango e da Faive, devido ao preço, que dificilmente excede os 150 Kwanzas.

Aliás, importa referir que as empresas pagam aos recolhedores de vasilhame 250 Kwanzas por cada quite de 24 unidades, correspondentes a uma grade, um valor que acusaram ter evoluído dos 150 praticados anteriormente.

De acordo com muitas mulheres ouvidas por este jornal, o dinheiro nunca compensa o sacrifício e os gastos que se fazem até chegar à porta da fábrica, "mas é melhor do que ficar parada".

Maria Amélia, encontrada pela nossa reportagem a lavar uma enorme quantidade de garrafas, na zona conhecida popularmente como Caterpillar, bairro Nova Urbanização, não muito longe da vila de Cacuo, é um exemplo disso. Ela veio da província do Zaire, onde reside num novo bairro apelidado de Teixeira Duarte e foi obrigada a arrendar um quarto no município mais a Norte de Luanda a fim de aí pernoitar com a sua mãe até conseguirem lavar todos os vasilhames trazidos da terra petrolífera do Soyo.

"Nós chegámos do Soyo no Domingo, 15, e no dia seguinte não conseguimos entrar, por isso tive de alugar este sítio a sete mil Kwanzas para depositarmos os 74 sacos, porque ainda temos a obrigação de pôr as garrafas limpas", contou, precisando que cada embalagem pode conter mais de 150 unidades, o que lhes vai remeter a actividade de limpeza durante oito dias.

Se os recipientes forem entregues sem serem lavados, nem raspados os papeis que os identificam como cerveja Sagres, Cristal e Super Bock, o reembolso será apenas de 170 Kwanzas por grade, soube O PAÍS da sua interlocutora, que prefere entregar tudo limpo para dar cobro aos transtornos a que a viagem a submeteu.

Afinal, para além de ter pagado 38 mil kwanzas pelo carregamento do Zaire a Luanda e sete mil para o aluguer de um aposento, Maria terá de custear o transporte de garrafas para dentro da Faliango, isso

para não se falar dos gastos na alimentação e do regresso à procedência.

Maria Amélia apercebeu-se do negócio a partir de uma senhora de Cabinda, que, ao rumarem para a cidade capital têm de escalar a sua província. Mas foi uma conterrânea que a baptizou nas entregas do Cacucaco.

Para conseguir recolher grandes quantidades, ela e os seus voluntários têm de despertar às cinco horas da manhã, dirigir-se às lixeiras e aos mercados. O desafio de reunir o maior número de garrafas possível inspira nela e nos seus servidores a aventura de controlar os finais de actividades festivas e de recreação de praia, que, muitas vezes lhes cobram algum dinheiro em troca daquilo que antes era tido como lixo.

Preferindo falar sob anonimato, o segundo filho de Maria Amélia, de 23 anos de idade, que só se apercebeu do tipo de negócio em que a mãe está envolta depois de um desaire, considera a prática como um grande retrocesso, principalmente em circunstâncias como as do género, em que a mãe e a avó tiveram de se submeter à lavagem das garrafas, arriscando-se a perder o motorista que as trouxe.

"É um desperdício, porque até agora já gastaram mais de 50 mil Kwans e eu não acredito que elas terão um lucro que ultrapasse os 70 que é a estimativa dos gastos que faço, se tivermos em conta que ainda têm de ficar aqui até ao próximo Domingo", avaliou, revelando que já lhes pediu para deixarem a actividade. Preocupado com esses gastos, o jovem está a pensar pedir emprestada uma motorizada de carga para minimizar os prejuízos da mãe e da avó, no que ao transporte das garrafas para dentro da empresa diz respeito.

Para ele, embora muitas pessoas pensem que a Faliango e outras fábricas de vinho estejam a fazer um favor em pagar esses serviços, o preço pago pelas grades constitui uma autêntica exploração.

"E até acho que eles estão a aproveitar-se da mão-de-obra barata", acrescentou, classificando o tipo de trabalho como de alto risco.

O entrevistado atribui ainda mérito ao grupo de senhores que como a sua mãe e avó se dedicam na captura de garrafas na rua, devido ao contributo para a extinção de conflitos infanto-juvenis, onde esse tipo de recipientes eram usados como autênticas armas brancas, isso para além de admitir que o lixo do género já é uma raridade nas ruas de Luanda.

### 3.11 O quotidiano dos lotadores de Luanda

*Novo Jornal*

*27 de Julho de 2012*

Abarrotar um candongueiro" não é uma empreitada fácil. Muitas vezes é necessário gritar inúmeras vezes, o que pode obrigar ao aumento do preço da corrida.

Numa ronda pelas principais artérias da cidade capital, ouvimos vozes bonitas e ruidosas de jovens e adolescentes que pretendiam encher um táxi, mais conhecido por candongueiro.

Os gritos dos lotadores são convites aos passageiros que queiram deslocar-se de um lugar para outro.

Mas, para conseguir lotar, muitos deles têm de utilizar bebidas alcoólicas, como pacotes de whisky, vulgo pacotinho, a cerveja, a liamba e outras drogas pesadas para influenciar a motivação desta actividade.

O período da manhã, sobretudo nas primeiras horas do dia, o momento em que funcionários públicos e privados acorrem às paragens, é tido como o mais favorável. É a altura em que os lotadores clamam pouco porque os passageiros, numa corrida no meio da escassez de carros, enchem completamente os táxis disponíveis.

"Ao passo que, no período da tarde a actividade chega a ser mais ou menos cansativa, pois existe pouca frequência de passageiros nas paragens, daí que os lotadores preferem dar algumas voltas para não correrem ao risco de lotar um táxi durante mais de 20 minutos, momento em que os cobradores ocupam dois papéis, quer de lotar quer de cobrar", referiu o cobrador Sérgio António.

Já no princípio da noite, a tarefa torna-se mais complicada, porque todos os chamadores querem facturar e o número de lotadores na praça é ainda maior.

Ricardo Selei, lotador de táxi há três anos no mercado S. Paulo, disse que momento crucial da actividade é o período da tarde, porque os lotadores fogem quando mais precisam. "Por isso, quando temos bastantes passageiros, escolhemos os lotadores que podem trabalhar connosco", frisou.

Os lotadores ganham de acordo com o preço que estipulam na paragem. Caso assegurem um cliente para um percurso de 200 kz ou mais, ele recebe o valor correspondente e equivalente ao de um passageiro.



Quando o terreno está fértil os lotadores podem sair do local com um valor equivalente a cinco ou seis mil kwamas, aumentando ainda mais quando se trata da época chuvosa. A reportagem do Novo Jornal constatou ainda que, na rota S. Paulo/ Ngoma e vice-versa, o táxi pode custar acima dos 200 kwanzas nas primeiras horas do dia e no princípio da noite, ao passo que, no período da tarde, o cenário é completamente diferente dada a carência de passageiros encontrados nas paragens. Os taxistas preferem carregar com a orientação do lotador porque estes se transformam em supervisores das paragens e controlam o clima da procura.

Mário da Silva, taxista da rota Cacucaco-São Paulo há mais de seis anos, disse que sempre que existe uma carência de táxi ou um grande engarrafamento os lotadores são os primeiros a tomarem o conhecimento e alteram de forma rápida o preço da corrida para 200 kwanzas ou até mesmo 300 kz uma viagem que seria de 100Kz.

### 3.12 Livro sobre o candongueiro é posto à venda em Luanda

*Jornal de Angola*  
27 de Julho de 2012

O livro "Candongueiro, problemática da contratação atípica na actividade de táxi em Angola", do advogado José Domingos, é posto à venda no próximo dia 3 de Agosto, em Luanda.

O autor explica que pretende com esta obra de 166 páginas, que consiste na sua tese de mestrado, "agitar idéias, equacionar problemas e propor soluções" sobre um meio de transporte a que uma grande maioria da população angolana recorre desde os anos oitenta do século XX.

Numa nota de imprensa, enviada ontem à Redacção Central do Jornal de Angola, José Domingos diz que o livro é uma obra que reflecte a sua intenção em desenvolver um estudo sobre um tema nacional. "É uma actividade que não foi antes tratada do ponto de vista jurídico e que o merecia ser", lê-se na nota. Segundo o autor, a actividade de transporte de pessoas em "candongueiros" (serviço paralelo) surgiu em Angola nos finais dos anos oitenta, numa altura em que havia um número insuficiente de transportes públicos, muito aquém do aumento demográfico da população nos centros urbanos, principalmente em Luanda.

A actividade, lê-se no livro, também deu resposta ao sentimento lucrativo de determinadas pessoas que, aproveitando-se desta situação, colocaram os seus

automóveis privados ao serviço da população, que passou a chamar-lhes "candongueiros" .

O livro vai ser apresentado e posto à venda nas universidades Católica de Angola, Agostinho Neto, Lusíada, Metodista e Piaget.

### 3.13 Apreendidos medicamentos nos mercados informais

*Jornal de Angola*  
27 de Julho de 2012

Os serviços de fiscalização da Administração Municipal do Cazenga, Luanda, apreenderam em algumas casas, na zona do mercado dos Kwanzas, várias quantidades de medicamentos.

O administrador adjunto João Abreu do município disse, à Angop, que os medicamentos eram vendidos "a céu aberto, sem as mínimas condições de conservação e protecção contra a radiação solar".

João Abreu lamentou a existência de irregularidades na venda em mercados de uma série de produtos, principalmente, o que viola as recomendações exigidas.

Os medicamentos apreendidos, referiu, são entregues ao Ministério da Saúde para análise da qualidade e origem, para depois definir o fim ideal destes produtos.

O administrador adjunto do Cazenga lembrou que a venda de medicamentos nos mercados normalmente é feita por pessoas sem conhecimentos farmacêuticos que lhes permita prestar esclarecimentos a quem os compra.

### 3.14 Moradores clamam por segurança

*A capital*  
28 de Julho de 2012

Dona Odeth, uma das moradoras do quintal onde se encontra instalada ao ar livre a oficina clama as autoridades afins no sentido de fazer alguma coisa em prol das famílias que ali residem.

"Residimos aqui há mais de sete anos, temos filhos e família", notou, para depois referir que anteriormente as peças estavam mais distantes das casas, "mas agora, devido ao constante depósito de ferros e de alumínio aqui, o espaço ficou pequeno e estão a se aproximar das casas".

"Imagine se isso fosse uma explosão maior, normalmente as crianças brincam aqui no quintal e

nós também lavamos aqui, não sei o que seria", conjecturou, sublinhando mais adiante que estão todos expostos à um perigo, "uma vez que agora estão a vir para aqui peças de carros que tombaram na guerra no interior do país"

Refira-se que de acordo com o corpo de segurança, afecto a DSL, a oficina é uma sociedade anónima de cidadãos gambianos que terão arrendado o espaço à um angolano. Ali, compra-se ferros, alumínio e cobre nas mãos de adultos e crianças que nos últimos dias enveredaram para a prática de colectores destes tipos de minerais já transformados atirados nas ruas.

Mafuta Pascoal, outra moradora, corrobora da mesma opinião da sua vizinha e alerta para o perigo que os seus filhos vivem diariamente.

"Se não forem estes ferros que nem sequer sabemos aonde saem será o próprio poste de energia. É apenas um e de lá sai a energia das casas todas do quintal, uma média de seis casas e para alguns aparelhos usados pelos serralheiros aqui. Podemos ter um curto-circuito", denunciou, para depois dizer que há uma certa ganância também do Proprietário do quintal, uma vez que ali, já se encontra instalada uma antena de uma operadora móvel, "o que por si, também trás alguns riscos para as pessoas que vivem nas proximidades", salientou.

### 3.15 Vendedoras de N'Dalatando satisfeitas com abertura do novo mercado municipal

*Jornal de Angola*  
26 de Julho de 2012

Comerciantes locais vão ter espaço mais condigno para exercer a actividade Comerciantes das praças informais de N'Dalatando, Kwanza-Norte, estão na expectativa da conclusão, em Dezembro, das obras do novo mercado informal municipal do Cazengo. O novo mercado está projectado num perímetro de 500 metros quadrados e área útil com capacidade para 400 vendedores, além de outros serviços complementares.

Durante uma visita de trabalho efetuada ao local, a administradora municipal de Cazengo, Edvigens de Jesus, constatou que os trabalhos se encontram a 70 por cento da sua execução final.

O imóvel alberga três talhos e igual número de peixarias e armazéns, com 40 metros quadrados, incluindo quatro matadouros para aves e gado de médio porte, como caprino, suíno e ovino. Possui ainda uma área para os serviços administrativos, de

segurança, padaria, sapatarias, alfaiataria e zona de venda livre.

Do projecto, constam ainda urna creche, para acolher os filhos das comerciantes, parque infantil, snack-bar e 16 lojas para a venda de produtos diversos, como roupa, calçado e cosméticos. Além disso, há áreas destinadas à venda de electrodomésticos, dois bancos, local para a comercialização de peças de arte, modernas e artesanais, posto de saúde, quatro frigoríficos para congelação e conservação.

O Jornal de Angola apurou que, na área adjacente ao novo mercado, já estão a ser projetadas as valas de drenagem para o escoamento das águas pluviais e residuais, e cinco portões de grande porte, para a passagem de camiões com mais de 50 toneladas.

Segundo a administradora do Cazengo, o mercado está a ser construído desde Abril de 2010, através de uma iniciativa do Governo Provincial do Kwanza-Norte, com o objetivo de acomodar os vendedores locais em condições dignas e conservar os produtos.

#### Melhores condições

Vendedoras dos diversos mercados de N'Dalatando estão satisfeitas com a construção do novo mercado, e aguardam com ansiedade o início das suas actividades naquela que é considerada por elas a praça de luxo.

Josefa de Andrade disse estar informada sobre os vários serviços que a nova praça vai oferecer, além dos locais normais de venda. A sua maior satisfação, confessou ao Jornal de Angola, é o facto do novo imóvel estar projectado com zonas para a conservação de produtos, evitando assim o transporte dos mesmos para casa.

Madalena Cassule, mãe de três filhos, também não escondeu a sua satisfação pelo facto do novo mercado dispor de uma creche, onde vai poder deixar o seu filho em segurança, evitando que este apanhe poeira e outras doenças, além de poder amamentá-lo.

A administradora do Cazengo, Edvigens de Jesus Ribeiro, frisou que; após a entrega da obra, as diversas áreas comerciais são atribuídas a empreendedores interessados, através de um critério de seleção ainda por estabelecer. A medida tem por objetivo minimizar o desemprego no seio da juventude e rentabilizar receitas para os cofres do Estado.

### 3.16 Morreu estilhaçado

*A Capital*

*28 de Julho de 2012*

Mampala Daniel, ou simplesmente Laski, de 22 anos, perdeu a vida depois de um engenho não identificado ter rebentado na altura em que servia-se um maçarico para cortar o diferencial de um camião para reciclar o ferro.

O incidente deu-se na zona da Olímpia, algures na divisão dos municípios do Cazenga e de Cacuaco.

Dados colhidos no local dão conta que Laski, como era carinhosamente tratado pelos familiares e amigos mais próximos, tal como nos outros dias estava a trabalhar com o seu ajudante no corte de ferros diversos, numa oficina de reciclagem de ferro, alumínio e cobre. Um negócio, que cresceu consideravelmente na cidade capital, mormente na periferia onde adultos e crianças procuram em tudo quanto é lado um pedaço de ferro ou outro mineral desta família, para em troca, receberem algum dinheiro, muitas das vezes, para o seu sustento diário.

"Ele chegou e antes mesmo de começar o trabalho ainda pediu à um jovem do bairro para cortar-lhe o cabelo. Depois disso, começou a cortar os ferros e de seguida pegou neste diferencial de camião para dividi-lo em três partes", contou João Mbala, um colega, visivelmente abalado com o infortúnio.

De acordo com ele, tão logo começou a cortar o diferencial, servindo-se, como nos outros dias de um maçarico a oxigênio e bicarbonato de sódio, mandou o ajudante levar o carro de mão com algumas partes de ferro já cortadas para a outra extremidade do quintal onde se encontravam os contentores para o armazenamento.

"Não demorou muito e ouvimos um barulho", explicou, sublinhando que o ruído, para uns parecia de uma bala, mas outros foi como se de uma granada se tratasse.

Para espanto de todos, o barulho deu-se no local onde Laski estava a trabalhar. Quando aproximaram-se, deram com ele caído e ensanguentado.

"Estava ferido no pescoço, na testa e com uma parte do nariz cortado. Mas o local onde ele estava a trabalhar não modificou nada", sustentou o motivo do espanto dos que presenciavam atônitos aquela cena.

Segundo os outros colegas, ainda socorreram-no levando-o ao hospital dos Cajueiros, mas devido

a perda excessiva de sangue, "ele não resistiu e acabou por falecer", referiram.

Todos os que ali se encontravam e os que, por força do barulho não resistiram e correram ao local para constatar o que de facto havia acontecido, até mesmo os entendidos na matéria de soldadura, estranhavam a forma como ali ocorreu uma explosão que terá provocado a morte do jovem.

"Sou bate-chapa e tenho uma oficina. Mas não sei como é que num diferencial pode dar uma explosão ou sair uma bala e matar alguém, notou um cidadão conhecedor das ferramentas usadas pelo malogrado.

De referir que Mampala Daniel, mais conhecido por Laski, vive em Luanda, vindo da província do Uíje há menos de seis meses. Na oficina, está há sensivelmente três meses.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Programa de Investimentos Públicos termina no final do ano

*Novo Jornal*

*06 de julho de 2012*

O Programa de Investimentos Públicos (PIP) de Angola, em execução desde 2003 e que deverá vigorar até final deste ano, tem um orçamento de 32,8 mil milhões de euros, segundo documentos do Ministério da Economia citados pela agência Lusa.

Cerca de um terço desta verba (30,8 por cento) diz respeito à construção, reabilitação e manutenção de estradas e pontes.

As restantes áreas inscritas no PIP são habitação e urbanismo (12,1 por cento), saúde e educação (10,6 por cento), energia (8,3 por cento), transportes (5,8 por cento), telecomunicações (3,8 por cento), água e saneamento (3,6 por cento) e outros (25,1 por cento).

Verifica-se que as autoridades angolanas projectam para depois de 2012 e até 2020, nomeadamente no sector da energia, a construção de centrais hídricas e térmicas, investimentos no valor global de 14,8 mil milhões de euros.

Nas estradas e pontes, a aposta assenta, entre 2012 e 2025, em investimentos médios anuais de 1,3 milhões de euros, em que a construção e novas vias rodoviárias é contemplada com a maior parcela: 1 milhão de euros.

Se no papel os planos são ambiciosos, na prática persistem estrangulamentos de várias ordens, designadamente ao nível da taxa de execução do PIP.

A solução adiada pelo presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, passaria "pela descentralização e atribuição aos governos provinciais da responsabilidade daqueles investimentos". Em entrevista recente ao Jornal de Angola, José Severino referiu que, em determinados períodos, houve programas de investimentos públicos em que o grau de cumprimento ficou abaixo dos 40 por cento, mas que, a partir do momento em que se passou a descentralizar, passou a 70 por cento, logo no

primeiro ano e a apreciação que se faz actualmente é de 75 por cento, segundo a Lusa.

### 4.2 Nível de eficiência da política orçamental requer maior controlo

*Jornal de Economia e Finanças*

*10 de Julho de 2012*

Os níveis de eficiência que até então a economia angolana tem alcançado fruto da aplicação de novos modelos macroeconómicos, o que tem contribuído para a eficácia, quer da política orçamental, quer da política fiscal, requer um maior acompanhamento dos fazedores económicos.

Assim, segundo o relatório trimestral do Banco Nacional de Angola (BNA), neste ano, a política orçamental deverá prosseguir com o compromisso de maior rigor e transparência na gestão das despesas públicas tendo em conta os níveis de endividamento público e de serviço da dívida sustentáveis.

No entanto, segundo o documento, para o alcance do compromisso acima referido, a política orçamental será foçada na melhoria do processo de fiscalização orçamental, consolidação da legislação fiscal e revisão das taxas e outros encargos parafiscais.

Segundo o balanço de Execução Financeira do Tesouro do I trimestre de 2012, as receitas totais atingiram 775, 6 milhões de kwanzas, representando cerca de 70 por cento do previsto, abaixo da execução registada no I trimestre de 2011 (130,75 por cento).

Segundo o relatório da inflação do BNA, as receitas arrecadadas no período em análise representaram um aumento de 4 por cento em relação ao período homólogo de 2011. Este aumento deveu-se essencialmente ao desempenho das receitas não petrolíferas (37 por cento), cuja execução atingiu os 140 por cento.

A execução das receitas petrolíferas ficou apenas em 54 por cento e representou uma diminuição de 9 por cento, face ao período homólogo de 2011. Todavia, pode-se constatar que, apesar da baixa execução das receitas petrolíferas, estas representaram 63 por cento das receitas totais, contra 37 por cento das receitas não petrolíferas.

Conforme ilustra o gráfico, as receitas petrolíferas continuam a ter o maior peso das receitas correntes.

## Despesas

No I trimestre de 2012, a execução das despesas totais situou-se ao mesmo nível do trimestre homólogo de 2011, atingindo cerca de 84 por cento do previsto. Porém, representou um aumento de cerca de 87 por cento. Este aumento justifica-se pelo incremento das despesas com o serviço da dívida (439 por cento), das despesas correntes (58 por cento) e despesas de capital (43 por cento), sendo que as referidas rubricas tiveram um grau de execução de 77 por cento, 87 por cento e 82 por cento do previsto, respectivamente.

Relativamente à execução das despesas correntes no trimestre em análise, destacaram-se se as despesas com o pessoal (101 por cento), subsídios (99 por cento) e bens e serviços (71 por cento), enquanto nas despesas de capital tiveram maior relevância as transferências de capital (98 por cento) e os investimentos públicos (77 por cento).

Em relação à estrutura das despesas totais, observa-se que as despesas correntes representam cerca de 54 por cento, o serviço da dívida 25 por cento e as despesas de capital 21 por cento.

Na estrutura das despesas correntes evidenciaram-se as despesas com o pessoal (48 por cento), com bens e serviços (27 por cento) e os subsídios (18 por cento).

O desempenho das contas fiscais, no I trimestre de 2012, permitiu apurar um superávit do saldo corrente de 290,6 milhões de kwanzas, contra 439,7 milhões de kwanzas no período homólogo de 2011, e défices nos saldos global e de compromisso e primário não petrolífero, na ordem de 120,4 milhões de kwanzas e 588,8 milhões de kwanzas, contra 265,4 milhões de kwanzas e 262,8 milhões de kwanzas, respectivamente, no período homólogo de 2011.

### Saldo corrente

O superávit do saldo corrente observado foi suficiente para financiar as necessidades correntes do tesouro no período em referência.

Para o II trimestre de 2012, perspectiva-se um aumento das receitas totais de cerca de 43 por cento, face ao executado do I trimestre, podendo as receitas petrolíferas crescer cerca de 85 por cento e as não petrolíferas decrescer 29 por cento. As despesas totais poderão atingir um acréscimo de 55 por cento, com aumentos das despesas correntes (18 por cento), de capital (154 por cento) e do serviço da dívida (50 por cento), o que poderá traduzir-se num superávit do saldo corrente e num défice do saldo de compromisso, bem como do saldo primário não petrolífero.

No final do I trimestre de 2012, o Crédito Líquido ao Governo Central (CLGC) registou uma expansão de 8,46 por cento, o que representa uma contracção de 279,47 por cento face ao período homólogo e uma expansão de 161,74 por cento quando comparado a 12 meses. No período em análise, o CLGC contraiu 7,35 por cento. Esta contracção deveu-se a um aumento nos depósitos do Governo no Banco Central (2,20 por cento) e a uma redução ao crédito não titulado (3,24 por cento), contra uma expansão do Crédito titulado (0,88 por cento).

## 4.3 Projectos financiados

*Novo jornal*

*13 de Julho de 2012*

Província do Bengo - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção da rede de drenagem de águas residuais, estação de bombagem de esgotos na ETAR de Caxito e sistema de drenagem de águas pluviais, no valor de 30.983.381,63 dólares .

Kuando Kubango - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção do sistema de abastecimento de água em Menongue, no valor de 45.726.857,84 dólares Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para Instalação e ampliação da rede de água em Menongue, no valor de

. 53.034.841,75 dólares .

Kuanza Norte - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção da rede de captação, tratamento e distribuição de água nas localidades do Zenza do Itombe, Ngonguembo, Samba-Lucala Cerca, Bolongongo (Terreiro, Kikemba), Dange-Ya-Menha, no valor 45.000.000,00 dólares

Lunda Norte - Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY INDUSTRY CORPORATION, para a construção do hospital materno Infantil no Dundo, no valor de 28.875.017,21 dólares

Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY INDUSTRY CORPORATION, para a asfaltagem de parte das ruas do Dundo, no valor 37.675.017,21 dólares

Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY INDUSTRY CORPORATION, para a construção dos centros de saúde nas localidades do Lucapa, Cuilo, Cuango e

Capenda-Camulemba, no valor de 22.052.715,08 dólares

Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY INDUSTRY CORPORATION, para a construção dos sistemas de abastecimento de água nos municípios de N'Zajie Lucapa, no valor de 23.940.219,30 dólares.

Lunda Sul - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção da maternidade na província da lunda Sul, no valor de 20.000.000,00 dólares .

Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para terraplanagem e colocação de asfalto em algumas ruas suburbanas da cidade de Saurimo, no valor de 20.000.000,00 dólares.

Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção e apetrechamento de um Hospital Municipal em Saurimo, no valor de 16.500.000,00 dólares.

Malange - Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY & EQUIPMENT IMPORT & EXPORT CORPORATION (CMEC) /TRANSTECH ENGINEERING CORPORATION (TEC), para a construção e apetrechamento de um Hospital no município de Kiwaba Nzogi e centros médicos nas localidades de Maxinde, Cahata, Canâmbua e Sagrado Coração de Jesus, no valor 42.606.329,24 dólares.

Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY & EQUIPMENT IMPORT & EXPORT CORPORATION (CMEC) /TRANSTECH ENGINEERING CORPORATION (TEC), para a construção e apetrechamento de dez escolas nas cidades da província de Malange, no valor 23.734.016,88 dólares

Moxico - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção, reabilitação, ampliação e apetrechamento da maternidade provincial do Moxico, no valor de 20.000.000,00 dólares. Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção do Sistema de Captação de água e a reabilitação e expansão da rede de distribuição de água na cidade do Luena, no valor de 40.000.000,00 dólares.

Zaire - Contrato com a empresa construtora CHINA ROAD and BRIDGE CORPORATION (CRBC), para construção de um hospital na cidade de M'Banza Congo, no valor de 42.384.549,00 dólares.

## 4.4 Maior orçamento menos partidos políticos

*Expansão*

*13 de Julho de 2012*

Está instalado o ambiente eleitoral, reforçado com a divulgação dos candidatos admitidos pelo Tribunal Constitucional e o consequente sorteio da ordem dos concorrentes no boletim eleitoral que aconteceu no dia 8.07. A par de acertar os últimos pormenores rumo ao pleito, as nove formações aguardam pelo anúncio do valor a que terão direito, assim como a disponibilidade do mesmo.

Quanto será? Até ao momento do fecho da presente edição, a questão continuava sem resposta, enquanto a única referência continuava a ser o valor que as formações receberam para as eleições de 2008: cerca de 1,2 milhões USD.

Os diferentes intervenientes políticos acreditam no crescimento da fasquia e baseiam-se no facto de orçamento previsto para as eleições que se avizinham ser maior que o de 2008. Apresentam ainda como argumento o facto de concorrerem menos cinco candidatas comparativamente às eleições passadas, quando participaram 14 formações.

O Expansão, na presente edição, procurou calcular o valor que cada um dos partidos deverá ter, recorrendo à realidade de 2009 como o peso das eleições na economia nacional.

Antes de avançar os cálculos, é oportuno salientar que as eleições que se avizinham ficarão marcadas na história do País como sendo as primeiras legislativas respeitando o calendário eleitoral definido pela Constituição, visto que as de 2008 se realizaram apenas 20 anos depois das primeiras da história. O normal seria acontecer 4 e 5 anos depois para as legislativas e presidenciais respectivamente, à luz da constituição anterior. As eleições do próximo dia 31 de Agosto terão ainda o condão de ser as primeiras do sistema presidencialistas-parlamentar, em vigor no País desde a promulgação da Constituição em vigor a 5 de Fevereiro de 2010.

Relativamente às várias comparações possíveis entre as que se avizinham e as eleições de 2008, interessa ainda salientar que para a passada foram registados pouco mais de 8,4 milhões potenciais eleitores contra os cerca de 9,7 Milhões ora registados.

Face aos avanços registados nos últimos anos no que diz respeito às infra-estruturas rodoviárias, os responsáveis pelo registo eleitoral para as próximas eleições tiveram menos dificuldades que os que

efectuaram para 2008. Para o registo que decorreu em 2007, a necessidade de recorrer-se aos meios aéreos foi, por exemplo, maior, assim como a dificuldade para chegar-se a determinadas zonas devido às barreiras rodoviárias e à existência de mais zonas minadas.

No entanto, o orçamento para a comissão encarregada de realizar o registo eleitoral para as eleições de 2008 foi inferior ao previsto para as próximas eleições. Em 2008, o orçamento previsto para a comissão interministerial para o processo eleitoral (responsável pelo registo eleitoral) foi de cerca de 4,5 mil milhões Kz (0,17% do total do OGE previsto) e para as eleições que se avizinham foi de 16,6 mil milhões Kz (0,3% do total do OGE previsto). Uma das razões dessa diferença é o facto de o registo eleitoral para as eleições de 2008 ter terminado praticamente em 2007, contrariamente ao referente às eleições deste ano.

Outra razão da diferença nos valores atribuídos ao registo eleitoral, segundo especialistas, deve-se, sobretudo à disparidade entre os OGE previstos para os dois anos. Em 2008, foi de 2,5 biliões Kz, enquanto para o ano em curso é de 4,5 biliões Kz. Um diferencial que se explica pela conjuntura económica.

dos dois momentos, sendo que o actual é mais favorável para os produtores de petróleo como é o caso de Angola. O OGE de 2008 foi elaborado, por exemplo, com base numa produção prevista de 710 milhões de barris e com o preço internacional do petróleo a 55 USD, enquanto a produção e o preço que suportaram o OGE do ano em curso é de 662,7 milhões de barris e 77,00 USD por barril. A diferença orçamental, porém, serve também para explicar o aumento registado no valor percentual e numérico para as eleições de 2012 face ao das de 2008, sendo que passou de cerca de 185 milhões USD (0,74% do total do OGE previsto) para cerca de 585 milhões USD (1,25% do total previsto para o OGE).

O professor universitário Mário Pinto de Andrade é de opinião que o aumento verificado justifica-se porque "os custos logísticos actuais são maiores do que os de 2008", acrescentando que, com este aumento, o Governo pretende credibilizar o acto.

**Distribuição do Orçamento** Os cerca de 55,5 mil milhões Kz aprovados para as eleições do próximo dia 31 repartem-se em 16,7 mil milhões para a Comissão Interministerial para o processo eleitoral, 2,3 mil milhões para o tribunal constitucional, 13,2 mil milhões para a comissão nacional eleitoral e 23,4 mil milhões para as reservas eleitorais. Desta reserva acredita-se sairá entre outras, a verbas a serem atribuídas aos partidos políticos para o pleito e até ao

fecho da presente edição ainda não estava decidido .em 2008, cada formação recebeu cerca de 1,2 milhões USD, e algumas vezes que para o pleito que se avizinha se estará muito perto deste valor.

Porém para grande parte dos partidos políticos defendem aumento considerável deste valor, tendo em conta a redução das candidaturas ( de 14 para 9 formações políticas ) e o orçamento previsto para as eleições. Em quanto isso Mário Pinto de Andrade é de opinião que a referida redução permitirá ao Governo a gastar menos que o previsto e canalizar o excedente para outras necessidades.

Por outro lado, as formações políticas apelam para a entrega dos valores a tempo de prepararem o pleito convenientemente.

De resto, apontam o atraso na entrega das verbas como razão de grande parte das formações políticas legais não apresentarem as respectivas candidaturas apesar de receberem os cerca de 97 mil USD para preparação das candidaturas.

Apesar de também defender que o referido valor deveria ser entregue com maior antecedência, Mário Pinto de Andrade, no entanto, é de opinião que "o legislador deveria exigir a devolução do valor aos partidos que não apresentaram as candidaturas" apelando ao Tribunal de Contas para controlar os valores referentes às eleições.

A Lei do Financiamento dos Partidos Políticos exige aos partidos e coligações que elaborem, anualmente, relatório de prestação de contas referentes aos fundos que recebem do Estado. No entanto, o Expansão apurou que o cumprimento desta exigência foi baixo relativamente aos fundos alocados para as eleições de 2008.

**Financiamento dos partidos** Além dos cerca de 97 mil USD que as 77 formações legais receberam do cofres do Estado para preparar as respectivas candidaturas e do valor a que as nove formações terão direito para o pleito, as formações com assento parlamentar contam ainda com as verbas orçamentadas anualmente.

Cinco das nove formações políticas beneficiam deste financiamento, cujo valor resulta da multiplicação de 1000 Kz por cada voto conseguido nas anteriores eleições. Trata-se do MPLA, que nas eleições passadas obteve mais de 4,5 milhões de votos; a UNITA, que conseguiu mais de 572 mil votos, assim como o PRS, Nova Democracia e a FNLA que obtiveram, respectivamente, cerca de 173 mil, 64 mil e 60 mil votos.

Além dos financiamentos do Estado, os partidos e ou coligações políticas podem ainda beneficiar de

financiamento de pessoas singulares ou coletivas privadas, quota e contribuições dos membros e utilizar rendimentos provenientes de bens e actividades próprias. Neste particular, o MPLA leva vantagens sobre todos os outros partidos tanto por ter mais militantes como por contar nas suas fileiras com inúmeros empresários.

A lei do financiamento dos partidos políticos permite ainda créditos bancários internos, proibindo os partidos de beneficiar de financiamento de organismos autónomos do Estado, órgãos locais do Estado, associações e institutos públicos.

Empresas públicas, governos e organizações não governamentais estrangeiras também fazem parte da lista dos que estão proibidos de financiar formações políticas no País.

Grande parte dos partidos contactados afasta a possibilidade de incumprimento da referida lei, contrariamente à opinião do docente Mário Pinto de Andrade. "Não sejamos ingénuos, porque há muitas formas de se financiar um partido de forma subterrânea, mas espero que isto não venha a acontecer", sublinhou.

Como os partidos gastam o dinheiro Apesar do tempo de antena a que têm direito nos órgãos públicos, à luz da lei eleitoral, as formações políticas reservam alguns valores para garantir a cobertura desejada das respectivas actividades de campo nestes órgãos. No entanto, a maior parte do orçamento que os mesmos reservam para a imprensa é canalizada para os órgãos privados em virtude do carácter comercial destes.

A gravação das matérias televisivas e radiofónicas para o consumo do tempo de antena a que têm direito é outro item para onde as formações devem canalizar o dinheiro da campanha.

As produtoras menos exigentes compram a partir de 1000 USD por gravação, sendo que o valor aumenta em função da cumplicidade do trabalho. Tal como nas eleições anteriores e noutras partes do mundo, a indumentária merecerá uma forte aposta nas formações partidárias que pretenderem, por exemplo, garantir T-shirts para cerca de 15 mil eleitores.

Para isso, as respectivas candidaturas terão de gastar cerca de 70 mil USD se forem encomendadas no País.

No entanto, a opção também pode vir de países como a China, onde o custo de produção fica a menos de 1 USD, ou seja, 15 mil T-shirts podem ficar em cerca de 15 mil USD, mas esta opção está dependente do período de recepção das verbas.

## 4.5 Três empresas executarão obras

*Agora*

*21 de Julho de 2012*

As empresas foram escolhidas para executar projectos no país, que serão financiadas ao abrigo de 17 acordos no montante global de 500 milhões de dólares, assinados pelo Executivo com o Banco de Exportações e Importações da China .

Os acordos destinam-se à construção de diferentes infraestruturas, com as obras a serem executadas de forma descentralizada pelos governos provinciais, e os grupos chineses escolhidos foram o Sinohydro, que fica com a maior parte das adjudicações, China National Machinery Industry Corp, e China Road and Bridge Construction, que obteve apenas uma obra.

Orçadas em 547,5 milhões de dólares, estas obras contarão com uma participação directa do Estado de 54,7 milhões de dólares.

O ministro das Finanças, destacou a importância dos acordos para o desenvolvimento do país, e o vice-presidente do Banco Exim da China, Liu Chen, salientou que o selo reflecte o interesse da China em apoiar o processo de reconstrução do país,

O projecto de mais elevado valor, 53 milhões de dólares, foi adjudicado à Sinohydro e diz respeito à instalação ampliação das redes de alta e baixa tensões no Kuando Kubngo.

A mesma empresa obteve o contrato para a obra de menor valor, 16,5 milhões de dólares, que visa a construção e apetrechamento do hospital..

## 4.6 "O trabalhador não tem como controlar o destino do IRT"

*Jornal Expansão*

*27 de Julho de 2012*

A jurista é de opinião que os trabalhadores devem limitar-se a pagar os respectivos impostos e deixar que o Estado, por intermédio do Tribunal de Contas, fiscalize as contas.

Fale-nos da importância do IRT. para as economias do País.

O IRT é o imposto que tem como público-alvo os trabalhadores que auferem rendimentos pela actividade laboral desenvolvida quer seja por conta própria ou de outrem. Assim como os demais impostos, são importantes porque se traduzem nas contribuições que todo o cidadão com vida laboral



activa deve fazer para ajudar nas despesas do Estado, e o País precisa de receitas para realizar despesas traduzidas na satisfação das necessidades colectivas como, por exemplo, manter em funcionamento os serviços administrativos do Estado, os hospitais e escolas públicas, construção de infra-estruturas, etc. Então a ideia é que todo aquele que manifestar capacidade contributiva deve retirar uma percentagem dos seus proventos para ajudar os menos favorecidos.

Qual é a relação que podemos fazer do IRT angolano com os dos países da SAOC e da CPLP? Sabemos que Angola pratica das taxas mais baixas da região.

Para responder a esta questão, nós precisaríamos de dados estatísticos actualizados sobre a matéria de outros países, para não tirarmos conclusões erróneas. Precisaríamos de pareceres de economistas, pois eles estariam em melhores condições para falar com propriedade sobre esta matéria. Mas no que toca a Angola em particular, a taxa já foi mais baixa, pois o rendimento mínimo a isentar era de 17000 Kz, a taxa mínima era de 2%, sendo a máxima de 15%, o que não ocorre actualmente, pois sabe-se que, com base no Decreto Executivo n.º 80/09, de 7 de Agosto, a taxa mínima actual é de 5% e a máxima é de 17%, tendo como rendimento mínimo a isentar 25 000 Kz. Ora, a taxa tende a subir.

Acredita que as taxas do IRT influenciam na busca de mercados de trabalho por parte de expatriados?

As taxas do imposto de rendimento do trabalho não são negociáveis, e isto deve ser levado em conta sempre. Aplica-se a todos os trabalhadores quer sejam nacionais ou estrangeiros, salvo se os rendimentos auferidos ou as pessoas em particular estejam abrangidos na isenção. O trabalhador deve saber que, se trabalhar por conta própria, sofrerá um desconto de 15% sobre 70% do seu rendimento bruto nos termos do disposto no código do imposto sobre os rendimentos do trabalho, Lei 10/99, de 29 de Outubro, nos seus artigos 10.º, 15.º/2, 16.º/2, e se trabalhar por conta de outrem sofrerá o desconto constante da tabela do imposto sobre rendimentos de pessoas singulares constante da tabela actualmente em vigor (Decreto Executivo n.º 80/09, de 7 de Agosto). Estas são as regras da casa, e quem não estiver interessado pode procurar outros mercados de trabalho, mas a verdade é que o nosso País tem atraído muitos trabalhadores expatriados.

Sente-se a preocupação do Executivo de actualizar pontualmente as taxas do IRT devido, por exemplo, à inflação?

O Executivo tem estado preocupado com esta situação. Pois que a tabela já foi actualizada algumas vezes. Se levarmos em conta que o sistema fiscal funcionou a meio gás por muito tempo, hoje já não se pode dizer o mesmo, pois é sabido que está em movimento a reforma fiscal. No que toca à actualização das taxas, sim, houve progressos neste sentido, pois a taxa mínima era de 2% e a máxima de 15%, e actualmente a taxa mínima é de 5% e a máxima de 17% como já referi. Logo, tem havido um agravamento da taxa, para descontentamento dos trabalhadores.

Alguns trabalhadores fazem a seguinte pergunta: qual é o destino que se dá aos valores resultantes do IRT?

Estas receitas entram para os cofres do Estado para a realização de despesas públicas, que qualquer cidadão pode observar se buscar o Orçamento Geral do Estado, pois nele se detalha quanto se arrecadou e como será empregada a receita, detalhando-se inclusive os investimentos propostos.

O trabalhador tem como saber que o valor que lhe é descontado vai de facto para este cofre?

Isto não é possível ser controlado pelo trabalhador em particular. Tudo que o trabalhador tem de fazer é liquidar e pagar as suas contas com o Estado para não ver sobre si uma acção de execução fiscal, uma dívida fiscal, que é agravada com uma taxa de juros moratórias de 2,5% ao mês acrescida de multas. As receitas são depositadas aos cuidados do Ministério das Finanças, que funciona como "o tesoureiro do Estado", que deve dar-lhe o destino legalmente estabelecido. O Estado, por outro lado, tem o Tribunal de Contas, que tem a função de fiscalizar as contas do Estado. Ele tem a responsabilidade de zelar pelo destino correcto dessas receitas, que por sua vez presta contas à Assembleia Nacional.

Até que ponto a impossibilidade de os trabalhadores controlarem os respectivos IRT pode levar entidades empregadoras a não depositar tais valores?

Para o trabalhador, o mais importante é ter o comprovativo do desconto efectuado pela entidade empregadora. Se a entidade empregadora não efectuar o depósito, as consequências são para a empresa e não para o trabalhador, porque a repartição fiscal exige que seja a empresa a efectuar o depósito e, se o não fizer, é a empresa que responde.

Algumas vozes defendem que os trabalhadores não devem preocupar-se com o destino do IRT, mas sim com a contribuição da Segurança Social, tendo em

conta a importância desta no futuro. Tem essa opinião?

A Segurança Social não é um imposto, é uma contribuição feita pelo trabalhador para auferir uma remuneração na velhice. É um mecanismo de proteção ao idoso, e o trabalhador deve sofrer um desconto de 3% das suas receitas. Situação diferente é a do imposto, pois que o trabalhador contribui com as taxas constantes na tabela do imposto sobre rendimentos de pessoas singulares e com as taxas estabelecidas no código do imposto do rendimento do trabalho e não recebe qualquer contrapartida directa e pessoal. O trabalhador está a ajudar o Estado a satisfazer as necessidades de uma colectividade de indivíduos. A Segurança Social gera contrapartida após cumprimento no preceituado na Lei de Bases da Segurança Social, Lei n. 07/04, e legislação complementar. Logo, o trabalhador deve preocupar-se com os dois tipos de contribuição. Com o IRT para não sofrer as consequências de devedor fiscal, e com a Segurança Social, para garantir a sua reforma.

Segundo algumas explicações, o IRT dos trabalhadores por conta de outrem é depositado como se da entidade empregadora fosse. Está correcta esta fórmula, ou carece de alteração?

O IRT é pago por retenção na fonte. Isto dito por outras palavras quer dizer que a entidade competente para o pagamento deste imposto deve proceder ao desconto antes mesmo de o rendimento ir parar às mãos do trabalhador. Isto tem a sua razão de ser, é que o Estado, como forma de garantir o pagamento deste imposto, obriga a empresa a proceder só ao desconto, porque seria mais difícil para o trabalhador fazê-lo, até porque o trabalhador tem muitas necessidades. A tendência seria relegar a último plano o pagamento do imposto, pois o trabalhador não tem contrapartida directa, mas sim contrapartida indirecta. Logo, como meio de acautelar tais situações, o Estado adoptou esta medida preventiva. É saudável esta medida, pois o trabalhador é obrigado por lei a pagar o imposto. Então, assim, o trabalhador por conta de outrem não acumula dívidas.

## 4.7 Uma nova 'chinolandia' em Angola

*Agora*

*28 de Julho 2012*

Restava apenas a China. Assim em Novembro de 2003, os dois países assinaram o tratado definindo as bases para a cooperação económica e comercial.

Em Março de 2004, o Exim Bank of China abriu a primeira linha de crédito de 2 mil milhões de dólares para o Ministério das Finanças. Dali para cá, mais 'pipas de massa' que, segundo se comenta já serão cerca de 20 mil milhões, entraram nos cofres angolanos para serem aplicados em projectos nos domínios de energia, água, saúde e obras públicas.

Segundo alguns analistas atentos à presença chinesa no país, por este andar, Angola já deve ter ultrapassado o Sudão, que até então tinha recebido mais dinheiro oriental em África.

Não importando os cordelinhos em que se teceram, o certo é que num repente, criaturas por nós familiarizadas pelos filmes, personificando os donos das artes marciais e quejandos, circulam em viaturas engalanadas com inscrições GRN que se confundem com as de um ramo das Forças Armadas portuguesas.

São abnegados e infatigáveis.

Os chineses aceitaram o doirado desafio de ajudar a reconstruir o nosso país devastado por longos anos de guerra.

Embora vivam em retiros isolados, a sua presença é facilmente detectável pelos seus traços fisionómicos, meios de trabalho e pelos caracteres em mandarim espalhados por tudo que é canto deste país, onde existam obras e de placas ao longo de estradas, anunciando a venda de material de construção de fabrico chinês.

São avessos à conversas com pessoas estranhas e quando se consegue chegar à fala com eles, somente alguns sons guturais se lhes escapa, cujo entendimento só é mesmo para chinês.

Contudo, numa das artérias de Luanda, encontramos José Jak (nome fictício), que com um pouco de conversa fiada aceitou trocar algumas impressões connosco.

Cidadão chinês, oriundo de Macau, antigo território português, desenvolvido e expedito, está em Angola já desde 1998. Apareceu por cá em companhia do seu patrão que o aproveitou devido à sua fluência da língua de Camões e como tal era o seu tradutor.

Já estabelecido por sua conta, rejubila e não se coíbe de falar do seu percurso, sobre os negócios mas, evita a abordagem de questões que têm ocorrido nas fechadas comunidades chinesas.

A máfia chinesa que se diz já estar a grassar por cá, é um tabú que o transporta para um mutismo petrificante e o deixa com cara de poucos amigos.

Pelos vistos, este tema deve' queimar' e como tal, é proibido.

Num português fluente, próprio de quem conviveu e estudou na língua dos tucas, vai sorvendo as palavras de forma desinibida, passada aquela pequena crispação:

"Quando cá cheguei não éramos mais que cerca de cinquenta. Agora com os acordos que existem entre os governos, angolano e chinês, sem medo de errar, já devemos ser uns bons largos milhares", asseverou o bom do José.

Estabelecido e dirigindo uma sociedade comercial (exigiu não denominá-la) de import/ export, traz de tudo que por cá faz falta desde facas, pratos, garfos, copos, mesas, cadeiras e produtos de limpeza. Diz que o negócio corre-lhe de feição, facturando 'forte e feio' e já tem consigo no negócio mais cinco parentes próximos e alguns empregados igualmente chineses.

Os familiares são todos macaenses. Sinais evidentes de que o negócio vai mesmo bem, são o (seu carro, um todo-terreno top de gama, que não lhe deve ter custado menos de 50 mil dólares, o seu relógio de ouro maciço suíço de marca, o fato e os restaurantes que diz frequentar, de preferência chineses que diz já existirem na cidade capital.

Mais não disse porque um dos seus dois celulares tocou, atendido, alegou ter sido chamado para um encontro deveras importante.

Agora entre nós e diante do quadro presente, tradicionalmente seduzidos pelo ocidente, os angolanos tiveram que fazer uma inflexão na forma de ver o mundo. A China, fruto da sua política de autoisolamento a que se submetera durante décadas, com esta sua parceria com as autoridades angolanas, à semelhança do que já acontecia com outros países africanos, escancarou as suas fronteiras e os cada vez mais ousados empreendedores angolanos têm hoje as cidades de Guangzun, Beijing, Xangai e até mesmo Hong Kong, como destinos habituais e frequentes, de onde importam tudo a preços concorrenciais.

Se os pequenos negociantes angolanos demandam à China na busca de toda a sorte de artigos e bugigangas para o mercado local, para além do dinheiro em troca do petróleo, de lá também vêm, aos magotes (segundo dados não oficiais, estima-se que por cá estejam cerca de 30 mil) chineses para as várias obras em curso.

Se no princípio vinham incluídos em pacotes oficiais, entenda-se em contratos firmados com o Governo e algumas empresas públicas, por o negócio ser bom em terreno fértil, antigos empregados, à semelhança

do nosso já citado José Jak, vão se deixando e fixar por conta própria com pequenos negócios e como tal, as remessas de trabalhadores vão aumentando.

Por causa dessa vinda maciça, vão se denotando sinais de reprovação dessa prática de se importarem até trabalhadores para àquilo que os angolanos podem fazer, remetendo-os para uma cada vez mais alta falta de oportunidades de emprego. E como se isso já não fosse suficiente, estas ilustres 'formigas' do trabalho, também estão a concorrer com os angolanos mais carenciados que, na falta de outra coisa, de sol-a-sol calcorreiam grandes distâncias, vendendo tudo o que podem, para o sustento de famílias inteiras. Mas como é possível que até já haja chineses que se dedicam à 'zunga'?

É vê-los de mochilas às costas e com os seus chapéus cónicos na cabeça fazendo o mesmo que as nossas mulheres e jovens, numa competição que só pode ocorrer em Angola.

As queixas e as evidências estão aí mas, as autoridades nada fazem para contrapor esta prática.

A questão que à miúde vem à baila, é se os mesmos, na sua maior parte vêm para contratos de curta duração nas empresas que por cá operam e que findos os quais são devolvidos à procedência.

As respostas, essas, devem ser dadas pelas autoridades que respondem por estas questões, sob pena de se cimentar a ideia de que afinal, a vez dos falsários de documentos alusivos à permanência de estrangeiros no nosso país, por cá faz morada .

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Maianga escolhida para experiência piloto

*Jornal de Angola*  
2 de Julho de 2012

Centenas de agentes e supervisores cartográficos do Instituto Nacional de Estatística (INE) começaram, no primeiro trimestre deste ano, a recolher os dados habitacionais da população. O objetivo, a par da actualização da carta cartográfica de Angola, é o de fazer um censo piloto, numa primeira fase, e em seguida, no próximo ano, o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH). Em Luanda, o distrito urbano escolhido foi o da Maianga.

Para a realização do trabalho de recolha de dados habitacionais, os 122 agentes recrutados a nível da Província de Luanda fizeram uma formação específica sobre cartografia, dada por especialistas angolanos durante uma semana, no Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA).

Na recolha de dados, que teve início no distrito urbano da Maianga, os jovens recrutados foram divididos em 22 brigadas compostas por cinco elementos e um supervisor. Além de serem transportados em viaturas com o logótipo do INE, têm ainda a identificá-los um cartão ao pescoço, as camisolas e coletes azuis escuro e chapéus a condizer. Esta identificação não é de somenos. É necessário que a população saiba exatamente quem são e como se distinguem.

De segunda-feira a sábado, entre as 7h:00 e as 15h:30, munidos de primeiros socorros e instrumentos de Localização GPS, as brigadas espalham-se por zonas delimitadas e os agentes percorrem bairros, comunas, ruelas. Casa a casa, perguntam pelo chefe de família, recolhem informações e fazem o registo.

Até Junho, registaram cerca de 17 mil residências. Está por concluir o processo de recolha de dados nos bairros da Calemba, Mártires do Kifangondo, Cassenda, Maianga, Alvalade, Militar e Cassequel dos Buracos.

Mas, nem tudo foi um mar de rosas. Nos primeiros dias houve bairros em que os agentes enfrentaram muitas dificuldades. Nos dâ Polícia e Calemba, foram

quase impedidos de circular e chegaram mesmo a ser maltratados por alguns populares que presumiram que eles eram fiscais disfarçados.

#### Colaboração

Com calma e ponderação, os agentes fazem o seu trabalho e procuram agir com pedagogia. Antes de darem início à recolha de dados, explicam às pessoas em que consiste exactamente o trabalho que estão a levar a cabo o tipo de colaboração de que necessitam por parte do responsável de cada casa.

"Assim está bem. Estava a pensar que eram esses falsos fiscais que estão a manchar o bom trabalho do nosso Governo", disse uma anciã, que já foi burlada por um suposto fiscal quando mandou pintar a parte exterior da parede do seu quintal.

Leandro Gonçalves, um dos agentes cartográficos, disse ao *Jornal de Angola* que depois de ter iniciado o trabalho já passou em mais de 36 quarteirões e ultrapassou as 18 secções na área do Rocha Pinto. A população, garante, colaborou e tudo tem corrido tranquilamente. O mesmo não se tem passado com Terça Manuel, que se queixa de falta de cooperação por parte de algumas pessoas, que evitam fornecer-lhe as informações indispensáveis à recolha de dados e não permitem que se proceda à contagem das casas construídas num mesmo quintal.

Com calma e paciência, sempre que surgem dificuldades deste tipo, Terça Manuel explica pormenorizadamente em que consiste o tipo de trabalho que está a fazer e a população acaba por aceitar colaborar.

Oswaldo Betatela, supervisor de um dos grupos, disse que está satisfeito por fazer parte da equipa de agentes e que tem procurado explicar às populações da área em que trabalha a importância do trabalho que está a ser realizado.

#### Reconhecimento

António Punca, coordenador de bairro do sector 21 do Rocha Pinto, considerou o trabalho realizado pelos agentes cartográficos muito bom. "Isto é importante porque vai permitir saber ao certo quantos vivemos aqui. Agora é preciso que todos nós colaboremos. Já estou a falar com os moradores para darem todos os dados aos agentes", referiu.

Uma moradora do Rocha Pinto, Niza Cardoso, disse que teve conhecimento da realização do trabalho de recolha de dados por parte dos agentes cartográficos e que prestou todas as informações que lhe foram solicitadas. "Se é para o nosso bem, temos de dar

essas informações. Vamos ajudar o Governo", referiu.

O coordenador da subcomissão de cartografia do Centro Nacional do Censo, afecto ao Instituto Nacional de Estatística (INE), Benjamin Afonso, reafirmou a necessidade da população participar e facilitar o trabalho dos agentes cartográficos, consubstanciado na recolha de dados para a actualização da carta cartográfica nacional, tendo em conta a realização do censo populacional e de habitação a ter lugar em 2013.

Benjamin Afonso frisou que a participação e sensibilização da população é importante, para permitir que os agentes trabalhem sem dificuldades.

Agora, os que trabalharam nas áreas já concluídas na Maianga vão fazer o mesmo serviço no município do Cazenga, onde desde o dia 1 de Junho começou o trabalho de recolha de dados habitacionais nos bairros do Grafamil, Dr. António

Agostinho Neto, Madeira, Calwenda, Cariango e Vila For. Inácio Cabingano, coordenador provincial de Luanda para o Censo, disse que embora a população esteja a colaborar com os agentes cartográficos, ainda é visível por parte de muitas pessoas o receio em os receber. Do seu ponto de vista, um dos grandes problemas que os técnicos enfrentam é o facto de existirem ainda, embora em menor número, algumas pessoas que não estão devidamente esclarecidas sobre o trabalho a realizar por eles.

José de Oliveira Bastos, administrador municipal adjunto do Cazenga para a Área Técnica, confirmou a presença dos agentes cartográficos no município e adiantou que para ter a garantia de que o processo de recolha de dados é bem-sucedido está a trabalhar em conjunto com os ministérios do Planeamento, da Administração do Território e com os agentes do INE.

Neste momento, frisou, os técnicos da administração trabalham também com os presidentes das comissões de moradores para sensibilização da população, "porque, hoje em dia, quando se faz alguma trabalho de registo, as pessoas ficam todas exaltadas, a pensar que vamos demolir casas ou que vamos correr com as pessoas dos seus bairros". Os dados recolhidos em Luanda, explicou, também vão servir para que se realize, antes do censo geral, um censo piloto nas províncias de Cunene, Kuando-Kubango, Lunda-Norte, Namibe e Uíge.

Remanescentes

"É preciso que a população os ajude nesta tarefa para, no final, os recenseadores poderem ter à sua

disposição todas as informações correctas para executarem a sua acção sem dificuldades. O trabalho deles é muito importante, porque são eles que municiam os dados para a realização do censo e para que, no final, possamos orgulhar-nos de termos feito um trabalho digno de realce", reforçou Benjamin Afonso, que pediu aos coordenadores das comissões de moradores para acompanharem de perto o trabalho que está a ser feito, no sentido de se evitar que os técnicos sejam impedidos de trabalhar.

O censo proporciona um quadro de informações completo e pormenorizado. Trata-se de uma operação Estatística única, que permite contar e caracterizar todas as pessoas e todas as habitações existentes no país.

## 5.2 Descentralização debatida em encontro internacional Artigo

*Jornal de Angola*  
3 de Julho de 2012

O processo angolano de descentralização e desconcentração é um dos temas em debate no segundo seminário internacional que decorre na quinta e na sexta-feira, em Luanda, no auditório Maria do Carmo Medina.

O seminário, promovido pelo Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local (CPPPGL) em parceria com o Ministério da Administração do Território (MAT), é antecedido de um curso sobre direito das autarquias locais, finanças e tributação autárquicas. As experiências da descentralização no Brasil, Namíbia e Cabo Verde, "autarquias locais no direito comparado" e "perspectivas e desafios em Angola no quadro da descentralização e institucionalização das autarquias locais" são alguns dos temas do seminário, que tem prelectores vindos do Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Namíbia e Portugal.

A iniciativa, que decorre sob o lema "Autarquias e desenvolvimento local", tem o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

## 5.3 Descentralização é debatida em seminário internacional

*Jornal de Angola*  
5 de julho de 2012

O processo angolano de descentralização e desconcentração é um dos temas em debate no

segundo seminário internacional que decorre hoje e amanhã, em Luanda, no auditório Maria do Carmo Medina, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

O seminário, promovido pelo Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governança Local (CPPPGL) em parceria com o Ministério da Administração do Território, é antecedido de um curso sobre direito das autarquias locais, finanças e tributação autárquicas.

As experiências da descentralização no Brasil, Namíbia e Cabo Verde, "autarquias locais no direito comparado" e "perspectivas e desafios em Angola no quadro descentralização e institucional das autarquias locais" são alguns dos temas do seminário que tem prelectores vindos do Brasil, Cabo-Verde, Moçambique, 11 Namíbia e Portugal.

A iniciativa, que decorre sob o male "Autarquias e desenvolvimento local", tem o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

#### 5.4 Instituto Nacional de Estatística faz actualização das cartografias

*Jornal de Angola*  
5 de Julho de 2012

As cartografias e número de habitações de 472 bairros e aldeias de Luvemba, Hengue, Lunge e Bimbe, Bailundo, foram actualizados, em menos de um mês, pelo serviço provincial do Instituto Nacional de Estatística do Huambo.

O levantamento foi feito no quadro dos trabalhos do Censo Geral da População previsto para 2013.

A coordenadora do projecto, Eurásia Demba, referiu, na ocasião, que os técnicos cartográficos tiveram o apoio das administrações municipais e comunais e das autoridades tradicionais.

No princípio, afirmou, tivemos algumas dificuldades, particularmente no município do Huambo, por falta de esclarecimento, o que levou as pessoas a omitirem dados. O processo de actualização cartográfica e habitacional começou em Abril, no município do Huambo, e já foram efetuadas delimitações nas comunas Comandante Bandeira (bairro do Benfica, rua do Comércio, Canhe, Macolocolo, Santa Teresa e Funileiros) e Joaquim Kapango, nos bairros S. Luís, Catoto e Rio de Janeiro. Faltam as de Calima e Chipipa.

O processo de actualização cartográfica e de habitação na província do Huambo dispõe de sete

equipas, cada uma com seis técnicos e um supervisor, que colhem dados reais das delimitações e das casas para facilitar a realização do censo populacional.

Lunda-Norte

O Instituto Nacional de Estatística promove desde segunda-feira, no Dundo, província da Lunda-Norte, uma acção formativa de agentes de cartografia que vão estar envolvidos no Recenseamento Geral da População e Habitação, previsto para o próximo ano.

A supervisora do Instituto Nacional de Estatística (INE), Betsaida Costa, disse que os 20 formandos estão a ser treinados com técnicas e metodologias necessárias à actualização cartográfica nas zonas urbanas e rurais.

Numa primeira fase, os agentes cartógrafos vão receber conhecimentos teóricos sobre o censo populacional.

A etapa seguinte consiste em aulas práticas. De acordo com a supervisora provincial, com vista a facilitar a acção cartográfica, os agentes do Instituto Nacional de Estatística devem ter uma postura pedagógica, para obterem a colaboração da população.

Betsaida Costa adiantou, na ocasião, que tendo em conta a dimensão territorial da província da Lunda-Norte, aliada à existência de um elevado número de comunidades rurais, foram criadas quatro equipas de cinco agentes.

Os ativistas do Instituto Nacional de Estatística que estão a participar no curso vão ser submetidos a um processo de avaliação, antes de iniciarem o registo da população.

Dois especialistas garantem a formação, com a duração de uma semana, seguindo-se o trabalho prático. Esta actividade visa obter indicadores que permitem a contagem e caracterização da população residente no país, tendo em vista o levantamento do parque habitacional e das condições sociais.

A supervisora do Instituto de Estatística solicitou a intervenção dos órgãos de comunicação social na sensibilização da população para a sua colaboração no processo.

"Solicitamos a participação de todas as forças vivas da sociedade, sobretudo os órgãos de comunicação social, a fazerem um trabalho de sensibilização junto das populações, no sentido de poderem contribuir para o êxito da actividade", adiantou a responsável.

## 5.5 Eleições para autarquias locais já começaram a ser preparadas

*Jornal de Angola*  
6 de Julho de 2012

O processo que vai levar à realização das primeiras eleições autárquicas em Angola pode ser concluído em 2015, revelou ontem, em Luanda, o director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território, Walter de Sá, no Seminário Internacional sobre Descentralização.

Walter de Sá referiu que as autoridades estão a trabalhar na legislação que vai suportar o processo, onde se inclui a Lei das Finanças Locais. Ao discursar na abertura do seminário, que tem como tema "autarquias e desenvolvimento", a ministra da Justiça, Guilhermina Prata, disse que o Executivo pretende recolher experiências de outros países que já vivem o processo de descentralização, para evitar erros que outros já cometeram.

A ministra informou que as experiências que forem recolhidas são inseridas na legislação sobre a matéria. Isso vai permitir também que as linhas mestras do processo possam ser feitas de forma mais coerente com a realidade do país e seja definido o modelo mais adequado à realidade jurídica angolana.

Olaf Juergensen do PNUD em Angola, disse que a descentralização é hoje tida como alavanca essencial no combate contra pobreza, exclusão social, desigualdade de género e na falta de acesso aos serviços sociais básicos.

### Auxílio aos políticos

o decano interino da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Carlos Teixeira, manifestou a disponibilidade da instituição, através do Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local, em continuar a trabalhar para auxiliar os decisores políticos a optar pelo melhor modelo de descentralização.

O Seminário Internacional sobre Descentralização analisou ontem o modelo de organização e funcionamento das autarquias em Moçambique e as finanças autárquicas e o orçamento do Estado. Foram ainda debatidas as experiências do Brasil e Portugal. O Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito realizou o primeiro Seminário Internacional sobre Descentralização em Outubro.

## 5.6 Actualização cartográfica marca o início do registo

*Jornal de Angola*  
7 de Julho de 2012

O processo de actualização da carta cartográfica para o recenseamento geral da população previsto para o próximo ano, iniciado em Março último, na província do Kuanza-Sul, terminou nos municípios do Sumbe, Amboim, Porto Arnboim e Cela.

O chefe dos Serviços de Estatística do Kuanza-Sul, António Silva Frederico, disse que o trabalho realizado nos quatro municípios, nesta primeira fase, incidiu na contagem das habitações, secções e quarteirões, para posterior execução de outras actividades in rentes ao censo.

António Silva Frederico elogiou o empenho dos 31 agentes envolvidos no processo. Os responsáveis salientaram a participação dos administradores municipais, autoridades tradicionais, igrejas, organizações não-governamentais e associações civis.

O financiamento e a logística c tão assegurados, para que os agentes do censo efectuem a recolha dados sem sobressaltos, em toda extensão da província

## 5.7 Descentralização de verbas acelera desenvolvimento

*Semanário Factual*

*De 28 de Julho à 04 de Agosto de 2012*

O Executivo da Província do Uíge disponibiliza, mensalmente, cerca de 400 mil dólares para cada município, e os gestores utilizam esses recursos para a edificação de novos hospitais, de salas de aulas, de aquisição de merenda escolar para as crianças, de medicamentos e de outras acções que são desenvolvidas no âmbito municipal.

As autoridades governamentais da província estão apostadas na expansão da rede de distribuição de água canalizada, nos 16 municípios e comunas.

"A nossa aposta para o presente ano vai para a expansão e para a instalação do sistema de abastecimento de água canalizada, fundamentalmente nas sedes dos municípios onde ela não existe. Nos próximos dias, vamos inaugurar cerca de seis sistemas municipais de abastecimento de água e faltar-nos-á apenas completar dois municípios para concluir o ciclo de abastecimento de água a nível dos 16 municípios do Uíge", afirmou o governador provincial, Paulo Pombolo.

Paulo Pombolo lembrou existirem localidades, sobretudo comunas distantes que, de momento, não beneficiaram de água, mas o Executivo está empenhado, para que as populações da região tenham água canalizada, a fim de encurtar as distâncias que percorrem para conseguir o precioso líquido para o consumo.

O governante avançou haver, igualmente, no domínio da Saúde, esforços positivos, visto que o Executivo está a construir cerca de seis hospitais municipais, reabilitação do Hospital Provincial do Uíge, bem como a construção de novos postos e centros médicos nas diversas comunas.

O programa de municipalização dos serviços de Saúde, concebido pelo Executivo Angolano, melhorou a assistência sanitária da população do Uíge.

Houve ganhos nas vertentes de atendimento aos pacientes, aquisição de medicamentos e construção de unidades sanitárias.

"A municipalização dos serviços de Saúde tem surtido muitos ganhos. Nisso, temos obtido enormes avanços, se tivermos em conta que, com a municipalização dos serviços de Saúde, conseguimos aumentar o acesso da população ao serviço básico. Há um aumento da oferta no pacote de cuidados a grávidas e crianças", garantiu o governador.

"Nos locais onde não havia esses serviços, com a implementação do programa de combate à fome e à pobreza, os administradores municipais estão a envidar-se para a construção de novas unidades sanitárias. O Governo Central disponibiliza, mensalmente, cerca de 400 mil dólares para cada município da província, e os gestores utilizam esses recursos para a edificação de novos hospitais, salas de aulas, aquisição de merenda escolar para as crianças, medicamentos e outras acções que são desenvolvidas no âmbito municipal", esclareceu.

Com a implementação do programa de combate à fome e à pobreza no País e, em particular, na província do Uíge, disse Paulo Pombolo, no presente ano, a nível da província, 338 mil crianças foram inseridas no sistema normal do ensino.

Segundo o governante, cerca de 14 mil 482 professores dos diversos níveis do ensino asseguram o funcionamento normal da educação na região, acrescentando que, durante 10 anos de paz efectiva e de reconciliação nacional, o Executivo local já ergueu cerca de quatro mil 454 salas de aula.

A outra aposta do Executivo, disse o governante, incide no relançamento da produção do café na região, passando, necessariamente, pela recuperação das

fazendas abandonadas, dando aos camponeses crédito que lhes possa facilitar na execução dos trabalhos. Paulo Pombolo lembrou que a província do Uíge beneficiou, desde o passado ano, de energia eléctrica da barragem hidroeléctrica de Capanda e que já está a ser consumida por três municípios, dos quais 15 megawatts para o município do Uíge, sede capital da província, 15 para o município de Negage, 37 quilómetros a Nordeste da sede do Uíge.

"Com essa nova linha, já estamos a perspectivar o desenvolvimento industrial, com o surgimento do Pólo Industrial do Negage, e o arranque da exploração da maior mina de cobre na localidade de Mavoio; por isso, estamos certos de que isso também vai servir de frente para atrair os diversos investidores na região", realçou.

Paulo Pombolo reafirmou que, apesar das melhonas alcançadas, o Executivo tem programas mais ambiciosos para o progresso equilibrado da região e, em virtude disso, solicitou maior colaboração e participação de todos na concretização das tarefas agendadas.

#### Reabilitação das estradas

A reabilitação de mil e 120 quilómetros de estradas secundária e terciária na província do Uíge é um factor de desenvolvimento.

As autoridades da província destacam o restauro das vias Luanda/Uíge e da que liga os municípios do Negage aos do Púri e Quimbele, numa extensão de 216 quilómetros.

Entre as vias já recuperadas, destacam-se a Songo/Toto/Bembe e Bembe/Maselele / Songo. Estão em obra cerca de 113 quilómetros de estrada Macocola/Santa Cruz/Massau e os 62 quilómetros da estrada Alfândega/ Cangola.

As vias Sanza Pombo / comuna do Wamba, Sanza Pombo/Buengas, Uíge/Mucaba/ aldeia Missão, Dange Quitexe/ Arnbuila e Negage/Pumba/Gozolo receberam intervenções de restauro e estão a permitir a circulação rodoviária.

Estão a ser reabilitadas as vias de acesso às localidades Vista Alegre/Cambamba, município do Quitexe, Masseque/Kimbata (Maquela do Zombo), num total de 53 quilómetros de estrada.

#### O potencial agrícola

O sector agrícola está a desenvolver-se, através da aplicação de programas destinados a combater a pobreza no seio das famílias, desde 2009, na província do Uíge.



O Executivo Provincial do Uíge apoiou 389.380 famílias, por meio do fornecimento de instrumentos de trabalho, tractores, alfaías e outros equipamentos.

Estas famílias conseguiram produzir mais de 3.831.760 toneladas de alimentos diversos, numa área de 7.951,5 hectares, boa parte dos quais lavrados de forma mecanizada, sendo que apenas 65 deles aconteceram através de tracção animal.

O Crédito Agrícola de Campanha, que iniciou em 2010, no quadro do Programa do Fortalecimento dos Pequenos e Médios Produtores Agro-pecuários, melhorou o sistema de culturas existente na região e garantiu maior produtividade e retorno financeiro das actividades agrícolas e pecuárias.

No âmbito dos referidos programas, o Executivo do Uíge adquiriu 20 tractores com as respectivas alfaías. Foram, igualmente, distribuídos às administrações municipais 7.078 cabeças de gado bovino, 28.704 suínos, 24.626 caprinos, 2.534 ovinos, no âmbito do programa do repovoamento animal.

## 5.8 Eleições autárquicas só em 2015

*O Independente*

*07 de Julho de 2012*

Chega de gradualismo. É essa a posição do actual elenco governativo em relação a implementação das autarquias em Angola. Segundo o director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território, é chegado o momento de se mudar o princípio do gradualismo, consagrado na Constituição, para a simultaneidade.

Walter de Sá defendeu que a idêia da simultaneidade resulta do receio de que a implementação gradual possa trazer diferenças no desenvolvimento dos municípios, e expor ainda mais as assimetrias que se verificam no país.

O responsável considerou uma «espécie de balão de ensaio» a implementação de projectos para a melhoria das condições de vida da população nos municípios. «Estes projectos podem ser considerados como 'balão de ensaio' para a descentralização, pois foram atribuídas competências às administrações que antes não tinham», apontou.

No seu entender, todos os decretos que regulam a administração local, aprovados nos últimos anos, visam aumentar as competências das administrações locais no processo de amadurecimento para as autarquias, apesar de reconhecer a existência ainda de uma forte dependência das autoridades locais em termos orçamentais.

## Eleições autárquicas só em 2015

O processo que vai levar à realização das primeiras eleições autárquicas em Angola pode ser concluído em 2015, revelou ontem, em Luanda, o director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território.

Walter de Sá, que fazia a apresentação da visão retrospectiva sobre o processo de descentralização e desconcentração em Angola, durante o segundo Seminário Internacional sobre Descentralização, revelou que as previsões iniciais apontavam para 2014, mas que «para não queimar etapas» o processo vai ser estendido até 2015.

O director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território apontou como etapas a cumprir a realização do censo geral da população, em 2013.

O responsável disse que, no momento, as atenções estão viradas para a produção da base legal do processo de criação das autarquias.

Em Abril último, o Conselho da República recomendou a realização das primeiras eleições autárquicas em 2014, tendo em conta a realização de eleições gerais em 2012 e o Censo Geral da População em 2013.

Na sua sessão do segundo semestre o órgão de consulta do Presidente da República deverá fazer a análise dos assuntos ligados aos preparativos do processo de realização das eleições autárquicas, sendo que nesta ocasião será tida em conta a necessidade de alargamento do horizonte temporal para a realização do pleito.

## 5.9 Seminário sobre a descentralização serve como uma fonte de inspiração

*Jornal de Angola*

*08 de Julho de 2012*

O segundo seminário internacional sobre descentralização não teve como objectivo "copiar modelos", mas antes servir como fonte de inspiração para tirar ganhos através das diferentes experiências, disse ontem, em Luanda, o director de programas do Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN), Jacob Massuanganhe.

"Queremos partir de uma base que nos assegure que as etapas do processo que estamos a levar estão em

consonância com a realidade angolana", frisou o docente.

Jacob Massuanganhe referiu que o seminário permitiu ver como é que o processo de implantação das autarquias está a decorrer e e quais os elementos vitais para a a realidade angolana.

O objectivo, acrescentou, é ver até que ponto essas experiências poderão influenciar os diferentes estudos que estão a ser feitos no país sobre a matéria.

#### Recomendações

As recomendações do segundo seminário internacional sobre descentralização, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto serão remetidas às autoridades que a nível do país cuidam, no plano administrativo e político, das matérias relacionadas com a construção do Estado.

De acordo com Carlos Teixeira que falava no encerramento do encontro, em representação do reitor da Universidade Agostinho Neto, as comunicações apresentadas serão igualmente compiladas e publicadas para servirem como fonte de consulta para as pessoas que se interessam pelo tema.

Carlos Teixeira referiu que o seminário representa um sinal de vitalidade para a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e um sinal de relacionamento entre a sociedade e a instituição do saber.

O director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território, Walter de Sá, disse que o objectivo do seminário foi colher experiências de outros países que já implementaram as autarquias, a fim de se aproveitarem os pontos fortes adaptá-los à realidade angolana ..

O seminário, realizado pelo Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Governação Local, em parceria com o Ministério da Administração do Território e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), teve a participação de especialistas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique Namíbia e Portugal.

## 5.10 Seminário discutiu ontem a participação de órgãos estatais no censo populacional

*Jornal de Angola*

*28 de Julho de 2012*

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, associou ontem em Luanda, a boa governação à quantidade e qualidade do capital humano disponível, capaz de fazer a escolha das melhores políticas públicas.

"Só os censos permitem conhecer este capital humano, na medida em que permitem obter, para cada nível geográfico do país, o perfil de todos os indivíduos", disse Ana Dias Lourenço, durante a cerimónia de abertura de um seminário, encerrado no mesmo dia, sobre "Recenseamento Geral da População", em que foram abordados aspectos ligados à forma de participação de todos os órgãos da administração local do Estado no processo de preparação e realização do censo geral da população, agendado para o próximo ano.

A titular da pasta do Planeamento lembrou que os recenseamentos são fontes renováveis de informações sobre a população e o parque habitacional do país e são usados como instrumentos de diagnóstico, planeamento e intervenção nas diferentes dimensões do desenvolvimento social, ambiental e geográfico.

"O recenseamento é uma operação exaustiva e complexa e a única fonte completa de informação desagregada para todas as unidades geográficas e administrativas do país", sublinhou. A forma preferencialmente mais utilizada e mais directa de conhecer o número de habitantes de um determinado território e a dimensão do parque habitacional, consistem no censo populacional e habitacional, realçou a ministra. Quanto à forma de participação dos órgãos de administração local na preparação do censo, a ministra Ana Dias Lourenço disse que compete aos governos provinciais, em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística (INE), coordenar as administrações em todo o seu envolvimento no processo, sobretudo na divulgação promocional do censo.

Ana Dias Lourenço aproveitou a oportunidade para solicitar o apoio dos governos provinciais ao trabalho das equipas técnicas para o registo cartográfico.

A ministra Ana Dias Lourenço assegurou que, caso seja terminada a actualização cartográfica dentro dos prazos previstos, ainda este ano vai ser realizado um censo piloto, em sete províncias do país,

nomeadamente Uíge, Luanda, Kuanza-Norte, Huambo, Kuando-Kubango, Namibe e Cunene.

A realização do censo piloto, realçou, vai servir para o Instituto Nacional de Estatística (INE) testar toda a "máquina" organizativa e os instrumentos a utilizar no censo geral de 2013.

No seminário, foi apresentada a estrutura-organizativa dos órgãos intervenientes no censo. Também foram prestadas informações sobre a preparação do processo e abordado o método de criação e funcionamento dos comités técnicos locais.

O seminário contou com a presença do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, e representantes de todos os governos provinciais.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Imobiliária elabora estudo sobre o sector

*Economia & finanças*  
3 de Julho de 2012

As sociedades gestoras, do mercado imobiliário angolano terão boas oportunidades de negócios no Próximo ano, revela um estudo elaborado pela empresa Art' Consultoria. O relatório a que o JE teve acesso destaca que estes indicadores são motivados pela existência de um número considerável de entidades individuais e coletivas, detentoras de um número significativo de ativos imobiliários arrendados sob gestão de uma sociedade gestora.

Segundo o documento, a curto prazo, o mercado imobiliário passará por um status, chamado "Property Managment" (gestão de ativos em termos administrativos de manutenção e conservação) bem como pelo "Asset Management" (gestão administrativa, contabilística e financeira e gestão de clientes).

#### Indicadores

A firma sublinha na sua análise que alguns investidores estrangeiros têm estado a focar as suas atenções no mercado angolano, motivados pelo crescimento imobiliário que nos últimos anos tem apresentado retorno dos investimentos.

Apesar destes avanços, o documento revela que ainda persistem problemas relacionados com a lei do arrendamento, licenciamentos, propriedade, inscrição nas finanças e o registo nas conservatórias.

Como prejuízo por causa desta situação, o relatório indica que haverá uma redução na rentabilidade do negócio, com destaque para os escritórios, na ordem dos 15 a 18 por cento.

Mercado residencial Quanto ao mercado residencial, na província de Luanda, o relatório indica que o mesmo continua ativo, especialmente quando comparado com outros mercados internacionais.

A mudança comportamental da procura está em consonância com as exigências dos mercados internacionais evoluídos, em que a "Due-diligence" (ferramenta indispensável que segura, a concretização de um negocio) começa a ser parte dos processos de contratação de mstalações.

Segundo o estudo os compradores dos imóveis exigem mais, porque querem um produto final excelente.

#### Tendências

O modelo de negócio da promoção imobiliária tem estado a mudar, por causa das inovações no segmento da banca comercial, que em muitos casos recorre ao apoio de peritos externos, na aprovação dos vários projectos.

"Os promotores começam a perceber que terão de conceder mais capital próprio aos negócios, dado que o volume de vendas em planta está a reduzir", revela.

#### Inovação

A gestão de condomínios é um dos novos assuntos que a Art' Consultoria destaca no seu relatório, onde a tónica dominante prende-se com o desconhecimento completo por parte do mercado, nos vários subsegmentos, nomeadamente o residencial, escritório e industrial.

"Um edifício sem manutenção ou com manutenção deficiente poderá ter um custo quase idêntico ao da construção, se considerarmos um período de vida de 50 a 60 anos e a preços constantes", sustenta a Art' Consultoria na sua análise.

#### Preocupação

Dada a pouca maturidade do mercado e ausência do compromisso dos particulares neste segmento, o estudo indica que, em 2013 poderá assistir-se a uma deterioração rápida dos ativos imobiliários. Ainda

assim, a Art' Consultorias considera que os valores praticados neste segmento em Angola ainda são muito altos, se comparados com a maior parte dos mercados internacionais.

O estudo justifica que estes custos se devem a factores externos, nomeadamente aos geradores elétricos, abastecimento de combustível, manutenção, bombas e tratamento de água, manutenção de ar condicionado (A/C).

#### Expansão imobiliária

A interligação dos portos com o transporte ferroviário será determinante para o desenvolvimento sustentado do país. O documento indica que além destes ganhos, a construção de novas estradas nas várias províncias é também um outro factor determinante, uma vez que, para o segmento imobiliário se registará a entrada de mais operadores logísticos não só nacionais bem como estrangeiros.

Segundo o relatório, pode-se afirmar que o sector imobiliário angolano continua a centrar-se quase exclusivamente na cidade de Luanda, embora existam outros pólos, numa escala dificilmente comparável, como o Lobito, Benguela, Soyo, Cabinda, ou o Namibe. Estas outras zonas poderão vir cirurgicamente a desenvolver-se, sempre alicerçados no desenvolvimento económico, como a instalação de equipamentos relacionados com a indústria petrolífera. Atualmente, o mercado imobiliário ligado ao segmento logístico e de armazenagem está associado maioritariamente à indústria petrolífera, sendo a maioria dos armazéns Owner occupier.

A procura de armazéns está progressivamente a aumentar, particularmente nas zonas próximas aos portos.

O estudo indica que na província de Luanda, as zonas onde se registam maior procura neste segmento são os municípios de Viana, principalmente na estrada de Catete, bem como em Cacuo, além da localidade do Benfica.

Por força do forte crescimento económico de Angola, o mercado terá que necessariamente manter bons níveis na prestação de serviços. É neste contexto que a Art' consultoria aponta o sector industrial, como sendo aquele que, dentro dos vários segmentos imobiliários, apresentará avanços significativos.

"Além das necessidades imobiliárias internas, continuarão a existir necessidades de armazenamento por força das importações, quando aliadas a quase inexistência de produto imobiliário industrial e armazenagem oferecem uma grande oportunidade de investimento aos promotores", finaliza o estudo da empresa.

## 6.2 Programa do Executivo garante casas condignas no Huambo.

*Jornal de Angola*  
4 de Julho de 2012

Um bairro social com 200 casas está em fase avançada de construção, no município do Londuimbali, para garantir condições dignas de habitabilidade à população local que vivem em condições precárias. O projecto está inserido no quadro da Política Nacional de Habitação, do Executivo. A falta de habitação no Londuimbali tem contribuído para a fuga de quadros para outras regiões da província e do país.

A informação foi dada pelo fiscal de obras da empresa encarregada da construção das casas, José Carlos: "temos a casa modelo em finalização, estamos a fazer a terraplanagem e a ver se conseguimos cumprir o prazo de conclusão das obras, que é o dia 15 de Agosto do ano em curso".

A província do Huambo tem uma superfície de 35771,15 Km<sup>2</sup> e mais de dois milhões de habitantes. É limitado a Norte pelo município do Bailundo, a Este pelo município de Tchicala - Tcholoanga, a Sul pelo município do Chipindo, e a Oeste pelos municípios de Caála e Ekunha.

O município do Londuimbali tem a maior reserva fundiária da província, que dista 126 quilómetros da cidade do Huambo. produz milho, feijão, batata e hortícolas.

## 6.3 Construção de habitações combate desemprego

*Jornal de Angola*  
5 de julho de 2012

O projecto de construção de 200 casas em cada município da província do Kwanza-Norte, além de melhorar as condições de habitação, está a resultar na redução do desemprego entre os jovens da região.

A Angop constatou no município da Banga, que pelo menos 100 jovens conseguiram o primeiro emprego, com o projecto do bairro social.

O estudante Paulo Noé Mateus disse que trabalha como ajudante de pedreiro na empresa encarregada da construção dos 200 fogos habitacionais no município da Banga e está satisfeito por contribuir directamente para a reconstrução nacional.

O operador de máquinas Adão Conceição Matala referiu que encara a empresa de construção civil onde trabalha como uma escola, porque adquiriu muita experiência.

Disse que os jovens deviam apostar na sua formação académica ou profissional, evitando o envolvimento na delinquência ou uso de drogas.

Teresa Amadeu apontou a falta de centros de formação como um dos factores que antes dificultavam aos jovens a conseguir o primeiro emprego ou o fomento do próprio negócio.

Os jovens manifestaram-se ainda satisfeitos com outras acções, no âmbito da melhoria das condições

de vida das populações, com especial atenção para os jovens que são, a principal força motriz da província.

## 6.4 A valorização do imóvel e a actualização do Imposto Predial Urbano

*Jornal de Angola*  
06 de Julho de 2012

Após a proclamação da Independência da República de Angola, a 11 de Novembro de 1975, o País herdou um valioso parque imobiliário, adequada à época. Hoje, fruto do normal funcionamento da sociedade, associado às exigências de desenvolvimento e à transição de uma economia centralizada para uma economia de mercado, vive-se, após o alcance da paz a 4 de Abril de 2002, uma verdadeira euforia no sector imobiliário.

Esta euforia é também estimulada pelo crescimento da economia nacional e pelos frutos das políticas no sector, traçadas pelo Executivo, que resultam na criação de um clima de confiança pelo investidor privado.

Para além do crescimento de novos edifícios, muitos dos imóveis herdados ou erguidos logo a seguir à independência nacional sofreram intervenção, com ou sem impacto exterior, com profundo impacto exterior. Numa e outra situação, os imóveis foram económica e funcionalmente valorizados.

Os sinais são visíveis. Muitos dos pequenos imóveis foram substituídos por outros, em regime de propriedade horizontal, ou por grandes mansões.

Nalguns casos foram introduzidas pequenas alterações, piscinas, garagens individuais, compartimentos exteriores, lavandarias, lavabos. Noutros, com alguma profundidade, houve a introdução de pisos adicionais ou mesmo a demolição de imóveis e a construção de outros no mesmo local.

Neste sentido, afigurou-se curial que o crescimento exponencial do sector imobiliário e a valorização dos imóveis pudesse ser acompanhado de uma maior formalização do sector. Para o efeito, introduziram-se algumas reformas na legislação fiscal sobre a tributação do património, acompanhadas de reformas na Administração Fiscal, com vista à facilitação e simplificação do processo de inscrição de imóveis, conferindo maior segurança à gestão dos respectivos processos pela Administração Fiscal.

Foi assim que, na senda das indicações constantes das Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária, aprovadas através do Decreto Presidencial n.º 50/11, de 15 de Março, foram aprovados e publicados a Lei n.º 18/11, de 21 de Abril, de Alteração ao Código do Imposto Predial Urbano e ao Imposto Industrial, que introduz importantes alterações na forma de determinação da matéria colectável, liquidação e pagamento do imposto, conforme o prédio esteja ou não arrendado, e o 25 de Abril, que estabelece critérios objectivos e uniformes para a determinação do valor patrimonial de prédios urbanos.

No plano da Administração Fiscal, foi aprovada uma nova declaração Modelo 5, para inscrição de prédios novos, ou para a actualização de matrizes prediais, uma nova declaração Modelo I, para declaração de rendimentos em sede do Imposto Predial Urbano, para prédios totalmente não arrendados, parcialmente arrendados ou totalmente arrendados.

Foi ainda aprovado e desenvolvido, em todas as Repartições Fiscais, o Sistema de Gestão Tributária (SGT) que permite a liquidação do IPU, para facilitar a liquidação e pagamento do Imposto Predial Urbano retido na fonte, no âmbito de um contrato de arrendamento. Foram lançadas Tabelas de Cálculo do Valor Patrimonial, ferramenta eletrónica para facilitar a determinação do valor patrimonial de prédios urbanos. De igual modo, está em curso um processo que visa a aplicação em todas as Repartições Fiscais do Sistema de Gestão de Imposto Predial Urbano (SGIPU), que permite a administração do Imposto Predial Urbano e a produção de matrizes prediais através de mecanismo electrónico.

A operacionalização efetiva do acima descrito vai permitir resguardar os arquivos relativos a prédios urbanos de eventuais acidentes que resultem em incêndios, inundações ou extravio de documentos. Permite, igualmente, dar uma resposta mais célere às solicitações dos interessados. Resulta, pois, num ganho, em termos de comodidade, para o interessado.

Ao fisco interessa registar todas as alterações que se verificam nos prédios, as que modificam ou não a estrutura física do imóvel, a demolição de prédios, a construção de novos edifícios ou a reconstrução de edifícios.

Todo o tipo de alteração introduzida ao imóvel deve, em princípio, ser comunicada à Repartição Fiscal, para que a respectiva matriz possa ser actualizada em conformidade, ou, para os prédios novos, para que se processe a inscrição dos mesmos, de igual modo, para que se actualize o valor patrimonial no primeiro caso

e se determine o valor patrimonial no segundo. A não comunicação pode resultar em penalidades.

## 6.5 65% do valor contra os 100% exigidos

*Novo Jornal*

*06 de Julho de 2012*

Zaripoldina Silva é funcionária do Banco Africano de Investimentos (BAD). Foi a única a dar a cara, quando questionada sobre a alegada burla protagonizada pela Build Brasil.

"No início pareceu um projecto credível. Aliás tivemos credibilidade no projecto porque vimos uma figura idónea, na pessoa do Pelé, vimos o lançamento da primeira pedra do projecto onde estava sua excelência o Presidente da República", asseverou Leopoldina Silva.

A bancária, que recorreu ao crédito para obter a casa, hoje dispõe apenas de paredes levantadas e, no instante em que nos recebia, fazia mais aplicações com técnicos chineses na empreitada.

"No meu caso concreto apostei no crédito bancário e estou sem saber a quem pedir responsabilidades. Pelo menos quem nos vai ressarcir uma parte, porque isto não é casa, é um esqueleto?", questionou-se.

A vítima diz ter pago cerca de 70%. Embora a Build exigisse a amortização da totalidade do custo da casa, o banco a que recorreu não aceitou. "Negociei com eles, aliás, no processo bancário é assim que se faz, apenas na altura da entrega das chaves seria feito o pagamento dos restantes 30%", explicou

## 6.6 O pesadelo da casa própria

*Novo Jornal*

*6 de Julho de 2012*

Uma das maiores burlas de que há memória em Angola começou quando a empresa Build Brasil aportou em Luanda, em finais de 2009, tirando proveito do défice que grassava no sector imobiliário. Face à crescente procura de casa própria, a empresa avançou na implementação de várias iniciativas que levariam à edificação de moradias de média e alta renda, com algumas figuras de proa, como o ex-futebolista Pelé, a darem a cara pelo empreendimento, nas campanhas de publicidade. Um documento a que o Novo Jornal teve acesso indica que ao todo foram lançados cinco ambiciosos projectos imobiliários, nomeadamente, o «Bem-Morar»,

«Nosso Lar», «The One», «Nossa Vila» e «Quintas do Rio Bengo».

O desenho do «Bem-Morar» apresenta urbanizações abertas e condomínios fechados com moradias térreas, vivendas de um andar e edifícios de apartamentos de tipologia T3 e T4. Este projecto foi lançado em Abril de 2010. O condomínio, de três quilómetros de ruas internas, contemplaria ainda uma área comercial, com lojas e outros serviços, cujos preços variavam entre 179 mil a 279 mil dólares, por moradia.

Segue-se o projecto «Nosso Lar», lançado em Agosto do mesmo ano, onde seriam investidos 222 milhões de dólares, congregando vivendas do tipo T3 e T4, na zona do Camama, perto do Estádio 11 de Novembro. Numa primeira fase estariam disponíveis mil casas construídas em alvenaria, numa área que variava entre os 90 e os 129 metros quadrados por unidade, e comercializadas ao preço de 119 mil dólares cada.

Neste projecto, o prazo limite de entrega ao cliente era de 12 meses, com promessas de que na mesma altura estaria disponível a documentação devidamente legalizada, que seria entregue simultaneamente.

Outro projecto habitacional é o «The One» que consistiria no primeiro "Loft" com serviços em Angola, numa imitação do conceito surgido nos anos 60, em Nova Iorque, quando alguns arfutas se mudaram para fábricas e armazéns abandonados e criaram uma nova forma de vida, onde não há divisões entre ambientes. Este projecto, localizado na zona do Talatona, foi lançado no início de 2010 e projectado para dispor de acabamentos de alto nível, proporcionando aos moradores uma forma de vida da classe A/B em termos de estilo.

Já o projecto «Nossa Vila» situa-se no bairro Benfica, localizado junto à via rápida Cacuaco-Cabolombo. Aqui a empresa promotora apresentava, como novidades, o conforto e bem-estar numa zona em crescimento económico e urbanístico, dispondo de 150 casas do tipo T2, T3 e T4, com preços entre os 90 mil e 150 mil dólares, dirigidas à classe média. Ali as primeiras 50 casas seriam entregues entre Agosto e Setembro de 2010.

Por último, as «Quintas do Rio Bengo», que a Build considerava um mega projecto de luxo, lançado em 2009, com a finalidade de ligar a natureza do ambiente de campo e o conforto das cidades.

Localizado a 56 quilómetros na estrada que liga a vila de Cacuaco à de Catete, o empreendimento consistiria num condomínio de quintas, cujas dimensões

variavam entre os cinco mil aos 15 mil metros quadrados de área, equipados com jango, churrasqueira, pomar e piscina, além de vivendas do tipo T3, T4 e T5.

Porém e surpreendentemente, estes projectos imobiliários acabaram por redundar em fracasso. Nalguns casos apenas as paredes foram erguidas, noutros ficaram-se pelo terreno baldio e noutros ainda as casas acabaram por ser finalizadas pelos próprios compradores que, na sua maioria, dizem ter pago a totalidade das habitações. " Mesmo assim, clientes há que nem sequer conhecem a localização dos terrenos, onde seriam construídas as suas residências, numa altura em que os mentores da trama já estão foragidos, os escritórios localizados em diferentes cantos de Luanda entregues às moscas e os contactos telefónicos e e-mails simplesmente grampeados .

## 6.7 Projectos noutras área

*Novo Jornal*

*06 de Julho de 2012*

Para completar o quadro de burlas, o grupo Build anunciara o seu envolvimento também noutros ramos, como o da alimentação e agroindústria, através da rede Pastelândia, chegando a dispor em Luanda e Huambo de seis restaurantes vocacionados para comercializar pastéis, pizzas e massas, o que não passou de meras intenções.

Na agro-indústria, a Build lançaria um projecto denominado SAPI, que consiste num sistema pecuário inédito no país, autossustentável, com tecnologia de ponta e que desenvolveria a cadeia de carnes, desde a produção à distribuição. A intenção era que o projecto abrangesse 10 fazendas distribuídas pelas províncias do Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Malange, Lunda-Norte e Huambo. Faziam parte deste grupo empresarial as empresas Readi Angola, Galson Incorporação e Projectos, Gfa Import & Export, Vitoria Revi, distribuidora de alimentos .

## 6.8 Cidade do Kilamba tem tudo menos pessoas

*Agora*

*07 de Julho de 2012*

Há relvados, prédios, apartamentos, escolas, lojas e estradas. A única coisa que não há? Pessoas. Era suposto o complexo residencial Nova Cidade de Kilamba - a cerca de 30 quilómetros de Luanda -

estar por esta altura cheio de habitantes. Mas até agora não passa de uma cidade-fantasma.

As pessoas que aí conseguiram comprar um apartamento, vêem-se agora a braços com propriedades depreciadas.

A empresa China International Trust and Investment Corporation (CITIC) gastou 3500 milhões de dólares nesta urbanização que, uma vez completa, ocupará 5000 hectares. Em troca, Angola pagou este investimento com a sua matéria-prima mais preciosa: petróleo.

Este investimento é o mais significativo de uma série de 'cidades satélite' que estão a ser construídas por empresas chinesas um pouco por todo o país desde que Pequim começou, há alguns anos, a investir fortemente no nosso país.

Alguém viu por ai a classe média? O Executivo promoveu a Nova Cidade de Kilamba como um novo paraíso para a classe média, que podia aqui encontrar um estilo de vida mais relaxado que no centro de Luanda. Mas num país onde a classe média ainda não tem visibilidade nem poder económico, o plano parece agora condenado.

Elias Isaac, responsável pelo ramo angolano da sociedade OSISA( Open Society Initiative Of Southern Africa),constata, em declarações à BBC:" Não há classe média em Angola, só os muito pobres e os muito ricos, e por isso não há ninguém que compre este tipo de casas".

Os factos não desmentem Isaac: quase um ano depois de os primeiros 2800 apartamentos concluídos terem sido postos à venda, apenas 220 foram vendidos. E mesmo estes - avança a BBC - não terão sido ainda totalmente ocupados.

O local também não tem ainda infra-estruturas a funcionar. À excepção de um hipermercado localizado à entrada do complexo, a BBC diz que não há mais que nenhum sítio para comprar comida.

Nada disto é surpreendente, porém, se levarmos em conta que os apartamentos estão a ser vendidos a preços que variam entre os 120 mil e os 200 mil dólares, num país onde se estima que dois terços dos cidadãos vivam com menos de dois dólares por dia. Tudo isto às portas de uma capital considerada este ano pela consultora Mercer a segunda cidade mais cara do mundo a seguir a Tóquio.

Resposta do gestor. Paulo Cascão, director-geral da Imobiliária Delta, a agência que está a gerir as vendas na Nova Cidade de Kilamba, frisa, porém, que o problema está na dificuldade de acesso a créditos



bancários. "Os preços estão correctos para a qualidade dos apartamentos e para todas as condições oferecidas pela cidade. As vendas estão a decorrer lentamente por causa das dificuldades na obtenção de empréstimos" .

Elias Isaac sublinha que a prioridade em Angola devia ser a construção de casas a preços reduzidos, uma vez que maioria da população ainda vive em barracas sem água, electricidade nem saneamento.

De acordo com Paulo Cascão, o governo anunciou recentemente que uma parte dos apartamentos de Kilamba se destina a habitação social, podendo ser arrendados por pessoas com poucos rendimentos. A BBC acrescenta que ainda ninguém sabe exactamente como é que será feito o processo de selecção de habitantes e os mais cínicos argumentam que tudo não passa de uma manobra eleitoralista antes das eleições de 31 de Agosto.

Também se desconhece o que irá acontecer aos apartamentos que não forem vendidos. Isso não preocupa, para já, o governo. O vice-ministro das Obras Públicas, Manuel Clemente Júnior, disse à BBC estar convencido que o projecto será um sucesso.

Respondendo às críticas que dão conta que a urbanização fica demasiado longe do centro de Luanda, o governante afirmou:

"Há sempre pessoas que criticam, mas graças às novas autoestradas que estão a ser construídas, a Nova Cidade de Kilamba ficará apenas a 15/20 minutos do centro da cidade (de Luanda)" .

## 6.9 As minhas elucubrações.. (I)

*Novo jornal*

*06 de Julho de 2012*

Há muito que ando para escrever comentando acontecimentos que vão ocorrendo um pouco por toda a parte, no nosso país, e algures no mundo sob a forma de elucubrações, isto é, dissertando sobre isto e aquilo, aquele(s) e aqueloutro(s), sobre tudo e sobre nada.

Vou começar por aquilo que tem sido uma das maiores fraudes destes tempos: o engodo em que, em Luanda, muitos caíram acreditando nos projectos de uma empresa imobiliária brasileira, a "Build Angola", alicerçada em uma publicidade agressiva apoiada no engajamento de uma das maiores glórias do futebol mundial, o grande Pelé e, até, num mediático apresentador de um "talk show" da TPA, o jovem cómico Pedro Nzaji.

Muita gente, à procura de uma casa onde, eles ou seus filhos pudessem morar a custos mais ou menos compatíveis com as suas posses, embora sacrificialmente acessível, caiu no engodo. Também eu, apesar de me terem dito para me acautelar e só pagar uma parte, caí na esparrela e, papalvamente, "desbanquei" alguma das economias, poucas, acumuladas ao longo de muitos anos, como único resultado do meu honesto trabalho e paguei na totalidade o que me pediam. Assinei o respectivo contrato e escolhi mesmo numa planta que, posteriormente, se mostrou ser fictícia, o local onde ficaria a minha futura T4 do projecto "Nosso Lar" de que me apossaria ao fim de um ano, o mais tardar 18 meses e ali poder alojar um filho com mulher e respectiva prol.

Ao fim desse" período, no terreno onde deveriam ser construídas as casas do projecto "Nosso Lar", não havia um menor sinal de que algo seria ali feito: nem marcação dos lotes, nem cabocos, nem placa indicativa de ocupação do mesmo, nada. E agora?

Juntar-me ao grupo dos defraudados e ver o que se poderá fazer para recuperar os nossos dinheiros? Isso implicará um processo judicial que, pelo andar da carruagem, vai levar anos, dezenas de anos. Até lá, muitos dos lesados, já estaremos a comer a "mandioca pelas raízes" ...

Claro que ficarão por cá os filhos e netos para, eventualmente, poderem ser ressarcidos das perdas sofridas por nós, os antepassados. Valha-nos pelo menos isso ...

Até lá, poderemos, eles e/ou nós, principalmente eles, encontrar solução habilitando-se a um dos apartamentos ou casas das novas "centralidades", se ainda as houver disponíveis.

A propósito de "centralidades", Abro aqui um parêntesis. Não gosto do termo. Já porque centralidade, implica central, centro. Aquilo no Kilamba, é uma nova aglomeração que virá a ser uma cidade satélite de Luanda ou, eventualmente, um bairro, distrito ou o que quer que lhe queira e venha a chamar.

A centralidade do Kilamba e de tantas outras que se vão forjando, irá criar-se com o tempo e será lá onde eventualmente esteja ou venha a instalar-se a direcção política e administrativa da cidade, a actividade económica e cultural, criando-se desse modo uma "idenidade" social urbana, o "Centro". Assim, por exemplo, a centralidade da nossa capital é toda a parte baixa e alta da cidade com a sua história, os seus monumentos, o património cultural, o borbulhar, da vida económica e cultural; e até, é de lá que se

começa a contar a distância, os quilómetros, a percorrer desde Luanda para outros destinos, a sua "centralidade". Assim, chamar-se pomposamente "centralidade" ao Kilamba e a outros novos aglomerados que se vão construindo "a tour de force" para ver se se consegue atingir ou aproximar-se no máximo possível do "milhão de casas" prometido há cerca de quatro anos, é um preciosismo de que, repito, não gosto; mas isso, é meu problema.

Um outro aspecto a que me quero referir ainda, sobre a "centralidade do Kilamba", é o facto de se ter optado pela construção em altura, algumas das quais vão até 18 andares ou pisos, esquecendo-se dos problemas que se vem vivendo na capital devidos aos frequentes cortes de luz, ao irregular abastecimento em água, ao deficiente saneamento básico, etc. Ora; como se está já a constatar, a água e a energia, principalmente a água, não chegam aos primeiros pisos; o que será para os habitantes dos últimos andares dos prédios mais altos?

Aqui, me ponho a pergunta: 'de quem a idéia de se construir edifícios altos, tão altos, como os que vemos no Kilamba, os que se arquitecta para o espaço do ex-Roque Santeiro e que temos também vindo a constatar em outras províncias, por exemplo, na "centralidade" do Dundo. Falta de espaço, de terreno, para a construção horizontal?

Criar nova cultura habitacional em populações que, na grande maioria gosta é de ter o seu quintalzinho para aí criar as suas galinhas e pilar a sua fuba, semear o seu canteiro de jindungo?

Quizemos imitar megapolis tais como S.Paulo, New York, Hong Kong, Shangai, Singapura onde a construção em altura foi o corolário da falta de espaço para os muitos milhões de cidadãos? Valhano Deus, porque isso só pode lembrar ao diabo.

Felizmente que um pouco por toda a parte, nos municípios e comunas, vão surgindo habitações térreas, embora por vezes de construção não muito cuidada mas melhores que as cubatas e cabanas tradicionais. Mas estas "aldeias" não deixam os nossos visitantes embasbacados pelo aparato e grandiosidade dos "arranha-céus" das "centralidades"!

Voltando à possibilidade de se adquirir um apartamento no Kilamba. Em primeiro lugar, há que se encontrar o "kumbú" necessário e suficiente para concorrer a uma vaga, ou seja "ursinhos" \$135.000 a \$200.000 usd, o que nem tudo a todos é dado e muito menos aos nossos jovens que, mesmo se empregados, não auferem vencimentos que lhes permitam a garantia bancária (a juros incomportáveis), para tal desiderato.

Mas temos ouvido dizer e ler nos jornais que há mais de 3.000 pretendentes inscritos. Por outro lado temos também conhecimento de que, até há poucos dias, só lá estariam a viver um irrisório número de famílias queixando-se já de problemas de faltas de energia eléctrica e água e, vejam só, a maior parte de entre elas a viver nos primeiros pisos. O que isso quer dizer? Pariu-se um "Elefante Branco"?

Se o Estado tem estado com sérias dificuldades em vender os apartamentos àqueles para quem teriam sido destinados, os jovens, e sabendo-se que eles não têm conseguido obter empréstimos bancários a longo prazo e a juros bonificados, porque não criar os mecanismos para arrendamento por valores que sejam calculados com base no salário médio dos funcionários públicos e utilizando o sistema de renda resolúvel?

Claro que isso implica um estudo aturado; para isso, ao que nos foi dado ou seja foram criadas comissões ministeriais e multidisciplinares. Fazemos votos que elas, contrariamente ao que tem acontecido com tantas outras comissões, venham realmente a encontrar soluções viáveis e de aceitação pública geral para que a intenção que esteve no irrealista mega desiderato do último congresso, o milhão de casas em 4 anos, venha a tornar-se, em parte, realidade para satisfação de todos nós. Oxalá!

## 6.10 Obras sociais nas comunas do Lubango estão a estimular a fixação de quadros

*Jornal de Angola*  
08 de Julho de 2012

A criação de condições de habitação, saúde e educação nas comunas do Lubango, Huíla, está a estimular a fixação dos quadros junto das comunidades que vivem em áreas suburbanas.

O facto foi assegurado pelo administrador municipal do Lubango, Silvano Levi, no final da visita às obras de construção de 22 casas do tipo T2, em curso nas comunas da Quilemba, Hoque, Arimba e Huíla.

A construção das casas começou em Fevereiro. As obras estão enquadradas no Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza. Para o êxito dos trabalhos, a administração municipal do Lubango empregou 140 milhões de kwanzas.

O administrador municipal do Lubango referiu que as obras decorrem de forma satisfatória. "Em tempo oportuno, os empreiteiros vão entregar as obras", adiantou.

Silvano Levi referiu que, no quadro do programa de melhoria da vida das populações, o governo local está a fazer chegar os serviços de saúde, educação e habitação às comunas do Lubango, o que está a motivar os quadros a trabalhar nas referidas localidades.

"A colocação de mais serviços no meio rural faz com que os técnicos ganhem vontade de lá trabalhar", disse o administrador.

O responsável visitou também as obras do novo mercado do Km 40, comuna do Hoque, município do Lubango, que, segundo disse, apesar de estarem avançadas, precisam de um novo impulso, para que a transferência dos vendedores do mercado situado no desvio da estrada Lubango/Kuando-Kubango/Lubango/Huambo e Benguela seja um facto. Quando terminar a construção do novo mercado, mais de mil vendedores podem ter melhores condições de comercializar os seus produtos. Silvano Levi afirmou-se satisfeito com a colaboração da população na execução das obras, sobretudo daquelas que envolvem a sua participação. "Como servidores públicos, sentimo-nos bem porque estamos a trabalhar com a população, que se preocupa com os nossos serviços", disse.

Assegurou que o município do Lubango tem beneficiado, nos últimos anos, de várias infra-estruturas sociais e económicas, com destaque para escolas, centros e postos médicos, residências e outras a responsável disse que, além da construção das moradias que se destinam aos quadros da administração do Estado, enfermeiros e professores das comunas do Lubango, o programa contempla o acabamento do cemitério do Mutundo, de um centro para cegos, bem como do PIC-PEC - Programa de Educação Comunitária da comuna do Hoque.

#### Recolha de lixo

O administrador municipal do Lubango considerou imperioso que se desenvolvam acções de sensibilização da população sobre a participação da população na recolha do lixo na capital da província da Huíla. "Precisamos de educar também as populações sobre o saneamento básico, porque só assim é que vão começar a facilitar os serviços da administração municipal, na recolha do lixo", disse.

Silvano Levi reconheceu não haver ainda um modelo de aproveitamento do lixo. Por isso, pediu maior colaboração da população para que os resíduos sólidos sejam melhor canalizados aos aterros sanitários criados para o efeito.

Adiantou existir um plano que visa melhor aproveitar os resíduos sólidos, com uma taxa de cobrança.

## 6.11 Programa de fomento habitacional constrói milhares de fogos na Huíla

*Jornais de Angola*

*11 de julho de 2012*

A implementação do Programa de Fomento habitacional permitiu a criação sistemática de novos espaços residências, a requalificação e regularização fundiária das áreas periurbanas da província da Huíla, o governador Isaac dos Anjos, que falava segunda-feira, no Lubango, numa palestra subordinada ao tema "A importância do voto para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos", organizada pelo Movimento Nacional Espontâneo, disse que a crise habitacional constitui hoje uma das maiores preocupações da sociedade angolana e do Executivo.

Salientou que, nos principais centros urbanos, se observa um grande défice de habitações economicamente acessíveis, devido sobretudo à pressão demográfica, alimentada pelos fluxos migratórios do campo para a cidade.

Isaac dos Anjos disse que o Governo Provincial da Huíla tem a responsabilidade de construir milhares de fogos até ao final do ano 2012, no âmbito do programa que visa atingir um milhão de casas.

O governante disse que 11.744 lotes já foram distribuídos pelo Governo Provincial da Huíla, enquanto 92 outras casas foram entregues a Jovens da localidade da Tchavola e estão em fase conclusiva 60 residências, na cidade do Lubango.

No município da Cacula, disse o governador provincial, estão também em fase de conclusão cerca de 60 casas, ao passo que a construção de outras 40 decorre na Chibia.

O governador indicou ainda os 11 mil fogos em construção no ordenamento da Quilemba, numa extensão de 25.072 hectares de reservas fundiárias. Cerca de 315 hectares são destinados à futura cidade universitária do Lubango, que vai albergar cerca de 20 mil estudantes. Referiu que foram lançados, em Novembro do ano passado, os primeiros concursos públicos, que visavam a construção de 200 fogos por município, tendo sido repartidos por lotes de 40 casas por razões financeiras.

### Autoconstrução dirigida

O governante assegurou que estão em construção centenas de casas, nos municípios de Quilengues, Humpata, Lubango, Caluquembe, Caconda. Os próximos a beneficiar são as municipalidades da Jamba, Cuvango e Chipindo. Isaac dos Anjos afirmou que, com a autoconstrução dirigida vão ser erguidas, até fim do ano 2012, com o apoio directo do Governo Provincial da Huíla, 2.105 casas.

O governador provincial garantiu que o ordenamento da Quilemba, que compreende os bairros da Tchavola, Keiwa e Tchimukua, registam, até ao momento, 475 casas construídas e 4.548 anexos.

### Outras acções

O governador precisou que foram abertos 123 quilómetros de estradas e distribuídos 11.834 lotes de terreno de mil metros quadrados cada para diversas famílias na cidade do Lubango. Nesse ordenamento, foram construídas duas escolas, sendo uma de 18 salas e outra de 12, enquanto, na sede da comuna, ergueu-se um novo edifício para a administração comunal.

No mesmo ordenamento, o governador provincial da Huíla citou ainda a construção de um centro médico e um campo poli valente.

O governador revelou estarem ainda em construção um centro médico e uma escola de 12 salas junto ao mercado municipal do Mutundo.

"Sublinhou que as acções são um exemplo incontornável da melhoria das condições de vida da população, com água canalizada, mercados e armazéns, construídos para os munícipes

## 6.12 Pagou 400 mil dólares e não recebeu a casa pronta

*Novo Jornal*

*6 de Julho de 2012*

R.V. é mais um cliente que se diz burlado, tendo investido 400 mil dólares na compra de duas casas no projecto «Bem-Morar». A vítima não recorreu a crédito bancário. Contou apenas com recursos próprios e hoje está a concluir a primeira obra que encontrou sem tecto. Quanto à outra casa desconhece o local onde seria erguida. Faço parte do projecto «BemMorar», com o qual tive o primeiro contacto em 2009, inicialmente no formato «Copacabana». Fui convidado a fazer uma visita às instalações, vi as casas modelo, mas, em função da tabela de preços, achei que estava um bocado acima

daquilo que poderia avançar. Então preferi recuar, conta R.V.

O nosso interlocutor frisa que a Build, com esse contacto inicial, ficou com a sua base de dados e, posteriormente, fez-lhe um novo convite, já para o empreendimento «Bem-Morar», ao qual aceceu. "Fomos para lá conhecer o stand de vendas do projecto e depois informaram-nos que o mesmo ainda não estava a ser edificado, faltava fazer a limpeza do terreno, de tal forma que eles nos convidaram a conhecer o espaço", refere.

"Eu e a minha esposa conhecemos o terreno e vimos que havia alguma obra, mas como já havíamos participado num projecto que faliu, chamado «Jardim do Éden», não queríamos nos inserir em mais uma situação do género, porque em projectos no papel e na tela não vale a pena arriscar", relata.

Segundo R.V., a Build anunciou, posteriormente, em Abril de 2010, o lançamento oficial do

projecto «Bem-Morar», convidando muitas pessoas a aderirem. Ele optou por não ir à apresentação. "Estava com a minha esposa no supermercado Belas Shopping e vimos passar na televisão uma publicidade da Build a falar do projecto «Bem-Morar». A minha mulher, como elas têm muita força sobre os maridos, convenceu-me a aderir ao projecto que parecia mais acessível", recorda.

A promotora imobiliária Pró-Imóveis era, na altura, um dos agentes de venda das casas do projecto «Bem-Morar», cuja tarefa era encaminhar os interessados a um corretor de imóveis, que tenha a tarefa de convidar a visitar os projectos.

"Foram-me apresentados vários outros modelos de casas que não eram aqueles que tinha visto na publicidade. Eram mais apelativos e com preços de mercado imbatíveis. Ou seja havia ali qualidade associada ao preço. O custo e benefício do produto em si eram apelativos e eu, entusiasmado a partir do que via no papel e com a tabela de preços, logo me pus ao dispor para conhecer o terreno", afirmou.

O cliente diz ainda ter saído do stand de vendas, situado em frente ao Lar do Patriota, dirigindo-se ao futuro condomínio. Quando lá chegou encontrou uma estrutura diferente daquilo que viu seis meses antes.

"Vi um edifício de três andares erguido, uma portaria com muita gente a circular de um lado para o outro, os vendedores atrás a ver se fechavam algum negócio, já havia estruturas montadas, casas feitas, casas modelos e tudo preparado", conta .

R.V., acreditando no que viu feito em apenas seis meses, concluiu ser um projecto com alguma dose de seriedade.

Estava errado. O seu sonho acabou por se desmoronar quando constatou que dois dos patrões brasileiros da suposta empresa, designadamente António Marinho e Paulo Sodré, haviam sido processados pelas autoridades judiciais do seu país.

Ainda assim constata também que a Build havia lançado anteriormente um projecto imobiliário, denominado «Copacabana» que não avançou, tendo a obra sido embargada pelo Governo Provincial de Luanda. Os clientes, ao exigirem a restituição do valor pago, foram encaminhados para o «Bem-Moram».

Sobre o processo judicial a resposta que obteve foi que o Brasil é daqueles países em que a mínima rixa entre pessoas pode levar às barras da justiça, o que raramente acontece em Angola.

Mas as evidências de burla atingiram maior relevo quando os trabalhadores brasileiros afectos aos projectos começaram a abandonar o país, o que levou à paralisação definitiva das obras, tendo a empresa justificado o facto com o gozo de férias por parte dos assalariados expatriados. Estes não mais regressaram, a empreitada viu-se assim interrompida e o dinheiro, que uma fonte deste jornal quantifica na ordem dos 60 milhões de dólares, pertença de clientes e bancos, foi surripiado.

### 6.13 Quero o dinheiro de volta

*Novo Jornal*

*06 de Julho de 2012*

L.A, outro condómino burlado, pagou a casa a, pronto no valor de 396 mil dólares, com recurso a um crédito bancário. Se a casa fosse liquidada de forma faseada custaria 415 mil dólares. Por isso preferiu optar e pagar menos. A sua indignação surgiu, não só depois dos técnicos brasileiros terem abandonado o país, mas quando se apercebeu que, chegados ao Natal dos chineses, estes também foram e não mais voltaram.

Da parte da Build corriam alegações de que havia problemas burocráticos que impediam o regresso dos chineses.

“Comecei a ficar céptico até que os homens arranjaram algumas condições e vinha um ou outro chinês a bater com um martelo aqui e acolá, o que foi sol de pouca dura. Lá vieram com nova desculpa, dizendo que reformularam a empresa, porque os

engenheiros estavam a roubar muito dinheiro”, afirma L.A.

“O tempo passava os mesmos não chegavam. Pessoalmente, contactei Paulo Sodré, que apontou para um autocarro transportando cerca de 30 operários chineses. Ele prometera que, no dia seguinte, ali estariam mais 200, só que isso não aconteceu”, lembra.

“ Passavam-se os dias e os chineses nada. Depois começaram a vender o património, a tentar negociar, frisando que não fizeram bem o negócio “ lamenta.

Finalmente, L.A perdeu o contacto com a empresa Build e daí para frente é só lamúrias.

Segundo este condómino, a única esperança que lhe resta é que as autoridades angolanas intervenham no caso por esta burla envolver mais de 300 pessoas e que, junto das autoridades brasileiras, se localizem os protagonistas desta acção e que os seus adquiridos, como resultado da trama, sejam vendidos para que o dinheiro seja devolvido às pessoas que pagaram as casas.

Na justiça

Este caso, segundo soube o Novo Jornal, passou pela Procurado na Geral da República de Angola, que o reencaminhou para a Direcção Nacional de Acção Penal (DNIAP), situada no largo do Amor, à Vila Alice. Junto da DNIAP, o NJ tentou contactar o instrutor do processo, o que não foi possível, porque, segundo justificou esta instituição,

estão a decorrer os trâmites legais e o processo está em segredo de justiça.

O Novo Jornal tentou contactar os responsáveis da Build, no caso António Marinho e Paulo Sodré, para o número que consta nos seus cartões-de-visita. Foram feitas inúmeras tentativas de ligação para o Brasil, via telemóvel e e-mail; mas

do outro lado da linha, apenas o silêncio pairou. O e-mail também não obteve resposta.

O NJ ouviu a embaixadora do Brasil em Angola, Ana Cabral, que confirmou a existência do dossier Build Brasil, mas remeteu o assunto para as autoridades angolanas no sentido de darem andamento e solução à questão.

## 6.14 Ambiciosa publicidade

*Novo Jornal*

*06 de Julho de 2012*

Para dar corpo à trama e veracidade ao empreendimento uma ambiciosa campanha publicitária foi montada, envolvendo outdoors espalhados pelos quatro cantos de Luanda, meios de comunicação social, figuras públicas e passando até pelo conhecido rei da bola, o brasileiro Pelé, que chegou a selar a autenticidade do projecto «Quintas do Rio Bengo».

Daí a crença nestes ambiciosos projectos por parte de cerca de 300 pessoas. Algumas delas, sob anonimato, falaram ao nosso repórter no projecto «Bem-Morar».

Aproveitámos, o sábado que é o dia em que, por regra, os proprietários de obras se deslocam ao local para constatarem "in loco" o andamento das mesmas, afim de nos inteirarmos sobre o caso Build.

O nosso cicerone foi um reputado engenheiro agrónomo, que também foi alvo de burla, e que, sem encarar outra alternativa, está a concluir grande parte da casa que comprou.

"Quero apenas que me façam chegar a luz e a água para poder viver aqui o que me resta da vida, pois tristezas não pagam dívidas", desabafou.

O homem, que investiu cerca de 300 mil dólares, para além de ter comprado a casa por 200 mil, mostra-se céptico quanto ao regresso dos promotores do projecto e muito menos da possibilidade de ver restituído o valor já aplicado na empreitada.

"O que pretendo agora é que seja legalizada a minha casa a nível das entidades competentes", frisou.

## 6.15 Crise do imobiliário a vista?

*Agora*

*07 de Julho de 2012*

Um funcionário público desabafou ao AGORA nestes termos: "O projecto é bonito, mas as pessoas não conseguem comprar as casas". E, ainda, como se não bastasse "há o paradoxo de estarem a serem erguidas centralidades similares em cidades como Dundo, com mais casas do que o número de habitantes".

Os especialistas referem que as autoridades deviam copiar os bons exemplos existentes e aconselharam o modelo português.

O Governo do país ibérico construiu casas para alavancar a economia arrendadas a 70 euros (cerca de 100 dólares) por mês. "Estas casas alugadas em função da capacidade financeira do inquilino, passam depois para a titularidade do cidadão. Pensamos que no nosso país também deveriam ser aplicados projectos acessíveis a todos os bolsos".

As casas do Kilamba custam os 'olhos da cara' e os poucos que a elas aderiram já estão a reclamar, pois além da liquidação da casa têm de pagar a taxa de condomínio que chega a mais de 500 dólares.

O investimento no imobiliário pode ser já um fiasco por causa do crédito mal parado. "Os bancos que financiaram o projecto não terão retorno tão cedo, correndo-se o risco de repetir-se a crise do imobiliário nos Estados Unidos, cujos reflexos ainda se fazem sentir em todo o mundo", concluíram.

## 6.16 Registadas mais de mil casas

*Jornal de Angola*

*09 de Julho de 2012*

Agentes de cartografia na Lunda-Norte registaram mais de mil casas, sobretudo no município de Chitato, no âmbito do levantamento cartográfico que decorre desde 29 de Junho deste ano.

A informação foi prestada ontem, no Dundo, pelo coordenador provincial técnico de cartografia, Domingos Cuango. De acordo com o coordenador, desde 29 de Junho foi feito o levantamento de setenta quarteirões, dezoito secções e 1.903 habitações na vila do Dundo e na povoação da Estufa. A levantamento cartográfico deverá estender-se de forma gradual às outras localidades dos nove municípios da Lunda-Norte, sendo Lucapa o próximo.

Domingos Cuango disse que o levantamento cartográfico serve de antecâmara ao censo geral da habitação e população, previsto para 2013, e está a ser assegurado por cerca de 20 agentes, divididos em quatro grupos, orientados pelo Instituto Nacional de Estatística.

## 6.17 Afritrack Angola vai construir 400 fogos habitacionais

*Jornal de Economia e Finanças*

*10 de Julho de 2012*

No âmbito do programa habitacional que está a ser levado a cabo em todo o país, pelo Executivo angolano, várias são as empresas ligadas ao sector

imobiliário que estão a desenvolver projectos estruturantes visando contribuir no sucesso do desafio.

É o caso da empresa Afritrack Angola, que apresentou na passada sexta-feira (6), um complexo residencial denominado "Aida Christina" que está a ser construído na região do Zango II, município de Viana, em Luanda .

O projecto comportará 400 fogos habitacionais, áreas de serviço e lazer, escola, centro infantil e quadra desportiva multiuso. O empreendimento está a ser desenvolvido no quadro da parceria público-privada e encontra-se parcialmente concluído, prevendo-se, para o final do ano em curso, a disponibilização de 180 casas, das 400 planificadas. A primeira fase já

está concluída, sendo que a segunda arranca ainda este mês.

Segundo destaca uma nota de imprensa a que o JE teve acesso, "o programa de desenvolvimento e reconstrução de Angola, o Executivo tem contado com o apoio de vários parceiros, particularmente na edificação de infra-estruturas públicas, onde as habitações evidenciam-se devido ao défice ainda existente no país".

## 6.18 China reforça posição

*Novo Jornal*

*13 de Julho de 2012*

Angola e China reforçaram, na semana passada, a sua relação financeira pela via de 17 acordos de financiamento entre o Eximbank e o Ministério das Finanças.

Os acordos assinados, no valor de 500 milhões de dólares, prevêem a construção de diferentes infra-estruturas no país a serem construídas de forma descentralizada pelos governos provinciais.

Os projectos orçados em 547,5 milhões de dólares, vão ser suportados em 458 milhões pelo Eximbank da China e os restantes 54,7 milhões de dólares serão assumidos por Angola. Durante a assinatura do acordo deste financiamento que juntou o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, e o vice-presidente do Eximbank da China foi destacada a importância deste apoio para o desenvolvimento dos dois países.

Liu Chen considerou que a assinatura dos acordos reflecte o interesse do seu país em apoiar Angola a prosseguir no seu processo de reconstrução nacional e de desenvolvimento da economia, assim como ser uma mais-valia para a República da China.

"Angola é um dos maiores países africanos em desenvolvimento económico e o Eximbank também quer contribuir para este crescimento. E acredito que com estas relações a China pode também beneficiar-se de algumas ajudas vossas, por isso devemos manter esta cooperação", disse Liu Chen, vice-presidente do Eximbank.

Por sua vez, Carlos Lopes preferiu realçar que o dinheiro agora angariado vai ser utilizado na construção de hospitais, escolas e em projectos de abastecimento de energia e de água potável em oito províncias do país. Cada acordo de financiamento corresponde a um projecto a ser executado por empresas chinesas, explicou o ministro das Finanças.

As movimentações chinesas em Luanda na semana passada não se ficaram pela assinatura destes 17 acordos no valor de 500 milhões de dólares.

O ministro das finanças, Carlos Alberto Lopes, foi também signatário da assinatura de um memorando de entendimento com o Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento da China, que estabelece as linhas gerais para a concessão de financiamentos que poderão chegar até ao valor de cinco mil milhões de dólares norte-americanos, através de instrumentalização de vários acordos. Nesta cerimónia, o Governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, rubricou com a Ministra Conselheira para os assuntos económicos da Embaixada da China em Angola, cinco acordos de suporte de garantias e intermediação bancária.

Desde 2002, a China já concedeu a Angola quase 15 mil milhões de dólares em crédito, através de três bancos estatais - Banco de Exportações Importações da China (EXIMBANK), Banco Comercial e Industrial da China e o Banco de Desenvolvimento da China.

## 6.19 Sopromil e empresas de construção civil de costas viradas no Zango

*O Continente*

*13 de Julho de 2012*

Em causa está à falta de cumprimento contratual por parte da Sopromil, Sociedade de Promoções Imobiliárias, SA, cuja titularidade é atribuída a Ismael Diogo da Silva, também presidente da Fundação Eduardo dos Santos (FESA)

Na semana finda, os trabalhadores afectos às empresas de construção civil que operam nos Zango I e em Viana, à luz do Programa de Realojamento da

População (PRP), decidiram paralisar os trabalhos e partir para uma manifestação para protestar o não pagamento dos seus salários.

Estes atiraram-se contra as entidades patronais, tendo feito refém, durante horas, um dos empreiteiros, para além de escreverem nas paredes palavras desagradáveis contra a FESA.

No local, a nossa equipa de reportagem apurou que, as construtoras estão, de algum tempo a esta parte, de mãos atadas alegadamente, porque a Sopromil que as subcontratou, através de um alegado vínculo que tem com a Odebrecht, não honra os seus compromissos.

Para além dos trabalhadores, estas empresas têm, igualmente, dívidas para com terceiros, sobretudo, fornecedores de matéria-prima e outros meios, obrigando muitas delas a vender bens, entre eles viaturas, para saldar os débitos.

A Sopromil, apesar da sua titularidade ser atribuída a Ismael Diogo da Silva, é dirigida por Jaime Pinto que se vê incapaz de dar qualquer solução ao assunto, supostamente porque depende do líder empresarial, Ismael Diogo, à quem cabe todas as operações.

O CONTINENTE apurou, por outro lado, que muitas destas empresas executaram alguns trabalhos com meios (financeiros, materiais e humanos) próprios, com o objectivo de adiantarem as coisas e serem ressarcidas depois, manifestando assim a sua vontade de contribuir para este "canteiro de obras" que é Angola.

Entre as lesadas está a construtora chinesa, Tsinzengo, que ergueu obras em mais de 70% do acordado inicialmente e, até agora, não foi indemnizada.

De acordo com fontes deste jornal, quando o dinheiro, aludidamente destinado à pagar as dívidas para com as empreiteiras entra nas contas da Sopromil, parte significativa vai parar às contas do Santos Futebol Clube.

Outra questão levantada tem a ver com os preços das casas. Dizem as fontes que os mesmos são impostos, com vantagem para a Sopromil.

Por exemplo, os empreiteiros cobram 13 mil dólares por cada casa, e a Sopromil vende ao Governo angolano ao preço de 50 mil dólares. Contactado por este jornal, via telefónica, Ismael Diogo começou por dizer que a FESA não tem nada a ver com o assunto, até porque não tem

obras naquela área, tendo aconselhado o repórter a investigar mais sobre as razões do não pagamento dos trabalhadores e em que empresas estão afectos. Quanto ao levantamento feito, recentemente, pelos respectivos empregados, manchando o nome da FESA, disse tratar-se de elementos que queriam apoderar-se de terrenos. Disse, por outro lado, estar aberto para conversar com os construtores que, eventualmente, estejam descontentes.

A Odebrecht, por seu lado, na voz de Justino Amaro, confirmou existir contrato entre esta empresa brasileira e a Sopromil, consistindo no aluguer de equipamento e espaços, não havendo nenhuma facturação em atraso.

## 6.20 Nova cidade Dos Santos homenageia Presidente

*Jornal de Angola*

*13 de julho de 2012*

Membros do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social da província da Lunda-Norte, reunidos na quarta-feira, na sua primeira Sessão Extraordinária, decidiram atribuir à nova centralidade do município do Dundo, a designação de cidade Dos Santos.

A atribuição do nome foi proposto pelas autoridades tradicionais, eclesiásticas e sociedade civil, em homenagem ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, por ser o mentor da edificação da nova centralidade do Dundo e pelo facto de concretizar os sonhos da população da província da Lunda-Norte.

O porta-voz da sessão, José Alberto Rosa, disse que a nova centralidade do Dundo responde aos anseios da população, na resolução do problema habitacional que visa a consolidação da estabilidade das famílias.

Na mesma sessão, os membros do Conselho Provincial da Lunda-Norte de Auscultação e Concertação Social receberam informações sobre a toponímia da nova centralidade do Dundo que, segundo o responsável, correspondem aos factores históricos e culturais relacionados com a vida da província.

José Alberto Rosa disse ser gratificante ver os nomes de Lueji a N'konde, Salucombo, Txizainga, Palmira Barbosa, Quelendende e outras personalidades da história e cultura da província constarem nas ruas e avenidas da nova centralidade.

Dos Santos vai contar com 419 edifícios e 5.400 apartamentos. O projecto contempla também os



principais edifícios públicos, como hospital com capacidade para 92 camas, escola com 30 salas e jardim infantil com 24, segundo o portá-voz do Conselho de Auscultação e Concertação Social.

## 6.21 Filho de Dos Santos recebe apartamento de USD 4 milhões

*Folha 8*

*14 de Julho de 2012*

Trata-se do apartamento mais aro do edifício por estar localizado no último andar (17º piso) com uma vista dos dois lados da cidade. Muito recentemente, e por orientação do "ofertante" que se desconhece, foi partida uma parte do imóvel para dar lugar a uma nova estrutura decorativa revestida de mármore branco.

No passado dia 07.07, foi alugado uma grua para carregar as novas mobílias e material da cozinha para o apartamento. O facto foi encarado pelos vizinhos como uma demonstração "de poder", visto que todos os moradores do prédio usam elevadores e escadas para carregar os seus bens (mas nunca uma grua).

Eduane, de 21 anos de idade, se encontra neste preciso momento a estudar Arquitetura na Inglaterra e será o morador mais novo daquele edifício e

com o apartamento mais caro. Vivem igualmente no referido edifício, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa (que aparece de quando em vez), o chefe adjunto do SINSE, Fernando Eduardo Octávio, o ex-administrador da RNA, Eduardo Magalhães e o secretário de Estado junto a Presidência da República, Manuel Magalhães.

Em tempos, Manuel Rabelais foi-lhe recusado um pedido para colocar vidros na varanda do seu apartamento no oitavo andar. A administração do edifício convocou-lhe para uma reunião onde lhe foi transmitido que não permitiam alterações porque iria tirar a estética do imóvel. Até aqui não se sabe se o mesmo irá recorrer da decisão uma vez que o apartamento de "Danilo" dos Santos sofreu alterações, sem merecer qualquer objecção da direcção administrativa do referido edifício.

## 6.22 Construção de casas sociais está a decorrer à bom ritmo

*Jornal de Angola*

*12 de Julho de 2012*

A administradora municipal da Quilenda, Maria Caimboa Monteiro, disse à Angop que estão a ser construídas no município 50 casas evolutivas, no quadro do programa municipal integrado de desenvolvimento rural.

Na empreitada foram investidos 40 milhões de kwanzas e as obras tiveram início em Maio.

Segundo a administradora, as casas devem ficar concluídas nos próximos meses, uma vez que a sua edificação decorre sem sobressaltos. A construção das novas habitações vai permitir que muitos quadros possam instalar-se no município, tendo em conta que vão encontrar uma casa onde podem viver.

O município da Quilenda fica a 120 quilómetros a nordeste da cidade do Sumbe, capital da província do Kwanza-Sul, Na região, refira-se, estão em execução várias obras de impacto social, com destaque para a construção e reabilitação de escolas, postos médicos, centros de saúde e estradas.

## 6.23 Águas residuais do condomínio Ginga Cristina tiram sono aos moradores do bairro Jacinto Tchipa

*O Continente*

*13 de Julho de 2012*

Os moradores do bairro Jacinto Tchipa, em Viana, estão, de algum tempo a esta parte, sujeitos a contrair várias doenças, na sequência das águas residuais que transbordam de um tanque construído no interior do Condomínio Ginga Cristina (CGC), indo desaguar nas residências vizinhas.

A situação, para além dos lesados, preocupa igualmente a administração do CGC, tendo esta atribuída a responsabilidade à Genea Angola, empresa do sector imobiliário e construção civil, alegadamente, por não ter construído a estação de tratamento e reaproveitamento das águas residuais, quando ergueu o referido condomínio.

Como se não bastasse, a Genea Angola erigiu no local um tanque a céu aberto, sem capacidade para acolher as águas em causa, estando estas a transbordar para as áreas habitadas do bairro Jacinto Tchipa, localizado próximo do condomínio.

Segundo apurou este jornal, várias foram as vezes que os lesados se dirigiram ao CGC para protestar esta situação, tendo mesmo prometido fechar as fossas do condomínio com betão armado, caso a situação não seja ultrapassada o mais depressa possível. O assunto é já do domínio da administração municipal de Viana, através de uma reunião havida entre representantes daquela instituição, do CGC e dos moradores do bairro Jacinto Tchipa. No final do encontro, as autoridades de Viana responsabilizaram, igualmente, a Genea Angola por esta situação, que poderá se transformar em caso de saúde pública, e orientaram àquela empresa no sentido de apresentar soluções. Esta (Genea Angola), por sua vez, alegou não ter recursos financeiros e apresentou uma solução mais simples, que consistia em abrir uma vala ou conduta que levasse as águas dos esgotos do CGC até a um riacho que passa por detrás do bairro Jacinto Tchipa.

No entanto, de acordo com fontes do CONTINENTE, os técnicos da administração municipal de Viana fizeram uma visita de campo ao local e concluíram que esta solução iria contaminar as águas desta região, tendo obrigado a Genea Angola a construir, primeiro, uma estação de tratamento das águas residuais e só depois desviá-las, já tratadas, para os canais de água existentes nesta área (Viana/Kikuxi).

Ao que consta, até a presente data, a Genea Angola não moveu qualquer palha para resolver o problema, que parece estar entregue às calendas gregas.

Enfurecidos e temendo que a culpa venha morrer solteira, os moradores do bairro Jacinto Tchipa invadiram o terreno da Genea Angola e abriram um canal até a estrada principal para desviar as águas que inundam o seu bairro. Este jeito visa chamar a atenção das autoridades sobre a desobediência da Genea Angola. Por outro lado, terão também bloqueado as fossas que levavam as águas de esgoto até ao tanque. Como consequência, estas águas ficam, agora, retidas junto ao muro do condomínio e só depois fazem caminho até ao canal construído pelos moradores. Estas águas, no entanto, já não escoam com a mesma fluidez, aumentando o risco de obstrução das fossas dentro do condomínio, tal como referiu fonte próxima do CGC, acrescentando que regista-se nos últimos dias, em consequência disso, um cheiro nauseabundo, representando atentado à saúde pública dos habitantes do condomínio, assim como risco as estruturas do muro e dos edifícios vizinhos. Este jornal apurou, por outro lado, que no dia 20 de Junho último os fiscais do Ministério do Ambiente na companhia da Eng<sup>o</sup> Rosa, da administração municipal de Viana, deslocaram-se ao local, com o objectivo de constatar se a Genea Angola teria cumprido com as orientações emanadas pelas

autoridades de Viana. Na realidade, não as cumpriu, obrigando os visitantes a propor a ida ao terreno de uma outra equipa do Ministério do Ambiente, acompanhada da do Governo Provincial de Luanda. Neste momento a equipa de manutenção do CGC está a elaborar um plano para minimizar este cenário, com a reabertura das fossas obstruídas e construção de um canal para evitar as águas vazarem para o bairro Jacinto Tchipa ou estagnarem junto ao muro do condomínio.

## 6.24 Construtora investe 50 milhões de dólares em condomínio

*Novo Jornal*

*13 de Julho de 2012*

Pelo menos 50 milhões de dólares estão a ser aplicados na implementação de um projecto imobiliário situado na zona do Zango II, arredores de Luanda.

A empreitada está a cargo da empresa Afritrack Angola e insere-se no quadro do programa de desenvolvimento e reconstrução de Angola, tendo sido apresentado à imprensa na última sexta-feira, 06. Esta iniciativa visa a construção de um complexo residencial denominado "Aida Christina", comportando 460 fogos habitacionais, áreas de serviços e lazer, escola, centro infantil e campo de jogos multiuso.

O referido projecto está parcialmente concluído, e prevê-se para o final do ano a apresentação das primeiras 180 casas. A segunda fase arranca ainda este mês, refere uma fonte da empresa.

Para a presidente do Conselho de Administração da Afritrack, Sabenna Yoannes, o empreendimento ocupa uma área de 120 hectares, contará com casas do tipo T3 e T4, que serão vendidas ao preço que varia entre 160 mil e 280 mil dólares.

"Começámos há um ano e meio a fazer as infra-estruturas, depois da legalização do terreno, e hoje já temos o direito de superfície, além de outra documentação", afirmou Sabenna Yoannes.

O projecto inclui ainda três edifícios comerciais de três pisos, farmácia, clínica e zona arborizada e destina-se a famílias de alta e média rendas.

O abastecimento de água potável ao complexo estará a cargo da EPAL, enquanto internamente terá um sistema de abastecimento através de um furo, com água proveniente de um poço, cujo líquido a extrair servirá para a lavandaria. "Não podemos deixar que o Governo faça tudo, pois o empresariado nacional

tem uma palavra a dizer com execução de obras como esta", salientou.

A Afritrack, empresa 100% de direito angolano igualmente virada para a indústria prevê concluir este projecto até Dezembro do próximo ano e está também a construir estradas de betão no bairro Morro Bento em Luanda, tendo já executado 12 quilómetros de um total de 30 quilómetros previstos, no quadro de um contrato firmado com o mixUstério de Urbanismo e Construção, revelou a gestora.

A empresa dispõe já de clientes interessados na aquisição dos imóveis, mas a presidente da Afritrack diz que necessita de mais dinheiro para implementar outros projectos de construção civil, esperando contar com apoio dos bancos locais.

## 6.25 Executivo arranca com as centralidades

*Jornal de Angola*  
13 de Julho de 2012

Joaquim Sivestre declarou, ao Jornal de Angola, no final da visita de cerca de quatro horas ao Namibe, que o objectivo foi localizar e preparar as áreas para construir as centralidades.

O secretário de Estado, que viajou acompanhado de empresários interessados em investir na província, referiu que o programa da habitação é amplo e precisa de parcerias público-privadas e que há já um empresário interessado em construir, numa primeira fase, mil apartamentos.

A previsão, afirmou, é construir cinco mil apartamentos, de rendas baixas, médias e altas. As casas de renda média e baixa, disse, são de iniciativa do governo da província e as outras são da responsabilidade de empresas privadas.

### Programa em curso

Recentemente, a governadora do Namibe confirmou o início das obras de construção de quatro mil fogos habitacionais no Namibe, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Social. Cândida Celeste, que falava na sessão ordinária do conselho provincial de audição e concertação social, referiu que a construção das habitações sociais é dos maiores desafios da província. A governadora apresentou, na reunião, as acções do Executivo para a província, inscritas no Programa de Investimentos Públicos (PIP) para este ano.

Este ano, disse a governadora Cândida Celeste, a prioridade vai para os sectores da Educação, Saúde e

Energia e Águas. Em relação à Educação, anunciou a construção, ainda este ano, de mais escolas, com o objectivo de reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino. Cândida Celeste salientou a abertura no município do Namibe da Escola Superior Pedagógica.

No sector da Saúde, referiu, a atenção vai para a reabilitação do Hospital Provincial Ngola Kimbanda, construção de postos e centros de saúde e para o reforço do programa de combate às grandes endemias. Quanto à Energia e Águas, garantiu a continuação dos projectos aprovados, no ano passado, inseridos no Programa de Investimentos Públicos e no programa "Água para todos" para melhorar a rede de abastecimento e fornecimento de energia e água.

Cândida Celeste afirmou que o governo provincial vai, este ano, prestar atenção especial às vítimas de calamidades naturais, com a construção para elas, em cada município, de cem fogos habitacionais. A governadora disse que as acções de combate à pobreza permitiram melhorar a vida da população, principalmente das zonas rurais.

## 6.26 Condomínios de luxo no Zango

*Semánario Angolense*  
14 de Julho de 2012

Em Viana, na zona do Zango 3, está a surgir um complexo residencial que, segundo os seus promotores, deverá revolucionar a forma como se vive naquela localidade, acrescentado qualidade de vida e bem-estar.

É numa área de 10 hectares, o equivalente a 10 campos de futebol, que está a ser erguido o condomínio Aida Cristina, um empreendimento avaliado em mais de 50 milhões de dólares.

A apresentação ao público e à Imprensa aconteceu no dia 6 de Julho. Fê-la Sabena Yohanes, presidente do Conselho de Administração da «Afritrack Angola», empresa proprietária e construtora dos imóveis.

O complexo Aida Cristina tem segurança 24/24h, centro comercial, escola do 1, 11 e III níveis de ensino, creches, restaurantes, pastelaria e espaços ajardinados. De acordo com Sabena Yohanes, os preços para aquisição variam entre os 160 e os 280 mil dólares e, até final de 2012, serão entregues as primeiras 180 habitações.

«O condomínio tem no total, 60 casas do tipo A, que corresponde aos T3 com três quartos, duas casas de

banho, salas de estar, de jantar, cozinha, lavandaria, terraço e uma garagem para dois carros. Temos também 72 casas do tipo B, igualmente T3, e 244 do tipo C, que são T4.

Para mim, este condomínio não é só um negócio, é a concretização de um sonho para mim e para muitos angolanos que, como eu, viverão aqui», disse Sabena Yohanes.

## 6.27 Um Zango diferente

*A Capital*

*14 á 21 de Julho 2012*

Empresa de origem norte-americana investe em Angola em resposta às necessidades do mercado habitacional.

A Afritrack Angola, empresa de direito angolano originário dos Estados Unidos da América (EUA), apresentou um projecto habitacional denominado Aida Christina que se localiza nos arredores do Zango HI, A no município de Viana, em Luanda.

O projecto resulta de um investimento avaliado em 50 milhões de dólares, numa fase inicial, conforme revelou para a comunicação social Sabena Yohanes, Presidente da Comissão Administrativa (PCA) da Afritrack Angola.

O complexo residencial vai introduzir cerca de 400 novas habitações no mercado imobiliário, das quais 60 serão do tipo T3 A, avaliada em 160 mil dólares, T3 B, 180 mil dólares, e T 4 C, 280 mil dólares. Perspectiva-se, segundo a gestora da empresa, a entrega das primeiras 180 habitações aos clientes até ao final deste ano.

São residências de elevada qualidade estética e, mesmo, do ponto de vista de conforto habitacional, um pouco desfasadas das residências sociais erguidas na zona do Zango pelo executivo. Mas, segundo Sabena Yohanes, apesar da zona do Zango não conhecer projectos com esta dimensão, sendo que os grandes empreendimentos habitacionais estão implementados mais a Sul, "a cidade também acontece aqui", disse.

Por isso, a Afritrack Angola decidiu dar corpo a um plano que já vai sendo analisado há mais de 5 anos. O complexo residencial Aida Christina resulta também do progresso que a empresa disse constatar na zona do Zango. Desde que a empresa começou a investir no país, segundo Sabena Yohanes, decidiu alargar o seu raio de acção, acrescentando a vertente habitacional ao seu portfolio.

A construção das 400 residências já duram cerca de um ano e seis meses, e o seu fim, segundo a PCA, está previsto para daqui a seis meses.

As aspirações dos empresários são as melhores, uma vez que, conforme esclarecimento de Sabena Yohanes, os serviços que o condomínio oferece aos moradores não têm par no país. Por isso mesmo, a garantia é de que o projecto vai dar um novo conceito de convivência, pois se espera que "os moradores não vão precisar sair de casa" para resolver situações básicas.

Água, luz e saneamento básico

A PCA disse que, neste momento, a empresa já tem contratos assinados com a Epal, que vai fornecer a água

ao complexo residencial, bem como a autorização para se fazerem furos, numa perfuração com cerca de 400 metros que vai servir, sobretudo, para os serviços de jardinagem. Quanto ao fornecimento de electricidade, a Afritrack Angola também já conta com os préstimos da Edel.

Bancos fecham portas

Sabena Yohanes disse que as obras registaram um ligeiro atraso devido a falta de financiamento. É que, segundo disse, a crise financeira económica assolou todas as esferas e, por esta razão, "os bancos se fecharam para financiamentos", sobretudo de somas avultadas. Mas a PCA da Aida Christina disse acreditar que a situação vai mudar para melhor, uma vez que, embora de forma tímida, a economia vai se abrindo para alguns projectos que ficaram estagnados. Sabena Yohanes, aguarda, em função disto, confiante pelo financiamento. "Vamos continuar a lutar".

## 6.28 Construção de habitações em bom ritmo no Cacolo

*Jornal de Angola*

*16 de Julho de 2012*

As obras de construção de 100 casas sociais das 200 previstas, na reserva fundiária do município de Cacolo, a cerca de 150 quilómetros da cidade de Saurimo, decorrem a bom ritmo. O director nacional do Urbanismo e Habitação, Manuel Pimentel, que se encontra em visita de trabalho na província da Lunda-Sul, manifestou-se satisfeito com o andamento dos trabalhos.

Ao avaliar o andamento dos trabalhos, disse que eles são a prova de que é possível construir-se habitações sociais a custos controlados e com qualidade

de execução acima da média. Elogiou, ainda, os esforços e espírito de entrega dos empreiteiros, que tudo fazem para ultimar as obras das primeiras 50 casas.

Reconheceu, igualmente, as dificuldades vividas pelos executores, sobretudo nas questões relacionadas com as fontes de abastecimento de material e respectivo transporte, a partir da sede da província. O regedor da Cacolo, Armindo Satxicapo, disse que as obras vão originar grandes melhorias nas condições de acomodação dos quadros, que trabalham para o bem das populações.

Dada a entrega das construtoras, o vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas, António Jorge Teixeira, acredita que as obras possam terminar dentro dos próximos 45 dias.

## 6.29 Começou a construção de moradias

*Jornal de Angola*  
16 de Julho de 2012

As primeiras 20 moradias de um total de 200 previstas para o município de Caluquembe, 190 quilómetros a norte da cidade do Lubango, começaram a ser construídas, anunciou o governador Provincial Isaac dos Anjos falava na sede municipal de Caluquembe e esclareceu que para o sucesso do programa de habitação foram já assinados os contratos.

As 200 casas são para a população e quadros do município de Caluquembe. A governador reconheceu que o número de moradias ainda não é suficiente para cobrir todas as necessidades, porque o município de Caluquembe tem uma população de 100 mil habitantes.

As 200 casas vão cobrir as necessidades dos quadros da Administração do Estado: professores, enfermeiros e outros técnicos.

"Mas é importante a colaboração da população na execução do programa de autoconstrução dirigida, porque estão criadas todas as condições para esse efeito", disse o governador.

O programa de autoconstrução dirigida do Governo Provincial visa garantir a todos uma habitação digna. No quadro deste processo são distribuídos a cada interessado, lotes de de 1.000 metros quadrados.

No processo de autoconstrução dirigida, o Governo Provincial cede o terreno e alguns materiais.

a interessado encarrega-se da construção da sua casa: "temos que ser nós mesmos a construir as nossas casas.

Vamos ajudar li construir, o governo vai dar apoio e o cidadão é que vai construir a sua casa, de forma organizada, com arruamentos e todas as infra-estruturas", anunciou o governador Isaac dos Anjos No município de Caluquembe, Isaac dos Anjos anunciou ainda a reabilitação de um armazém, situado na sede municipal, para guardar produtos do campo.

O Governo Provincial da Huíla também a está a construir armazéns no município de Caconda, com capacidade para armazenar 20 mil toneladas de cereais.

Além da construção dos armazéns, o Governo Provincial está a distribuir máquinas de secar cereais para que o armazenamento dos produtos seja seguro.

A distribuição de atractores para intensificar a produção das atividades do campo, com a distribuição de fertilizantes e instrumentos de trabalho é outra acção em curso.

### Antigos combatentes

Os antigos combatentes e veteranos da pátria do município de Caluquembe vão em breve dispor de lotes nas novas urbanizações para a

construção de casas. A garantia foi dada pelo governador provincial da Huíla, Isaac, num acto público na vila, que juntou milhares de pessoas do município.

### Antigos combatentes

Para o sucesso do projecto, o governador anunciou que vai ser elaborada uma lista dos antigos combatentes das FAPLA e FALA para que todos beneficiem de lotes com mil metros quadrados, onde podem construir as suas casas.

"Deste município, durante a guerra, saíram valorosos combatentes, alguns foram para a UNITA mas são todos de Caluquembe e alguns são filhos da mesma família", precisou.

No município de Caluquembe, o Governo Provincial tem estado a desenvolver ações de impacto social, com a construção e reabilitação de postos de saúde, escolas e habitações. Um dos grandes ganhos, disse o governador Isaac dos Anjos, foi reabilitação da Estrada Nacional 120 que passa na sede municipal (Caluquembe e liga as províncias Huíla e Huambo.)

Também foi reabilitada e modernizada a sede da Administração Municipal e a casa do administrador.

Também foi asfaltada a estrada até ao Cusse, município de Caconda e em curso está a em construção de novas sedes das administrações municipais.

Durante a sua permanência no município de Caluquembe, o governador reuniu com os membros com o Conselho de Auscultação e Concertação Social.

### 6.30 Cambulo recebe os moradores em Setembro

*Jornal de Angola*  
17 de Julho de 2012

Jim Feng Li, que falava à imprensa à margem da visita do governador provincial Ernesto Muangala a Cambulo, esclareceu que as obras começaram no passado mês de Março e até próximo mês de Setembro ficam concluídas 50 habitações.

As casas estão a ser construídas de acordo com os modernos padrões de urbanização numa área de 186.219 metros quadrados e com todas as estruturas e serviços. Além dos arruamentos, afirmou Jim Feng Li, decorrem também trabalhos para salvaguardar as questões relacionadas com o impacto ambiental na nova zona habitacional do município de Cambulo, com a criação de espaços verdes, plantação de árvores e a reposição do manto vegetal da área para evitar a erosão dos solos.

Para a implantação do sistema de saneamento básico no novo bairro social da vila do N'zagi, no município do Cambulo, foi contratada uma empresa especializada em projectos de urbanização e que vai proceder à construção de passeios e laneis, e do sistema de fornecimento de energia eléctrica e água potável.

A empresa vai instalar também 120 postes de iluminação pública e fazer as ligações domiciliárias. O abastecimento de água potável é feito a partir de chafarizes. Jim Feng Li referiu que com o projecto de 200 fogos habitacionais, a Tiansheng Internacional criou até agora 43 novos postos de trabalho para os jovens, cifra que cresce para mais 30 numa fase posterior.

As autoridades da Lunda-Norte acreditam que a nova zona habitacional do município do Cambulo vai contribuir para a melhoria da situação habitacional da população, pois vai beneficiar 1200 famílias, disse a directora provincial do Urbanismo, Habitação e

Ambiente. Maria do Céu pediu, por isso, ao empreiteiro o cumprimento dos prazos contratuais e a utilização de materiais de construção com a qualidade requerida.

Garantiu a disponibilidade do Executivo em honrar os compromissos financeiros, tendo em conta a importância do projecto na melhoria da vida das populações e o crescimento urbanístico da vila do N'zagi, no município do Cambulo.

"A intenção é reduzir o défice habitacional mas também estamos certos que este projecto vai contribuir para a melhoria da imagem da vilado N'zagi", disse Maria do Céu.

### 6.31 Dezenas de casas construídas até Agosto

*Jornal de Angola*  
17 de Julho de 2012

Até ao próximo mês de Agosto ficam concluídas dezenas de habitações nos dez municípios da província-do Kwanza-Norte, revelou em Ndalatando, o director nacional do Urbanismo e Habitação.

Manuel Pimentel falava depois de uma visita de três dias que realizou às obras em execução nos municípios de Cambambe, Lucala, Golungo Alto e Samba Caju. O director nacional do Urbanismo e Habitação referiu que os empreiteiros empenhados nessa tarefa devem fazer esforços para concluir as casas, previstas para o mês de Agosto.

Manuel Pimentel disse que a construção das casas está incluída no âmbito do programa de edificação de 200 fogos habitacionais em todos os municípios. O ritmo da construção de casas, nos dez municípios da província, é positivo, mas recomendou que se melhorem alguns aspectos na construção.

Manuel Pimentel afirmou que as construções estão em bom ritmo, apesar de alguns atrasos verificados em certos municípios. Aconselhou igualmente os empreiteiros a velarem pela qualidade do material a empregar nas casas. As obras, no município do Lucala, são as que estão mais adiantadas.

Os técnicos do Governo Provincial, responsáveis pela fiscalização, foram chamados a prestar mais atenção e rigor para que sejam evitados erros nas construções.

O vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas, Erlindo Lidador, confirmou que as empresas envolvidas no processo, na província do Kwanza-

Norte, estão obrigadas a construir o maior número possível de casas até Agosto.

Erlindo Lidador disse que os trabalhos estão bem encaminhados, mas as autoridades ainda não podem sentir-se satisfeitas. O Governo Provincial está preocupado em aumentar o número de casas com qualidade do ponto de vista da arquitectura. O vice-governador sublinhou que as obras nos municípios de Ambaca, Bolongongo e Samba Caju são as que se encontram mais atrasadas. O programa do Executivo prevê a edificação de 25 mil casas em todos os municípios do país.

### 6.32 Desde a conquista da paz em Angola Executivo dá prioridade à habitação

*Jornal de Angola*

*17 de Julho de 2012*

O director nacional de Habitação, Eugénio Alexandre Correia, disse, no município de Viana, que desde o fim do conflito armado, a construção de habitações tem constituído uma obrigação prioritária do Executivo.

O director nacional de Habitação disse que é obrigação do Executivo criar condições para que cada cidadão possa desfrutar de uma habitação condigna, com vista a garantir qualidade de vida.

Eugénio Correia fez esta declaração quando dissertava numa palestra subordinado ao tema "Habitação: uma preocupação inevitável da Juventude", numa iniciativa da Casa da Juventude de Viana. A iniciativa visou informar os jovens sobre aspectos inerentes à vida social, cultural, económica e desportiva. "É preocupação do Executivo através das suas estruturas dar corpo à materialização deste objectivo, que desde o fim do conflito armado tem constituído uma obrigação prioritária para minimizar o problema", disse.

Eugénio Correia disse que existe uma norma que estabelece: "todo o cidadão tem direito a habitação e a qualidade de vida", salientou. O local em que as habitações são erguidas tem as condições exigidas de habitabilidade, como o saneamento, a água e energia, vias de acessos para que os cidadãos possam viver bem.

Eugénio Correia lembrou que em 2009, o Executivo aprovou o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação que, segundo explicou, continua a ser materializado com surgimento de novas habitações em todo o país. Ao referir a requalificação que se

verifica em todo o país, frisou que "já existem milhares de habitações construídas e podemos fazer aquilo que tecnicamente se chama de requalificação nos musseques, uma acção que visa melhorar as condições sociais".

#### Projecto Kilamba

A cidade do Kilamba foi inaugurada oficialmente a 11 de Julho de 2011, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e é considerada como maior projecto habitacional depois do alcance da paz em Angola. A cidade está situada no município de Belas, localizada 20 quilómetros a sul do centro da capital. O projecto foi concebido para desenvolver em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A primeira pedra do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008.

A primeira fase do empreendimento foi prevista para alojar 19 mil pessoas em 115 edifícios, num total de 3.180 apartamentos, erguidos em padrão urbano com serviços públicos integrados, como escolas e instituições financeiras.

Neste momento a cidade tem 48 lojas, parques de estacionamento, paragens de transporte públicos, 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito secundárias e 50 quilómetros de estradas.

Estão concluídas as infra-estruturas sociais, como escolas primárias e secundárias, com espaços desportivos. As estações de tratamento de água potável e a de tratamento de águas residuais estão prontas para utilização e duas subestações eléctricas fornecem energia à cidade.

A cidade do Kilamba foi construída sem barreiras arquitectónicas, de modo a que as pessoas portadoras de deficiência possam circular de forma autónoma e com segurança. A cidade dispõe também de um hospital, clínicas e está prevista a construção de pelo menos 12 centros de saúde.

Os edifícios têm depósitos selectivos de lixo, de modo a que a recolha de resíduos seja feita com uma selecção ecológica, para garantir a qualidade de vida da população.

### 6.33 Cambulo recebe os moradores em Setembro

*Jornal de Angola*

*17 de Julho de 2012*

Jim Feng Li, que falava à imprensa à margem da visita do governador provincial Ernesto Muangala a

Cambulo, esclareceu que as obras começaram no passado mês de Março e até próximo mês de Setembro ficam concluídas 50 habitações.

As casas estão a ser construídas de acordo com os modernos padrões de urbanização numa área de 186.219 metros quadrados e com todas as estruturas e serviços. Além dos arruamentos, afirmou Jim Feng Li, decorrem também trabalhos para salvaguardar as questões relacionadas com o impacto ambiental na nova zona habitacional do município de Cambulo, com a criação de espaços verdes, plantação de árvores e a reposição do manto vegetal da área para evitar a erosão dos solos.

Para a implantação do sistema de saneamento básico no novo bairro social da vila do N'zagi, no município do Cambulo, foi contratada uma empresa especializada em projectos de urbanização e que vai proceder à construção de passeios e laneis, e do sistema de fornecimento de energia eléctrica e água potável.

A empresa vai instalar também 120 postes de iluminação pública e fazer as ligações domiciliárias. O abastecimento de água potável é feito a partir de chafarizes. Jim Feng Li referiu que com o projecto de 200 fogos habitacionais, a Tiansheng Internacional criou até agora 43 novos postos de trabalho para os jovens, cifra que cresce para mais 30 numa fase posterior.

As autoridades da Lunda-Norte acreditam que a nova zona habitacional do município do Cambulo vai contribuir para a melhoria da situação habitacional da população, pois vai beneficiar 1200 famílias, disse a directora provincial do Urbanismo, Habitação e Ambiente. Maria do Céu pediu, por isso, ao empreiteiro o cumprimento dos prazos contratuais e a utilização de materiais de construção com a qualidade requerida.

Garantiu a disponibilidade do Executivo em honrar os compromissos financeiros, tendo em conta a importância do projecto na melhoria da vida das populações e o crescimento urbanístico da vila do N'zagi, no município do Cambulo.

"A intenção é reduzir o défice habitacional mas também estamos certos que este projecto vai contribuir para a melhoria da imagem da vila do N'zagi", disse Maria do Céu.

## 6.34 Quero a minha casa!

*Semanário Angolense*  
21 de Julho de 2012

Sr. Director do Semanário Angolense.

Escrevo-vos esta carta para denunciar uma grande injustiça de que tenho sido alvo, na esperança de que a publicitação do caso possa contribuir de algum modo para a sua solução.

É assim: há tempos, adquiri um terreno no Benfica e contratei uma empresa chinesa para que construísse uma casa. Tendo sido a casa muito mal construída e tendo igualmente «nascido» ali uma perda de confiança de minha parte pela empresa chinesa, acordamos numa indemnização, ao que se seguiu a busca de um novo empreiteiro para a obra.

Na altura, falou-se de um general que detém uma empresa de construção civil, com quem acabaria por entrar de acordo para a edificação da obra. O facto de termos alguns vínculos familiares pesou certamente na nossa decisão.

O general em questão indica então o nome do senhor arquitecto João Santos, com quem já trabalhou noutras empreitadas, como responsável pela nossa obra.

Diante das anomalias da obra, João Santos sugere a indicação de um engenheiro, acabando por ser indicada uma equipa constituída pelos engenheiros Aguinaldo Baptista Caxito e Fernando Veloso Pereira, encarregados de dar sequência aos trabalhos de reabilitação da obra mal construída pelos chineses.

Tal acontece numa altura em que, por orientação médica, sou evacuada para Portugal, onde fico em tratamento por três meses.

Surge na altura a ideia de passar uma procuração, para que as obras não parassem e que os trabalhos decorressem da melhor forma possível. A procuração é passada em nome do engenheiro Aguinaldo Baptista Calixto. Porém, quem sempre apareceu «dando a cara» é o seu colega Fernando Veloso Pereira. No quadro desta procuração é recebida a indemnização paga pela empresa chinesa, cujo montante fica totalmente em posse do engenheiro Fernando Veloso Pereira.

A mim, porém, nada me foi informado sobre quanto a empresa chinesa teria realmente pago. Não me foi entregue nenhum comprovativo, tão pouco me foi prestada qualquer informação após o meu regresso ao país, o que configura um puro caso de abuso de confiança.



O engenheiro Fernando Veloso Pereira é um «óptimo» indivíduo no jogo de palavras, frio e muito calculista. Enquanto ainda em Portugal, ele me foi tranquilizando, dizendo que as obras corriam a bom ritmo, a «passo de gazela», como quem diz, velozmente.

Aquando do meu regresso, no entanto, nada me foi justificado. Em face disso, não sei o quanto e como se pagou, quem o beneficiário, nem o que foi gasto ou o que ainda há para se gastar.

Já se passaram meses e meses e eu não sei em que pé andam as coisas, quando preciso de saber qual a minha real situação. Como por exemplo: quanto tempo mais precisarei de viver em casa arrendada?

Há tempos, o engenheiro Fernando Veloso Pereira empenhou a sua palavra diante da anterior senhoria minha em como a casa me seria entregue em Abril, pelo que, para todos os efeitos, nessa altura poder-se-ia dar como findo o contrato de arrendamento que firmara com ela.

A verdade é que a situação agudizou-se, já que acabei por permanecer na casa da referida senhoria até Maio, sendo que cabia ao engenheiro Fernando Veloso Pereira a responsabilidade pelo pagamento das duas rendas mensais em atraso.

Por razões óbvias, até porque as relações entre mim e a senhoria se tornaram complicadas, chamo à razão ao engenheiro Fernando Veloso Pereira, que se prontificou em cobrir as rendas em atraso e firmar um outro contrato de seis meses num novo sítio, prazo em que, segundo ele, me entregariam a minha casa do Benfica.

É assim que procuro uma casa para arrendar por Luanda, com o auxílio de intermediários. E quando o encontro, o engenheiro Fernando Veloso Pereira acaba por me dar uma «vírgula», colocando-me numa situação embaraçosa, ao baldar-se para o compromisso que tinha comigo. Então, já com o contrato com a antiga senhoria rescindido, não sabia para onde ir. E na casa que conseguira precisa de pelo menos 15 mil dólares (correspondente a seis meses de renda) para lá me acomodar.

Diante de um ultimato da senhoria, sou obrigada a «atacar» as últimas minhas economias, só para não acabar na rua. E fico sem um tostão para contar a história, além de sofrer graves danos morais, patrimoniais e outros colaterais. Imensuráveis.

Porém, consegui apenas 10 mil dólares, que dariam para o arrendamento da casa por quatro meses.

Por razões pessoais, a senhoria ausenta-se do país, mas exigiu que o dinheiro em falta lhe fosse pago tão logo ela regressasse, até porque era a parte que correspondia ao pagamento dos jovens intermediários, com quem não queria problemas de espécie alguma.

Em face disto, desde então não tenho sossego. É cobrança e mais cobrança, o que me tem causado enormes prejuízos morais, pois sofro ofensas e até sinto a minha integridade física ameaçada, uma vez que, como não tenho podido pagar o que devo, por culpas de quem parece querer aproveitar-se dos esforços alheio, não sei o que pode acontecer em jeito de represálias.

Para falar verdade, sinto mesmo vergonha. Nunca pensei que algum dia ficaria na condição de má pagadora, eu que sempre fui credora.

O pior é que sempre que levo o assunto ao general responsável máximo pela empreitada para a reconstrução da minha casa, mais parece que entabulamos um diálogo de surdos. Além dos cinco mil dólares em falta da nova senhoria, há ainda as duas rendas em atraso da antiga por pagar, o que certamente lhe faz pensar que sou uma senhora sem princípios, o que nem de longe corresponde à verdade. Tudo isso por ter acreditado em pessoas que pareciam muito sérias ...

E eu, depois de já ter desembolsado das minhas próprias economias, não tenho mais onde tirar .

Para terminar, uma pergunta: até que ponto devem as partes envolvidas não serem solidárias?

## 6.35 A experiência habitacional

*Jornal de Angola*  
24 de julho de 2012

A experiência habitacional de Angola está a servir para resolver numerosos problemas de carência às populações. A construção de fogos habitacionais em Angola e a requalificação da Área Metropolitana de Luanda fazem parte de um amplo programa habitacional que decorre em todo o país e que dá resultados positivos todos os dias.

As casas erguidas em todo o país e as famílias que são realojadas representam uma pequena parte do grande esforço que faz o Executivo para que cada família angolana tenha um lar digno desse nome. Quatro anos depois do lançamento do repto para a construção de milhares de fogos em todo o país, podemos dizer que o balanço é muito positivo pelo

impacto que tem na vida das populações e no mercado imobiliário.

Há alguns anos, o sector imobiliário vivia uma fase menos boa na medida em que a especulação, a desordem e a falta de transparência faziam morada e ameaçavam os fundamentos da justiça social consagrados na Constituição da República.

Muitas coisas carecem de tempo para a sua concretização e uma delas tem a ver precisamente com os factos que testemunhámos no sector imobiliário. Estão a resultar todos os passos dados no sentido do país ter a sua própria estratégia de construção de casas de baixa, média e alta renda.

A forma como esse processo se reflecte na vida das populações e como é encarado por instituições internacionais anima-nos a todos, enquanto angolanos desejosos de que cada família tenha a sua própria casa.

Satisfaz-nos saber que a edificação de um milhão de casas, um repto lançado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, merece aplausos da agência especializada da ONU dedicada à promoção de cidades social e ambientalmente sustentáveis.

A nossa experiência é exemplar em todo o continente africano e na região austral, na medida em que os seus resultados servem para apresentar o país como um ponto de referência em matéria de habitação condigna para os seus habitantes.

É bom saber que o Estado adoptou a estratégia de construção de habitações na modalidade de 12 por cento pelo sector público, 11 por cento pelas parcerias público-privadas, oito por cento pelas cooperativas e as restantes, no âmbito do programa de auto construção dirigida.

Vale aqui referir o papel decisivo que as cooperativas e as iniciativas de autoconstrução dirigida têm na diminuição dos problemas de carência habitacional em Angola. São numerosas as famílias que viram o sonho da casa própria realizado através da sua inserção em cooperativas habitacionais.

A autoconstrução dirigida também contribuiu para que muitos angolanos conseguissem erguer, a seu gosto, uma casa condigna e serve como exemplo a muitos outros que tenham iniciativas semelhantes.

Todas estas políticas estão a ser bem-sucedidas em virtude da abertura criada pelo Estado ao descentralizar a estratégia de construção de casas em todo o país. E democrática a forma como as coisas no sector habitacional estão a processar-se, na

medida em que o Executivo abriu as portas a todos os actores que têm uma palavra a dizer no que concerne à construção de casas condignas.

As palavras de apreço da instituição da ONU ligada aos assentamentos humanos servem apenas para motivar os angolanos porque a aposta para proporcionar uma casa condigna há muito que foi feita.

O desafio do Executivo, na empreitada para que a aquisição de uma habitação seja possível a todas as famílias, torna nos próximos tempos o mercado imobiliário menos volátil.

Hoje é possível notar que o crescimento do parque habitacional em todo país tende a influenciar positivamente o equilíbrio e regulação dos preços de compra de arrendamento de casas. Um facto que anima qualquer um, radica no facto de que as populações angolanas optaram sempre pela Construção da sua própria habitação.

E preciso exaltar esta qualidade da população relacionada com a iniciativa de autoconstrução, um facto que ajuda o Estado a estimular e criar as condições para a sua efetivação. A gestão das reservas fundiárias, as condições de acesso aos terrenos previamente demarcados para a autoconstrução e a facilidade para a sua aquisição demonstram que Angola está bem em matéria de assentamentos das suas populações.

Não temos dúvidas de que a estratégia do Executivo para que cada família angolana disponha de um lar adequado, transforma-se diariamente em realidade prática e tangível. Estamos num processo acelerado de solução do problema da casa condigna, uma batalha que está a ser ganha a cada dia que passa.

O importante é saber que as reformas no sector habitacional, com a construção de casas de vários padrões, está a ter um impacto profundo no equilíbrio no mercado imobiliário. Com estas mudanças significativas, quem sai a ganhar é a população angolana, que acaba por ter várias ofertas e opção quando se trata de casa condigna para morar.

## 6.36 Habitação para Jovens e ex-militares

*Jornal de Angola*

*24 de julho de 2012*

O programa habitacional do Estado está a concluir, na província do Huambo, 150 casas sociais para jovens, antigos combatentes e viúvas dos ex-militares, anunciou ontem à Rádio Nacional de Angola o

coordenador do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza. As habitações sociais estão a ser erguidas nos municípios de Tchindjendje, Cuma e Caála. Francisco Fato garantiu, no final de uma visita de três dias aos municípios, que as obras decorrem a bom ritmo. "As obras já estão na fase final e quando estiverem concluídas são entregues aos Jovens, antigos combatentes e viúva.

Tivemos a oportunidade de visitas casas. Vimos que o grau de execução está na ordem dos 70 por cento". Francisco Fato visitou também as obras de construção de um Centro de saúde no Cuima, uma escola e a futura sede do Balcão Único Empreendedor (BUE).

### 6.37 Primeiras habitações são entregues em Setembro

*Jornal de Angola*  
25 de julho de 2012

As primeiras 50 casas sociais do Lucapa, de um total de 200, inseridas no Programa Nacional de Habitação, vão ser entregues no próximo mês de Setembro, garantiu ontem ao Jornal de Angola, o responsável pelas obras.

Jim Feng Li anunciou que das 50 casas do tipo T-3, previstas até Setembro próximo, já estão concluídas e ocupam um espaço de 1.300 metros quadrados, em conformidade com os actuais modelos urbanísticos, visando conferir maior dignidade aos habitantes .

O maior problema que a empreiteira enfrenta, segundo o responsável, está no transporte de materiais de construção de Luanda para o local das obras.

O novo bairro do município do Lucapa, província da Lunda-Norte, vai contar com serviços básicos, como o fornecimento de energia eléctrica e água. O projecto engloba jardins e recintos desportivos.

As obras do novo bairro empregam a 40 jovens do Lucapa que trabalham com 10 operários chineses.

O governador provincial da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, mostrou-se satisfeito com o nível de execução das obras, durante uma visita ao Lucapa.

"O novo bairro social que está ser erguido no município do Lucapa, no quadro da política nacional de habitação em curso no país, virem a contribuir para a resolução gradual dos problemas da habitação, sobre tudo das pessoas mais carenciadas I apoio das", enfatizou Ernesto Muangala.

O governador disse que as obras em curso era apenas o começo de um amplo programa definido, pelo executivo chefiado pelo Presidente José Eduardo dos Santos para dar a todos os angolanos, de Cabinda ao Cunene, uma vida digna. " o nosso povo merece", disse.

### 6.38 Habitação digna para a juventude no Kwanza-Sul

*Jornal de Angola*  
26 de Julho de 2012

O vice-ministro para a Juventude, Job Capapinha, manifestou, no Sumbe, a sua satisfação com a correcção que está a ser feita nas habitações do projecto de construção do bairro social da juventude.

Job Capapinha, que concluiu ontem uma visita de dois dias à província do Kwanza-Sul, constatou que as correcções em curso abrangem os projetos de instalação de água canalizada e luz eléctrica no bairro social da juventude.

O vice-ministro para a Juventude visitou igualmente as obras de construção de habitações sociais do programa "Angola Jovem".

No final da visita, Job Capapinha informou que as obras do programa "Angola Jovem" estão prontas, falta apenas a ligação de água e luz nas residências.

"O governo da província com- prometeu-se a resolver este problema, o que vai possibilitar aos beneficiários seleccionados receber as residências no próximo mês de Agosto", disse o vice-ministro Job Capapinha. . N a cidade do Sumbe está prevista a entrega de 68 casas sociais a jovens seleccionados em sorteio.

Os contemplados pagam as casas ao preço de quatro milhões de kwanzas, mediante depósito bancário mensal de 25 mil kwanzas durante 20 anos.

### 6.39 Primeiro lote de casas entregue em Agosto

*Jornal de Angola*  
26 de Julho de 2012

As primeiras 80 casas das 200 em construção na aldeia de Zenga, no município de Cacongo, 45 quilómetros a norte da cidade de Cabinda, vão ser entregues em Agosto, garantiu o encarregado da obra.

Daniel Francisco, da construtora Jofra-Engenharia, disse que o projecto se enquadra no âmbito do programa de construção de 200 casas "sociais em todos os municípios do país. Na província, as obras estão a ser levadas a cabo nos municípios de Cabinda, Cacongo, Buco Zau e Belize.

Para dar maior impulso aos trabalhos, com vista ao cumprimento dos prazos acordados, o Governo Provincial de Cabinda adjudicou o projecto a três empresas de construção civil: GR -Construções,

Costi e Costa e jofra-Engenharia.

Daniel Francisco afirmou que o 'trabalho decorre sem sobressaltos e, em Agosto, podem ser entregues as primeiras quatro dezenas de casas, embora se registem alguns constrangimentos ligados à insuficiência de tijolos.

A edificação das casas, que possuem 21,70 metros de comprimento e 7,30 de largura, está a ser assegurada por mais de 600 operários, entre pedreiros, carpinteiros, electricistas e pintores.

As empresas GR-Construções e a Costi e Costa, disse Daniel Francisco, vão entregar, até ao próximo mês, 20 casas cada, das 40 que estão sob sua responsabilidade.

## 6.40 Petrolíferas pagam "preço de ouro" pelo imobiliário

*Expansão*

*27 de Julho de 2012*

Enquanto se mantiver a fiscalidade actual sobre as multinacionais do crude, o que importa para as mesmas, mais que o preço, é resolver o problema da acomodação de pessoas, que em Angola pode ser uma verdadeira dor de cabeça, avançou ao Expansão o director da consultora internacional Abacus, Paulo Trindade.

"É um facto que estas petrolíferas na procura de imóveis, ao contrário do que acontecia há alguns anos, são mais selectivas, procurando respeitar as suas elementares regras de segurança com as instalações. Objectivamente, assumindo um crescimento económico do País, a tendência é para se manterem preços em linha com uma procura forte", vaticinou.

Por esta razão, segundo o gestor, imobiliário ainda é um sector de actividade em que valerá a pena continuar a investir, tendo em conta as perspectivas do mercado e a tendência de as empresas petrolíferas aumentarem os seus investimentos, o que vai atrair ao

País mais quadros estrangeiros, pois trata-se uma indústria com qualificações de quadros muito específicas.

Em qualquer mercado no mundo, em qualquer segmento imobiliário, residencial ou de escritórios, é o número de pessoas quem faz a necessidade de espaço imobiliário, e a actividade petrolífera, bastante específica, depende, e muito, de mão-de-obra qualificada, admitiu Trindade, quando justificava a tendência de estabilidade dos preços do imobiliário no curto prazo.

Segundo a Abacus, associada da Sevills, uma das melhores imobiliárias do mundo, enquanto as universidades angolanas não produzirem quadros em número satisfatório para o crescimento económico das empresas, vai-se recorrer sempre aos quadros externos, e estes necessitarão de espaços modernos para viver e trabalhar, que, por sua vez, continuarão caros.

"Se quisermos fazer uma análise científica de uma forma muito simples, se uma empresa crescer a 10% ao ano, significará que o número de colaboradores tenha de aumentar, logo implicará mais espaço físico para escritórios e habitação", segundo Trindade.

Renda do metro quadrado é cara

Face aos interesses económicos das multinacionais do crude direccionados para Angola e também para a Nigéria, que é o maior produtor de crude no continente, sem descurar a África do Sul, que é o motor da economia africana, haverá uma continuada pressão sobre os preços, segundo Trindade.

"Os activos imobiliários a produzir para colocação no mercado terão de ser devidamente pensados antes de executados", alerta o gestor tendo em conta a experiência que detém no ramo de consultoria. No entanto, Angola continua a ser o país de África onde o preço do imobiliário é considerado mais caro, principalmente na zona centro, onde as petrolíferas preferem arrendar escritórios. Comparativamente a outros mercados do continente africano, Trindade ressalta que a oferta e a procura é que fazem o preço, e "a Nigéria, país com problemas religiosos e socioeconómicos bastante complexos, tem igualmente constrangimentos imobiliários significativos".

Já a África do Sul, país estruturalmente mais equilibrado, tem uma capacidade de resposta e de adequação às solicitações como poucos países em Africa, segundo estudos analíticos da Abacus, e por isso é que os valores imobiliários são bastante menos significativos em termos de valores monetários.

A título de curiosidade, se a prime rent (renda de zona de referência) de escritórios de Luanda é de 200 USD, na Nigéria é de 75 USD e na África do Sul é de 20 USD", revelou Paulo Trindade.

## 6.41 A refundação de uma política habitacional

*Semanário Angolense*  
27 de Julho de 2012

O MPLA decidiu jogar na antecipação, bem à imagem de um partido matreiro, na expectativa de que a reiterada revisão imposta pela crise mundial amortença a mais do que previsível observação crítica dos seus adversários na caça ao voto que começa daqui a pouco mais de uma semana.

Olhando para a apresentação das linhas de força, que decorre em todas as províncias do país, depois do tiro de largada dado por Manuel Nunes Júnior, facilmente se percebe que a política habitacional para o quinquénio 2012/17 andarà a reboque do programa de há quatro anos, que previa a construção de um milhão de fogos habitacionais.

Até ao momento, por culpa da 'maldita' crise económica e financeira internacional, estão em construção (apenas) 350.091 fogos de diferentes tipologias, que alojarão uma população estimada em dois milhões, cem mil e quinhentos e quarenta habitantes. Agora, com a campanha eleitoral para o pleito de 31 de Agosto já à espreita, só se falado número de famílias e pessoas a alojar, num país com um pobre sistema de estatística, facto que pode complicar as contas na hora da averiguação. Em Benguela, há uma semana, o secretário do Bureau Político do MPLA e chefe do Grupo de Acompanhamento, Jú Martins, limitou-se a garantir que a juventude, a franja que 'será inserida na vida activa', vai receber lotes em terrenos devidamente infra - estruturados.

## 6.42 PR define regime de acesso às casas do Kilamba

*A Capital*  
28 de Julho 2012

A renda resolúvel é uma das formas de acesso para os cidadãos interessados em adquirir residências na idade do Kilamba, conforme estabelece um decreto presidencial publicado, no passado dia 7 de Junho, na primeira série do Diário da República.

O decreto aprova, além da compra e venda, o regime de renda resolúvel para o acesso aos imóveis destinados à habitação na cidade do Kilamba, cuja gestão estará à cargo do Fundo de Fomento Habitacional. Estão definidas, assim, a compra das moradias, a renda resolúvel e a modalidade de arrendamento urbano como as formas de acesso às residências da cidade do Kilamba.

O decreto presidencial não menciona, para já, os valores a serem cobrados pela renda resolúvel. Diz, no entanto, que ele será determinado "em conformidade com a fórmula aplicável ao regime geral de crédito previstos para a aquisição de habitação própria e permanente".

O mesmo documento prevê, para o valor de renda resolúvel, a existência de uma taxa de juros implícita que deverá ser fixada pelos departamentos ministeriais responsáveis pelas finanças e pela habitação. Sabendo-se, desde já, que os contratos de arrendamento deverão ser assinados por períodos não inferiores a seis meses, tão pouco superiores a 30 anos. Embora o decreto, rubricado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, não mencione os preços, este semanário apurou, junto de fontes ligadas ao processo, que eles andarão à volta dos 500 dólares mensais, para as residências do tipo T3, 600 dólares, para as T3+1 e 900 dólares para os apartamentos do tipo T5.

O decreto presidencial estabelece, também, as modalidades de acesso. Exige-se, por exemplo, a cidadania angolana, ter residência fixa no país, ser maior de 18 anos e, também, não possuir residência própria, nem estar inscrito em nenhum programa habitacional do Estado, incluindo cooperativas com o apoio a fundos públicos. Segundo o decreto presidencial, as prestações vencem no último dia do mês a que respeitam, sem prejuízo do pagamento poder ser feito até ao oitavo dia. Se assim não for, o beneficiário pagará, ao Estado, uma indemnização correspondente ao dobro da renda por cada mês em falta.

Se estabelece, ainda, que os encargos com a conservação do imóvel e os inerentes à gestão do condomínio ficam a cargo do arrendatário que não pode alienar, por qualquer título, o imóvel, enquanto este continuar sujeito ao ónus do regime de renda resolúvel.

## 6.43 Fomento á habitação

*Jornal de Angola*  
30 de Julho de 2012

As acções de construção e reabilitação de Infra-estruturas, no quadro dos programas de Fomento Habitacional e de Combate à Pobreza, em curso no município de Chipindo, estão a Incentivar os funcionários públicos afixarem residência.

Ao contrário dos outros anos, em que os funcionários evitavam trabalhar na municipalidade por falta de condições de acomodação, hoje o cenário é mais convidativo, como explicou a jovem Analtina Cutassi, de 20 anos, quadro da administração municipal há quatro.

A jovem escriturário, natural do " Huambo, esclareceu que, em 2008, quando foi admitida em concurso publicou, o município vivia uma monotonia que afugentava qualquer técnico, pois não havia estruturas para albergar os funcionários públicos. Fruto dessa situação, os quadros abandonavam o município em direcção outras localidades da província da Huíla.

Antes, a nível da sede municipal, as únicas estruturas que existiam eram a administração e a residência do administrador. Energia eléctrica, escolas, unidades sanitárias eram coisas do imaginário. "Nada disso aqui existia, nem tínhamos um horizonte de quando esses problemas iam ser resolvidos", recorda.

Ao mesmo tempo, recordou Analtina, centenas de crianças estavam sem estudar, enquanto outras poucas frequentam aulas em espaços improvisados e ao ar livre.

Atualmente, constatou o Jornal de Angola, as coisas mudaram de forma significativa. Os serviços de saúde e escolas, que funcionavam em locais improvisados, já contam com instalações próprias, propiciando um melhor atendimento dos habitantes.

Cecília Mulangui, de 28 anos, é professora do ensino secundário do primeiro ciclo na sede municipal de Chipindo, há cerca de cinco anos. Segundo ela, as obras de construção e reconstrução naquela parcela da província da Huíla estão a dar outra dinâmica à vida dos municípes, o que não se registava há quatro anos.

"Hoje, o município cativa qualquer cidadão que queira ingressar na função pública, pois alterou-se a situação em que a localidade estava isolada de quase tudo, e até as casas e bairros eram muito distantes uns dos outros", lembrou.

### A importância das estradas

os outros ano ,salienta a professora, para se atingir a sede de Chipindo, partindo da província do Huambo, os habitantes corriam muito riscos ao atravessar o rio Cunene de canoa. Hoje, o quadro mudou, com a reposição da ponte, no troço que liga os municípios da Caála, na província do Huambo, ao Chipindo, o que fez renascer as esperanças das populações locais.

Cecília Mulangui referiu que esta ponte, além de permitir fluidez na circulação, também está a contribuir para que muitos quadros tenham a possibilidade de frequentar o ensino superior nas universidades da província do Huambo, sem dificuldades. O professor Mariano Calunga salienta que a construção de mais escolas está a permitir reduzir, em grande medida, o número de crianças fora do sistema de ensino, principalmente nas comunas do Bunjei e Bambi e nas localidades de Ndovala e Mbuloteque.

Apesar dos avanços, os funcionários estão preocupados com a falta de uma agência bancária, o que faz com que muitos técnicos, na altura do pagamento dos salários, continuem a fazer levantamentos dos ordenados noutras paragens.

### O sonho da casa própria

O Programa de Fomento Habitacional também está a contribuir para que muitos habitantes comecem a sonhar com a possibilidade de ter casa própria.

N o dia 23 de Março, a localidade lançou a abertura do concurso público para a construção de 40 casas, em benefício dos jovens locais.

"Isso faz com que as pessoas fiquem aqui a trabalhar, tanto na sede municipal, como nas outras localidades", assegura.

Quando chegou ao Chipindo, recorda o professor, era obrigado a arrendar casas, algumas sem condições. Mas, com este programa de construção de residências, as coisas vão mudar, uma vez que muitos quadros vão passar a dispor dessas casas.

O Programa de Fomento Habitacional permitiu erguer, até ao princípio deste ano, 12 residências do tipo T3, para acolher os técnicos da Educação, Saúde, Agricultura, Energia e Agua, Polícia Nacional, entre outros.

### Outras acções

No âmbito do Programa de Combate à Pobreza, foram construídos dois postos de saúde, nas

localidades de Ndovala e Mbuloteque e nas comunas de Bambim e Bunjei.

O município conta ainda com um centro comunitário infantil, com capacidade para albergar mais de 100 crianças na sede municipal.

O administrador municipal, Daniel Salupassa, garantiu que vão haver ainda muitas mudanças a nível das acções de construção de novas infra-estruturas, para melhorar cada vez mais a vida das populações.

As 200 casas a serem erguidas, no quadro do programa de construção para todos os municípios do país, vão dar igualmente outra dignidade aos municípios do Chipindo, que iniciou a erguer as primeiras 40 residências.

Para materializar a empreitada de construção das primeiras 40 moradias de tipo T3, no Chipindo, o Executivo está a empregar mais de 200 milhões de kwanzas.

As obras deram emprego directo a mais de 40 jovens da municipalidade, como referiu o encarregado de obras, Hélder Soares, que explicou que para que facilitar os trabalhos, a empresa encarregue pela construção deslocou para lá uma máquina, com capacidade para fabricar nove blocos por minuto.

As primeiras 20 casas são entregues em Agosto e as outras 20 vão ser concluídas em Outubro, garantiu o encarregado.

#### 6.44 Primeiras casas evolutivas são concluídas

*Jornal de Angola*

*31 de Julho de 2012*

As 50 casas evolutivas do município da Catumbela, província de Benguela, estão prontas em 10 de Agosto e podem ser inauguradas entre os dias 15 e 24 do mesmo mês, disse um dos responsáveis da empresa construtora.

As casas situam-se na comuna da Gama, onde estão também a ser construídos escolas, postos de Polícia e habitações para entidades administrativas.

A residências em construção vão mudar a imagem do município, de Catumbela disse a administradora, Alice Pascoal que mostra-se optimista quanto ao desenvolvimento da localidade.

"O governo está empenhado na busca de soluções para melhorar a vida das populações, mas para isso é

necessário o apoio de todos para que os projectos sejam concretizados com êxitos", sustentou.

Catumbela, antiga comuna do Lobito, elevada à categoria de município em Outubro do ano passado por decreto-lei nº32/10, tem mais de 224 mil habitantes.

O município de Catumbela é constituído pelas comunas de Gama, Biópio, Praia-Bebé. Alice Pascoal é a ministradora municipal e Luís Gonzaga, o adjunto.

## 7. TERRA

### 7.1 Espaços reservados para lazer são vendidos e as administrações municipais olham para o lado

*O Independente*

*07 de Julho de 2012*

Tudo tem acontecido devido a ambição daqueles que são designados a chefiar tais projectos, e logo de imediato passam a tirar proveito da situação com finalidades meramente pessoais, violando de forma grosseira os princípios mais elementares da gestão da coisa pública. Trata-se no entanto de um grupo de dirigentes entre fiscais e administradores Municipais que privatizam qualquer espaço de lazer, nos bairros Onjoyeto, Nandó e Sapú, para cons-truírem empreendimentos vários para posterior aluguer ou venda, deixando as ruas em becos e sem possibilidade das pessoas e bens circularem livremente.

Um dos exemplos mais recentes, foi o comportamento condenável no bairro da Sapú, que faz fronteira com o bairro Nandó, onde o presidente da comissão de moradores, Matias Bianda tomado pela ganância de se enriquecer, cedeu o campo de futebol a uma empresa pertencente à cervejeira Cuca, ao que apuramos, por um período de 3 meses. A referida empresa já começou a fazer a promoção do seu produto (Castel Mini).

Segundo a fonte, o referido campo localizado no Bairro Nandó, vinha sendo cobiçado desde a muito e numa visita feita por Rosa Pacavira, secretária da Presidência da República para questões Sociais, esta orientara para que não se mexesse no mesmo, por se tratar de uma zona de lazer para os jovens daquela zona. Mas ao que tudo indica, outros interesses terão falado mais alto, mais alto até que a obrigação de cumprir com uma recomendação de um membro do gabinete presidencial.

A fonte, conta ainda que Matias Bianda, um dos protagonistas que quer tudo para si, vive sob protecção das administrações dos municípios de Viana e de Belas, bem como da fiscalização com quem tem o cuidado de partilhar os seus apetites comerciais, de que resulta a transformação de bairros em becos. É ponto assente que atitudes como essa de Matias Bianda, e nisso também contam os empresários, têm contribuído para que ruas se transformem em becos e bairros que, em condições normais, seriam sábios e habitáveis.

No bairro da Sapú o ambiente é de tensão. O negócio ilegal que transformou um espaço de lazer e de divertimento para os jovens da zona provocou fricções entre os moradores que não sabem onde recorrer no sentido de reporem a ordem e a tranquilidade que outrora se assistia no bairro. " Como é que depois os miúdos não se tornam bandidos? Tinham um campo que eles usavam para jogar futebol e agora alguém achou que em vez do desporto os jovens devem dedicar-se a bebedeira. Ora essa!" ,reclamou uma moradora bastante irritada.

Ao que apuramos de boa fonte, é tal a anarquia por aquelas paragens que parece estar a imperar a 'lei do mais forte'. Informações recolhidas pela nossa reportagem dão conta que a esposa do actual secretário de Estado para as Obras Públicas ocupou, à revelia, um espaço onde deveria acolher projectos sociais, como creche comunitária e um posto médico para a população daquela redondeza. O mais velho Mbaxi de 70 anos de idade, que esteve presente a quando da inauguração do projecto, pelo Presidente da República, seis anos atrás, lembra que foi um «dia lindo» e não esquece que havia dito em hasta pública quando foi feita a apresentação da casa modelo. «Estes homens andam a enganar o camarada Presiente. Na altura, o projecto não tinha água nem luz mas fizeram-no crer que o mesmo tinha 'pernas para andar' sem qualquer constrangimento. Só foi ele dar costas para que tudo voltasse à estaca zero».

O mais-velho Mbaxi alertou que estes projectos «têm mais comissões de moradores do que moradores». Para o ancião, a constituição de comissões de moradores tornou-se um negócio «muito lucrativo», já que as mesmas entendem ter competência para vender ou arrendar espaços livres que estavam reservados para o lazer da juventude.

#### Horário estranho

As obras neste bairro maioritariamente são construídas das 17 horas às 05h00 da manhã, aproveitando-se da ausência dos moradores que por esta altura encontram-se a descansar.

Em alguns casos, para concretizarem os seus intentos, até as bandeiras do MPLA colocadas nos CAPs, não são poupadas. Os amigos do alheio não dormem, e assim que cai a noite põem mãos à obra, para surpresa dos vizinhos no dia seguinte. «Filho não compreendo como é que o governo provincial põe as placas para proibir, mas depois alguém arranca e cons-trói, sob o olhar silencioso da fiscalização».



## 7.2 Uma cidade de prata

*Nova Gazeta*

12 de Julho de 2012

Quem circula nas zonas da estrada Cacucaco/Viana, nos bairros Sequel, Monte Belo, Anda, 'Deolinda Rodrigues', '4 de Fevereiro', Quilómetro 30 e Bitá Tanque, é surpreendido pelo brilho das chapas, que aumenta com os raios solares, criando uma imagem de um imenso "mar de prata". A zona já esteve toda coberta por hortas de milho, batata doce e couve, mas começou a ser ocupada em 2008, dando lugar à construção de casas. E nunca mais parou.

António Adão é um desses residentes, que assume ter ocupado o terreno "há três anos". Vivia no Benfica, mas cansou-se de pagar o aluguer e viu em Cacucaco a oportunidade de conseguir uma casa própria. "Como a proprietária fazia subir sempre a mensalidade, quando ouvi que aqui estavam a ocupar terrenos, também vim. Fiz um 'bate chapa' onde vivo com a minha família".

Com uma história semelhante, Damião Pedro também reside na zona há três anos. Deixou o bairro do Paraíso numa casa arrendada, onde "gastava muito dinheiro com a renda". Quando chegou, encontrou "muito capim e lavras de senhoras".

Viliana Manuel é uma das mais recentes moradoras. Vive aqui há apenas sete meses, mas reconhece que se sentiu "obrigada" porque "não tinha outro lugar". Fez uma casa de chapa com um quarto e uma sala.

**VIGILÂNCIA APERTADA** A administradora de Cacucaco, Rosa João Janota, garante que a instituição que dirige tenta impedir as invasões. Foi criada uma comissão multidisciplinar, composta por polícias, fiscais e polícia militar. 'Alguns ocupantes apareceram fardados com uniforme do exército', conta a administradora que avisa: "esta comissão está autorizada a prender os ocupantes".

Nos planos para travar as ocupações, a administração criou grupos de moradores que fazem o controlo das reservas e são "os olhos e ouvidos da administração". O plano de urbanização não está ser implementado por que os terrenos estão a ser ocupados, mas a administradora assegura que está "preocupada, não com as casas que estão a ser erguidas, mas, a forma desordenada como elas estão a ser erguidas. Temos de limitar, para urbanizar".

Não há dados específicos sobre o número de habitantes, mas, pela dimensão do espaço, calcula-se que sejam milhares de pessoas a habitar uma zona árida, apenas com muito pó, areia e lama.

## 7.3 Administrador da Samba autoriza construção anárquica no Kifica

*Semanário Angolense*

21 de Julho de 2012

O administrador da Samba, Adão António Malungo, autorizou em 14 de Dezembro de 2011, a construção de uma obra anárquica numa das principais ruas do Kifica, na comuna do Benfica.

O espaço está situado defronte das futuras instalações da subestação da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL), num dos cruzamentos mais movimentados daquela zona.

Entre os moradores do bairro localizado a sul de Luanda cresce o receio de que a obra, além de atentar contra a harmonia urbanística da zona, poderá, no futuro, causar acidentes rodoviários, por dificultar a visibilidade dos transeuntes.

Documentos em posse do *Semanário Angolense*, nomeadamente uma Declaração de Titularidade, croquis de localização e Recibo de Depósito atestam que o administrador da Samba deu luz verde no ano passado para a construção de uma residência a favor de Francisco António dos Santos Sequeira, um oficial da Polícia Nacional.

O beneficiário chegou inclusive a pagar em 25 de Janeiro deste ano a quantia de cem mil Kwanzas pela Declaração de Titularidade, como refere o Recibo de Depósito emitido pela Administração da Samba.

Embora tenha autorizado a execução dessa obra, Adão Malungo terá, paradoxalmente, ordenado em duas ocasiões que a mesma fosse demolida.

Este jornal apurou que a Declaração de Titularidade é um documento verdadeiro, assinado pelo punho do próprio administrador da Samba, Adão António Malungo, o que afasta a ideia do mesmo ter sido forjado ou viciado.

A autenticidade do referido documento foi, aliás, confirmada por um outro funcionário da mesma entidade, quando confrontado com o assunto esta semana pelo *Semanário Angolense*.

A fonte do SA, que pediu o anonimato, por razões óbvias, mostrou-se surpresa com o documento em questão, por segundo ela, ser «inapropriado» para aquela zona. «Este tipo de documento tem sido única e exclusivamente emitido para os municípios que construíram as suas residências fora dos planos urbanísticos elaborados pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), o que não é o caso do Kifica, onde os moradores são detentores de Contratos Promessa.

Acredito que esse documento foi emitido com o objectivo de legitimar uma ilegalidade, algo que terá sido feito a troco de dinheiro» adicionou.

Verdade ou mentira, o facto é que a nova Administração Municipal de Belas, que agora tem sob sua jurisdição a área do Kifika, encontra-se amarrada, sem legitimidade para demolir a referida obra, já que a mesma, em socorro da verdade, está legal.

«Todas as tentativas que fizemos para demolir esta obra ilegal não surtiram efeito, porque o proprietário do terreno, o Sr. Francisco António dos Santos Sequeira, foi autorizado a construir legalmente naquele espaço», revelou um funcionário sénior ligado à Administração de Belas, que falou sob anonimato.

O Semanário tentou ouvir a versão do administrador Adão Malungo, mas não teve sucesso, visto que ele não atendeu às chamadas que foram feitas para o seu aparelho celular.

#### 7.4 Governo provincial alerta as populações para burlões que vendem lotes de terreno

*Jornal de Angola*  
26 de Julho de 2012

O Governo Provincial de Luanda alertou, em comunicado, para existência de um grupo de indivíduos, nacionais e estrangeiros, que se dedica a vender terrenos nas reservas fundiárias de Viana, Cacuaco e Belas.

O grupo já identificado pelas autoridades, refere anota, actuava principalmente na Nova Centralidade, no município de Belas, na Zona Económica Especial, na Caop e Kapari, Viana.

O comunicado salienta que, face à gravidade da situação, as autoridades desenvolveram mecanismos para desencorajar o grupo de prosseguir a burla.

Anota sublinha que as irregularidades e actos delituosos cometidos pelo grupo são de "tamanho gravidade" que vão ser adaptadas "medidas duras" para impedir a repetição de burlas idênticas.

O documento alerta os municípios para a importância de se manterem vigilantes em relação a supostos vendedores de terrenos devidamente demarcados em reservas fundiárias da província de Luanda.

A nota apela à denúncia, junto dos serviços de fiscalização administrações municipais e da Polícia Nacional, de presumíveis infratores. O comunicado

revela que decorre um conjunto de medidas resultantes da execução de programas, entre os quais os de requalificação urbana e de preparação e entrega de espaços para a autoconstrução dirigida. As reservas fundiárias em Luanda estão localizadas em Belas, Viana, Quissama, Cacuaco e Icolo e Benzo.

#### 7.5 Isaac Dos Anjos

*Semanário Angolense*  
28 de Julho de 2012

Depois de ter protagonizado actos de destruição em massa de casas na Tchavola, forçando os antigos moradores a viver em novas áreas inóspitas, sem as mínimas condições de habitabilidade, o governador da Huíla, imbuído de um estranho sentimento de impunidade, um claro desafio a uma sentença ditada pelos tribunais, ameaçou destruir uma estrutura hoteleira, num espaço de tempo de 90 dias. Dando a sensação de alguém que tem o rei na barriga ou se julga um deus menor na terra, o truculento governante da Huíla pretenderá com o gesto de mostrar que ele até está acima dos tribunais, ao ponto de fazer o que lhe dá na sua real gana.

#### 7.6 Duas mil famílias queixam-se de fome, água e luz

*Angolense*  
29 de Julho de 2012

À chegada da nossa equipa de reportagem ao bairro do Zango, os moradores ficaram apreensivos, pensando que fazíamos parte do Ministério da Reinserção Social (MINARS), mas depois de nos apresentarmos, notou-se grande satisfação por parte da população, que diz estar cansada de promessas. Rostos tristes, águas paradas em quase todos os cantos, cheiro nauseabundo, casas feitas de chapas de zinco é o cenário visível no Zango.

Do outro lado da estrada, encontramos uma esquadra da Polícia e um posto de emissão de bilhetes de identidade. Os moradores, maioritariamente jovens, vivem do comércio e de biscates.

"Nós temos muitas dificuldades, a falta de água, luz, nunca recebemos visita dos nossos dirigentes, estamos no esquecimento, contou Maria, 33 anos". Maria acrescentou que, na época de frio, respira-se de alívio, mas na de calor não se consegue ficar dentro de casa, por causa do aquecimento, as crianças são as principais vítimas.

A anciã Domingas de Jesus, disse haver naquela circunscrição da cidade capital fome, falta de água e

de energia eléctrica. Sentada numa cadeira de plástico, lembrou do tempo de peixeira na Ilha de Luanda. "Desde que viemos no Zango, falta quase tudo, somos vítimas de várias doenças como: paludismo, sarna, dor de dente, dor de ouvido, hipertensão, em grande parte por falta de saneamento básico"

Maria vendia peixe na Ilha, mas neste momento não faz nada e diz depender da solidariedade. Para Joana da Conceição, a única coisa boa que encontraram no Zango foi a escola para as crianças estudarem. "Não temos hospital no Zango, em caso de doença temos que ir ao Zango 11, que muitas vezes antes de sermos atendidos, somos perguntados de onde viemos, se dizer que viemos do Zango I, não somos atendidos, no Cemitério Municipal de Viana também é a mesma coisa", denunciou.

A delinquência também faz morada no bairro do Zango I, os marginais, segundo os moradores, roubam a luz do dia e também queimam as casas, não poupam ninguém. Arrombam casas, assaltam os populares e a polícia não diz nada.

As crianças, segundo contam os moradores, são as mais prejudicadas porque não têm espaço de lazer, muitas delas passam o tempo a jogar a bola, e a "deambularem" de um sítio para o outro. A comunidade do Zango vive a base de geradores.

De acordo com um dos coordenadores do bairro Zango que pediu anonimato por temer represália, informou que estão no Zango mais de duas mil famílias desde Abril de 2009 e ninguém diz nada. Entretanto, o coordenador pediu ainda as entidades superiores que respeitem as comissões de moradores, que nas próximas retiradas sejam avisadas.

## 7.7 Jejum e oração pelas vítimas de demolições

*Angolense*

*29 de Julho de 2012*

Quem não se lembra do passado, está condenado a repeti-lo, dizia George Santayana.

Meus concidadãos, amigos e companheiros de caminhada na conquista pacífica da cidadania Associação Construindo Comunidades - ACC, a Associação Justiça, Paz e Democracia, a OMUNGA, a Associação Mãos Livres e a SOS Habitat, a pedido das comunidades, vão levar avante uma Jornada de Jejum e Oração, dia 30 de Junho de 2012, a partir das 13H00, na cidade do Lubango, contra as demolições, para recordarmos e honrarmos todas as vítimas, sobretudo os falecidos, e

outros que sofreram das agruras de uma decisão injusta que é sabido, ser de sua agenda pessoal e pressionar o Governo para indemnizar, em consonância com a lei.

Pedimos a todos, nesse dia, que as 13 horas, parem durante um minuto, no mínimo, para pensar nas seguintes vítimas:

1. Eduardo Muakandala, 42 anos 'de idade, morreu aos 7 de Julho de 2010, vítima de trombose;
2. Gabriel, 24 anos, suicidou-se aos 30 de Agosto de 2010, tendo bebido eletrólito, vulgo água da bateria;
3. Rosalina, 37 anos de idade, morreu aos 8 de Agosto de 2010, vítima de derrame cerebral;
4. Namulena Undongo, 80 anos de idade, vítima de ataque cardíaco;
5. Francisco Tchiputo, 31 anos de idade, suicidou-se incendiando-se em casa, aos 20 de Setembro de 2010;
6. João, 60 anos, morreu aos 12 de Dezembro de 2010, vítima de ataque cardíaco, sem comida e sem nada para sobreviver;
7. Natália Mutango, 75 anos de idade, morreu em Dezembro de 2010, vítima de ataque cardíaco, depois de meses de desespero;
8. Antónia Tchimuma, 70 anos, morreu aos 3 de Janeiro de 2011, vítima de trombose;
9. Maria da Conceição, 80 anos de idade, morreu aos 16 de Dezembro de 2010, vítima de ataque cardíaco;
10. Mateus Horácio, 50 anos, morreu aos 24 de Agosto de 2011, vítima de ataque cardíaco;
11. Guilherme, 50 anos de idade, morreu em Outubro de 2011, vítima de ataque cardíaco;
12. Joaquina Catumbo, 41 anos de idade, morreu aos 25 de Dezembro de 2010;
13. Luís M. Tavares, 50 anos de idade, morreu aos 3 de Fevereiro de 2012, vítima de doença;
14. Dala, 38 anos, morreu em Março de 2012, e que antes de morrer, bebia sem limites;
15. Antório Tchivanga Tchiyo, 16 anos de idade, enforcou-se aos 20 de Março de 2012;
17. Maria Amélia Nangombe, 89 anos, morreu aos 6 de Junho de 2012, vítima de ataque cardíaco;

18. Luzia careca, 39 anos, morreu aos 22 de Dezembro de 2011, vítima de ataque cardíaco;
19. Paulina Tchitula, faleceu sua criança de 2 anos de idade aos 15 de Abril de 2010, fruto de mal nutrição;
20. Dona Tchimuma, faleceu sua criança de 3 anos de idade, aos 16 de Junho de 2010, fruto de mal nutrição;
21. Pedro Dala, faleceu uma criança sua aos 18 de Agosto de 2010, fruto de malnutrição;
22. Hilária Abel, teve um nado morto aos 22 de Abril de 2010,
23. Manuel Vilacata, sua esposa teve um nado-morto aos 18 de Novembro de 2010;
24. Alexandrina Maria, teve um nado-morto aos 29 de Novembro de 2010;
25. Isa Kakuhu, teve um nado-morto aos 24 de Abril de 2010;
26. Emília Silimuila, teve um nado-morto aos 4 de Abril de 2010.

Primeiro, não queremos acusar ninguém das mortes aqui retratadas, mas a experiência cumulativa internacional é a de que depois de demolições cruéis como as de 2010 e subsequentes, e tendo em conta que as pessoas foram arrancadas à força de suas habitações, como se fossem cabras, passe a expressão, tal poderia propiciar ambiente favorável às mortes e outras sequelas. Em segundo lugar, nem todas as listas de pessoas que morreram logo à seguir às demolições de 2010, chegaram às nossas mãos. Talo significa que deve ter havido mais mortes. Por isso, e para que nunca mais tal se repita, por favor, esteja connosco nesse dia 30 de Junho de 2012, a partir das 13 Horas. Faça connosco um minuto de silêncio.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Milhões de pessoas no meio rural foram contempladas pelo projecto

*Jornal de Angola*  
01 de Julho de 2012

O técnico falava na cidade do Lubango sobre o tema "Perspectivas de Melhorias do Abastecimento de Água para o Consumo Humano", durante a realização do Conselho Consultivo do ministério da Energia e Água.

O director Nacional de Abastecimento de água e Saneamento explicou que até ao ano de 2009, menos de dois milhões de angolanos tinham acesso a uma fonte segura de água no meio rural.

Hoje, assegurou, há um salto qualitativo em termos de acesso à água no meio rural "e estamos no caminho certo para cumprirmos as metas, não obstante alguns atrasos".

Fruto das acções do Executivo na execução de vários programas no sector das águas, hoje, os níveis de cobertura atingiram já 50 por cento no meio rural.

Com excepção das cidades do Luena, Menongue e Mbanza Congo, onde os níveis ainda não são os desejados, as outras cidades registam melhorias significativas no abastecimento de água potável. "Mas queremos ainda mais. Por exemplo, aqui na Huíla, estamos a trabalhar para triplicar as capacidades de reserva de água na cidade do Lubango".

O director Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento assegurou que é objectivo do Executivo atingir até 2014, 7, 5 milhões de pessoas com acesso a uma fonte segura de água no meio rural. Em todas as províncias, a par da execução de milhares de projectos, estão ainda em curso 525 projectos de pontos de água. Com a sua conclusão até 2013, o nível de cobertura é ainda melhor. A meta traçada pelo Executivo é que Angola possa figurar no grupo de países que atingiram as Metas de Desenvolvimento do Milénio, em 2015.

Rede nacional

Paralelamente ao abastecimento de água, o Executivo está a implantar a rede nacional de laboratórios de supervisão e controlo da qualidade de água de consumo humano. "O Executivo está a conjugar acções que têm como finalidade a qualidade de vida das populações e a coesão social", referiu.

A cidade do Namíbe tem um projecto de captação, tratamento e abastecimento de água que foi já aprovado pelo Conselho de Ministros. São obras de grande envergadura que vão garantir a todas as comunidades da província, nos próximos 36 meses, ter resolvido o problema do abastecimento de água.

A província do Namibe vive grandes problemas no sector das águas, devido às suas características desérticas e ao aumento da população nas zonas urbanas, sobretudo na capital provincial.

Sucesso em Benguela

Lucrécio Costa referiu que hoje praticamente 85 por cento das zonas urbanizadas da cidade de Benguela estão cobertas com rede de distribuição de água domiciliar: "é um grande sucesso do Executivo", disse. O novo sistema de abastecimento de água à cidade de Saurimo foi inaugurado há dois anos o que faz com que registe melhorias na capacidade de produção diária.

Lucrécio Costa defendeu que é necessário melhorar a organização e sobretudo a cobrança dos consumos, para a recuperação dos custos, porque os sistemas têm de ser minimamente sustentados e isso só é possível com manutenção permanente, o que fica muito dispendioso. Por isso, os consumidores têm de pagar as facturas da água, para em contrapartida terem um abastecimento permanente e com qualidade.

### 8.2 Atraso de obras em Cafungo inquieta Governo

*Jornal de Angola*  
2 de Julho de 2012

O governador provincial de Cabinda, Mawete João Baptista, manifestou a sua preocupação com a lentidão que se verifica nas obras de construção do aterro sanitário, em Cafungo, a sul da província de Cabinda.

João Mawete Baptista, que falava durante uma visita às obras, pediu ao empreiteiro maior celeridade, para evitar a acumulação de lixo nos bairros periféricos da cidade. O governador salientou que as autoridades pretendem "que as pessoas respirem um ar puro, por isso, o aterro sanitário é fundamental na Higiene da cidade".

O aterro sanitário, que vai permitir manter limpa a cidade e os bairros periféricos, é o primeiro a ser construído na província de Cabinda. Para concretizar a construção da primeira fase do aterro, o Governo Provincial de Cabinda investiu 300 milhões de kwanzas.

O aterro é constituído por quatro depósitos para concentração do lixo, com uma com capacidade, nesta fase, de 2.444 metros cúbicos de detritos, durante dois anos, período em que se prevê o início da segunda fase do projecto.

### 8.3 Epal efetua ligações domiciliares de água potável

*Jornal de Economia & Finanças*  
3 de Julho de 2012

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) efetuou a ligação de água potável em 66 residências no município de Luanda, distrito da Maianga, na rua do Laboratório de Engenharia de Angola, na passada na quarta-feira (27).

O acto enquadra-se numa parceria entre a EPAL e a Liga aos Intelectuais, Naturais e Amigos do Prenda (LINAP) no âmbito da resolução dos principais problemas da população, concernente ao abastecimento de água potável, energia eléctrica e saneamento básico.

Além disso, a referida acção que está a ser efetuada de forma faseada contempla a colocação de material moderno o que vai permitir maior durabilidade e consequentemente evitar possíveis inundações nas ruas.

#### Satisfação

Os moradores contactados pela nossa reportagem afirmaram que a tubagem remonta desde a antiguidade e só aguardava a reposição de águas nas residências.

A moradora Esperança Diogo, de 87 anos de idade, disse estar satisfeita com a nova rede de canalização, Porque as pessoas vão ter mais cuidado com a quantidade de água a gastar e evitar que ela transborde desnecessariamente.

João Alberto, também morador do bairro Prenda, disse ser urna mais-valia porque era muito cansativo ter que transportar a água de um lugar para outro".

#### Cobertura

De acordo com o presidente daquela agremiação, Salvador Abel Faztudo, a intenção é atingir a ligação de água potável em 356 residências naquela localidade.

A Epal inaugurou recentemente um novo centro de distribuição de água, potável, localizado no bairro dos Mulenvos, no município de Viana. O centro vai

abastecer água aos municípios de Viana, Cazenga e Cacuaco.

Dados da instituição apontam que estes dados se enquadram no âmbito do processo de melhorias do abastecimento de água potável a nível da capital. Em Luanda existem os centros de distribuição de água do Cazenga, Marçal, Kikuxi, Maianga, golfe e Benfica.

### 8.4 Água canalizada chega às zonas rurais

*Jornal de Angola*  
4 de Julho de 2012

Domingas Saldanha, 66 anos, voltou a beber água potável três anos depois de o ter feito pela última vez, quando a Estação de Captação e Tratamento de Água da comuna da Barra do Dande, no Bengo, se degradou.

Com o retomo do funcionamento da estação de tratamento, mais de 11 mil habitantes das zonas rurais

de Cabele, Dembos, Mafulo e da sede da comuna da Barra do Dande beneficiam de água potável.

Domingas Saldanha fez questão de assistir à inauguração da estação, que lhe permite voltar a ter água potável e a não a obrigar a acarretá-la do rio, longe de casa.

"Utilizávamos a água do rio até para beber e só não apanhamos doenças porque o organismo ficou habituado", recorda.

Georgina Romão, 48 anos, já não ia ao rio, como fez durante anos a fio, mas iam os filhos e netos e por isso também está satisfeita.

"Era muito cansativo. Felizmente, o sofrimento acabou, vivo próximo do chafariz", referiu.

Carla António, 20 anos, e Nazaré Gonçalves, 29, também tinham de percorrer o calvário e por isso estão

Contentes por saberem que água potável corre diariamente no chafariz próximo de onde moram.

"Agora até já lavamos a roupa em casa. Antes tinha de ser no rio porque era muito cansativo acarretar água", frisou.

Também utilizavam a água do rio para beber, mas colocavam pedra-pomes como filtro no recipiente que a continha, o que até há dias era a prática comum na zona.

Agora, os habitantes dos musseques Cabele, Dembos e do Mafulo e da sede da comuna da Barra do Dande já têm acesso a água potável a partir dos chafarizes reabilitados recentemente pela administração local.

A reconstrução da estação de tratamento de água, constituída por uma área de captação, armazenamento, tratamento e distribuição, está orçada em dez milhões de kwanzas, incluindo a compra do gerador de 165 KVA e das bombas. Os técnicos da Administração Municipal passam a velar pelo funcionamento da estação, que posteriormente permite também o abastecimento de água potável aos habitantes do musseque Catanga, disse ao Jornal de Angola, o especialista Adelino Fernandes. "Neste momento, ainda não é possível por falta de uma conduta, mas em breve a tubagem começa a ser montada", garantiu.

Os habitantes dos musseques Catumbo, Libongo e de Trindade ainda não é desta vez que dispõem de água potável. Para terem a mesma sorte de Domingas Saldanha é preciso construir outra estação de Captação e tratamento na comuna da Barra do Dande.

#### Apoio à escola

Os alunos da escola primária do musseque Cabele passam também ter acesso a água potável. Os técnicos da Angoflex, que reconstruíram a Estação de tratamento, estão a fazer uma canalização que permite que ela jorre nas torneiras do estabelecimento de ensino, ampliado e reestruturado, em Agosto, pela mesma empresa, em parceria com as petrolíferas BP e TOTAL. Desde que a escola beneficiou de obras, os alunos bebem água filtrada em bebedouros doados pela empresa Angoflex.

Para outros fins utilizam a água do reservatório geral, proveniente do chafariz, existente ao lado.

Quando a água ainda não chegava ao chafariz, por inoperacionalidade da estação de tratamento, o abastecimento era feito por camiões cisternas contratados também pela empresa.

A Angoflex assume igualmente as despesas com a manutenção da escola, segurança, limpeza e o abastecimento da merenda escolar.

Todo o apoio prestado no apetrechamento e no funcionamento daquele estabelecimento de ensino primário termina em Agosto, um ano após a reinauguração.

O director-geral da Angoflex, Gregório Athayde, disse, ao Jornal de Angola, que o acordo com o

governo provincial do Bengo foi feito nestes termos para haver tempo de criar condições de assumir as despesas da escola, que não estavam incluídas no orçamento anterior.

"Visitamos regularmente a escola e temos sensibilizado, quer alunos, quer professores sobre a importância de ajudarem a preservarem a escola e a mantê-la limpa organizada, mesmo depois dela passar totalmente para a responsabilidade da Administração Municipal", afirmou Gregório Athayde.

O sub-director pedagógico da escola lamenta a perda, nos próximos dias, do apoio da Angoflex e não sabe quem passa a assumir essas despesas, uma vez que, até o momento, a administração municipal não respondeu a carta que dava conta da situação.

Tiago Fortunato disse que a direcção está preocupada, principalmente com a segurança da escola e a merenda: "se ficarmos sem segurança, os painéis solares, que fornecem energia à escola, as janelas, as portas e os livros que estão na biblioteca podem ser roubados".

A escola, que antes das obras tinha três salas, tem agora sete, além de secretaria, biblioteca, duas casas de banho e três casas para o director, professores e professoras que vivem distante da localidade e estão uma semana sem irem a casa para não gastarem dinheiro com a deslocação.

Com ampliação e reestruturação, orçada em 60 milhões de kwanzas, a capacidade do estabelecimento de ensino passou de cerca de 70 para mais de 200 alunos.

A Angoflex é uma empresa angolana resultante de uma parceria entre a Sonangol, detentora de 30 por cento, e o grupo francês Technip, que detém o restante do capital.

#### Fábrica de tubos

A empresa tem na comuna da Barra do Dande uma base de enrolamento de tubos rígidos, considerada a maior do mundo, segundo o seu director-geral.

A base, com 4,4 quilómetros de comprimento e 780 mil metros quadrados, tem capacidade para produzir anualmente 300 quilómetros de tubos rígidos.

A Angoflex importa da Europa ou dos Estados Unidos da América os tubos rígidos em lances de 12 ou de 24 metros. Além de abastecer o mercado angolano, fez já a primeira exportação.

Tratou-se de uma encomenda para Ghana, de 20 quilómetros de tubos rígidos para o projecto Jubileu. "Temos capacidade de produção maior do que as necessidades de Angola, mas não abastecemos todo o mercado nacional pois temos concorrentes", disse o director-geral.

O maior desafio agora, declarou, é desenvolver as competências dos trabalhadores angolanos, 90 por cento dos 390 que constituem o pessoal, para poderem responder às exigências do mercado nacional, que é grande e não permite atrasos, nem falhas.

A Angoflex tem há oito anos no Lobito uma fábrica de umbilicais, que são os tubos que permitem a comunicação entre a plataforma e a cabeça do poço de petróleo.

Esta fábrica, salientou, é a única em África que produz este tipo de material para prospecção de petróleo em offshore.

Atualmente, a Angoflex produz 100 quilómetros de umbilicais por ano. Mas a intenção, segundo Grégorio Athayde, é atingir 150 a 200 quilómetros por ano, razão pela qual a empresa está a implantar dois novos carroceis para garantir maior produtividade.

## 8.5 Milhares de famílias com mais água potável.

*Jornal de Angola*  
04 de Julho de 2012

Mais de cinco mil famílias da Conda, província do Kwanza-Sul, beneficiam de um novo sistema de captação, tratamento e abastecimento de água potável, lavandarias e chafarizes.

As infra estruturas custaram sete milhões de kwanzas e vão beneficiar as populações dos bairros da Cumbira, Valódia, Cangombe, Betel, Gunga, Huande e Cutomba,

O governador da província, Serafim do Prado, inaugurou, também, duas escolas primárias, com seis salas de aulas cada uma. As duas escolas têm capacidade para albergar 900 alunos, em dois períodos lectivos.

O governador colocou a primeira pedra nas obras do Banco BIC e das futuras instalações do balcão BUE, que devem entrar em funcionamento antes do final do ano. O governador Serafim do Prado anunciou que o Executivo está a construir 200 habitações sociais em cada município do Kwanza-Sul e a

melhorar as vias rodoviárias, edificar escolas e unidades sanitárias e outras infra-estruturas sociais.

Maria Nacandombe, 70 anos, moradora no bairro Huande, disse que terminou o sofrimento de percorrer longas distâncias à procura de água. "A partir de agora, vamos passar a consumir água bem tratada e limpa. Peço aos moradores para conservarem bem este património público", disse Maria Nacandombe.

Participaram da inauguração, o administrador do município, Fernando Fonseca, membros do Governo Provincial, autoridades eclesiásticas, tradicionais e convidados.

## 8.6 População utiliza água imprópria para consumo no Sumbe

*Novo Jornal*  
06 de Julho de 2012

A falta de chuva na estação passada está a provocar grandes dissabores às populações da cidade do Sumbe e periferia, que estão sem água para consumo.

A falta de água regista-se porque o único rio que rasga a cidade capital da província está a secar. Neste momento a água que a população consome é turva e estagnada.

Os municípios, que sem outra alternativa consomem essa água, já têm apresentado queixas como diarreias, sarna, tifo e problemas de estômago por utilizarem água extraída do rio Cambongo.

As populações clamam por uma intervenção do Governo, no sentido de realizarem o desassoreamento do rio.

O departamento provincial de Saúde pública e controlo de endemias do Kwanza-Sul, na pessoa de Anabela Madeira, já reagiu e confirmou que a água é inapropriada para consumo, apelando ao governo que encontre solução para o bem das populações. Anabela Madeira referiu que o consumo desta água por mais tempo poderá causar à população "consequências inimagináveis".

De recordar que o consumo de água na cidade do Sumbe, mais concretamente na periferia onde está concentrada a maior parte da população "o abastecimento de água tem sido feito com recurso a camiões cisternas.

O Sumbe, além do rio Cambongo localizado na cidade, tem também o rio Cubal, no Quicombo, que



dista 11 quilómetros da capital provincial, e este detém água em perfeitas condições de consumo.

## 8.7 Sobas revoltados com saída de empresa de limpeza

*Novo Jornal*

*06 de Julho de 2012*

Um grupo de sete sobas do município de Benguela fizeram chegar ao Governo de Armando da Cruz um abaixo-assinado onde mostram a sua indignação pelo facto do executivo desta província pretender rescindir contrato com a empresa Sonauto, que trata da limpeza desta cidade.

Segundo soube o Novo Jornal, os sobas, todos da grande Benguela, escreveram na missiva a que este jornal teve acesso, que a empresa Sonauto está a efectuar um trabalho de "grande qualidade".

Os sobas pertencem aos bairros do Capandanda, da Graça, Mira, Taka, Chungo, Damba-Maria e Calumburaco.

Entretanto, novos dados que nos chegam daquela província, relativamente ao escândalo que envolve a empresa Soanuto a altas figuras do Governo daquela província, dão conta que altas figuras do executivo local, como os administradores dos municípios de Benguela, Leopoldo liuhongo, e António Leão, até há bem pouco tempo responsável pela área do ambiente, estão a ser acusados de terem alegadamente afastado a empresa que efectua serviços de limpeza na capital benguelense, tudo porque esta se terá recusado passar-lhes parte do contrato que tinham ganho em concurso público, dando-lhes a possibilidade de num prazo de cinco anos manter limpa as ruas daquela província.

Segundo informações obtidas, Leopoldo Muhongo e o antigo resonsável do ambiente do Governo a Província de Benguela (GPB), António Leão, terão cobrado comparticipação da facturação de cada mês a empresa Sonauto, no sentido desta manter o contrato durante os cinco anos, como prevê as cláusulas contratuais.

O caso despoletou no princípio deste ano, quando a imprensa noticiou o facto do GPB ter rescindido o contrato de prestação de serviço de limpeza pública, com uma empresa do ramo, por alegado incumprimento das cláusulas contratuais no ponto 17, do contrato assinado no dia 3 de Fevereiro de 2011, entre a direcção provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo, Habitação e Ambiente e a

empresa vencedora do concurso público feito nos finais de 2010, à Sonauto.

Passados seis meses novos dados apontam que o afastamento da Sonauto teve a ver com o facto da mesma ter-se negado a passar parte do contrato que havia ganho em concurso público a estas duas altas figuras do executivo local.

Não satisfeitas as suas pretensões, meses depois, o mesmo responsável do ambiente, que dizia estar a agir por orientações do seu superior, Zacarias Camuenho, intensificou a sua pressão junto do gerente da Sonauto para a venda do contrato à Vista e a Ambiáffrica, alegadamente propriedade destas figuras. Entretanto, como a referida empresa continuava a recusar a venda do contrato, terá sido vítima de várias informações negativas, que segundo a nossa fonte, tinham como finalidade influenciar o governador a autorizar a rescisão do contrato com a referida empresa.

O número catorze (14) do referido contrato, no seu ponto dois diz que a rescisão será precedida de carta de advertência na qual se apresentarãe as circunstâncias que levaram a esta decisão. O terceiro ponto diz que se no prazo de 30 dias se não forem removidas as circunstâncias que levaram a propor a rescisão, a contraente declara rescindido o contrato. O quarto e último ponto diz que a contratante, caso julgar satisfatórias as acções correctivas pela contratada no prazo de 30 dias, poderá não efectuar a rescisão.

Entretanto, o Novo Jornal soube que apesar de não ter visto ainda a cor do dinheiro, e de estar a trabalhar já há quase dois anos (17 meses) a referida empresa continua a fazer o seu trabalho, e não possui qualquer dívida com os seus funcionários, um total de cem.

## 8.8 Programa Água para Todos chegou à comuna do Luvo

*Jornal de Angola*

*08 de Julho de 2012*

O administrador comunal do Luvo, Inácio de Almeida, anunciou que pelo menos seis mil habitantes das localidades do Sumpi, Nkoko e Dobo, comuna do Luvo, município de Mbanza Congo, província do Zaire, beneficiam em Agosto próximo de água potável, no quadro do Programa "Água para Todos".

Inácio de Almeida, em declarações sexta-feira à Angop, assegurou que actualmente a concretização do programa encontra-se na segunda fase, que

consiste na instalação da rede de distribuição de água potável e chafarizes.

"Na aldeia do Nkoko, a empresa a quem foi adjudicada a obra já está a instalar a rede de distribuição de água, ao que se segue a montagem de cinco chafarizes. Para a localidade do Sumpi prevê-se a colocação de sete chafarizes, atendendo à densidade populacional da circunscrição", disse.

O administrador revelou que para a regedoria do Dobo, situada a oeste da comuna do Luvo, as obras de construção do sistema de captação, tratamento e distribuição de água já estão concluídas, faltando apenas alguns arranjos para a sua inauguração. Inácio de Almeida disse que a entrada em funcionamento dos referidos sistemas de abastecimento de água potável contribui para a redução de algumas doenças provocadas pelo consumo de água não tratada.

Com uma extensão de 1.200 quilómetros quadrados, a comuna do Luvo, que se situa 60 quilómetros a norte da cidade de Mbanza Congo, tem uma população estimada em 12.400 habitantes.

## 8.9 Projecto água para todos chega a mais localidades

*Jornal de Angola*  
09 der Julho de 2012

Pelo menos nove sedes municipais e 30 comunais da província do Bié vão beneficiar, em toda a sua extensão, de sistemas integrados de abastecimento de água potável, informou ontem o director local da Energia e Água.

Abel Guerra disse que a rede de distribuição de água do Cuito vai ser ampliada para seis mil ligações domiciliárias. Nesta altura, a produção média, na actual central de captação, tratamento e distribuição, já alcançou os 3.500 metros cúbicos por dia.

A rede na sede provincial do Bié vai ser ampliada a todos os bairros periféricos no quadro do programa "Águas para Todos", que inclui o aumento da capacidade de captação

e melhorias no tratamento da água.

O director da Energia e Águas do Bié afirmou ainda que estão a ser dados passos significativos nas sedes municipais e comunais, onde se encontram em construção pequenos sistemas de captação a partir das fontes já existentes. O programa inclui as zonas rurais.

Os municípios de Catabola e do Chinguar e as comunas de Somacuanza, Malengue, Mutumbo, Lúbia, Dando e Luando são as localidades que possuem sistemas de água mais deficitários, necessitando de ampliação imediata.

## 8.10 Distribuição de água é aposta fundamental

*Jornal de Economia e Finanças*  
10 de Julho de 2012

O secretário de Estado das Águas de Angola, Luís Filipe da Silva, garantiu em Washington que o Executivo angolano está empenhado na conclusão do programa "Água para Todos", com foco nas comunidades rurais do país.

O governante garantiu na reunião internacional sobre saneamento e água dos países de África e Ásia, organizada pelo Banco Mundial e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

"O Executivo angolano definiu um plano de acção, manutenção e sustentabilidade para o referido programa. Angola pensa, com isso, ultrapassar a meta fixada pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com uma cobertura de 60 por cento ainda este ano", disse.

"Com a implementação da política nacional de saneamento e o evoluir do programa de saneamento total, cujo objectivo é a melhora das condições de saneamento nas zonas rurais, com ênfase para acções de mobilização social junto das comunidades para uma mudança de comportamentos, atitudes e práticas, podemos dizer que antes de 2015 o país prevê atingir e ultrapassar as metas fixadas internacionalmente".

Desenvolvimento

O director da Conferência e Exposição iPAD Angola, José Monteiro, informou recentemente que o Executivo angolano está fortemente comprometido com o investimento na expansão e reabilitação das infra-estruturas de água e saneamento no país.

De acordo com o plano de desenvolvimento para o sector até 2016, o investimento previsto está avaliado em quatro biliões de dólares.

## 8.11 População clama por água potável

*Jornal de Angola*  
10 de Julho de 2012

A população de Kinzala, a 12 quilómetros da vila de Kibaxe, província do Bengo, clama por um sistema de abastecimento de água potável, disse ontem o soba da aldeia.

Gomes Francisco insistiu que a administração municipal, no seu programa de combate à pobreza, incluisse a construção do sistema de água, para beneficiar mais de dois mil habitantes.

A aldeia nunca teve um sistema de captação, tratamento e distribuição de água, o que, referiu, tem criado dificuldades aos habitantes, que percorrem longas distâncias a pé para obter água.

Gomes Francisco sugeriu, numa primeira fase, o abastecimento de água através de cisternas ou mesmo a abertura de furos para minimizar a situação. Neste momento, prosseguiu, a população consome água extraída de cacimbas, algumas delas mal conservadas, ou em pequenas nascentes que nesta época do ano estão a secar. O consumo de água imprópria está a provocar doenças respiratórias agudas e diarreia.

## 8.12 Abastecimento de água reposto no Bolongongo

*Jornal de Angola*  
11 de Julho de 2012

O fornecimento regular de água canalizada foi ontem reposto na sede municipal do Bolongongo, no Kwanza-Norte, após quatro meses de privação, em consequência da danificação da principal conduta de água que abastece a circunscrição.

A ruptura de uma das principais condutas de transporte de água foi provocada pela empresa à qual foi adjudicada a obra de construção de 200 fogos habitacionais, no vizinho município de Quiculungo.

Em declarações à Angop, o responsável dos serviços comunitários da administração municipal do Bolongongo, Sebastião Caboco, disse que depois de largos meses de trabalho por parte do Governo Provincial foi possível repor o abastecimento de água à região.

Com uma extensão territorial de 1.016 quilómetros quadrados, o município do Bolongongo, localizado a 157 Quilómetros a nordeste de Ndalatando, capital da província, conta com uma população estimada em cerca de nove mil habitantes.

## 8.13 Venda de garrafas versus nova maneira de sustentar a família

*Angolense*  
13 de julho de 2012

Os vasilhames são vendidos em alguns armazéns especializados e até mesmo em empresas produtoras de bebidas e outros. A tarefa é exercida por mulheres e que dadas exclusividades do serviço foram apelidadas de "captadoras de garrafas" e muitas delas são rejeitadas pela sociedade.

Paulina Pedro é um dos casos de "cantadoras" de garrafas. Encontramo-la em sua residência rodeada pelos seus netinhos e de um aglomerado de garrafas que havia recolhido naquele mesmo dia. Acabava de chegar à casa quando a nossa equipa de reportagem pediu para ter uma conversa com ela. Segundo disse, a sua preferência recai nas garrafas de 25 a 33 centilitros, principalmente as de cerveja Cristal, Super Bock. Segundo explicou, vende o vasilhame a fábrica Vidrul. A única exigência da fábrica, referiu, é levar as garrafas já limpas. As dificuldades que encontramos têm a ver com o transporte das garrafas até a Vidrul. A fábrica tem transporte mas cobra 500 kwanzas por cada saco".

A maior parte das vezes o transporte fica por conta destas mesmas senhoras.

Por cada palheta como é chamada pelas catadores de garrafas, vendem-na a 10.000 (dez mil kwanzas) à fábrica.

As que conseguem vender 40 palhetas, por exemplo, de acordo as suas palavras podem arrecadar perto de 200.000 mil Kwanzas ou mais.

Segundo fez saber, antes o negócio era ignorado pela sociedade, mas hoje está difícil encontrar garrafas nas ruas.

"Hoje, este negócio não é feito apenas em Luanda, mas nas demais províncias, principalmente do Uíge e Zaire.

Vera Maria disse à nossa reportagem que exerce esta atividade de garrafas e recipientes de plásticos há já algum tempo.

Na zona do bairro do Golfe 11 há muita gente a "catar" garrafas nas pequenas e grandes lixeiras. Normalmente actuam de noite, depois do comércio informal "fechar as portas". A recolha de garrafas de vidro ou plástico não tem limites.

Tanto poder ser feita na Baixa corno nos bairros periféricos de Luanda e os recipientes custam 50 Kwanzas.

Manuel Roque, de 54 anos, disse que agora já não tem idade nem forças para trabalhar.

"Vi neste ofício um meio de subsistência", garantiu.

Muitas mulheres vão à Funda comprar o vinho de palmeira (maruvo) para revender. Estas também compram o vasilhame. A comerciante Paulina Freitas, de 26 anos revela o circuito comercial: "nós compramos maruvo na Funda. Lá as pessoas já reservam o recipiente que trazemos cheio".

Questionada se as garrafas estão em condições de higiene, Paulina Freitas respondeu: "nós temos o cuidado de lavar bem as garrafas. Só depois é que engarrafamos o maruvo. E ainda não tivemos reclamações de pessoas que tenham ficado doentes por causa das garrafas".

As mulheres que procuram garrafas de vidro ou de plástico nas lixeiras estão familiarizadas com o "ambiente". Elas giram a montanha de lixo e cada uma ocupa uma área para procurar o seu "tesouro".

Ana Domingos cortou um dos dedos ao puxar um garrafão que tinha o gargalo partido. Estava difícil puxar para cima a proteção em plástico do garrafão e tirar o vidro. "Isto não é nada. Já vivemos coisas piores. Precisamos de trabalhar para dar de comer às nossas crianças", disse Ana.

Para além do combustível que revende, Ana Domingos também vende garrafas a outros vendedores de bebidas. "Recolho centenas de garrafas, lavo-as bem em casa e depois as revendo aos meus clientes. Desse trabalho consigo tirar o dinheiro para uma refeição por dia para a família".

As mulheres "apanhadoras" de garrafas e outros recipientes não têm jornadas definidas de trabalho. Elas labutam até que consigam recolher um determinado número de garrafas que permite vender o mínimo necessário para sustentar a família. Elas trabalham com o lixo mas nunca interferem com o trabalho das equipas de limpeza urbana.

A nossa equipa de reportagem interpelou um dos carros de limpeza de Luanda que trabalhava na zona da Lixeira, no bairro do Golfe II para saber se as "apanhadoras" têm provocado algum incómodo e a resposta foi clara: são nossas mães e não podemos impedir que façam o seu trabalho. Muitas vezes temos até ajudado a separar os recipientes para elas. Mas outras vezes somos obrigados a impedi-las de aceder ao lixo porque Podem contrair doenças". O que para uns dá nojo, para outros é visto como trabalho. Apesar do cheiro nauseabundo há muita gente a recolher o que para muitos já não tem valor.

A venda de recipientes de plástico ou vidro permite a essas pessoas sobreviver.

Nas lixeiras as "apanhadoras" encontram garrafas de cerveja, de água, de suma de vinho e outros líquidos. Ana Domingos reconheceu que as "apanhadoras" e, sobretudo, as crianças correm o risco de contrair doenças porque se expõem ao lixo. "Muitas de nós já apanharam infeções neste trabalho. Uma das nossas colegas até morreu. Sabemos que ao trazer as garrafas para casa, os nossos filhos também colocamos em perigo a vida deles, por isso o meu filho só carrega os sacos e eu como pai devo entrar ao lixo e fazer a recolha, para depois vender e sustentar a família", explicou, acrescentando que, "temos muitos filhos em idade escolar, nós como pais temos a obrigação de sustentar os nossos filhos para não caírem no álcool na juventude", contou. Apanhar garrafas de plástico ou de vidro é uma actividade que muitas mulheres adotaram para sustentar as famílias.

Nos locais onde existem lixeiras, lá andam elas à procura de plástico ou vidro que depois vendem em armazéns especializados ou revenderem o vasilhame recuperado do lixo.

Andam de lixeira em lixeira a "catar" os resíduos. Vera Maria, por exemplo, explicou que anda no referido negócio há seis anos: "recolho os bidões de água mineral para vender bebidas alcoólicas caseiras e as garrafas de vidro para vender petróleo".

Na zona do bairro do Golfe 11 há muita gente a "catar" garrafas nas pequenas e grandes lixeiras. Normalmente actuam de noite, depois do comércio informal "fechar as portas". A recolha de garrafas e garrafões de vidro ou plástico não tem limites. Tanto poder ser feita na Baixa como nos bairros periféricos de Luanda e as grandes a 50 kwanzas.

Segundo o nosso entrevistado, Manuel Roque de 54 anos disse que agora já não tenho idade nem força para trabalhar, Vi neste ofício um meio de subsistência.

Muitas mulheres vão à Funda comprar o maruvo para revender. Estas também compram o vasilhame. A comerciante Paulina Freitas, de 26 anos revela o circuito comercial: "nós compramos maruvo na Funda. Lá as pessoas já reservam o recipiente que trazemos cheio". Questionada se as garrafas estão em condições de higiene para receber bebidas, Paulina Freitas respondeu: "nós temos o cuidado de lavar bem as garrafas. Só depois é que engarrafamos o maruvo. E ainda não tivemos reclamações de pessoas que tenham ficado doentes por causa das garrafas.

As mulheres que "procuram" garrafas, garrafões e bidões de vidro ou de plástico nas lixeiras estão familiarizadas com o "ambiente". Elas giram a montanha de lixo e cada uma ocupa uma área para procurar o seu "tesouro".

Ana Domingos cortou um dedo ao puxar um garrafão de vidro que tinha o gargalo partido. Estava difícil puxar para cima a proteção em plástico do garrafão e tirar o vidro. "Isto não é nada. Já vivemos coisas piores.

Normalmente actuam de noite, depois do comércio informal "fechar as portas". A recolha de garrafas e garrafões de vidro ou plástico não tem limites.

Precisamos de trabalhar para poder dar de comer às nossas crianças", disse Ana Domingos. Para além do combustível que revende, Ana Domingos também vende garrafas a outros vendedores de bebidas. "Recolho centenas de garrafas, lavo-as bem em casa e depois as revendo aos meus' clientes. Desse trabalho consigo tirar o dinheiro para uma refeição por dia para a família".

"Temos muitos filhos em idades escolar, nós como pais temos a obrigação de sustentar os nossos filhos para não caírem no álcool na juventude", contou.

## 8.14 Roturas de Água

*Jornal de Angola*  
14 de Julho de 2012

As inundações que se verificam na zona 18, na 7a avenida do Cazenga, têm vindo a preocupar os moradores, por impossibilitarem a passagem de viaturas e peões.

Segundo a nossa fonte, o facto deve-se ao desvio das condutas por populares. "Há pessoas que têm perfurado e desviado os tubos de transportação de água", lamentou.

## 8.15 A importacia da varredura

*Semanário Angolense*  
14 de Julho de 2012

Existem matérias supostamente anãs na sua dimensão social, que reputo de relevante importância nacional, e que se escondem silenciosas no manto subterrâneo dos grandes problemas da governação. A varredura, é uma delas.

Suponho mesmo, só de lhe ver o título, haverá quem dará a este texto um valor nulo e me tratará com a um desocupado que busca entretenimento literário.

Não é comum falarmos de varreduras, varredores, ou mesmo de lavagem de passeios. Dirão alguns: com tantos problemas no país... temos lá tempo para estas coisas?!

Posso garantir-lhes que não é bem assim. Permitam-me contar-lhes um episódio interessante, ocorrido comigo num dia em que um amigo me segredou que a hortelã, quando espalhada nos quatro cantos do nosso quarto, deixa-nos dormir tranquilos a noite inteira, sem picadas de mosquitos pois estes são altamente vulneráveis ao seu "perfume" natural. O pavor que tem o mosquito ao exalar da hortelã, leva-o ao suicídio ou à fuga, dizia-me o amigo com humor requintado. Pouco dinheiro com mosquiteiros e inseticidas, insistiu. A princípio, não o levei a sério. Só quando experimentei o truque, reparei que teria na minha vida evitado milhares de mordidelas de mosquito se o conhecimento me fosse transmitido antes. Acabei mesmo por fazer algumas contas sérias, quanto ao número de mortes que se teriam evitado com apenas o uso da hortelã nos quartos de uns tantos infelizes, colhidos inadvertidamente pela fulminante malária, ou por um ataque doloroso da cabeça por picada de mosquito infectado.

Permitam-me agora retomar à questão da varredura de uma rua ou de um passeio, numa cidade tão densa como Luanda.

Quem nasceu nos anos em que nasci, apreciou o belo hábito das mães e avós, que pela manhã cedo varriam os nossos quintais e áreas perimetrais das suas pobres casas, incluindo muitas vezes as da fachada da vizinha ao lado. Não devido às saudades que estes assuntos nos levantam mas pelo exemplo de dever religiosamente cumprido que as mais velhas nos proporcionavam - declino-me perante tamanho sentido de higiene e limpeza comunitária que nos ensinaram. Aproveite-se, pois, este texto, como merecido sinal de homenagem a todas mães que faziam, da varredura doméstica, uma verdadeira lição matinal de civismo e educação para as criaturas mais novas. Filhas, sobrinhas ou netas que as acompanhavam pela manhã, com satisfação e alegria, recordam-se ainda desta prática que deveria permanecer cultural.

Mas não viemos, hoje, a propósito de histórias do antigamente. O nosso objectivo, por agora, não é mais do que tentar provar que a nossa cidade necessita de muito mais mesmo de varreduras.

Temo que mesmo com os exemplos acabados de inserir nesta análise, venha a ser incompreendido ou banalizado. O cidadão, preocupado com os grandes problemas nacionais, não lhe ocorre, naturalmente, analisar demoradamente as consequências de um

défice ou a ausência de varredores. Os processos de varredura, não são, geralmente, tomados como prioridade. Eu, felizmente, tive o privilégio de os analisar, e concluí que o assunto requer sim uma abordagem bastante séria. É o efeito hortelã de que vos contei, quando a ilusória pequenez de um assunto arrasta à doença, e por vezes também à morte, nossos concidadãos, habitantes urbanos ou periféricos da nossa província luandense.

Qualquer sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos deve incluir essa tal componente designada por «limpeza pública». E o que é limpeza pública? A limpeza pública inclui as acções de varredura manual e mecânica, a lavagem de ruas e passeios, eventuais desinfecções de passeios e lugares públicos de grande concentração de gente ou outros espaços destinados a multidões, lavagem de papelarias em ruas e espaços diversos, corte de ervas e mato, limpeza de sarjetas ou sumidouros públicos, com o objectivo de garantir diariamente a salubridade urbana.

A limpeza pública garante a higiene e evita a proliferação de pestes ou doenças provocadas por resíduos indesejáveis, contribuindo desse modo para a saúde pública em geral.

Para o processo da limpeza da cidade, a varredura mecânica deverá merecer um tratamento diferenciado, devido ao volume de investimentos que se requerem. Com base no caderno de encargos da nossa concessionária Elisal, e porque tal processo é limitado pelos arruamentos e ruas que podem ou não receber os veículos adaptados à tarefa, é possível controlarmos a situação, aliás prevalece também, a actuação da fiscalização como medida de prevenção e persuasão.

A dificuldade de compreensão, perante tamanha «pequenez» do problema, reside na varredura manual.

É aqui que começa aquela história do mosquito, que de tão pequeno, o deixamos sobrevoar as nossas cabeças, e as dos nossos filhos indefesos, enquanto empenhados e solícitos apenas na resolução dos problemas dito maior.

Enganados pela alegada nanismo da palavra varredura, a desvalorizamos totalmente. Pois, a varredura, caro responsabilidade de nos contarem as toneladas de medicamentos, o número de vítimas mortais e o grande número de doenças que contraímos numa cidade que não limpa as suas ruas, não as varre e não as lava ou desinfecta.

Os estatísticos também nos podem orientar sobre a diferença que faria para os nossos bairros e espaços públicos, agora também abertos nos musseques, se

fossem recrutados varredores em número suficiente, para manterem em toda Luanda - incluindo áreas semi-urbanas ou seleccionadas em certos bairros de melhor penetração e acessos - as zonas de passagem pedonal e de maior concentração humana, basicamente limpas. É claro que a varredura, deve ser competentemente dimensionada, organizada e fiscalizada.

Quem atravessa a Samba de uma ponta a outra no sentido norte-sul ou vice-versa, repara com satisfação o esforço desempenhado por certa empresa operadora de resíduos, no sentido de manter ensacados, depois de recolhidos com varredura, volumes de terra solta, causadoras de poeiras na via. Se a varredura em Luanda fosse um hábito conquistado em toda a extensão da nossa cidade, bairros e arredores periféricos, não só proporcionaríamos um ambiente modesto de bem-estar e limpeza, como evitaríamos a moléstia silenciosa do nosso organismo humano, tal como tem feito o mosquito, pequena criatura do tamanho de um simples bago de arroz, que já derrubou s milhares de crianças, milhares de adultos, velhos, jovens, a alguns dos quais se teriam livrado do mal. Com a simples varredura em volta da sua casa, a recolha do lixo, o despe- s jo das águas paradas ou, já agora, se tivessem sido aconselhados a plantar um pouco de hortelã em seus quintais, teriam se livrado de um gigantesco mal.

## 8.16 Melhorado o fornecimento de água à população do município do Bocoio

*Jornal de Angola*  
13 de Julho de 2012

Um sistema de captação, tratamento e distribuição de água que vai beneficiar cerca de dois mil habitantes da povoação do Ungombo, município do Bocoio, província de Benguela, foi inaugurado pelo vice-governador para a área Política e Social.

O sistema vai contribuir para a diminuição de doenças respiratórias agudas e outras, que provêm, sobretudo, de água não tratada.

Eliseu Epalanga inaugurou também duas casas para os técnicos veterinários.

No Monte Belo, o vice-governador inaugurou uma escola primária, assim como a casa dos professores e enfermeiros que trabalham naquela localidade, totalmente apetrechadas, propiciando aos quadros condições condignas para o desempenho das suas actividades.

A povoação do Calombwe passa a contar com uma escola primária e hospital dotado de banco de urgência, salas de parto, de obstetrícia, pediatria, consultórios, enfermarias e laboratório de análises clínicas. O vice-governador para a área Política e Social, Eliseu Epalanga, exortou a população a preservar os empreendimentos e a denunciar às autoridades todos aqueles que pretendam cometer actos de vandalismo. "Todas as obras foram implementadas no cumprimento do programa do Executivo que visa criar condições mais dignas para os angolanos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, com a construção de serviços essenciais básicos", assinalou Eliseu Epalanga.

Com a construção de sistemas de água, escolas, centros e postos de saúde e estradas, disse o vice-governador de Banguela, estão a ser resolvidos os problemas que mais afligem as populações da região, com maior incidência para as zonas rurais, onde as comunidades enfrentam mais dificuldades.

Para suprir a carência alimentar provocada pela estiagem que se registou este ano na região e causou enormes danos aos camponeses, Eliseu Epalanga lembrou que o Governo Provincial de Benguela distribuiu adubos e géneros alimentícios às populações das zonas mais afectadas.

## 8.17 Recolha de resíduos melhorou em N'Dalatando

*Jornal de Angola*

*14 de Julho de 2012*

A Recolix - empresa de saneamento básico e cuidados ambientais contratada pelo Governo Provincial para cuidar da imagem da cidade de Ndalatando recolheu, no primeiro semestre deste ano, 660 toneladas de resíduos sólidos, revelou ontem o seu director, Rui Meio, em declarações ao Jornal de Angola.

Rui Melo referiu que os resíduos foram incinerados no aterro sanitário de Kamuaxi, a 12 quilómetros de Ndalatando, cidade onde, em média, os seus mais de 100 mil habitantes produzem todos os dias 110 toneladas de lixo, dos quais dez são depositados em contentores e os restantes recolhidos ao domicílio.

A área disponível para a deposição do lixo possui apenas 100 metros quadrados, razão pela qual estão a ser realizados estudos de viabilidade, para determinar uma outra zona, com mais espaço e melhor qualidade de solos para o aterro.

"Os resíduos são enterrados a uma profundidade até 30 metros, respeitando, assim, os parâmetros ambientais", sublinhou Rui Melo, que adiantou ser intenção da sua empresa a expansão dos serviços de saneamento para os demais municípios, em função da disponibilidade financeira do Governo do Kwanza-Norte.

Em Ndalatando e arredores, a recolha é feita por 115 funcionários, distribuídos pelas áreas de campo, condução e apoio. Quatro camiões, dos quais duas cisternas de água, retroescavadoras e um basculante, e 162 contentores, estão disponíveis na sede provincial.

Os trabalhadores diretamente envolvidos na recolha do lixo são submetidos trimestralmente a inspecção médica para detectar eventuais problemas de saúde, mas Rui Melo remeteu para a direcção-geral da empresa, em Luanda, a questão sobre a ausência do seguro de saúde.

A recolha do lixo é feita de manhã e à tarde e as áreas prioritárias são os bairros Camundai e Cerâmica, localizados à entrada e saída da cidade. Na periferia, os alvos principais da empresa são os bairros Embondeiros, Kipata, Popular, Miradouro, Azul, Catome de Cima, Tiro aos pratos, Vieta, Sambizanga, Kilamba, Sassa, Hoji ya Henda, Ndalatando, 11 de Novembro, Carreira de Tiro e Cerâmica, num total de 22 bairros.

"Só não estamos no interior dos restantes aglomerados populacionais por falta de vias de acesso", sublinhou Rui Meio, que se mostrou, contudo, preocupado com a atitude de alguns cidadãos que insistem em deitar o lixo para o chão mesmo com os contentores ao lado. Na sua opinião, isto deve-se à falta de educação ambiental de muitos cidadãos, uma situação que pode ser corrigida com um trabalho de Sensibilização, através de palestras, seminários e campanhas a nível da comunicação social.

### Serviços comunitários

Sobre o saneamento básico na cidade de Ndalatando, o chefe de secção dos serviços comunitários da administração municipal de Cazengo, José Macongo, mostrou-se preocupado com o vandalismo, por parte de algumas pessoas, dos bens públicos, como jardins, paredes de edifícios e contentores para a recolha do lixo. "A administração está a trabalhar para melhorar a imagem da cidade, mas nota-se que algumas pessoas vandalizam os bens públicos", referiu José Macongo, adiantando que tal situação já provocou reuniões com os sobas dos bairros e aldeias para sensibilizarem os munícipes. Deplorou, ainda, o comportamento de estudantes e outras pessoas que fazem dos jardins e

outros espaços verdes locais para a prática de exercício físico, "comprometendo a manutenção da relva e outras espécies vegetais ali plantadas".

Desde o início deste mês, os serviços comunitários recolheram 20 viaturas que se encontravam avariadas e abandonadas durante muito tempo em várias artérias da cidade de Ndalatando. José Macongo adiantou, por outro lado, que para a recolha de animais domésticos, como cães, porcos, cãs, galinhas e cabritos, a administração municipal do Cazengo adquiriu uma viatura específica. "As vendas de mercadoria em locais impróprios têm os dias contados, com a inauguração, ainda este ano, do mercado do Catome de Cima", prometeu o responsável dos serviços comunitários do Cazengo, ao referir-se à proliferação de vendedores ambulantes, em Ndalatando, capital da província do Kwanza-Norte.

## 8.18 Abastecimento de água chega às aldeias isoladas

*Jornal de Angola*  
16 de Julho de 2012

A Associação de Desenvolvimento e Enquadramento Social das Populações Vulneráveis (ADESPOV) está a levar a cabo um vasto programa de abertura de furos de água potável e melhoria do saneamento básico no município de Tchindjenje, no Huambo.

Para materializar o programa, o gestor do projecto na província do Huambo, Luís Ovídeo Messamessa, informou que a Organização Não Governamental está a investir, desde Abril deste ano, 31,547 milhões de kwanzas, financiados pela ONG internacional OXFAM.

O projecto tem a duração de três anos e nos últimos três meses já foram realizados oito furos e reabilitados três fontanários, que actualmente beneficiam 1.600 pessoas.

Luís Ovídeo Messamessa disse que o programa de saneamento básico e abertura de furos está a ser desenvolvido para combater as principais patologias causadas pela falta de higiene e de água potável.

O programa de abertura de furos saneamento básico, disse, prevê ainda a educação moral e cívica dos beneficiários sobre as normas de higiene e a criação de latrinas.

O gestor da Associação de Desenvolvimento e Enquadramento Social das Populações Vulneráveis disse que, em 2010, foram abertos cinco furos de água potável, no município do Tchindjenje.

## 8.19 Ondjiva com água potável

*Jornal de Angola*  
16 de Julho de 2012

Os habitantes da cidade de Ondjiva dispõem desde sexta-feira de um sistema de captação e distribuição de água potável, inaugurado pelo governador António Didalelwa.

O sistema é abastecido através dos furos das chanas de Oipembe e Caricoco, a cerca de seis quilómetros da cidade, e fornece os bairros Castilhos, Cafitu e Pioneiro Zeca, onde foram construídos um total de 18 Chafarizes, que vão servir mais de 30 mil moradores.

As restantes localidades vão ser abastecidas por cisternas. A conduta, com um diâmetro de 360 milímetros, tem capacidade para bombear 100 mil litros de água por hora. O sistema conta ainda com um reservatório de 500 mil litros, equipado com um dispositivo que permite abastecer camiões cisternas.

A construção do projecto durou cerca de dois anos, custou 50 milhões de kwanzas e esteve a cargo de uma empresa cubana. O governador do Cunene disse que o sistema representa mais um passo do Executivo, na resolução dos problemas da população relacionados com a distribuição de água potável.

António Didalelwa realçou que se pretende expandir cada vez mais a água potável aos bairros da cidade Ondjiva, para que a população a tenha o mais próximo de si.

## 8.20 Recolha de lixo no Sumbe regista melhorias

*Jornal de Angola*  
19 de Julho de 2012

A recolha e tratamento do lixo na cidade do Sumbe vai conhecer melhorias substanciais nos próximos tempos, fruto da contratação pelo governo da província de uma nova empresa, que funciona desde segunda-feira.

A empresa, segundo o seu chefe de operações, Francisco Miranda, vai envidar esforços com vista à melhoria do saneamento básico e da eliminação dos principais focos de lixo que proliferam pela urbe, no sentido de proporcionar um ambiente saudável à população.

Francisco Miranda garantiu que a empresa dispõe de meios técnicos e humanos suficientes para oferecer um trabalho que vá ao encontro dos anseios dos



cidadinos, assim como efectuar um saneamento básico aceitável, deixando a urbe sem amontoados de lixo.

O responsável frisou que em termos técnicos a empresa dispõe de um camião vassoura e aspirador, dois basculantes, captadora para a recolha de contentores e pá carregadora de três metros cúbicos.

A par destes meios, a operadora possui ainda um camião para a recolha de porta- contentores, dois dumpers (vassouras), limpa fossas, com capacidade de dez metros cúbicos, entre outros equipamentos.

O chefe da operadora disse que foram distribuídos contentores e recipientes apropriados para a colocação do lixo, a fim de facilitar a recolha e seu devido tratamento.

Os alvos principais definidos pela empresa são o mercado do Chingo, Assaca e o bairro E/15, onde os moradores deitam o lixo fora dos locais indicados, zonas consideradas críticas.

Francisco Miranda, que esclareceu que o serviço de limpeza das fossas é pago quando solicitado pelo proprietário do imóvel, não precisou o número de postos de trabalho criados, mas adiantou que absorveu parte dos funcionários dos serviços comunitários da Administração Municipal do Sumbe.

Sobre os resíduos sanitários, informou que, pela sua natureza, estes merecem um tratamento especial. Por esse facto, está em estudo a maneira apropriada de se evitar contaminações do meio.

#### Incineradoras hospitalares

O Governo Provincial do Kwanza-Sul prevê para breve a colocação de incineradoras em todos os hospitais da província, para que se dê o devido tratamento dos resíduos sanitários a nível destas unidades.

Francisco Miranda apelou aos cidadãos para evitarem o depósito do lixo fora dos contentores e o envio de crianças aos locais onde o mesmo se acumula. "Neste capítulo, a colaboração das autoridades tradicionais, dos meios da Comunicação Social e da sociedade civil é fundamental", disse.

#### Serviços comunitários

O chefe de secção dos serviços comunitários da Administração Municipal do Sumbe, Manuel Carvalho Ventura, congratulou-se com a contratação da empresa, que doravante vai dar continuidade aos

trabalhos de saneamento básico da cidade e arredores.

O responsável frisou que os serviços comunitários trabalham no sentido de mudar a imagem da cidade, mas esta vontade governamental não tem sido acompanhada pelos munícipes, uma vez que estes insistem em actos de vandalismos contra os bens públicos, como jardins, parques de lazer, recipientes para a recolha do lixo, entre outros.

Apesar de a cidade possuir dois mercados, o municipal e o do Chingo, a par das praças dos bairros da Assaca, Quissala e da Bumba, Manuel Carvalho Ventura disse que muitas pessoas continuam a vender em locais impróprios, contribuindo para a acumulação de lixo nas ruas.

Para inverter este quadro, o responsável disse que as autoridades municipais e tradicionais e outras entidades vão continuar a promover sessões de esclarecimento junto das comunidades para a necessidade da limpeza dos locais de residência e do depósito do lixo nos contentores.

## 8.21 Edel vai instalar contadores pré-pagos

*Agora*

*21 de Julho de 2012*

O secretário de Estado da Energia e Águas garantiu que com a iniciativa a empresa obterá maior eficiência comercial.

Joaquim Ventura disse também que a entrada em funcionamento da nova central térmica no bairro Zango, permitirá reduzir o défice de energia no bairro, embora possam ocorrer ainda algumas restrições.

O responsável, que falava à imprensa no final de uma visita de campo do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, a projectos do sector no Zango e Calumbo ( Viana), realçou que o Executivo já aprovou a instalação de uma central maior, com capacidade de 20 megawatts, que poderá entrar em funcionamento em Dezembro deste ano.

Informou que outras regiões de Luanda que ainda registam insuficiências no fornecimento deste bem público vão também beneficiar de programas do género "O Executivo aprovou em Abril último, projectos para a instalação de quatro centrais térmicas para atender o Morro Bento, Viana e Zango, zonas com muitas dificuldades energéticas"

## 8.22 Autoridades põem fim à destruição da conduta de água no bairro Golfe

*Jornal de Angola*  
27 de Julho de 2012

Criada num encontro dirigido pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares Ferreira, a comissão vai fazer, nos próximos dias, um levantamento das casas dos moradores que vandalizaram a conduta da EPAL na zona, para a comercialização ilegal de água.

No encontro, os representantes das comissões de moradores manifestaram-se preocupados com a falta de água canalizada, energia eléctrica, recolha de lixo e saneamento básico.

José Tavares Ferreira transmitiu aos presentes a esperança de dias melhores, assegurando que quatro novos postos de transformação de energia vão entrar em funcionamento a partir do próximo mês.

Para a iluminação pública, está planificada a instalação de torres em pontos críticos do bairro, que vão ser alimentados por vários painéis solares, para ajudar a diminuir a delinquência e outras práticas anti-sociais.

Sobre o abastecimento de água, o responsável pelo município garantiu que a Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) vai fazer o levantamento do estado actual das condutas para uma posterior intervenção. No âmbito dos programas para o desenvolvimento do bairro, os moradores foram informados sobre os projectos de impacto social, entre os quais se destacam a construção do mercado local, cozinhas comunitárias e quiosques e a abertura dos Balcões Únicos do Empreendedor. Há dias, uma fonte ligada à EPAL, referida pela Angop, disse que a empresa perde diariamente, devido a ligações anárquicas na capital angolana, nove milhões de kwanzas, tendo como referência uma taxa média de nove kwanzas por litro.

Os distritos da Maianga, Kilamba Kiaxi e Samba são os que mais casos de garimpo, ou ligações clandestinas de água potável, registam, com os garimpeiros a perfurarem condutas para extrair água e venderem o produto a proprietários ou motoristas de camiões cisternas.

Os garimpeiros também perfuram redes que conduzem a água a fontanários comunitários, cortando o abastecimento a esses pontos. A rede de água em Luanda tem uma extensão de 2.645 quilómetros.

## 8.23 EPAL

*Angolense*  
28 de Julho de 2012

Em Dezembro de 2007, a empresa pública de águas de Luanda deixou de fornecer o seu produto aos chamados Blocos dos Cubanos do Maculusso. Desde essa altura, os moradores desse quarteirão têm de comprar a água em cisternas, à razão de 2 mil kwanzas por cada mil litros do chamado precioso líquido. Porém, qual não foi o espanto dos moradores do pedaço, quando, há dias, lá receberam facturas dessa empresa pública para pagamento de uma coisa que ela deixou de lhes fornecer há quatro anos e meio. E quem não pagar, diz-se, lhe irão cortar o fornecimento. Cortar o quê, se deixaram de lhes vender água há «séculos»? Caramba, haja descaramento.

## 8.24 Água potável em Ambaca

*Jornal de Angola*  
30 de Julho de 2012

Um sistema de captação e tratamento de água potável na vila de Camabatela, província do Kwanza-Norte, com capacidade para A bombar 30 metros cúbicos de água -por hora, entra em funcionamento em Maio do próximo ano.

Composto por uma rede de distribuição de 11 quilómetros, o novo sistema vai levar água a 195 ligações domiciliárias, a 20 chafarizes e um lavadouro, e ser sustentado por um tanque para armazenar 250 metros cúbicos.

O governador Henrique André Júnior efetuou uma visita ao município de Ambaca, com o intuito de avaliar o grau de execução das várias obras em curso a nível daquela municipalidade.

Na ocasião, o soba do município, Pedro Kitanda, esclareceu que a população vai deixar de consumir água das cacimbas, evitando deste modo contrair doenças causadas pelo consumo dos recursos hídricos não tratados.

A par da situação das águas, o governador provincial do Kwanza-Norte constatou ainda o andamento da construção de 25 residências, das 50 previstas, em relação ao projecto de casas evolutivas. Do tipo T-2, estão a ser erguidas num perímetro de cerca de quatro hectares, na localidade de Fuma. As obras que tiveram início no princípio do primeiro trimestre deste ano, terminam em Dezembro.

No que toca aos 200 fogos habitacionais, o governador foi informado sobre as duas casas modelo compostas por três quartos, casa banho, sala e cozinha.

Na comuna do Tango, que fie 35 quilómetros a Sul de Camabatela, o governante visitou a edificação de duas escolas, localizadas a nível da sede e sector do Hote, compostas por seis e duas salas.

A entrega das unidades pedagógicas à Administração Municipal Ambaca está marcada para 15 Maio do próximo ano.

## 8.25 Aumenta na comuna do Biópio a distribuição de água potável

*Jornal de Angola*

*31 de Julho de 2012*

A comuna do Biópio, Catumbela, passou a ter sistema de produção e distribuição de água canalizada construído no quadro do programa "Água para Todos", com capacidade para bombear 21 metros cúbicos por hora.

O sistema, com uma conduta com 7.350 metros, oito chafarizes e 11 ramais de ligação domiciliária, beneficia quatro mil habitantes . O ministro da tutela, que inaugurou a infra-estrutura, afirmou que o projecto "Águas de Benguela" se destina a casas da zona urbana e parte da zona suburbana urbanas de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta.

João Baptista Borges disse que em relação à energia eléctrica as dificuldades são maiores e que está a ser reforçada a capacidade de produção térmica na central da Quileva, em fase de reabilitação.

O ministro garantiu que a central térmica do Biópio, também em obras, vai aumentar para cerca de 100 mega watts a energia em Benguela. "Vamos investir na distribuição porque o escoamento da capacidade gerada tem ainda alguns estrangulamentos em função do estado degradado do equipamento e da rede entre as cidades de Benguela e do Lobito", declarou.

As obras de reabilitação da barragem hidroeléctrica do Lomaun, Cubal, estão concluídas.

"Falta apenas a ligação de uma linha de alta tensão entre o Lomaun e Benguela, cujas obras devem estar concluídas em Dezembro do próximo ano e a produção deve começar em 2014", disse o ministro.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Desencorajar a violência

*Jornal de Angola*  
3 de Julho de 2012

O combate à violência doméstica constitui das prioridades das autoridades, o que é compreensível, se tivermos em conta os danos que derivam de actos de agressão física e psicológica praticados em muitos lares angolanos.

As autoridades têm consciência da necessidade de se assegurar que em Angola haja famílias estáveis e bem estruturadas, pois isso garante paz social e um desenvolvimento harmonioso das pessoas, particularmente das crianças.

Estamos a reconstruir o país e a estabilidade das famílias é essencial para as pessoas poderem desenvolver normalmente as suas actividades e estarem permanentemente disponíveis para dar o seu contributo ao progresso do país, com a entrega total ao trabalho.

A violência doméstica tem causado problemas graves às vítimas, razão por que as autoridades tomaram medidas para a desencorajar e os lares serem locais em que se promova a boa convivência.

Ao desencorajar a violência doméstica, as autoridades têm em vista a diminuição dos conflitos intra-familiares, que se repercutem negativamente na vida das pessoas que compõem um agregado familiar.

Há mesmo casos em que a violência doméstica causa danos irreparáveis, o que levou o Estado a estabelecer mecanismos que impeçam que pessoas sofram nos seus próprios lares e que punam os agressores.

Felizmente, temos uma lei, que pode vir a contribuir para diminuir consideravelmente o número de casos de violência doméstica em Angola. Embora uma lei, por si só, não dê necessariamente solução aos problemas, o facto deste diploma legal prever penalidades aos agressores inibe, de algum modo, aqueles que são propensos a ofender física e psicologicamente os familiares.

A protecção da família tem sido uma das grandes preocupações do Estado, por intermédio de instituições que promovem o aconselhamento ou pela responsabilização criminal dos que atentam contra a integridade física de outrem.

O cerco aos autores de agressões nos lares angolanos está cada vez mais apertado, e isso dá-nos esperança de daqui a algum tempo não haver, ao nível do fenómeno da violência doméstica, tantos casos como os que ocorrido actualmente.

Os problemas da violência doméstica têm levado também instituições da sociedade civil a tomarem iniciativas no sentido de a combater energicamente pelos muitos males que têm causado à nossa sociedade.

A violência doméstica não se combate só pela punição dos agressores.

A violência doméstica combate-se também pela educação persistente, apelando-se para o resgate de valores morais e cívicos. Registamos com agrado a iniciativa da Direcção Provincial da Família da Família e da Promoção da Mulher na Lunda-Sul de promover um programa radiofónico que desencoraja a prática de violência doméstica.

O programa, a que deram o nome sugestivo "Zango um ussoko" (Alegria na família), tem contribuído para a redução da violência doméstica naquela província.

Estatísticas revelam que, este ano, até Abril o número de casos de violência doméstica naquela província reduziu para 128.

No ano passado e em igual período, o número de casos de violência doméstica foi de 180. Com trabalho permanente de sensibilização e de educação é possível resolvermos muitos destes problemas.

Os problemas não vão ser resolvidos muito rapidamente. Temos de ter paciência e vontade de fazermos esforços no sentido de se melhorar a situação da família. Esses esforços devem ser dirigidos não só à protecção das vítimas da violência, mas também à assistência aos agressores, que podem precisar de apoio psicológico.

As iniciativas que produzem resultados positivos devem ser seguidas. Se o programa radiofónico para desencorajar na Lunda-Sul a violência doméstica está a produzir efeitos positivos é bom que outras províncias considerem a possibilidade de promover iniciativas do género .

O que pretendemos afinal é que os casos de violência doméstica se reduzam consideravelmente em todo o país. Queremos que nenhum homem, mulher ou criança seja maltratado no seu próprio lar. Os lares angolanos devem ser lugares de harmonia e concórdia.

O Estado deve continuar a fazer a sua parte, criando condições para o acolhimento dos que, em virtude da violência, precisam de ser protegidos por instituições públicas e promovendo políticas que façam desaparecer as causas do fenómeno.

Também cabe ao Estado promover a formação de pessoas para atenderem em instituições adequadas aos que são vítimas de violência, tendo em conta as consequências de ordem física e psicológica que decorrem de maus tratos. Lidar com alguém que foi vítima de violência requer conhecimento especializado, na perspectiva de se atenuar o sofrimento daqueles que foram maltratados pelos seus próprios familiares.

## 9.2 Conferência sobre a mulher debate a violência

*Jornal de Angola*

*04 de Julho de 2012*

O Executivo defende maior intervenção na prevenção, detenção, e tratamento de questões sobre a violência doméstica contra a mulher, garantiu ontem, em Luanda, o ministro da Assistência e Reinserção Social João Baptista Kussumua. O ministro falava na cerimónia de abertura da primeira conferência sobre a "Mulher e a Violência Doméstica em Angola" em representação do Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

João Baptista Kussumua disse que o assunto requer uma abordagem mais profunda e coordenada e defendeu que a violência doméstica exige o esforço participativo de todos os atores que contribuem para o desenvolvimento do país. João Baptista Kussumua disse que é necessário criar um contexto educativo e cultural que modifique as condicionantes que levam o problema a persistir.

O ministro lembrou que a Lei aprovada no dia 21 de Junho de 2011 pela Assembleia Nacional contra a violência doméstica resolveu um problema antigo. Neste quadro jurídico, a lei incorpora pontos específicos como a criminalização de agressões físicas ou psicológicas. João Baptista Kussumua recordou também que entre as políticas públicas aprovadas, está prevista a construção de abrigos para as vítimas que não possuem recursos próprios juntamente com apoio psicológico e material oferecido pelo Executivo. O ministro reconheceu que nos últimos anos, a integração da mulher nas políticas do país tem assumido uma importância crescente na agenda nacional, com objetivos claros pautados na estratégia de combate à pobreza a médio e longo prazo.

"Apesar da igualdade entre o homem e a mulher ser reconhecida como um direito fundamental, ainda persistem desigualdades, iniquidades e discriminações que continuam a expor a mulher aos mais diversos factores de vulnerabilidade social e económica", disse o ministro. A ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, em declarações à imprensa, considerou a igualdade de género como um problema social, por isso, disse, "estamos a trabalhar para que todos tenham consciência de que a violência é crime e que temos de nos tratar como seres humanos".

Genoveva Lino acrescentou que tem de existir uma reciprocidade contratual entre homens e mulheres. Informou que os casos de denúncia têm aumentado, o que considerou uma conquista, porque vem confirmar que o instrumento legal está a ser reconhecido e que a sociedade está a reagir.

O ministro da Assistência e Reinserção Social João Baptista Kussumua homenageou a única mulher que integrou o grupo de militares da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), a subchefe da Polícia de Intervenção Rápida, Josefina Augusto Casseque, com um quadro de honra.

Josefina Augusto Casseque manifestou a sua satisfação pela homenagem e recordou que foi com "prazer e honra" que cumpriu a missão de levar o espírito de paz à Guiné-Bissau. Recordou que já esteve em missões semelhantes na África do Sul, e que nunca se sentiu intimidada pelos companheiros porque "sou capaz".

## 9.3 Implementação da unidade anti-crime

*Angolense*

*6 de Julho 2012*

A referida unidade é formada por efetivos selecionados, aos quais foram ministrados técnicas de intervenção e auxílio à investigação criminal, acções de busca e captura de indivíduos prófugos, considerados perigosos e com historial de reincidência.

Segundo o ministro do Interior, Sebastião Martins, a realidade social do país tem sido ultimamente marcada por um aumento significativo de crimes violentos e com cariz organizado e em consequência da alteração pela negativa do sentimento de segurança das populações. Falando no acto do seu lançamento, em Luanda, o governante adiantou que a unidade da Polícia Nacional responde precisamente a efectivação de um estudo sobre a inversão do quadro actual no campo da criminalidade na capital do país.

O ministro disse ainda que, a Unidade Especial Anti-Crime é uma novidade e representa empenho no combate ao crime e actuará numa óptica complementar a acção regular e cotidiana da Ordem Pública e terá um acompanhamento especial do Comando-Geral da Polícia Nacional e do próprio Ministério do interior.

Sebastião Martins informou que, a referida unidade é uma força especial que vai actuar de forma especial, nos marcos da lei e estrito respeito dos elementares direitos do cidadão, mas com o vigor e autoridade próprias de uma força que actua num contexto de profunda alteração dos indicadores de segurança a nível da criminalidade violenta e organizada, visando aumentar rapidamente a segurança comunitária.

Com efeito, disse que a expectativa é grande, mas maior ainda é a certeza de que ela saberá desempenhar-este papel com ânimo e exemplar dedicação.

Dirigindo-se aos recém-formados, Se bastão Martins disse: " As populações das áreas mais afectadas pelo crime esperam que, com a vossa presença e actuação, se altere o sentimento de segurança que hoje afecta algumas áreas da nossa cidade e está esperançada que a vossa acção, sustentada na lei, na ordem e pelo respeito aos direitos e garantias constitucionais, se constitua na garantia de um país seguro e digno de se viver", frisou.

Martins admitiu a hipótese desta iniciativa vir a estender-se as outras províncias que eventualmente possam apresentar alterações no quadro da criminalidade e que, por via disso, requer também actuação de uma unidade especializada.

O responsável disse, por outro lado, ser característico um certo grau de sofisticação do modus operandis dos criminosos e uma maior violência no cometimento de crimes, onde o recurso a armas de fogo está cada vez mais banalizado.

"Os criminosos aparentemente não têm, hoje, qualquer relutância em desafiar a autoridade do Estado, tentando suplantar as acções operacionais que a Polícia Nacional tem desenvolvido para contrariar a tendência ascendente da criminalidade", referiu. Perante essa realidade, notou o Ministério do Interior, através do Comando-Geral da Polícia Nacional, está a implementar medidas estratégicas de contenção ao a Unidade Especial Anti-Crime.

Como frisou, tal unidade está doptada de tácticas e objectivos devidamente definidos, a fim de auxiliar a Ordem Pública e dar uma resposta mais adequada no sentido da alteração da situação operativa.

"Pretende-se, e é nossa aposta, garantir a ordem e segurança pública, e de um verdadeiro ambiente de paz social para que o cidadão se sinta em plena liberdade e segurança para o consciente e pleno exercício do seu dever cívico de participar nas eleições gerais", destacou.

Por outro lado, o titular da pasta do Interior sublinhou que a nova estratégia de enfrentar os crimes deve contar com a prestimosa colaboração das comunidades, "para que dessa forma todos contribuamos para a rápida redução dos índices de criminalidade".

Com este passo, continuou, seguramente, nos próximos tempos teremos uma nova realidade em relação a resposta à criminalidade em Luanda, e temos certeza de que no fim poderemos fazer um balanço de que valeu a pena a iniciativa de criação desta unidade ad hoc", notou.

A apresentação da nova Unidade Especial Anti-Crime teve lugar na Unidade Operativa de Luanda e contou com a presença de funcionários do Ministério do Interior e de entidades da sociedade civil.

#### 9.4 Polícia recolheu centenas de armas que se encontravam nas mãos dos civis

*Jornal de Angola*  
6 de Julho de 2012

A Polícia Nacional recolheu na província de Luanda armas de fogo de diversos calibres, numa operação integrada na campanha de desarmamento de civis, que iniciou em Abril de 2008.

Segundo a corporação, foram recolhidas 109 armas diversas no mês de Maio nos bairros do Cazenga, Samba, Viana, Cacuaco, Rangel, Kilamba Kixaxi, Maianga, Ingombota e Sambizanga.

A Polícia Nacional prossegue a campanha de sensibilização para a entrega de armas nos locais de maior concentração da população.

A líder espiritual da Igreja Teosófica Espírita, Suzete João, considerou positiva a campanha de desarmamento da população. Em declarações à Angop, reafirmou a disposição da Igreja em contribuir para este processo.

"A Igreja, como parceira do Estado e como membro da sociedade civil, tem o dever de contribuir no processo de desarmamento da população, com vista a participar na consolidação da paz", referiu.

Suzete João disse ser necessário que a Igreja desempenhe o seu papel na pacificação do país, incutindo na população os princípios do amor e da fraternidade. "É necessário que cada angolano que ainda possui armas em sua posse as entregue às autoridades competentes, visto que este é o tempo da consolidação da paz, da fraternidade e da harmonia", enfatizou.

"A missão da Igreja tem como base fundamental a convivência pacífica entre todos os habitantes da Terra e neste contexto temos que condenar todo o acto que viole este princípio", sublinhou.

O processo de desarmamento levado a efeito pelo Executivo permite garantir um clima de paz e tranquilidade no país e promover um sentimento de maior segurança às populações. O pronunciamento da juventude do Cazenga, Jones Catarino, a propósito do processo de desarmamento em curso no país, tendo em conta a realização das próximas eleições gerais. "Ao possuírem armas de fogo em casa estão a expor o perigo à própria sociedade", explicou.

O representante da juventude defende a intensificação de uma campanha de esclarecimento entre o perigo das armas, pois as eleições gerais devem realizar-se com um clima de paz, tranquilidade e organizado.

O programa de desarmamento da população civil é financiado na sua totalidade pelo Executivo.

O artigo 253 do Código Penal angolano prevê até 12 anos de prisão efectiva ao cidadão que possuir uma arma de fogo em situação

## 9.5 Um problema de saúde pública

*Novo Jornal*

*06 de Julho de 2012*

O ministério da Assistência e Reinserção Social" João Baptista Kussumua, considerou terça-feira, 3, a violência doméstica "um problema de saúde pública".

O governante fez a afirmação no seu discurso de abertura da primeira Conferência sobre a Violência Doméstica sobre a Mulher em Angola, frisando que o reconhecimento da gravidade do problema é a etapa básica e essencial na busca de soluções".

"A violência doméstica aparece de, forma emergente, constituindo-se um novo desafio, que carece de respostas eficazes de abordagem e intervenção do sistema de saúde", referiu João Baptista Kussumua.

De acordo com o ministro, a questão da violência requer uma abordagem profunda e coordenada. "De facto, a violência doméstica, nas suas mais variadas formas, exige o esforço participativo de todos os actores do desenvolvimento do país", frisou. Para João Baptista Kussumua, a busca de soluções sustentáveis passam por um tratamento adequado das causas adjacentes à esta problemática, incluindo razões estruturais que contribuem para as desigualdades do género, social e económica que ainda existem na nossa sociedade. Segundo o ministro, apesar da igualdade entre o homem e a mulher ser reconhecida como um direito fundamental, ainda persistem desigualdades, iniquidades e discriminação que continuam a expor a mulher aos mais diversos factores de vulnerabilidade social e económica.

Na violência doméstica contra a Mulher, prosseguiu, encontra-se subjacente um problema da discriminação de género, por isso torna-se necessário criar um contexto educativo, cultural, que mude as condicionantes que levam o problema a persistir.

O titular da pasta recordou que a Lei aprovada a 21 de Junho de 2011 pela Assembleia Nacional resolveu um problema antigo. Neste quadro jurídico, a lei incorpora pontos específicos como a criminalização de agressões físicas e psicológicas. Kussumua lembrou ainda que entre as políticas públicas aprovadas, está prevista a construção de abrigo para as vítimas juntamente com o apoio psicológico e material.

Por seu turno, a ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, disse que a base para se constituir uma sociedade sã, depende dos valores estruturados dentro de cada família. "Por esta razão os Estados estabelecem normas e regulamentos de conduta com o intuito de harmonizar as relações entre indivíduos em particular e inseridos na família, em geral, porque a estabilidade, sanidade e fortaleza da sociedade depende de como se estruturam e funcionam", salientou.

Genoveva Lino frisou que nos últimos anos o fenómeno da violência tem tomado proporções "de gravidade destrutiva" no seio das famílias, constituindo um perigo eminente na estabilidade dos alicerces da sociedade.

Dados do Ministério da Família e Promoção da Mulher indicam que no segundo trimestre de 2011 registaram-se no país 1.086 casos de violência doméstica, dos quais foram vítimas 964 mulheres (89 %) e 122 homens (11%).

Estatísticas mostram, ainda que os autores variam de acordo com o tipo de violência praticado e o contexto sócio-cultural em que a mesma ocorreu.

A conferência teve como principais objectivos reflectir sobre a problemática da desigualdade no género, realçar as discrepâncias entre mulheres e homens, enquanto agentes da violência no género, e o papel da família no combate à violência doméstica.

O evento teve dois painéis e foram debatidos temas como a "Importância da Igualdade de Género", "A lei contra a violência doméstica, serviços existentes de apoio à vítima", "O papel da família", entre outros temas.

O evento, organizado em parceria com o Banco Espírito Santo, contou com a participação do Brasil.

## 9.6 Brigada anti-crime já em actuação

*O Independente*

*07 de Julho de 2012*

A Polícia Nacional procedeu segunda-feira, 02/07 em Luanda, ao lançamento de uma Unidade Especial Anti-Crime (UEAC), com vista a auxiliar a manutenção da ordem pública e dar resposta mais adequada à situação operativa na capital do país, em acto orientado pelo ministro do Interior, Sebastião Martins.

A referida unidade é formada por efectivos devidamente seleccionados, aos quais foram ministradas técnicas de intervenção e auxílio à investigação criminal, acções de busca e captura de indivíduos prófugos, considerados perigosos e com historial de reincidência.

Na Unidade Operativa de Luanda (UOL), em presença de altos funcionários do Ministério do Interior e altas patentes da corporação, o ministro Sebastião Martins orientou a entrada imediata em funções dos efectivos.

"Com este passo, seguramente, nos próximos tempos, teremos uma nova realidade em relação a resposta à criminalidade aqui, em Luanda, e temos certeza de que no fim poderemos fazer um balanço de que valeu a pena a iniciativa de criação desta unidade ad hoc", notou.

O ministro do Interior, Sebastião Martins, disse hoje que a nova Unidade Especial Anti -Crime vai se constituir numa ferramenta fundamental com vista a reverter o actual quadro da criminalidade ao nível da cidade de Luanda.

Falando no acto do seu lançamento, o governante adiantou que a unidade ad hoc da Polícia Nacional responde precisamente a efectivação de um estudo sobre a inversão do quadro actual no campo da criminalidade na capital do país.

" Esta unidade é uma novidade e representa o nosso empenho no combate ao crime e actuará numa perspectiva complementar a acção regular e quotidiana da Ordem Pública e terá um acompanhamento especial do Comando-Geral da Polícia Nacional e do próprio ministro do Interior", referiu.

Informou ser uma força especial que vai actuar de forma especial, nos marcos da lei e estrito respeito dos elementares direitos do cidadão, mas com o vigor e autoridade própria de uma força que actua num contexto de profunda alteração dos indicadores de segurança a nível da criminalidade violenta e organizada, visando aumentar rapidamente a segurança comunitária.

Com efeito, disse que a expectativa é grande, "mas maior ainda é a certeza de que ela saberá desempenhar este papel com brio e exemplar dedicação".

## 9.7 Violência doméstica e poligamiadesestruram família

*Semanário Factual*

*De 07 à 14 de Julho de 2012*

Segundo psicólogos e professores de Direito, o fenómeno da violência é consequência da poligamia, amiúde, na sociedade angolana, particularmente nas ditas tradicionais, onde as influências modernas sobre o conceito de cônjuge está a influenciar a discórdia das mulheres em sentirem-se liberadas, ao ponto de manifestarem o seu descontentamento no lar.

Maria da Encarnação Pimenta distinguiu, igualmente, as consequências do casamento monogâmico e do poligâmico, afirmando que os dois estão, intimamente, ligados a fenómenos que estimulam a violência doméstica, o abandono de crianças e a promiscuidade sexual.

A professora, que falava durante o lançamento do seu mais recente livro, "Amantes, Concubinas ou Esposas?", salientou ser necessário repensar na influência do casamento monogâmico na vida das famílias angolanas, repensar sobre as suas repercussões na construção do tecido social e no desenvolvimento dos valores morais e religiosos do indivíduo".



Conforme o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, que falava na "1ª Conferência sobre a Mulher e a Violência Doméstica em Angola", de terça-feira, 04, a violência doméstica contra a mulher constitui um desafio ao primado dos direitos humanos, por ferir a dignidade humana e cercear as oportunidades de desenvolvimento pleno de cidadania.

"O fenómeno violência doméstica constitui grave problema que necessita de ser reconhecido e encarado pela sociedade e pelo Estado, adoptando políticas públicas que favoreçam a sua prevenção e combate, assim como contribuam para o reforço da rede de apoio à vítima".

O primeiro estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a violência doméstica revela que a forma mais frequente de actos de violência de que as mulheres são vítimas é a causada pelos seus parceiros e que estas agressões são muito mais frequentes do que as agressões ou violações cometidas por um conhecido ou por um desconhecido

No 2º trimestre de 2011, registaram-se, em Angola, mil e 86 casos de violência, dos quais foram vítimas 964 mulheres (89 por cento) e 122 homens (11 por cento).

## 9.8 Os desafios do Executivo para combater a violência doméstica

*Semanário Factual*

*De 07 à 14 de Julho de 2012*

João Baptista Kussumua intervinha durante a abertura da 1ª Conferência sobre a Mulher e a Violência Doméstica, promovida pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher (MFP.M) e pelo Banco Espírito Santo Angola (BESA).

Dados disponíveis do Ministério da Família e Promoção da Mulher revelam que, em 2010, foram registados seis mil 515 casos de violência doméstica nas formas física, psicológica, económica, laboral e sexual.

O governante salientou o Executivo Angolano estar preocupado com o problema que classifica como questão de saúde pública.

"A procura de soluções sustentáveis passa, obviamente, por um tratamento adequado das causas subjacentes a esta problemática, incluindo razões estruturais que contribuem para as desigualdades do género social e económica que ainda existem na nossa sociedade", referiu João Baptista Kussumua.

O ministro sublinhou a violência doméstica contra a mulher "constituir, até agora, grave problema que necessita de ser reconhecido e encarado, quer pela sociedade em geral, quer pelo Estado, através da adopção de políticas públicas que favoreçam a sua prevenção e combate que contribuam para o reforço e abrangência da rede de apoio à vítima".

Angola aprovou, há um ano, a Lei Contra a Violência Doméstica que incorpora pontos específicos, desde a criminalização de agressões físicas ou psicológicas, até políticas públicas de prevenção que estão a ser implementadas.

Entre as políticas públicas aprovadas, está prevista a construção de abrigos para as vítimas, apoio psicológico e material gratuito. Para os casos graves, a lei prevê a capacitação de agentes para a promoção da reconciliação familiar.

Na apresentação do tema "Serviços Existentes em Angola de Apoio à Vítima", a directora nacional dos Direitos da Mulher, Sandra Melin, disse que o País está dotado de centros de aconselhamento nas direcções provinciais do ministério e na capital angolana, Luanda. Essas estruturas estão espalhadas por todos os municípios.

De acordo com Sandra Melin, é preciso fazer diminuir os casos de violência doméstica, salientando a necessidade da construção de casas de acolhimento para as vítimas que, por falta delas, são obrigadas a conviver com os agressores, acabando, muitas vezes, alguns casos em mortes.

A responsável apresentou, como aspectos a melhorar, as condições de trabalho nos centros de aconselhamento, a promoção de acções de formação, a divulgação da Lei contra a Violência Doméstica, a realização de debates públicos e a troca de experiência com países como Brasil, Portugal, Noruega e Moçambique.

A 1ª Conferência sobre a Violência Doméstica contra a Mulher contou com a participação do Brasil, além de governantes angolanos e representantes de órgãos das Nações Unidas.

## 9.9 Mulheres debatem violência doméstica

*Agora*

*07 de Julho de 2012*

Ao discursar no Iº Congresso sobre a violência doméstica, João Baptista Kussumua referiu que o problema fere não só a pessoa humana mas também o primado da lei cerceando desta forma as

oportunidades de desenvolvimento pleno de cidadania.

A violência tem de ser combatida, adoptando políticas públicas que favoreçam a sua prevenção, e que contribuam para o reforço da rede de apoio à vítima.

As questões de género constituem um factor indispensável no processo de desenvolvimento pois, derrubam as barreiras ligadas à educação tradicional, harmonizam as relações sociais, criam oportunidades iguais em todas as áreas e níveis e constroem uma sociedade onde o direitos humanos se fazem sentir.

"É imprescindível a implementação de acções de sensibilização, educação, capacitação e monitorização para que as comunidades possam perceber a necessidade de mudança de comportamentos, atitudes e práticas", sublinhou, acrescentando que "o homem e a mulher são biologicamente diferentes mas socialmente iguais, já que estabelecem relações em si que se complementam, no respeito e na solidariedade".

Baptista Kussumua associou a violência doméstica ao impacto negativo que doenças como HIV /SIDA provocam nas famílias, lembrando que, em 2002 a Organização Mundial da Saúde (OMS) considerava a violência, no seu conjunto, como uma das principais causas de morte e de lesões não-fatais no mundo

## 9.10 População faz entrega voluntária

*Jornal de Angola*

*09 de Julho de 2012*

A campanha de desarmamento da população civil registou a entrega voluntária de onze armas de fogo e vários projecteis que estavam em posse ilegal dos cidadãos na província do Cunene, no período de 26 de Junho a 3 de Julho.

Segundo o balanço da Polícia Nacional naquela província, a população respondeu ao apelo das autoridades sobre o perigo que as armas ilegais representam para sociedade, sobretudo na fase de pré-campanha eleitoral. O comando provincial da polícia registou 32 crimes de natureza diversa, menos cinco em relação ao período anterior, tendo resultado na detenção de 30 cidadãos.

" As populações das áreas mais afectadas pelo crime esperam que, com a vossa presença e actuação, se altere o sentimento de insegurança que hoje afecta algumas áreas da nossa cidade e está esperançada que a vossa acção, sustentada na lei, na ordem e pelo respeito aos direitos e garantias constitucionais, se

constitua na garantia de um país seguro e digno de se viver", frisou o ministro dirigindo-se aos efectivos.

Entretanto, o Sebastião Martins admitiu a hipótese desta iniciativa vir a estender-se as outras províncias que eventualmente possam apresentar alterações no quadro da criminalidade e que, por via disso, requer também actuação de uma unidade especializada.

Segundo o ministro, a realidade social do país tem sido ultimamente marcada por um aumento significativo de crimes violentos e com cariz organizado e, em consequência, a alteração pela negativa do sentimento de segurança das populações.

Disse ser sintomático um certo grau de sofisticação do modus operandis dos criminosos e uma maior violência no cometimento de crimes, onde o recurso a armas de fogo está cada vez mais banalizado.

"Os criminosos aparentemente não têm hoje qualquer relutância em desafiar a autoridade do Estado, tentando suplantar as acções operacionais que a Polícia Nacional tem desenvolvido para contrariar a tendência ascendente da criminalidade", referiu.

## 9.11 Criminalidade traumatiza municípios de Cacuaco

*Novo Jornal*

*13 de Julho de 2012*

O município mais a norte, de Luanda, Cacuaco, continua a assistir aos actos de delinquência protagonizados por adolescentes e jovens da zona.

Ser município de Cacuaco não é fácil tudo porque os moradores são confrontados diariamente com assaltos e roubos à mão armada, na calada da noite e muitas vezes à luz do dia.

As queixas destes populares são cada vez mais, constantes, garantindo que os meliantes continuam, sem cessar, a tirar o sossego às pessoas. As causas do aumento da criminalidade são atribuídas, geralmente, ao crescimento desordenado da zona, bem como ao excesso de jovens desocupados que têm a criminalidade como forma de sustento.

'Esta semana, os moradores do bairro Boa Esperança I estão a enfrentar muitos assaltos à motorizadas e à residências, protagonizados por indivíduos da rua da Naval, na famosa zona da Hollywood.

Os moradores dessa área contaram à nossa reportagem, que sempre que se fizer tarde o melhor é

não circular nas ruas, porque é certo que será assaltado.

Segundo o morador Gil, único nome pelo qual quis se identificar, residente no bairro Boa Esperança I, os meliantes estão a aterrozizar os moradores daquela zona há cerca de um mês.

Aquele interlocutor conta que um dos seus amigos foi vítima de um assalto, perpetrado por um grupo de indivíduos ainda por identificar, que arrombaram levando consigo uma botija de gás; um DVD, um gerador, além de uma quantia monetária que serviria para a aquisição de um portão.

Nesta terça-feira, os meliantes tentaram assaltar a mesma casa, mas os seus intentos foram gorados graças à intervenção de alguns vizinhos militares, que responderam ao pedido de socorro da vítima, efectuando alguns disparos para o ar, dispersando assim os assaltantes.

"Estamos com muito medo de denunciar, porque sempre que procedemos desta maneira os meliantes são detidos e em pouco tempo regressam. Quando assim acontece eles depois vingam-se das pessoas, o que é que podemos fazer", questionou-se, afirmando que muitas vezes chegam mesmo a tirar a vida das pessoas.

Os populares manifestam ainda a sua preocupação pelo facto de lá nos locais onde a prática da criminalidade é frequente e elevada não se observar a presença de efectivos da corporação, nem o patrulhamento da polícia.

Os locais críticos são o bairro da Boa Esperança III, vulgo Balumuca, onde se encontram as gang's "Os Piratas" e os "d'Amazónia", Boa Esperança I e II (os "Skomany", "CCL" e os "Naval"), bem como a paragem da Kianda, onde os meliantes fazem-se passar por lotadores" de táxi no bairro Compão, com os "Corre 60".

A falta de carros e o reduzido número de agentes nas esquadras locais são as razões evocadas pela polícia, que se vê limitada no cumprimento do seu papel, possibilitando assim o alastramento da criminalidade.

## 9.12 Polícia ou Bandido?

*Angolense*

*13 de Julho de 2012*

Um agente da Polícia tem de ter autodomínio, não pode ser confundido com um marginal só porque tem uma arma de fogo em sua posse e pode andar aos tiros.

Hoje, quer queiramos quer não, o cidadão sente-se inseguro junto de um agente da polícia - não pode ser assim.

O facto de ser agente da autoridade, não dá o direito de abusar da farda e da arma de fogo - são muitos casos juntos que nos levam a questionar a formação destes agentes.

Afinal aprendem o que na escola. Matar quando se desentende com um cidadão indefeso?

Gostaria ver o agente que atirou contra a cidadã a ser punido severamente, não basta o processo disciplinar, deve ser julgado e condenado.

Na minha maneira de analisar os factos, os agentes não teriam direito a armas de fogo permanentes, como se tratasse de roupa ou de um telemóvel.

Algo está errado nisso. Na minha óptica, o agente só estaria habilitado a usar arma de fogo quando estivesse em serviço e com as munições contabilizadas. Nada da anarquia de cada um ter duas armas em casa, porque imaginemos que a casa de um Polícia seja assaltada, a arma aí encontrada vai ser utilizada pelos marginais.

Esta maneira, como falar do desarmamento da população civil, se por algum assalto à casa de um agente, uma arma de fogo pode estar fora do controlo da Polícia. A corpo razão tem de ser o primeiro a dar exemplo - não se pode permitir que em tempos de paz os angolanos continuem a morrer de forma inglória.

## 9.13 Mulheres são incentivadas a legalizar os seus negócios

*Jornal de Angola*

*13 de Julho de 2012*

A Associação das Mulheres Empresárias da Igreja Universal do Reino de Deus (Ameiangola) realiza no dia 23, na Catedral do Alvalade, em Luanda, uma palestra subordinada ao tema "Como criar e estabelecer o seu negócio". O encontro, que acontece às 18 horas, vai reunir membros do Executivo, sociedade civil e mulheres empreendedoras de vários sectores.

Em entrevista ao Jornal de Angola, a presidente da organização, Severina Coelho, disse que o objectivo da Ameiangola é ajudar o Executivo no combate à pobreza, procurando auxiliar as mulheres a manter os seus negócios. "Boa parte das famílias depende das mulheres. E muitas até têm conseguido fazer dinheiro com o que vendem, mas ainda assim têm dificuldades

em aplicar os lucros", disse, acrescentando que "a melhor forma de vermos as mulheres a saírem da situação de dificuldade que enfrentam é dando-lhes conhecimento".

Com a realização de palestras, Severina Coelho disse que a Ameiangola procura dar conhecimento às mulheres e mostrar que os lucros devem ser repartidos em partes. "A primeira para gastar, a segunda para dar continuidade ao negócio, enquanto a terceira serve para o investimento futuro", explicou.

Além dos encontros que acontecem nas igrejas, referiu, a organização tem realizado aconselhamento directo nos mercados, onde são passadas as informações sobre a necessidade de as mulheres abrirem uma conta bancária, pagarem os impostos e sobre as vantagens de se inscreverem na segurança social. "Muitas mulheres trabalham e acabam por gastar o seu dinheiro somente em alimentação, quando poderiam investir o que ganham e assim melhorar a sua condição de vida", sustentou Severina Coelho.

A presidente da associação disse que é intenção da Ameiangola dar qualificação profissional, desenvolver novas competências para o crescimento dos negócios, assim como oportunidades de liderança e o trabalho de equipa. "Pensamos nos próximos tempos desdobrar-nos para as províncias, a fim de darmos este suporte e ajudarmos mulheres empreendedoras", disse.

Fundada em Outubro de 2011, a Ameiangola conta actualmente com 500 membros e tem como objectivo a redução do índice de pobreza, legalização do negócio informal, fomento de micro, pequenas e médias empresas, bem como a melhoria da competitividade comercial.

## 9.14 O combate à delinquência

*Jornal de Angola*  
13 de Julho de 2012

A Polícia Nacional está a dar nos últimos tempos um cerrado combate à criminalidade, mobilizando efectivos de várias especialidades da corporação para operações destinadas a neutralizar e prender o maior número possível de delinquentes. Uma operação realizada esta semana no município do Cazenga resultou na detenção de 37 pessoas supostamente envolvidas na prática de vários crimes.

A envergadura da operação "Cazenga tranquila" permitiu-nos perceber que a nossa Polícia Nacional não pretende dar tréguas aos criminosos que operam

em vários bairros de Luanda e que têm tirado tranquilidade às populações.

As detenções de delinquentes realizadas no Cazenga podem fazer diminuir o índice de criminalidade nesse populoso município, onde ocorriam ilícitos criminais de natureza diversa, como homicídios, violações sexuais e assaltos à mão armada na via pública, a estabelecimentos comerciais e a residências.

É boa notícia o facto de o segundo comandante geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, ter anunciado que operações idênticas a que foi realizada no Cazenga vão continuar em Luanda, o que dá garantias aos cidadãos que nos próximos tempos terão cada vez mais tranquilidade ..

É acertada a decisão de se fazerem operações em grande profundidade e com uma extensão que iniba os potenciais delinquentes de cometer crimes nos bairros suburbanos mais problemáticos em termos de índices de criminalidade.

O crime violento deve merecer a devida resposta da parte das autoridades policiais, que têm meios para assegurar sossego às populações, particularmente no período da noite, em que ocorrem mais ilícitos criminais.

É positivo o facto de as nossas autoridades policiais terem um conhecimento profundo da situação da criminalidade na capital do país, tendo identificado as áreas de maiores problemas, para neutralização e prisão de marginais. O conhecimento do "modus operandi" dos delinquentes e da sua localização facilita sobremaneira as operações destinadas a combater a criminalidade. Estão hoje muitos delinquentes a adoptar métodos de actuação sofisticados, o que pode dificultar o trabalho da Polícia, pelo que esta, tendo consciência disso, não tem hesitado em usar os meios necessários para estar à altura da complexidade que encerra o combate ao crime organizado.

Estando as nossas autoridades atentas aos problemas relacionados com a criminalidade e estando a agir no sentido da sua efectiva neutralização, os cidadãos têm razões para ter esperança de que melhores dias virão no que diz respeito à sua segurança nos bairros em que habitam.

A recente prisão de delinquentes altamente perigosos que faziam assaltos à mão armada na via pública, para roubo de viaturas, é sintoma de que há tolerância zero em relação aos criminosos.

As populações, essas, devem colaborar com as autoridades policiais para mais facilmente se neutralizar as acções dos criminosos. Não devemos ter receio de denunciar os que perturbam a ordem

pública e cometem crimes hediondos. A Polícia Nacional tem certamente mecanismos de protecção dos cidadãos que voluntariamente denunciarem os que cometem ilícitos criminais.

É necessário entretanto que os cidadãos se inteirem, tenham conhecimento desses mecanismos de protecção, a fim de que se sintam encorajados a ajudar a Polícia a encontrar os criminosos, sem receio de serem molestados pelos indivíduos denunciados ou por familiares destes.

A criminalidade no país justifica que se criem mecanismos expeditos e eficazes de colaboração entre as populações e a Polícia Nacional, porque temos todos o interesse em assegurar a ordem pública. Ninguém deve dar tréguas à criminalidade. Ajudar a Polícia a prender delinquentes é salvar vidas humanas e salvaguardar outros bens. Temos de estar todos na mesma linha de combate a um mal que nos perturba.

Temos todos de participar no combate à criminalidade. Cada cidadão deve sentir-se no dever de contribuir também para o bem-estar da comunidade. A Polícia precisa de informação para actuar. A informação é decisiva para as operações policiais contra a delinquência. E muitas vezes são os cidadãos que têm informação sobre a conduta e o paradeiro dos delinquentes .

Os cidadãos esperam que haja outras operações policiais nos bairros e que estas sejam regulares. A operação "Cazenga tranquila" gerou um clima de satisfação generalizada entre os moradores desse município, tendo aumentado o prestígio da nossa Polícia Nacional.

É justo enaltecer o trabalho feito no Cazenga pela Polícia e encorajar as nossas autoridades a prosseguir a sua nobre missão de garantir a segurança das populações.

## 9.15 Marginais semeiam luto no kalawend

*Semanário Angolense*  
14 de Julho de 2012

O bairro Kalawenda, surgido na década de oitenta, município do Cazenga, tornou-se nos últimos tempos numa das zonas mais sangrentas da cidade capital, segundo populares. Cidadãos explicaram ao *Semanário Angolense*, de Maio a Junho do ano em curso, 16 pessoas perderam a

vida naquela zona de Luanda, em acções perpetradas por agentes do crime (marginais).

Violação sexual a menores, mortes, assaltos a residências, de viaturas e a kinguilas são as preferências dos meliantes, que se consideram donos das noites no bairro Kalawenda, segundo as fontes.

Os populares apontam a falta de iluminação na zona e fraco policiamento como as principais causas do elevado índice delinquência, que já afugentou muitos jovens para outros lugares.

Disseram que as kinguilas, moto-taxistas, trabalhadores e estudantes são os mais visados das acções dos delinquentes que semeiam o terror e mortes no Kalawenda, adstrito à comuna do Tala-Hadi, município do Cazenga.

«No período nocturno, as mulheres são vítimas, chegam a ser abusadas sexualmente se mostrarem alguma resistência. Se os criminosos acharem que alguma delas não satisfaz os seus desejos sexual, acabam mesmo por tirar a vida» frisou um morador.

Apavorados, os populares aludem ainda aos constantes assaltos a residências, kinguilas e automobilistas que, segundo contam, também têm resultado em vítimas dos amigos do alheio que têm como preferência as viaturas e dinheiro.

Lamentaram que, há mais de dezassete anos, o bairro não beneficia do fornecimento de energia eléctrica da Empresa de Distribuição de Luanda EDEL, não obstante os projectos que estão a ser levados a cabo por algumas empresas prestadoras de serviço ao Estado.

A Divisão da Polícia do Cazenga está ao corrente do assunto, mas consegue inverter o quadro, tendo em conta a dinâmica e acções dos marginais, que geralmente se desdobram em várias áreas.

## 9.16 Polícia atira a matar

*Folha 8*  
14 de Julho de 2012

A Polícia Nacional tem estado, nos últimos dias a dar sinal de pretender acabar definitivamente com os níveis alto de criminalidade em Luanda.

As operações que realizou na madrugada do dia 11.07 no município do Cazenga e contou com a presença das mais altas patentes da corporação e do ministro do Interior são prova disso, assim como o lançamento oficial da Brigada Anti-Crime. No dia 11/17 uma realidade junta-se aos esforços da Polícia. Dois supostos assaltantes foram mortos numa troca de tiro com a Polícia quando tentavam assaltar uma

viatura que transporta cerca de 250 mil dólares pertencente a uma empresa privada.

Segundo fontes policiais, quatro assaltantes transportados por duas motos rápidas seguiam o funcionário da referida empresa desde uma das dependências do banco BIC onde fez o levantamento dos valores por volta das 14 horas. Na zona da Gamek os supostos assaltantes interpelaram a viatura e efectuaram disparos. "Apercebendo-se da situação, uma patrulha nossa no local repostou de imediato, havendo troca de tiros, na qual dois elementos do grupo foram atingidos mortalmente", explicou o comandante da divisão Eduardo Diogo, acrescentando que os outros conseguiram fugir.

Por seu turno, a operação no Cazenga resultou na detenção de 37 suspeitos de graves crimes, nove armas de diferentes calibres, 13 veículos e nove motocicletas roubadas, além de drogas.

### 9.17 Polícia intensifica operações de combate à criminalidade

*Jornal de Angola*

18 de Julho de 2012

A Polícia Nacional no Huambo vai intensificar, a partir deste mês, as suas acções de combate à criminalidade, actuando com respeito e dignidade, para que as eleições gerais marcadas para 31 de Agosto próximo decorram num clima de paz e tranquilidade.

A intenção foi manifestada ontem, naquela cidade, pelo comandante provincial, comissário Elias Dumbo Livulo, quando discursava na abertura do 350 Conselho Consultivo da delegação do Ministério do Interior.

O comandante e também delegado do Ministério do Interior disse que os cidadãos vão exercer o seu direito de voto, como dever de cidadania, com a tranquilidade e segurança necessárias.

Para que tal aconteça, frisou, é necessário redobrar os esforços, imbuídos no espírito de corpo e missão que sempre caracterizou os membros da delegação.

"Reconhecemos que o combate à criminalidade não tem sido fácil, se olharmos às inúmeras dificuldades que vivemos, mas os nossos efectivos sempre souberam dar o melhor de si para que fosse possível alcançar os resultados que até ao preciso momento temos obtido", ressaltou. O comissário Elias Dumbo Livulo manifestou o seu apreço pela dedicação, entrega e elevado espírito patriótico demonstrado pelos oficiais, subchefes, bombeiros, agentes, especialistas e trabalhadores civis na defesa e

protecção dos bens e meios dos cidadãos e das instituições.

Elias Livulo reconheceu os erros que têm sido cometidos por certos membros da corporação manchando o seu nome. "Particular preocupação incide no facto da fuga à paternidade residir no seio de muitos dos nossos efectivos, incluindo responsáveis, manchando assim o nome da instituição", lamentou o oficial da Polícia Nacio

### 9.18 Detidos suspeitos de crimes

*Jornal de Angola*

18 de Julho de 2012

O comando de Luanda da Polícia Nacional registou, no domingo, 15 crimes, com cinco suspeitos detidos preventivamente e quatro delitos esclarecidos. De acordo com o oficial do Departamento de Comunicação e Imagem do Comando Provincial da corporação, Sebastião do Nascimento, constam dos registos um homicídio voluntário por disparo com arma de fogo, praticado por desconhecidos, no Cacuaco.

No Cazenga e Cacuaco foram roubadas duas viaturas ligeiras por elementos armados não identificados. Num dos assaltos o ocupante foi vítima de lesões corporais por ter reagido à acção dos marginais. Registaram-se igualmente ofensas corporais, roubo de valores monetários e artigos diversos na via pública e interior de residências e viaturas nos distritos urbanos do Sambizanga, Ingombota, Kilamba-Kiaxi, Samba (município de Luanda).

Com uma população estimada em mais de cinco milhões de habitantes, fazem parte da província os municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Viana, Icolo e Bengo, Belas e Quissama.

### 9.19 Operação sambizanga tranquilo devolveu segurança às populações

*Jornal de Angola*

24 de Julho de 2012

As operações de patrulha nos bairros de Luanda vão continuar até baixarem os índices de criminalidade, assegurou o comandante-geral da Polícia Nacional. Ambrósio de Lemos garantiu uma presença permanente dos efetivos da polícia nas ruas para assegurar a tranquilidade às populações, especialmente nas zonas periféricas de Luanda.

O comandante-geral da Polícia Nacional pediu à população para denunciar os marginais, a fim de devolver a tranquilidade e ordem aos bairros.

A última operação da Polícia Nacional incidiu o Sambizanga, Cacucaco, e Cazenga e culminou com a detenção de 285 indivíduos, dos quais 141 em flagrante delito e 13 por condução ilegal.

Dos detidos, a maioria é jovem, com faixa etária entre os 16 e os 35 anos, e parte do armamento apreendido sofreu alterações que permitem o fácil transporte por parte dos marginais.

A corporação prendeu igualmente 128 elementos envolvidos em crimes relacionados com homicídios, violações, assaltos a residências, furtos e roubos na via pública e infracções económicas. Durante a operação foram detidos 75 estrangeiros por permanência ilegal em Angola.

No município do Sambizanga, a Polícia Nacional destacou efectivos nos bairros Marconi, Petrangol, Mulemba, São Pedro da Barra, Bairro da Paz, Farol das Lagostas, Ossos, Nguanhá, Porto Pesqueiro e na área da empresa Encib. No terreno, as unidades policiais realizaram patrulhamento, durante o qual foram revistadas viaturas e motorizadas com o objectivo de apreender armas de fogo, drogas, detectar carros roubados e marginais perigosos. No acucaco, a operação começou às 22 horas, com a colocação de efectivos nas áreas mais problemáticas dos territórios s.

O patrulhamento foi realizado nas áreas conhecidas por Maria do Céu, Santa, Lanchonete, Piri Piri, Iva, Chendovava, colégio Geremias, Pracinha do Malueka, Pracinha da Mamã Ana, Triângulo da Jamaica, área do Cagingomba, bairro Paraíso, Sermadó e Compão. As actividades no Cazenga incidiram na baixa da Nocal, Hoji ya Henda, Mambululu, Soyo e Tira Pistola.

Para o êxito da operação, a Polícia Nacional mobilizou milhares de efectivos, apoiados por dezenas de viaturas e motorizadas.

O trabalho de patrulhamento chegou às áreas de difícil acesso, devido aos becos e à escuridão. As duas e meia da manhã, na área dos Ossos, Rua Direita do Dande, Sambizanga, os marginais dispararam à queima-roupa contra dois efectivos da Polícia Nacional: o primeiro

subchefe José Alberto, 49 anos, colocado na décima Esquadra da Divisão do Sambizanga e o primeiro subchefe Bento António Pande, 45 anos, pertencentes ao Comando de Objectivos Estratégico.

A Polícia Económica durante a operação realizada na área dos Ossos deteve dois homens que se dedicavam ao fabrico de discos piratas. Os agentes apreenderam dez caixas, que continham 100 discos piratas preparados para serem comercializados ao preço de 150 kwanzas e uma aparelhagem completa de gravação de músicas.

## 9.20 Gado roubado é restituído aos donos

*Jornal de Angola*  
26 de Julho de 2012

Dos 99 bovinos e caprinos roubados no segundo trimestre no Cunene 77 foram recuperados pela Polícia e restituídos aos proprietários, disse, à Angop, o porta-voz da corporação na província.

Os animais recuperados pela brigada especializada da Polícia Nacional tinham sido roubados em Ombadja, Cabama, Curoca, Cuvelai e Cuanhama. Piedade Pombal afirmou que, além de recuperar os animais, a Polícia deteve 40 suspeitos do roubo.

A Polícia criou unidades especializadas no combate ao roubo de gado no Namibe, Huíla e Cunene.

O Comando Geral recomendou a realização de campanhas com a inclusão de órgãos específicos do Ministério da Agricultura para a sensibilização dos criadores de gado no sentido de marcarem as suas rezes para facilitar a identificação aquando da sua recuperação.

## 9.21 Raúl Tati admite violência pós-eleitoral

*Novo Jornal*  
27 de Julho de 2012

O docente universitário e ex-padre da igreja Católica, Raul Tati, admitiu terça-feira, em Lunada, haver receios em Angola de violência pós-eleitoral. Tati que falava durante uma mesa redonda sobre o Estado do Processo Eleitoral em Angola, acrescentou que o actual ambiente político no país está a criar preocupações e inquietações à opinião pública nacional e internacional. "Existem receios fundados de um ambiente de violência pós-eleitoral, pois se a preparação está a decorrer num ambiente tenso é bem provável que o desfecho venha a descambar nas típicas violências estúpidas que já temos estado a assistir em vários países africanos", argumentou Taty.

A sua preocupação, segundo adiantou, não está nos eleitores, mas nos actores políticos que vão disputar o

poder. "Estes é que deveriam merecer ações de educação cívica eleitoral", afirmou Raul Tati.

"São esses os verdadeiros mentores das convulsões políticas que degeneram normalmente na violência gratuita, quando não se respeita o veredicto do povo, defraudando as suas expectativas", justificou.

## 9.22 Resolução de conflito na tradição bantu

*Semanário Angolense*  
27 de Julho de 2012

Um conflito em língua kikongo chama-se nkindu, uzonzi ou umbakani. Numa comunidade bantu, existem vários tipos de conflitos. Existem conflitos resultantes nomeadamente de insultos, roubo, violação sexual, adultério, assassinato, bruxaria, etc.

Quando acontece um conflito entre os membros de uma comunidade ou habitantes de uma aldeia, a pessoa ofendida procura antes de tudo explicar ao ofensor que procedeu mal e que deve pedir desculpa.

Se este (ofensor) insistir em cometer o mesmo erro ou a mesma provocação, a ofendida informa ao seu pai, se for filho legítimo, senão ao chefe do seu clã. Um clã é uma família bantu que se chama em língua kikongo por Kanda, chefe de um clã chama-se Nkulubundu, Nkazi ou Mfumu-aKanda.

Geralmente um chefe de clã é um tio, que é um irmão da mãe. Pois um irmão ou um sobrinho ou neto materno (filho da sobrinha) do pai é também pai. O tio só está do lado da mãe, um irmão desta, segundo a cultura bantu.

O pai quando receber a queixa dependendo da gravidade - informa o chefe da família do filho que em Kikongo é considerado como sogro (Nzitu). Esta informação do pai ao sogro chama-se por Matamba.

O pai reúne com os membros da sua família, apresenta o caso e com estes preparam dois enviados que irão apresentar a informação (Matamba) ao chefe da família do filho.

Estes enviados, quando chegam à casa do chefe da família, solicitam uma pequena sentada.

O dono da casa (chefe da família) deseja as boas vindas (Nkuwu) aos enviados do genro. A Nkuwu são as palavras que dão a autorização à outra parte de falar.

Os enviados respondem às palavras de boas vindas e explicam o motivo que lhes levou a pedir a sentada.

"Nós somos enviados pelo seu genro fulano para lhe informar que o seu sobrinho X cometeu um crime e foi queixado ao chefe da aldeia. A sentada foi marcada para dia Y" - dizem. O chefe da família agradece pela informação e põe os enviados em "Maseka" - processo de oferecer algo para comer ou beber.

A resolução de todo processo bantu, conflito, óbito, matrimónio, concertação, termina com comes e bebes chamados "maseka" lê-se maceca ou masseca.

O maseka é oferecido pela parte que recebeu a outra ou pelo organizador da cerimónia.

O Maseka é indispensável em todas as sentadas ou cerimónias bantu, e traduz a generosidade. Um sogro não trata dos problemas dos membros do seu clã que se encontram sob a responsabilidade dos seus pais sem receber Matamba.

O Matamba só é concedido a um homem que alembou a sua esposa. Depois do matrimónio completo, um homem ganha o título de marido e de genro.

Sem o alembamento completo, um homem pode viver tantos anos e fazer tantos filhos com uma mulher ele é considerado solteiro e os filhos não são dele. É a etapa final do alembamento que dá o poder ao marido sobre a esposa e os futuros filhos que vão fazer.

O pai e o chefe do clã do filho buscam juntos a solução ao problema.

Procuram ouvir a outra parte, através do seu chefe da família, pedindo para que o conflito seja resolvido amigavelmente.

Caso o conflito persistir, a parte lesada apresenta queixa ao chefe da aldeia, chamado em Kikongo por Mfumu-a-Vata.

Este (chefe da aldeia) consulta os seus conselheiros e os sábios da aldeia e juntos marcam a data e a hora da sentada (Julgamento). O processo terá lugar corte (Lumbu) do chefe da aldeia que convoca as duas partes em conflito, através dos chefes de famílias respectivos e avisa também toda a aldeia sobre o acontecimento.

Quando receber a convocatória do chefe da aldeia, os pais dos beligerantes cada um deles informa o chefe da família do seu filho, através de Matamba.

Na tradição bantu, nenhum pai pode tratar de assunto grave ou importante do seu filho ou da sua filha sem informar o chefe da sua família.



O chefe da família chamada Nkulubundu ou Nkazi, Mfumua a Kanda, é a chave para a resolução de todos os problemas. Segundo a sabedoria kikongo, o pai é uma gazela que come o maboque que o macaco deixa cair. O chefe da família é o macaco para os membros do seu clã. No dia do julgamento, cada parte leva o seu Mpovi - jurista tradicional. Numa sentada bantu, há três partes, nomeadamente a queixosa, a acusada e a medianeira chamada em Kikongo por Ne Nsimba.

A parte medianeira é constituída pelo chefe da aldeia e os sábios da comunidade, independentemente da sua idade.

É o mpovi da mediação que vai abrir a sessão, proferindo as palavras de boas vindas às partes em conflito e aos sábios e outros presentes, apelando para o respeito e a fraternidade durante o processo.

Estas palavras de boas vindas chamam-se Nkuwu e são dirigidas primeiro aos mais velhos presentes, em segundo lugar ao queixoso e por último ao acusado. Os mpovi de cada parte respondem ao Nkuwu, respectivamente. Todo uso da palavra começa por um batimento das mãos chamado por Nkofi ou Makonzo.

Em seguida, o mpovi do chefe da aldeia explica aos presentes as razões pelas quais mandou organizar a referida sentada.

Começa por explicar à mediação:

"Mandei organizar esta sentada por motivo de no dia X apareceu aqui no Lumbu do chefe o fulano que veio queixar-se do senhor beltrano que fez lhe fez isto e aquilo. O queixoso acrescentou que por várias vezes, tentou resolver amigavelmente o problema com o senhor, mas este insiste em ofendê-lo. Razão pela qual vos convoquei para buscarmos juntos a solução ao conflito". Estes agradecem o chefe da aldeia pela consideração que teve por eles e de os ter convidado a participar da sentada.

Depois, o mpovi do chefe da aldeia convida o queixoso a tomar a palavra, para explicar detalhadamente a razão da sua queixa.

O mpovi do queixoso explica o que acontece entre os beligerantes.

Quando termina, convida-se o acusado a falar. Este (acusado) pode falar pessoalmente ou através do seu mpovi responde para contrariar ou confirmar a acusação.

Depois de ouvir os beligerantes, os medianeiros pedem a autorização de se retirarem momentaneamente da sentada para concertação. Esta fase chama-

se Maza. Aqui, os medianeiros buscam encontrar o culpado e a solução de consenso a dar ao problema. Regressam à sentada, e antes de voltar a abordar o assunto, anuncia o seu regresso. Só depois das respostas das outras partes é que o mpovi dos medianeiros revela o que se tratou na concertação.

"Lá onde fomos, nós achamos que o fulano tem razão e o outro é o culpado pelos seguintes motivos (explica)" - diz, acrescentando que "por esta razão, os mais velhos pedem que o culpado deve pedir publicamente desculpa ao outro, dar-lhe a mão para se reconciliarem e pagar uma multa de X litros de bebida (explica a natureza da bebida) ou um animal tal como cabrito ou porco".

Por seu lado, antes de responder, a parte culpada pede a autorização para se retirar temporariamente da sentada com vista concertar-se igualmente.

Na concertação, pergunta-se à pessoa acusada se aceita ou não a culpa, pedir desculpa, dar a mão ao outro e pagar a multa.

A solução depende da resposta do acusado. Em caso de renitência, os pais e o chefe da família deste podem intervir, aceitando tudo que a mediação pediu. Antes de regressarem à sentada, eles preparam a multa, contribuindo financeiramente para comprar a bebida e o animal que a mediação pediu.

Voltam à sentada e anuncia o seu regresso.

Só depois de os medianeiros agradecerem que o mpovi do culpado começa a explicar o que buscaram na concertação. "Agradecemos ao chefe da aldeia e aos medianeiros de terem resolvido o problema e reconciliarem os nossos filhos. Aceitamos a sentença." - diz o mpovi da parte culpada.

Pede ao filho malandro para pedir publicamente desculpa ao outro e dar-lhe a mão.

Depois desta cerimónia de reconciliação, a parte do culpado apresenta a bebida e o animal pedidos pela mediação. Esta bebida e o animal da multa serão consumidos na sentada por todos os presentes. A mediação dá os conselhos aos beligerantes e às suas famílias respectivas, para que não haja rancor e vingança. Os sábios e mais velhos da comunidade que testemunharam do acto agradecem e aconselham igualmente as partes desavindas. E o mpovi da mediação dá por encerrado o processo.

## 9.23 O dia seguinte do criminoso

*Novo Jornal*

*27 de Julho de 2012*

"Frustrado". É assim que Ramiro Egido diz sentir-se, depois de ter passado perto de sete anos detido numa das celas de Luanda. O antigo recluso considera que a sua vida está sem direcção, porque a sociedade tem-lhe sido "madrasta" no que toca a oportunidades de emprego.

Em conversa com o Novo Jornal, Ramiro revela que esteve detido porque foi acusado de ter furtado uma viatura na companhia de outros amigos. Segundo testemunha, ele apenas acompanhou os companheiros sem se aperceber das reais intenções dos amigos.

"Em Junho de 2005, eu estava em casa. Momentos depois, apareceram alguns amigos que pediram que eu fosse acompanhá-los a um local incerto. Como já era de hábito sairmos em grupo, aceitei o convite. Ao longo da caminhada, eles foram-me avisando que o destino era uma residência no bairro Benfica. Postos lá, invadimos a casa e levámos a viatura. Mas eu estava na parte de fora, foram eles que trouxeram o carro e eu apenas me limitei a conduzi-lo", recorda.

De acordo com o nosso interlocutor, um mês depois de ter vendido o automóvel, o grupo foi detido pela polícia e todos tiveram como destino as grades da prisão. Ramiro Egido, que na altura vivia com um cunhado, admite que, para além do roubo da viatura, já havia cometido outro tipo de crimes, mas que nunca chegaram ao conhecimento das instâncias policiais.

Hoje, aos 31 anos de idade, o jovem, sente que foi desprezado pela família e vive com amigos que também têm antecedentes criminais. Solto desde o passado mês de Janeiro, Ramiro diz estar a enfrentar enormes dificuldades sociais, como a falta de alimentação e vestuário, porque não-tem um emprego.

"Desde que fui solto, já tentei, por várias vezes, procurar emprego e não consigo. Ao longo dos anos em que estive detido, perdi tudo o que tinha: os meus documentos, roupa e até a consideração da família, que hoje não quer viver comigo. O único cunhado que tinha consideração por mim, também, acabou por me dar costas e não quer ver-me, nem pintado", lamenta.'

Ramiro Egido afirma que a falta de oportunidades que enfrenta fê-lo cair, muitas vezes, em tentação. Sem vergonha, a fonte diz que houve dias em que não teve nada para comer e viu-se obrigado a fazer

pequenos assaltos para satisfazer as suas necessidades.

Foi a pensar no dia seguinte, concretamente na reinserção social dos presos ao longo e depois do período de cárcere, que o Ministério do Interior Lançou, na segunda-feira, dia 23, em Luanda, o programa «Novo Rumo, Novas Oportunidades».

O programa é constituído por centros infraestruturais de carácter formativo e produtivos, onde são efectuadas formações técnico-profissionais a reclusos e não reclusos, para o exercício de actividades dos sectores primário, secundário e terciário, bem como para o empreendedorismo e boa conduta cívica, visando o intercâmbio sócio-económico com a economia local, tecido empresarial e sociedade geral.

O Programa «Novo Rumo, Novas Oportunidades» vai ainda beneficiar os reclusos em formação de carácter técnico-profissional e psicossocial que lhes permita ganhar a aptidão necessária para a sua inclusão e reintegração social. Os presos poderão também trabalhar no estabelecimento prisional, uma iniciativa que constitui um escape ao estado de reclusão, sendo reconhecido o trabalho que prestam, podendo auferir uma remuneração que poderá ser entregue à família, entre outros benefícios.

De acordo com informações a que este semanário teve acesso, o programa tem ainda como principal objectivo ministrar formação de cariz sócio-profissional em áreas transversais vocacionadas para a boa conduta cívica para os vários sectores produtivos e para o empreendedorismo, assegurar a preparação de uma parte representativa dos reclusos para a vida activa, apetrechando-os com conhecimento e técnicas adequadas ao exercício de uma actividade profissional remunerada.

De acordo com o ministro do Interior, Sebastião Martins, o programal «Novo Rumo, Novas Oportunidades» é a demonstração, na prática, que é possível dar uma segunda oportunidade aos reclusos, para que estes saibam estimar e conservar, após a libertação, os seus direitos, nomeadamente o direito ao trabalho e a uma vida honrada. "Estamos perante indivíduos que, conscientes da importância que o trabalho assume para a passagem do tempo de reclusão e a sua reinserção social, bem como para a possibilidade de redução da duração de pena, fazemo-nos com acentuada de dicação, esmero e rentabilidade" disse.

## 9.24 A economia cresce e a delinquência se desenvolve

*Continente*

*27 de Julho de 2012*

Que loucura. Temos constatado diariamente o crescimento económico de Angola, onde os passos que se dão para a explicação deste crescimento não encontro. Muitas vezes, as pessoas se debatem para conseguirem o pouco para alimentarem seus ente queridos, zungando pelas ruas de Luanda ou de várias cidades de Angola pregando seu negócio. Mas isso para mim não constitui o vilão da cena. O que dá o frio desesperado na barriga é viver uma pobreza em cima de discursos de crescimentos económicos que não oferece uma estabilidade ao cidadão. Logo, pode-se caracterizar esta pobreza como sendo POBREZA RELATIVA, onde, segundo os sociólogos, relacionam a pobreza ao padrão de vida geral das sociedades. Em Angola, vivemos semelhante situação onde os padrões de vida dos angolanos são díspares. Poucos com muito e muitos sem nada.

Nesse vai e vem das coisas económicas, sofrimento atrás de sofrimento, o povo angolano paga todos os pecados porque a delinquência vai tomando seus espaços assaltando e matando pessoas inocentes. Digo que a delinquência se desenvolve porque os meliantes usam métodos sofisticados para realizarem seus intentos.

Buscam formatar seus planos de desenvolvimento, tentando reerguer a delinquência ou as suas táticas de assaltos, tendo como prioridade total e absoluta o melhoramento dos assaltos e de ceifar mais vidas dos angolanos. Por isso meus amigos, o futuro projecto destes incógnitos vai se basear num programa de de-estabilidade. VEM MAIS SOFRIMENTO

Vivemos de benefícios suplementares, que naturalmente pode-se caracterizar como alguém que vive na pobreza. A delinquência em Angola cresce mais em relação aos outros países do mundo. A falta de programas sérios que visam valorizar mais a juventude faz que estes ficam entregues a própria sorte e naturalmente o caminho rápido e fácil é a delinquência.

O Sistema de governo que nos assiste se dirige quase sempre contra certas pessoas que nas suas avaliações queiram se manifestar, raramente contra certas condutas. Uma parcela de privilegiados possui a capacidade de impor ao sistema uma quase que total impunidade das próprias condutas criminosas. Os pobres são constantemente atingidos pelas agências de repressão não porque delinquem mais, mas porque têm maiores chances de serem delinquentes. Por esta

razão, antes de falar-se em delinquência, devemos tentar compreender o processo de delinquência preconizado pelo sistema de governação.

Ver-se-á, que o desvio e a temperança de conflitos são uma qualidade intrínseca da conduta, mas uma qualidade atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de selecção. E todo esse aparato já pode ser diagnosticado a partir da produção da norma penal, que não raras vezes vem ao mundo jurídico objectivando atingir determinados grupos de pessoas, notadamente àqueles pertencentes aos mais baixos extractos sociais, conservando assim, a reprodução das desigualdades sociais intrínsecas ao próprio sistema. No início do século passado, o filósofo Max Scheler, ao tratar da hierarquia dos valores, já previa uma preponderância do capital sobre o social, política que descarta da esfera humana: A mais profunda da hierarquia valorativa que a moral moderna carrega consigo é, porém, a subordinação que vai se insinuando cada vez mais, dos valores vitais aos valores de utilidade. E alistam uma leitura contemporânea, a utilidade a que se refere o autor certamente está relacionada aos valores de propriedade. Vários parceiros sociais debruçaram-se sobre a delinquência em Angola. As piores reivindicações estavam e estão na base da super-estrutura e sobretudo a falta de oportunidades preenchida de responsabilidades sociais. Um professor, um candongueiro ou candongueira, um roboteiro, um serralheiro, o médico, militar, o polícia, o sapateiro, o motorista, enfim, são agentes da mudança. Neste contexto, a existência de muitos delinquentes está na base, não só da falta de oportunidades de empregos, mas também de ensino. Continuam se esquecendo que o ser humano tem necessidades, preferências, caprichos e outros atributos que podem dignificar seu ego. Precisamos de olhar no presente para prepararmos melhor o futuro com maior segurança e desafios de desenvolvimento. Não basta simplesmente crescermos economicamente, e estarmos a sofrer com diversas penúrias impostas pela má governação de sistema arcaico, trunculento, opressor e outros adjectivos que os merece.

Precisamos crescer com melhores métodos de segurança, distribuindo melhor as nossas riquezas e aplicarmos medidas que poderão frenar estes males que preocupam toda a sociedade luandense quiçá angolana.

## 9.25 Desencorajar tendências criminais

*Novo Jornal*

*27 de Julho de 2012*

O porta-voz do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Lopes Trigo, diz que o organismo que representa está preocupado com o actual estado da criminalidade no seio da juventude, por ser um problema social que acaba por se reflectir no comportamento da própria sociedade, alterando os modos de vida de muitas famílias.

Lopes Trigo fez saber que não são poucas as famílias que são vítimas de acções protagonizadas por meliantes e a maior preocupação do CNJ é o facto dos mesmos crimes envolverem jovens de tenra idade que, em situação normal, estariam voltados para actividades mais úteis.

Por isso mesmo, o nosso interlocutor afirmou que os contornos alarmantes da criminalidade têm feito com que o CNJ e seus parceiros desenvolvam acções de educação e mobilização, que têm como pano de fundo a promoção dos valores da cidadania e o estímulo de uma convivência saudável.

Lopes Trigo sublinhou que o CNJ tem estado também a trabalhar na prevenção da criminalidade, por via da realização de vários projectos sociais e culturais que têm como objectivo desencorajar as tendências criminosas no seio da juventude. Exemplificando as suas afirmações, aquele porta-voz referiu o programa «Mérito juvenil», com os quais os jovens realizam actividades dentro das suas comunidades, usando o diálogo como ferramenta de interacção e boa convivência, no qual se apontam caminhos para a vida. "O Conselho Nacional da Juventude, além de aglutinar associações juvenis de âmbito nacional, tem também os conselhos provinciais da juventude que, nas suas circunscrições, vão realizando acções de carácter social por forma a mostrar aos mais necessitados que é possível a sua inclusão na própria sociedade. Temos ainda um programa de promoção da campanha que envolve a luta contra a delinquência juvenil por via de workshop e mesas redondas, onde auscultamos os jovens sobre as suas expectativas", clareou.

## 9.26 Por detrás do crime

*Novo Jornal*

*27 de Julho de 2012*

A tatuagem no braço direito de Dona Nilda, com o nome Gelson, faz parte das muitas lembranças que a mulher, de 41 anos, tem na sua posse para recordar o seu único filho. Além da marca, a mulher guarda

também fotografias, peças de roupa, calçado e um pequeno pedaço de papel com letras manuscritas por Gelson, quando andava na 5a classe.

Na sua humilde casa, no bairro da Vila da Mata, no município do Cazenga, dona Nilda recebe a equipa do Novo Jornal e depois de algum esforço, vai-se abrindo para falar sobre um assunto que lhe humedece os olhos.

Já lá vão dois anos, desde que Gelson foi assassinado brutalmente com três tiros na cabeça, dois no peito e um na região lombar.

O jovem, que faria 20 anos no dia 4 de Dezembro, integrava o grupo «conduta squad», que tinha como principal inimigo os «Garrafa». O motivo da morte do rapaz foi uma luta entre os dois grupos rivais, que se estendeu ao longo de três dolorosas horas até ao seu desfecho. Um desfecho fatal para Gelson.

Dona Nilda revela que ela e o marido nunca souberam dizer não ao filho. Ainda criança, Gelson tinha tudo o que necessitava ao seu dispor e na hora que quisesse. Um erro na educação que pagaram caro. Com o seu bem mais precioso.

"Ele era o único filho que tínhamos. Tanto eu como o pai dávamos tudo o que ele nos pedia. Lembro-me que, com apenas oito anos de idade, o Gelson não ia à escola sem dinheiro. Quando não tínhamos algum valor para lhe dar, éramos obrigados a fazer empréstimos só para satisfazer as suas vontades", recorda a mulher, reconhecendo que com os mimos desregrados que dava ao filho estava, aos poucos, a fabricar um marginal em casa.

Nilda lembra que Gelson começou, a dar os primeiros passos no mundo da delinquência, com apenas 11 anos de idade. Segundo a mulher, os indícios começaram em casa. O filho roubava dinheiro, relógios, telefones, bijutarias e outros haveres dos pais.

Quando começámos a não ter possibilidade de sustentar os seus mimos, ele passou a assaltar-nos quase todos os dias. Roubava tudo de valor que encontrava em casa revendia os objectos a um preço muito barato", conta.

Já com 12 anos de idade, Gelson desistiu da escola e da família e optou por viver com os amigos para levar uma vida independente. Por esta razão, dona Nilda e o marido bateram-lhe várias vezes, na tentativa de o repreender e chamar à razão, mas todos os esforços foram em vão. Já era tarde para corrigir a trajectória que o filho levava.

Aos 13 anos, Gelson já assaltava a casa de desconhecidos e, por várias vezes, apanhou surras sem que os pais se apercebessem.

Segundo a nossa interlocutora, aos 18 anos, o seu filho tornou-se num verdadeiro criminoso, porque já feria pessoas, assaltava nas ruas, usava armas de fogo e já era procurado pela polícia, sem contar as inúmeras vezes que também esteve por detrás das grades até ao fatídico ano de 2010, quando acabou assassinado. A história de Gelson é apenas uma das que ilustram como a delinquência está a transformar o rumo de muitas famílias, a plantar a dor e o pranto no seu seio e a causar a desestruturação da própria sociedade que se desequilibra sempre que alguém é alvo deste mal

Não é por acaso que, todas as semanas, a Polícia Nacional apresenta o balanço do fim-de-semana, dando conta da criminalidade que muitos bairros têm sido alvo. Os números apresentados regularmente não deixam dúvidas de que Luanda afinal não é uma "banda sagrada", como muitos pensam. No encaço dos factos, é notória a presença de adolescentes e jovens na flor da idade, que, fazendo o uso de armas de fogo, apertam no gatilho e disparam a dor e o luto.

Em algumas ocasiões, à polícia acaba por prender os malfétores que, muitas vezes, são protegidos pelas próprias famílias, que, desta forma, atrapalham o processo de combate ao crime.

"O pior empecilho à nossa actividade é quando não encontramos por parte da família ou das comunidades uma estreita colaboração no combate ao crime. Infelizmente, muitos familiares escondem os seus membros que andam em conflito com a lei", afirmou uma alta patente do Comando Geral da Polícia Nacional, que preferiu falar no anonimato.

## 9.27 Falta de oportunidades produz delinquentes

*Novo Jornal*

*27 de Julho de 2012*

O sociólogo Lukombo Nzantuzola descreve o mundo do crime como sendo resultado de um comportamento de desvio, em que o indivíduo que comete o crime, normalmente, empreende uma norma de conduta que é condenada pela sociedade. Em consonância com o académico, para abordar o comportamento do criminoso é preciso diagnosticar ou identificar as causas, que podem estar relacionadas com a educação, a socialização, a família, o meio e os agentes, partindo do pressuposto de que o indivíduo é um ser fundamentalmente social e a célula de base

da socialização é a família. Lukombo Nzantuzola fez saber que é a partir da estrutura familiar que se deve encontrar um ambiente que permita à pessoa interiorizar valores de conduta sociais que lhe possibilite corresponder às expectativas do próprio meio em que está inserido. O sociólogo disse ainda que não existe uma causa/efeito entre a carência material na família e o comportamento delinvente da pessoa. Conforme sublinhou, há indivíduos que trilham o caminho da criminalidade que são oriundas de uma família bem posicionada económica e socialmente, como também existem criminosos que provêm de famílias com menos possibilidades. "O ambiente em que a pessoa foi educada e a maneira como os pais lidam dentro da família, em termos de equilíbrio e harmonia, condiciona muito na transmissão deste tipo de comportamento ou de valores aos filhos. Não importa o seu estatuto social ou económico. A educação não é uma questão de ter muitas ou poucas possibilidades materiais", insistiu. Noutro aspecto, o académico espelhou que o divórcio pode contribuir para o comportamento criminoso do indivíduo, principalmente, quando a criança ainda é menor e vive sem o acompanhamento de um pai ou um outro tipo de encarregado de educação. "A priori, um filho que vive ao lado dos pais, que assumem um compromisso responsável, tem uma margem limitada de descontrolo, porque o próprio pai sabe mais ou menos os caminhos por onde anda o filho. Ou seja, quem vive num lar de facto, com pai e mãe, tem todas as possibilidades de ser acompanhado", atestou.

Ainda de acordo com Lukombo Nzantuzola, a falta de oportunidades sociais, como escola e emprego, pode efectivamente contribuir para o desencadeamento da criminalidade juvenil.

Segundo disse, o desemprego cria um sentimento de inutilidade para o indivíduo. "Uma pessoa que não trabalha sente-se um peso para a sociedade e, se não tiver força de vontade ou alternativa honesta, acaba por cair na tentação da criminalidade. Embora não seja o caminho mais certo, a vida, por vezes, só lhe dá essa oportunidade", afirmou.

A pesquisa na área das ciências sociais é, no entender de Lukombo Nzantuzola, uma componente muito importante, sublinhando que o país está a precisar desse estudo para uma melhor compreensão e abordagem do ângulo criminal.

Conforme alertou, infelizmente, em termos de dados disponíveis, não existem números concretos que clareiem o estado deste mal no país. O que existe apenas são vocações isoladas, através de alguns trabalhos de iniciativa individual.

## 9.28 Sambizanga tranquilo com 283 detidos

*Novo Jornal*

*27 de Julho de 2012*

Só na semana passada, numa operação denominada «Sambizanga Tranquilo» a Polícia Nacional deteve um total de 283 cidadãos, entre os quais se encontram vários grupos de delinquentes dos municípios do Cazenga, Sambizanga e Cacucaco.

Os detidos, de acordo com comissário-chefe Paulo de Almeida, são suspeitos de praticarem assaltos à mão armada, violações sexuais, roubo de artigos diversos, valores monetários e viaturas, e autores de homicídios voluntários, entre outros crimes.

O também coordenador da operação «Sambizanga Tranquilo» disse que, dos 283 indivíduos detidos, 141 foram apanhados em flagrante delito, outros 15 conduziam sem carta e 128 estavam implicados em acções criminosas.

A realização daquela operação permitiu esclarecer 43 crimes, sendo um caso de homicídio voluntário e de culpa grave, 12 assaltos a residências, três violações, sete furtos e igual número de roubos na via pública e seis de motorizadas. A Polícia Nacional apreendeu ainda 47 armas de fogo, nove viaturas, cinco motorizadas, dois carregadores e drogas diversas ..

Segundo dados a que o NJ teve acesso, a Direcção Nacional dos Serviços Prisionais, regista actualmente em todo o país, uma população penal de 20.242 reclusos, distribuídos por 34 estabelecimentos prisionais (a associação Mãos Livres, num relatório de 2011, fala em 55 mil reclusos). Destes prisioneiros, 80 por cento têm idade inferior a 30 anos e possuem um grau de escolaridade predominante de sexta classe.

Se por um lado os homens da farda fazem a sua parte, o que fazem as outras fracções da sociedade na prevenção e combate ao crime? Que papel joga uma sociedade, como a angolana, tida como "tão exclusiva", no processo de reintegração social dos indivíduos em conflitos com a lei? A própria família, que muitas vezes aparece como vítima nesse processo, de concreto o que ela tem feito para evitar que os seus membros trilhem as pegadas do crime? "Com criminosos de vária ordem a comarca anda cheia. E de bons exemplos, como anda a sociedade e a própria família?", questiona Simão Onofre, líder religioso, lançando a reflexão.

## 9.29 Kikolo é tido como "bastião" dos marginais

*Continente*

*27 de Julho de 2012*

Marilena Machado, moradora há mais de uma década, frisou que no bairro do kawelele, a juventude opta por práticas ilícitas, devido à falta de oportunidades de emprego.

"Nós temos muitos problemas, os rapazes são os que mais problemas nos têm causado. Muitos são consumidores de bebidas alcoólicas e de drogas", acrescentou que, os mesmos não têm outra ocupação nos seus tempos livres.

De acordo com Amélia Dias, a falta de iluminação e a pouca presença da Polícia de Ordem Pública no bairro têm sido os principais motivos que fazem com que os marginais multipliquem as suas acções, disse, tendo lamentado o facto de não existir colaboração entre a população e a polícia, ao que consta, também enfrenta inúmeras dificuldades para levar a cabo o seu trabalho. A própria Polícia, também encontra vários obstáculos para o desempenho das suas actividades, alegadamente, por falta de meios.

A interlocutora acusou os pais desses jovens, como tendo conhecimento das práticas negativas dos filhos e nada fazerem para reverter o quadro. Há quem diga que os progenitores, também votados ao desemprego, beneficiam dos bens que os filhos roubam dos moradores.

Os estudantes do Instituto Médio de Gestão do Kikolo também manifestaram o seu desagrado, sobretudo, devido à falta de asseguramento por parte dos elementos da Brigada Escolar naquela instituição de ensino. "A Divisão de Cacucaco tem conhecimento do índice de criminalidade que existe na nossa circunscrição, revelou um deles, acrescentando que muitas vezes não têm assistido as aulas dos dois últimos tempos, porque não existe luz eléctrica no bairro.

Por seu lado Florinda Laurindo contou que os alunos são alvos preferenciais dos marginais e todos os dias quando saem da escola são atacados. As acções dos marginais são feitas, principalmente na paragem de táxi, junto à fábrica da Kianda, considerado coma bastião dos delinquentes.

A mesma implora as autoridades policiais e administrativas do Kikolo, no sentido de estender as operações naquela localidade, com o objectivo de garantir tranquilidade aos moradores, com realce para os estudantes.

## Água rara

No que respeita à distribuição do precioso líquido, os nossos interlocutores contaram que foram excluídos deste bem, há muito tempo, por razões até agora desconhecidas.

A água que consomem é proveniente de camiões cisternas e armazenada em tanques, sem quaisquer condições para evitar-se doenças. "Somos obrigados a comprar água dos tanques que os seus donos vão buscar ao rio Kifangondo por via de cisternas", contaram.

Para eles, a administração municipal do Cacuaco deveria dar-se ao trabalho de visitar as comunidades para se inteirar das dificuldades que as mesmas atravessam.

Naquela zona pudemos notar, igualmente, que o saneamento básico é deficiente, o que motiva o surgimento de vários focos que propiciam a procriação de mosquitos.

Em vários sectores daquele bairro, verifica-se a abundância de resíduos sólidos, bem como águas paradas.

## 9.30 Unidade Especial Anti-crime decreta recolher obrigatório aos marginais

*Semanário Angolense*  
27 de Julho de 2012

O calendário assinalava Quinta-feira. Depois de "varrer" os marginais em alguns bairros de Luanda - mais uma acção de combate ao crime estava agendada. Homens e meios estavam mobilizados.

A divisão do CTT, no município do Rangel era o ponto de encontro, o local de concentração do efectivo policial e de jornalistas para a cobertura jornalística da actividade. Mais de mil e duzentos agentes estavam preparados para esta operação.

Vinte e duas horas - acabava de juntar-se ao efectivo o ministro do Interior tal como nas outras acções policiais até aqui realizadas. Aparentemente bem disposto, o ministro procurou informar-se logo após a sua chegada sobre os preparativos da operação.

Depois de na semana antepassada ter sido abraçada e encorajada pelo ministro do Interior, Sebastião Martins, que participou daquela operação, a da Samba, por ser a única repórter mulher, lá estávamos para mais um desafio - reportar a criminalidade nos municípios do Cazenga, Sambizanga e Cacuaco.

"Tens muita coragem", disse o ministro confortando a repórter.

A concentração começou pouco depois de se ter dado um pequeno farnel (lanche) ao efectivo policial.

Aguardavam-se longas horas de trabalho. Cada tique-taque do relógio era proveitoso. Sem perda de tempo, o efectivo policial foi dividido em grupos-para as três frentes -Cazenga, Sambizanga e Cacuaco.

O desafio estava lançado. O município do Cazenga foi o primeiro a passar à lupa da Polícia.

Nos "Ossos", um bairro entre os municípios do Cazenga e do Sambizanga, uma viatura azul e branco foi interpelada por agentes reguladores de trânsito. Nela se faziam transportar dois jovens. Ambos estavam armados.

Como era de se esperar - a viatura foi submetida a revista e nesta mesma ocasião, ouviram-se disparos. Os disfarçados taxistas atiraram contra os agentes e se puseram em fuga deixando no terreno a viatura.

Os tiros a queima-roupa atingiram os 1º sub-chefes José Aberto, de 45 anos, efectivo da déci-

ma esquadra de Divisão de Polícia do Sambizanga, Bento Pande, de 49 anos, do Comando de Objectivos Estratégicos.

Os oficiais atingidos foram prontamente socorridos por uma unidade médica da polícia destacada no local.

Ainda no bairro dos Ossos, a polícia económica procedeu a detenção de dois homens que se dedicavam ao fabrico de discos piratas, que são vendidos no mercado informal ao valor de 100 kwanzas, num total de 10 caixas, o que corresponde 10.000 discos.

Sobre a operação não era tudo. As baterias estavam viradas para o município do Sambizanga, onde o principal fogo de acção eram os bairros da Petrangol, Mulemba, Marconi, São Pedro da Barra, da Paz e outros. Durante a operação neste município, a polícia deteve dez jovens e capturou 128 indivíduos implicados alegadamente em homicídios, violações, assaltos a residências, furtos e roubos na via pública e infrações económicas.

O município de Cacuaco foi o último. Em relação aos demais municípios, o de Cacuaco foi o que mais trabalho deu do ponto de vista da apreensão de jovens marginais e armas de fogo.

A operação propriamente dita começou com detenção de um grupo de jovens que tirava o sossego aos moradores daquela zona de Luanda.

Os bairros Paraíso, Maria do Céu, Chendovava, Pracinha do Malueka, entre outros, constavam das prioridades da actividade policial.

Um dos principais obstáculos encontrados foram os acessos os becos e contra - becos, para não falar da escuridão que tomava conta daquela área. Durante a madrugada, a polícia deslocou-se para a casa de um jovem que guardava uma arma de fogo na mesma. A polícia encontrou um carregador de uma arma automática no interior da casa do referido jovem. Tentou fugir e escondeu-se por baixo da mesa mas ainda assim foi encontrado em casa da sua mãe que alegava não estar a par do assunto.

A mãe do jovem disse desconhecer o que o seu filho fazia, mas deixou um alerta para o mesmo: "Se ele roubou tem que pagar pelo que fez. Não passo o dia com os meus filhos, sou viajante", disse a mãe agitada.

O acusado jurou não ser o proprietário da arma, mas sim de um amigo. O presumível autor, segundo contou o jovem, vivia num outro bairro não muito distante do seu - na Boa Esperança 11. "Nós estávamos a consumir bebidas alcoólicas numa roulotte, o meu amigo Moreno tinha uma arma de cano cortado dentro de uma mochila", contou. O bairro da "Zâmbia", foi o que mais trabalho deu aos agentes. A polícia estava no encalço de um grupo de jovens que comprou uma arma de fogo ao valor de doze mil kwanzas a um outro jovem que atende pelo nome de "sabão". Os agentes deslocaram-se a casa deste mesmo e não o encontraram.

Minutos depois, os agentes deslocaram-se a casa de um outro jovem, o Laton, o alegado chefe do grupo que tirava o sossego naquelas redondezas. Depois de muito andar, os agentes conseguiram localizar a casa de Laton.

Um agente da brigada anti-crime elevou-se ao tecto da casa de Laton a fim de penetrar nela. Laton tentou pegar na arma que se encontrava na sua residência, mas sem sucesso, porque a porta de casa foi arrombada pelos outros agentes que estavam a fazer a cobertura na parte de fora. Com Laton foram detidos outros jovens por posse ilegal de arma de fogo.

Refira-se que antes do início da operação, foram apresentados mais de setenta estrangeiros ilegais capturados durante uma das operações da polícia.

No mesmo grupo constava uma mulher oriunda da Guiné-Conakri e outros declararam para a imprensa

que entraram no país pela província do Bengo, cujo destino era a capital do país onde eram esperados por membros das suas famílias. Segundo o Comandante-geral, da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, o trabalho vai continuar até que a onda de criminalidade reduza.

No total, a operação resultou na detenção de 285 supostos marginais implicados em diversos crimes.

### 9.31 Sambizanga tranquilo com com saldo negativo para a polícia

*Agora*

*28 de Julho de 2012*

"As operações de patrulha nos bairros de Luanda vão continuar até baixarem os índices de criminalidade", disse o comandante-geral da Polícia Nacional, que garantiu igualmente a presença permanente dos efectivos da polícia nas ruas, para assegurar a tranquilidade às populações, especialmente nas zonas periféricas de Luanda. Para tal disse contar com a colaboração das populações. "É importante que a população denuncie à polícia quem são os marginais e se possível onde estão", referiu Ambrósio de Lemos, para quem a denúncia tem sido uma peça muito importante para a localização dos marginais.

A última operação da Polícia Nacional incidiu no Sambizanga, Cacuaco e Cazenga, e culminou com a detenção de 285 indivíduos, dos quais 141 em flagrante delito e 13 por condução ilegal.

Dos detidos, a maioria é jovem, com faixa etária entre os 16 e os 35 anos, e parte do armamento apreendido sofreu alterações que permitem o fácil transporte por parte dos marginais.

A corporação prendeu igualmente 128 elementos envolvidos em crimes relacionados com homicídios, violações, assaltos a residências, furtos e roubos na via pública, e infracções económicas. Durante a operação foram detidos 75 estrangeiros por permanência ilegal em Angola.

No município do Sambizanga, a Polícia Nacional destacou efectivos nos bairros Marconi, Petrangol, Mulemba, São Pedra da Barra, Bairro da Paz, Farol das Lagostas, Ossos, Nguanhá, Porto Pesqueiro e na área da empresa Encib. No terreno, as unidades policiais realizaram patrulhamento, durante o qual foram revistadas viaturas e motorizadas com o objectivo de apreender armas de fogo, drogas, detectar carros roubados e marginais perigosos. No Cacuaco, a operação começou às 22 horas, com a



colocação de efectivos nas áreas mais problemáticas dos territórios.

O patrulhamento foi realizado nas áreas conhecidas por Maria do Céu, Santa, Lanchonete, Piri Piri, Iva, Chendovava, colégio Jeremias, Pracinha do Malueka, Pracinha da Mamã Ana, Triângulo da Jamaica, área do Cagingomba, bairro Paraíso, Sermadó e Compão. As actividades no Cazenga incidiram na baixa da Nocal, Hoji ya Henda, Mabululu, Soyo e Tira Pistola.

Para o êxito da operação, a Polícia Nacional mobilizou milhares de efectivos, apoiados por dezenas de viaturas e motorizadas.

Durante a operação realizada na área dos Ossos, a polícia económica deteve dois homens que se dedicavam ao fabrico de discos piratas. Os agentes apreenderam dez caixas, que continham 100 discos piratas preparados para serem comercializados ao preço de 150 kwanzas, e uma aparelhagem completa de gravação de músicas.

CAIXA - PAG - 16

Ministério cria programa de reabilitação dos reclusos

O ministro do Interior referiu nesta segunda-feira que o seu pelouro está empenhado na reabilitação dos reclusos, não só com vista a evitar a reincidência, mas a criar verdadeiras condições para que os mesmos se reintegrem plenamente na sociedade, através de um programa ambicioso criado para o efeito.

Sebastião Martins, que falava na cerimónia de apresentação do Programa 'Novo Rumo, Novas Oportunidades' para o sector Penitenciário, entende que uma das formas mais eficazes de alcançar tais objectivos é primar por políticas penitenciárias mais evoluídas, visando a optimização das vantagens que podem advir da ocupação laboral dos reclusos.

Notou que tal ocupação permite, por um lado, alcançar de forma eficaz os desígnios de reabilitação, visto que os reclusos ao exercerem uma actividade, vêm e sentem as suas potencialidades de reinserção social aumentadas consideravelmente, aumentam a sua auto-estima, ao mesmo tempo que permite às entidades públicas dispor de uma mão-de-obra com níveis de eficácia e motivação.

"Estamos perante indivíduos que, conscientes da importância que o trabalho assume para a passagem do tempo da reclusão e sua reinserção social, bem como para a possibilidade de redução da duração da pena, fazem-no com acentuada dedicação, esmero e rentabilidade", notou.

Quanto ao programa 'Novo Rumo, Novas Oportunidades', Sebastião Martins fez saber que o mesmo consiste precisamente na materialização do espírito de segunda oportunidade, com as autoridades a darem o exemplo e a transmitirem-no aos reclusos, para que estes saibam estimar e conservar, após a libertação, os seus direitos, nomeadamente o direito ao trabalho e a uma vida honrada.

A iniciativa oferecerá aos reclusos novas oportunidades, mas também aos cidadãos livres que nele estiverem interessados. "Terão formação técnico-profissional nos sectores primário, secundário e terciário, formação para o empreendedorismo, para os melhores e, a todos, sem excepção, formação cívica abrangente".

Com efeito, os centros de produção e reintegração socioprofissional estarão equipados com salas de formação, campos agrícolas, indústrias, bem como locais de prestação de serviços onde cada recluso poderá aprender um ofício ou profissão.

O Ministério do Interior será o primeiro consumidor dos bens e serviços produzidos, obviando com alguns custos, podendo criar sinergias entre os vários órgãos Executivos Centrais, ao escoar e consumir a produção interna.

Analistas consideram que o projecto é bem vindo, na medida em que o Executivo tornar-se-á mais eficiente e estará a melhorar a qualidade de vida dos reclusos e a fazê-los participar no elevado custo de manutenção do sistema carcerário, para além de contribuir para que, ao saírem, estes se tornem cidadãos de pleno direito com boa conduta cívica e mais qualificados profissionalmente.

Para o titular do Interior, a adopção de uma conduta correcta por parte dos ex-reclusos irá afastá-los da reincidência criminal, reduzindo os danos infringidos à sociedade, permitindo assim que as autoridades policiais exerçam um trabalho menos reactivo, centrado no combate ao crime praticado por delinquentes de carreira, e estejam mais focados na prevenção da criminalidade e no policiamento de proximidade.

O sistema judicial, desta feita, notou, também beneficiará do sucesso desta medida, ganhando eficácia na apreciação e julgamento dos crimes, e reduzindo também o fluxo de reclusos preventivos canalizados para o sistema penitenciário.

### 9.32 Lei da amnistia aprovada em 2002 pela assembleia nacional

*SEmanario Angolense*  
28 de Julho de 2012

Com objetivo de permitir a assinatura do cessar-fogo por parte dos militares da UNITA, os deputados da Assembleia Nacional aprovaram, por unanimidade, em 02 de Abril de 2002 a Lei da Amnistia para os crimes de guerra e contra a segurança do Estado, cujo teor o Semanário Angolense aqui reproduz, assim como o Indulto presidencial publicado em 4 de Abril de 2009.

«Luanda, 02 Abril (Lusa) - Os deputados da Assembleia Nacional de Angola aprovaram hoje, por unanimidade, que vai permitir aos militares da Unita assinarem, na quinta- feira, o cessar-fogo.

Nos termos da lei aprovada, que será sujeita à promulgação pelo Presidente da República e publicada no jornal oficial, "são amnistiados todos os crimes contra a segurança do Estado, cometidos no quadro do conflito armado angolano".

São abrangidos pela medida os que se tenham apresentado ou venham a apresentar voluntariamente às autoridades angolanas, até 45 dias após a entrada da lei em vigor.

A questão do prazo foi mesmo assunto mais controverso durante a discussão plenária, com alguns deputados consideraram pequeno o número de pessoas que o possam cumprir, por se encontrarem nas matas, por vezes com a saúde debilitada, ou ausentes no exterior.

O vice-ministro da Justiça Manuel Aragão, recordou os deputados de que esse tinha sido o prazo estabelecido e entendido como suficiente pelas delegações militares que conseguiram chegar a acordo no Luena e os parlamentares acabaram por votar a por unanimidade.

Questão suscitada também durante o debate foi a aplicação da Lei da Amnistia aos militares da FLEC-FLAC (Forças para a Libertação do Enclave de Cabinda) já que estes não reconhecem Cabinda como território nacional mas nem essas dúvidas foram suficientes para suscitar reserva dos parlamentares, que votaram sobretudo pela urgência, para não inviabilizar a assinatura de cessar-fogo na quinta-feira».

### 9.33 Extinção do procedimento criminal

*Semanário Angolense*  
28 de Julho de 2012

Em relação à amnistia afirmou que ela é umas leis, que provem do parlamento. Trata-se de uma «Lei De excepção sujeita à interpretação restritiva. É um instrumento de política criminal para apagar os crimes nela previstos, mas não a anulação da condenação, se ela já tiver ocorrido. A amnistia não dá lugar a restituição. Uma Lei de Excepção sujeita a interpretação restritiva. É um instrumento de política criminal para apagar os crimes nela previstos, mas não a anulação da condenação, se ela já tiver ocorrido. A amnistia não dá lugar a restituição», observou

Quanto ao indulto considerou ser também uma causa de extinção ou substituição da pena, no todo ou em parte. O Indulto é prerrogativa do chefe de Estado. É uma modificação ou extinção da pena na sua execução. O Indulto obedece a individualização da pena na sua execução e geralmente é proposta por um órgão da administração da Justiça ao chefe de Estado.

Segundo ele, a reabilitação é também uma causa de extinção dos efeitos das penas ulteriores a condenação e ao cumprimento da pena. A reabilitação formaliza-se com o cancelamento do Registo Criminal e pode ser uma reabilitação de direito, pelo decurso de 20 anos ( nas penas maiores), 10 anos (nas penas correcionais) e 1 ano ( nas contravenções) , ou uma reabilitação judicial. Existe como que uma regeneração do condenado, como que passando uma esponja sobre os dados criminais do condenado fazendo desaparecer do Certificado do Registo Criminal as condenações.

A reabilitação conta-se a partir do dia em que a sentença condenatória tiver passado em julgado.

O direito penal distingue os efeitos das penas dos efeitos da condenação. E, nos efeitos da condenação em pena maior ( pena superior a 2 anos de prisão) , o condenado incorre na incapacidade de ser eleito ou nomeado para qualquer função publica. Esta incapacidade de provimento de emprego público é definitiva.

«É injusto este efeito da condenação em pena maior por não permitir uma reabilitação social e humana de todos aqueles que forem condenados a penas de prisão maior. Daí, os nossos constantes apelos para uma profunda reformulação do Código Penal

angolano em vigor que data do ano de 1886», disse, a concluir o mesmo jurista.

### 9.34 Amnistia apaga os crimes nela previstos, mas não a anulação da condenação

*Semanário Angolense*  
28 de Julho de 2012

Entre os muitos cibernautas que subscreveram comentários no site Club K Angola acerca da polémica candidatura Bento Kangamba a deputado do MPLA à Assembleia Nacional, houve quem tivesse posto em causa as circunstâncias que levaram o Tribunal Constitucional a aceitar o Registo Criminal apresentado pelo político e empresário.

Um jurista contactado a propósito, mas que preferiu falar na condição de não ser identificado explicou, que no sistema jurídico - penal angolano, desde sempre, as penas aplicadas pelos Tribunais foram registadas num Departamento específico do Ministério da Justiça, para o seu registo centralizado.

Diz que as penas aplicadas não se limitavam a ficar arquivadas nos processos-crime, mas também a figurar no registo criminal dos condenados. Lembra que os juízes, quando da leitura das distintas sentenças, fazem sempre questão de dizer: «boletins ao registo criminal»...

A fonte do SA adverte, porém, que o registo só se faz após a sentença ter transitado em julgado. «Normalmente, o registo criminal tem a natureza de meio de prova da condenação mas, quando utilizado para fins estatísticos, de investigação académica ou para detectar a existência de incapacidades ou interdições profissionais tem uma natureza puramente instrumental» adicionou.

Em relação aos BI, afirmou que regularmente os cidadãos nacionais têm recorrer aos Serviços de Registo Criminal para requerer Certificados de Registo Criminal, mormente para fins de emprego, público ou privado, ou para o exercício de qualquer profissão ou ainda actividade cujo exercício dependa de um título público. Também os cidadãos estrangeiros são obrigados a apresentar informações sobre os seus antecedentes Criminais quando, por exemplo, requerem autorização de residência, disse a fonte.

### 9.35 Indulto e comatação de de penas

*Semanário Angolense*  
28 de Julho de 2012

«Luanda - O decreto do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, sobre o indulto (perdão) e comutação (modificação/redução) de penas de prisão, bem como as celebrações do Dia da Paz e Reconciliação Nacional constituem as manchetes da semana.

Segundo uma nota dos Serviços de Apoio à Presidência da República a que a Angop teve acesso, o decreto determina que são indultadas as penas de prisão maior que não ultrapassem os 12 anos e as penas correcionais a todos os cidadãos condenados, que tenham cumprido metade da pena de prisão maior, até ao dia 31 de Março de 2009.

De acordo ainda com o documento são comutadas as penas de prisão maior que ultrapassem os 12 anos aos condenados que tenham cumprido metade da pena de prisão maior, até ao dia 31 de Março, com a redução de até um quarto.

O decreto precisa ainda que estas medidas de clemência jurídica não abrangem os condenados por crimes dolosos de que tenham resultado a morte; por crime de violação sexual; por crimes de roubo com emprego de armas de fogo ou qualquer arma branca ou tipo de objetos cortante ou pontiagudo e por crimes militares punidos com pena de prisão maior.

Outro destaque da semana que hoje finda é a comemoração do sétimo aniversário do Dia da Paz e Reconciliação Nacional (4 de Abril) cujo acto político nacional teve lugar na província da Lunda Norte sob orientação do ministro da Economia, Manuel Nunes Júnior.

As celebrações do Dia da Paz decorrem sob o lema "Angolanos unidos rumo ao desenvolvimento". A data (4 de Abril de 2002) marcou o fim de uma guerra que ao longo de 27 anos dilacerou o país, com a assinatura, do Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka, entre o Governo angolano e o partido UNITA, que então personificava a rebelião armada.»

### 9.36 Autoridades recolhem armas em Luanda

*Jornal de Angola*

*31 de Julho de 2012*

Os órgãos policiais da província de Luanda recolheram, em Julho, 207 armas e 30 carregadores, no âmbito do processo de desarmamento da população civil.

Numa nota, chegada, ontem, ao Jornal de Angola, a comissão técnica provincial para o desarmamento da população civil indica que Viana, com 60, é o município com o maior número de armas recolhidas pela polícia.

O município do Cazenga, com 38 armas, e o do Cacuaco, com 30, aparecem logo a seguir na lista de armas recolhidas pelas divisões da Polícia Nacional baseadas nos municípios de Luanda.

Quanto ao tipo de armas, e número de AKM recolhido sobressai. No total, foram recolhidas 142 armas desse tipo. O documento relata que, no mesmo período, foram realizadas campanhas de sensibilização nos locais de maior concentração da população.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Instituto de Desenvolvimento florestal está preocupado com o abate a árvores

*Jornal de Angola*  
2 de Julho de 2012

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Moxico, Isaac Victor, disse que a pressão sobre a flora, com recurso a estas práticas, provoca graves consequências ao homem e aos outros seres vivos.

"As queimadas limitam a regeneração natural das árvores", explicou, ao condenar este comportamento incorreto da população. Apontou a floresta da periferia da cidade do Luena como a mais devastada.

O corte de árvores não serve para a construção de casas ou para a agricultura, mas sim para o fabrico de carvão. Isaac Victor disse que a sua instituição tem iniciativas de repovoamento florestal nos bairros e foram colocados à disposição da população mais de dez mil plantas ornamentais e florestais, de forma grátis.

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Moxico disse que os bairros emergentes na periferia da cidade do Luena estão desprovidos de árvores.

As árvores protegem o solo das enxurradas e dos ventos e servem de habitat para os animais selvagens, razão pelo qual é imperativo que o homem proteja e conserve a flora, tal como a fauna.

A província apresenta uma rica flora, com uma diversidade de árvores. Depois de Cabinda, o Moxico aparece em segundo lugar na

exploração de madeira.

Nas florestas do Moxico habitam animais como onças, nunces, lebres, pacaças, elefantes, leões, palancas, macacos, várias espécies de aves e répteis.

No Moxico existe o Parque Nacional da Cameia, com 14.450 quilómetros quadrados, o segundo maior em Angola, depois do Parque Nacional de Iona, com uma extensão de 15.150 quilómetros quadrados, no Namibe. Também são conhecidas as reservas florestais do Catupe, Lucusse, Cassaí, Mucondo, Luizavo, e Luena.

### 10.2 Formação em gestão ambiental

*Jornal de Angola*  
10 de Julho de 2012

A Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente no Huambo, está a realizar desde ontem uma acção formativa em gestão ambiental, destinada aos

quadros da administração pública.

A formação que termina no próximo dia 18 está dividida em sete módulos e os participantes, além de receberem conhecimentos teóricos, têm sessões práticas.

A introdução aos problemas ambientais, licenciamento e fiscalização ambiental, auditoria ambiental, avaliação ambiental, educação ambiental e legislação sobre meio ambiente fazem parte do programa.

### 10.3 Plano estratégico sobre a floresta do maiombe será implementado

*Jornal de Economia e Finanças*  
10 de Julho de 2012

As Repúblicas de Angola, do Congo Democrático e do Congo Brazzaville, países envolvidos na protecção e conservação da floresta do Maiombe, iniciam em 2013 a implementação do seu plano estratégico.

Para o sucesso do programa está em curso um estudo de viabilidade assim como contactos com alguns países de outros continentes, com uma vasta experiência neste domínio.

A medida visa cobrir 290 mil hectares que comportam a zona transfronteiriça entre os três países. A aplicação do projecto resulta de uma conferência realizada em Luanda, que visou fundamentalmente traçar um cronograma de acções a serem levadas a cabo.

Uma das decisões reside na captação de fundos externos, além dos disponibilizados pelo Executivo angolano, para o desenvolvimento do sector florestal angolano.

Conservação

As condições da criação da reserva transfronteiriça do Maiombe decorrem a bom ritmo e visam estabelecer conexões das cinco reservas ou parques existentes ao longo da zona verde, alimentada pela

Bacia do Congo, que cobrem os três países, com árvores acima dos 50 metros de altura.

Por parte de Angola, estas zonas vão conectar com o parque nacional de Cabinda, criado no espaço que cabe à floresta do Maiombe, além da formação de 45 fiscais (ex-militares) que já trabalham no patrulhamento da zona.

#### Acordos

Segundo o memorando assinado em 2009 entre os três países, a protecção ambiental é o destaque principal. Por parte de Angola rubricou o acordo a ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim.

As orientações para um estudo de viabilidade determinam corredores biológicos e a elaboração de instrumentos jurídicos que vão permitir o lançamento oficial da reserva transfronteiriça do Maiombe.

O estudo está relacionado ( com o uso de terras e seu mapeamento em toda a extensão do Maiombe, potencialidades ambientais e biológicas de todo o ecossistema transzonal e mapeamento via satélite, para aprofundar o conhecimento da vasta extensão desta floresta.

Os documentos já foram aprovados por peritos nacionais (três países) e internacionais da Organização Mundial para a Conservação da Natureza (UICN) e do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) .

Os documentos permitiram a elaboração de projectos para os próximos 10 anos, relacionados com a melhoria de cooperação intersectorial e intra-regional nos ecossistemas florestais transfronteiriços do Maiombe, assim como a conservação e utilização sustentável dos serviços dos ecossistemas da sua reserva transfronteiriça, através da criação de sistemas de reservas protegidas, gestão sustentável dos ecossistemas e da biodiversidade da vasta floresta.

O documento refere que outras estratégias estão em curso para a criação de infra-estruturas administrativas nos respectivos parques, bem como um corpo de fiscais transfronteiriço, cujo pessoal poderá ser formado em Angola.

A preservação da floresta do Maiombe a nível do planeta é de extrema importância, pois este ecossistema fornece à humanidade diversos serviços ecossistémicos e ambientais indispensáveis, lê-se no documento.

Estudos efectuados indicam que a sua biodiversidade constitui uma mais-valia para o futuro não só dos seus habitantes, assim como do próprio planeta terra.

#### Importância das florestas

O papel desempenhado pelas florestas para a economia esteve na origem da realização das jornadas técnico-científicas sobre florestas e segurança alimentar em Angola, que reuniu técnicos angolanos, brasileiros e do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A cimeira frisou que Angola possui uma extensão florestal de 53 milhões de hectares, o equivalente a 43,3 por cento do território nacional. A superfície considerada economicamente produtiva é de aproximadamente 2,4 milhões de hectares, correspondendo a apenas dois por cento do território nacional.

Actualmente, o país tem a capacidade para produzir, por ano, uma média de mais de 360 mil metros cúbicos de madeira em toro da floresta natural e aproximadamente 850 mil de plantações florestais existentes, o que corresponde, em termos financeiros, a 150 milhões de dólares para a economia nacional, só em exploração de madeira.

#### Desertificação

A falta de informação e de um plano de gestão para a exploração florestal tem incidência sobre um número reduzido de espécies com aceitação no mercado.

Sobre as ameaças, a exploração desordenada e ilegal das florestas naturais tem sido uma questão um pouco mais delicada, pelo facto de a maioria da população rural e suburbana ter na madeira, no carvão, lenha e outros recursos florestais as suas principais fontes de rendimento familiar.

Segundo os especialistas contactados pelo JE, esta situação tem muita influência nos índices de desflorestação e degradação dos recursos florestais ao redor dos centros urbanos .

O Executivo angolano aponta que a nível das cidades que estão a ter problemas de seca é necessário incentivar a criação de polígonos florestais artificiais, numa altura em que Angola conta com técnicos ..

### 10.4 Floresta de Cambambe com apenas dois fiscais

*Nova Gazeta*

*12 de Julho de 2012*

A escassez de fiscais no Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), em Cambambe, no kwanza-Norte, é uma das principais causas da desflorestação na região, fruto do "abate

indiscriminado de árvores para o fabrico de carvão", disse a responsável interina da instituição Maria de Fátima Pipa.

O instituto conta atualmente com apenas dois técnicos encarregados da fiscalização de todo território de Cambambe, que tem quatro comunas e uma extensão de 5.212 quilómetros quadrados.

Para a cobertura ser plena, a responsável calcula serem necessários mais 32 fiscais e viaturas todo-o-terreno, visando o controlo das zonas mais afectadas pela exploração ilegal de carvão, algumas das quais situadas em áreas de difícil acesso.

O IDF em Cambambe tem atualmente licenciados 15 concessionários para a exploração do carvão vegetal.

## 10.5 Autoridades preocupadas com devastação de florestas

*Jornal de Angola*  
13 de Julho de 2012

O administrador da comuna do Tchiumbo, na província do Huambo, manifestou-se ontem ao *Jornal de Angola* preocupado com a devastação de florestas na região de Sanguengue.

José Manuel Tchissalukila disse que as florestas de Sanguengue têm sido alvo de exploração ilegal de madeira. O perímetro de Sanguengue ocupa uma extensão de 18.000 quilómetros quadrados, por isso, o responsável considera ser muito difícil controlar a exploração de madeira na região.

"Muitos cidadãos entram no perímetro florestal, não se registam na administração da comuna, passam directamente para a floresta e começam a explorar madeira, incumprindo a lei e as exigências do IDF", disse.

O responsável lembrou que a espécie mais devastada é o pinheiro que corre o risco de extinção ..

A administração tem apenas registadas 12 empresas, autorizadas a explorar madeira para fins comerciais. Os principais clientes são empreiteiros de construção civil e marceneiros.

O derrube anárquico de árvores está a afectar o meio ambiente e contribui para o desaparecimento de muitas espécies de animais, disse o administrador.

Missão da Babaera

A escola missionária católica das irmãs Teresianas, localizada na localidade da Babaera, reabre as suas

portas em breve. Com capacidade para acolher mais de 500 alunos, as obras encontram-se em estado avançado.

Preocupado com a degradação da "escola, o governo do Huambo concedeu apoio para que a antiga missão volte a ressurgir, albergando crianças em regime de internato.

## 10.6 Desordem na exploração de inertes

*Jornal de Angola*  
14 de Julho de 2012

As empresas exploradoras de Inertes que não cumprem com as suas obrigações vão ser responsabilizadas pelos seus actos, advertiu na segunda-feira em Caxito a ministra do Ambiente.

Fátima Jardim, que falava na apresentação de um estudo de avaliação ambiental na comuna das Mabubas, município do Dande, não avançou mais pormenores sobre a responsabilização.

"Aos que, insistentemente, querem prevaricar, vamos actuar. Já fizemos o levantamento. O estudo de avaliação ambiental está bem feito. Agora, em função do estudo, vamos dar continuidade à aplicabilidade da lei e levar as preocupações ao nível central para que, do ponto de vista multisectorial, esta questão seja tratada", disse.

A titular do ambiente pediu mais responsabilidade por parte das empresas exploradoras de recursos naturais na província do Bengo, sobretudo as de inertes, advertindo que o Ministério do Ambiente e o governo provincial vão ser "mais actantes" com as que não cumprirem com as suas obrigações.

"Já foram feitos muitos alertas. Agora chegou a hora de intervirmos. Já aqui fizemos um trabalho preliminar. Não podemos permitir clarou. Fátima Jardim lembrou que o Executivo está a trabalhar para o desenvolvimento comunitário, sobretudo nos programas de combate à pobreza, para manter o bem-estar das populações.

O governador do Bengo disse que a comuna das Mabubas foi eleita para ser a nova centralidade de Caxito e vai albergar as direcções provinciais e algumas residências. João Miranda disse que com o estudo foi possível concluir que existem muitas anomalias na exploração de inertes nas Mabubas, irregularidades essas que, acrescentou, colocam em risco a saúde pública e o ambiente.

Com o estudo de avaliação ambiental, afirmou, foi ainda possível constatar que grande parte das e presas extractivas não cumpre contratos de concessão de exploração, utilizando tecnologia obsoleta que coloca em risco os seus funcionários e as comunidades próximas.

O governador destacou, por isso a importância do estudo para a preservação do ambiente e a garantia do conforto das comunidades.

## 10.7 Protecção Civil preparada para apoiar os sinistrados

*Jornal de Angola*  
*15 de Julho de 2012*

O responsável da Protecção Civil e Bombeiros em Benguela lembrou ontem, em Luanda, a importância da entrada em funcionamento do sistema de alerta contra catástrofes na prevenção e no combate às cheias na sua província.

José da Silva, que falava no encerramento de um seminário destinado a elementos das comissões provinciais de protecção civil, disse que, com a entrada em funcionamento daquele sistema, os técnicos passaram a controlar a subida do caudal dos rios Cavaco, Catumbela e o Coporolo.

O responsável afirmou os técnicos vão beneficiar de acções de formação para se tirar maior proveito do sistema.

Com a entrada em funcionamento deste sistema, referiu, a população é alertada oportunamente sobre possíveis cheias e subidas do caudal dos rios.

O seminário aberto pelo ministro do Interior, Sebastião Martins, teve a participação de agentes de protecção civil de todo país.



## 10.8 Descoberta nova floresta de montanha em Angola

*Folha 8*

*30 de Julho de 2012*

Em Agosto do mesmo ano, Mills partiu com Martim Melo, do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO), e Alexandre Vaz para o Monte de Namba, conseguindo confirmar a descoberta, entretanto publicada na «Bird Conservation International». Contactado pelo «Ciência Hoje», Martim Melo explicou a importância deste achado. Investigador na área das aves, Martim Melo tem estudado o continente africano. "África está dividida em vários biomas e todos têm localizações bem definidas", refere. Há um único bioma que está fragmentado por vários locais de África: as florestas de montanha. Estas "são escassas e estão espalhadas em fragmentos, encontrando-se só a mais de 1600 metros de altura".

Estas florestas, que partilham entre si várias características, "funcionam como refúgio para espécies que dependem de condições de humidade. Por serem tão diferentes do habitat circundante, são também propícias à formação de novas espécies".

Os maiores fragmentos de floresta de montanha conhecidos em Angola encontram-se no Monte Moco, o pico mais alto do país, na província do Huambo, onde está a ser implantado um projecto de conservação. Ainda nos anos 70, Brian Huntley sugeriu que existiriam florestas similares na Montanha de Namba, província do Cuanza Sul. Suspeita que foi agora confirmada.

Martim Melo lembra que, em 2005, foi descoberta outra floresta destas em Moçambique e, acredita, "há muito mais para descobrir".

Floresta de "boa qualidade a expedição confirmou a existência de grandes manchas de floresta de montanha de Namba. A floresta foi confirmada como sendo de "boa qualidade". Tem 600 hectares, "uma extensão muito grande, tendo em conta que o que se conhecia, ao todo, eram apenas 200 hectares".

A natureza acidentada do terreno não permitiu o acesso a grande parte da área. Mesmo assim, a equipa conseguiu fazer alguma investigação. Na área das aves, a especialidade de Martim Melo, verificou-se a existência de 20 espécies que dependem deste habitat.

Algumas das espécies encontradas julgavam-se confinadas ao Monte Moco. Entre elas, populações que no Moco são hoje muito raras e algumas que já não se avistavam há vários anos, sendo consideradas

possivelmente extintas, como o republicano-de-cauda-barrada, a felosa de Laura, o tordo-da-terralaranja e o noitibó-da-montanha.

O investigador considera ser importante haver uma nova expedição que inclua investigadores de várias áreas, pois, diz, "deve haver espécies de insectos e outros animais a descobrir". Habitat em perigo As alterações climáticas podem ser um perigo para as florestas de montanha que, durante milhares de anos avançaram e recuaram conforme o grau de seca. "Ao longo de milhares de anos, estas florestas já mostraram ter bastante resiliência", considera o investigador. O maior perigo é mesmo "o impacto da pressão humana".

Muitas destas florestas são procuradas pela lenha ou destruídas para a agricultura. No entanto, no Monte Namba, devido à dificuldade de acesso, "a pressão humana é ainda muito reduzida".

Ainda assim, os esforços de conservação são necessários. "O governo de Angola está a implementar uma nova rede de áreas protegidas, mais alargada. Até agora, praticamente só a savana era alvo de protecção".

O governo está a consultar especialistas e esta equipa já deu o seu parecer. "Há fortes possibilidades de que o Monte Namba seja incluída na área protegida", conclui.

